



Presidência da República

Mensagem ao Congresso Nacional

2008



Presidência da República

Mensagem ao Congresso Nacional



2008



Copyright © 2008 – Presidência da República do Brasil

Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citada a fonte e/ou
sítio da Internet onde pode ser encontrado o original (www.presidencia.gov.br).

Tiragem: 4000 exemplares

Impresso no Brasil

Dados Internacionais de catalogação na publicação (CIB)

B823m Brasil. Presidente (2003 - .L. I. Lula da Silva)
Mensagem ao Congresso Nacional, 2008 : 2ª Sessão Legislativa Ordinária da
53ª legislatura. Brasília: Presidência da República, Secretaria-Geral da
Presidência da República, 2008.

252p. (Documentos da Presidência da República)

1. Mensagem Presidencial - Brasil, 2008. 2. Desenvolvimento Econômico -
Brasil. 3. Desenvolvimento Sustentável - Brasil. 4. Política Econômica - Brasil.
5. Inclusão Social - Brasil. 6. Política Social - Brasil. 7. Crescimento Econômico -
Brasil. I. Silva, Luiz Inácio Lula da, 1945-. II. Título

CDD - 341.25117



República Federativa do Brasil

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidente da República
José Alencar Gomes da Silva

Ministro de Estado da Justiça
Tarso Fernando Herz Genro

Ministro de Estado da Defesa
Nelson Jobim

Ministro de Estado das Relações Exteriores
Celso Luiz Nunes Amorim

Ministro de Estado da Fazenda
Guido Mantega

Ministro de Estado dos Transportes
Alfredo Pereira do Nascimento

Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Reinhold Stephanes

Ministro de Estado da Educação
Fernando Haddad

Ministro de Estado da Cultura
Gilberto Passos Gil Moreira

Ministro de Estado do Trabalho e Emprego
Carlos Lupi

Ministro de Estado da Previdência Social
Luiz Marinho

Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Patrus Ananias de Sousa

Ministro de Estado da Saúde
José Gomes Temporão

Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Miguel Jorge

Ministro de Estado de Minas e Energia
Edison Lobão

Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
Paulo Bernardo Silva

Ministro de Estado das Comunicações
Hélio Calixto da Costa

Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia
Sergio Machado Rezende

Ministra de Estado do Meio Ambiente
Maria Osmarina Marina da Silva Vaz de Lima

Ministro de Estado do Esporte
Orlando Silva de Jesus Júnior

Ministra de Estado do Turismo
Marta Suplicy

Ministro de Estado da Integração Nacional
Geddel Quadros Vieira Lima

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário
Guilherme Cassel

Ministro de Estado das Cidades
Marcio Fortes de Almeida

Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República
Dilma Vana Rousseff

Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República
Luiz Soares Dulci

Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República
José Múcio Monteiro

Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
Franklin Martins

Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
Jorge Armando Felix

Advogado-Geral da União
José Antonio Dias Toffoli

Ministro de Estado do Controle e da Transparência
Jorge Hage Sobrinho

Ministro de Estado Extraordinário de Assuntos Estratégicos
Roberto Mangabeira Unger

Secretário Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República
Paulo de Tarso Vannuchi

Secretária Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
Nilcéa Freire

Secretário Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República
Altemir Gregolin

Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República
Matilde Ribeiro

Sumário

Apresentação, 9

I – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COM INCLUSÃO SOCIAL

II – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COM ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO E REDUÇÃO DE DESIGUALDADES

1. Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), 25
 - a) Inovação Tecnológica e Propriedade Industrial, 26
 - b) Fomento aos Investimentos, 28
 - c) Política de Comércio Exterior, 29
 - d) Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte, 32
2. Agronegócio, 33
3. Turismo, 45
 - a) Plano Nacional do Turismo, 45
 - b) Programas Regionais de Desenvolvimento, de Regionalização e de Incentivo ao Turismo, 46
 - c) Atração e Promoção de Investimentos, 47
 - d) Cooperação Técnica Internacional, 48
 - e) Infra-estrutura do Turismo, 48
 - f) Serviços Turísticos e Produção Associada ao Turismo, 48
 - g) Promoção do Turismo e do Produto Turístico Brasileiro, 50
 - h) Turismo Sustentável e Infância, 51
4. Trabalho e Emprego, 51
 - a) Estímulo à Geração de Emprego e Renda, 51
 - b) Recuperação do Mercado de Trabalho Formal, 52
 - c) Aumentos Reais do Salário Mínimo, 53
 - d) Garantia dos Direitos do Trabalhador, 54
 - e) Democratização das Relações de Trabalho, 55
 - f) Políticas de Emprego, Trabalho e Renda, 55
 - g) Estímulo à Economia Solidária, 57
5. Inclusão Bancária e Microcrédito, 58
 - a) Ampliação do Volume de Crédito, 59
 - b) Acesso aos Serviços Bancários, 60
 - b.1) Contas Simplificadas, 61
 - c) Crédito Consignado, 61
 - d) Microcrédito e Microfinanças, 62
 - d.1) Microcrédito Produtivo Orientado, 62
6. Incentivo à Aqüicultura e à Pesca, 64
 - a) Ações que Fortalecem a Inclusão e a Organização Social, 65
 - b) Fortalecimento do Setor da Pesca, 65
 - b.1) Frota Pesqueira, 65
 - b.2) Subvenção ao Preço do Óleo Diesel Marítimo, 65
 - b.3) Crédito aos Pescadores Artesanais e Aqüicultores, 66
 - b.4) Assistência Técnica e Desenvolvimento Tecnológico, 66
 - b.5) Uso de Águas da União e Parques Aqüícolas, 66
 - c) Semana do Peixe, 67
 - d) Investimento na Cadeia Produtiva, 67
 - e) Política Internacional da Pesca, 67
7. Reforma Agrária e Agricultura Familiar, 68
 - a) Reforma Agrária de Qualidade, 68
 - a.1) Investimentos Agrários e Novos Assentamentos, 68
 - a.2) Programa Nacional de Crédito Fundiário, 69
 - a.3) Regularização Fundiária, 69
 - b) Agricultura Familiar, 70
 - b.1) Ampliação do Crédito, 70
 - b.2) Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF), 71
 - b.3) Seguro da Agricultura Familiar (Seaf), 72
 - b.4) Garantia-Safra, 73
 - b.5) Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), 73
 - b.6) Fomento à Diversificação Econômica da Agricultura Familiar, 74
 - b.7) Apoio à Comercialização, 74
 - b.8) Biodiesel e Agricultura Familiar, 74
 - c) Desenvolvimento Territorial, 74
 - d) Política Internacional, 75
8. Desenvolvimento Regional, 76
 - a) Política Nacional de Desenvolvimento Regional, 76
 - b) Infra-estrutura Hídrica, 78
 - c) Defesa Civil, 80

9. Meio Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável, 81
 - a) Plano Amazônia Sustentável (PAS) e Plano BR-163 Sustentável, 81
 - b) Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia, 82
 - c) Unidades de Conservação, 82
 - d) Compensação Ambiental, 83
 - e) Programa Nacional de Florestas, 83
 - e.1) Concessão Florestal, 84
 - f) Povos e Comunidades Tradicionais, 84
 - g) Zoneamento Ecológico-Econômico, 84
 - h) Licenciamento Ambiental, 85
 - h.1) Balanço do Licenciamento, 85
 - i) Política Nacional de Recursos Hídricos, 86
 - i.1) Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas, 86
 - i.2) Revitalização de Bacias Hidrográficas, 87
 - j) Resíduos Sólidos Urbanos, 87
 - k) Esfera Internacional, 88
10. Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, 88
 - a) Expansão e Consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, 89
 - b) Promoção da Inovação Tecnológica nas Empresas, 90
 - c) Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Áreas Estratégicas, 91
 - d) Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social, 93

III - CIDADANIA E INCLUSÃO SOCIAL

1. Agenda Social, 97
2. Prioridade para os Mais Pobres, 97
 - a) Transferência de Renda: o Bolsa Família, 100
 - b) Políticas de Assistência Social, 101
 - c) Ações de Segurança Alimentar, 104
 - d) Geração de Oportunidades para Inclusão, 106
3. Juventude, 106
 - a) Política Nacional de Juventude, 106
 - b) ProJovem, 107
4. Educação, 108
 - a) Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), 108
 - b) Educação Básica, 109
 - c) Educação Superior, 113
 - d) Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, 115
 - e) Educação Profissional e Tecnológica, 116
 - f) Educação e Diversidade, 117
 - g) Cooperação Internacional, 118
 - h) Financiamento da Educação, 119
 - i) Democratização da Gestão Nacional da Educação, 120
 - j) Indicadores e Avaliações, 120
 - k) Ações Integradas, 122
5. Saúde, 123
 - a) Atenção Básica, 123
 - a.1) Saúde da Família, 123
 - a.2) Saúde Bucal, 123
 - a.3) Alimentação e Nutrição, 124
 - a.4) Hipertensão e Diabetes, 124
 - a.5) Saúde Mental, 124
 - a.6) Saúde da Criança, 125
 - a.7) Saúde da Pessoa com Deficiência, 125
 - a.8) Saúde do Idoso, 125
 - b) Atenção Especializada de Média e Alta Complexidade, 125
 - b.1) Saúde Auditiva, 126
 - b.2) Hospitais de Ensino, 126
 - b.3) Hospitais de Pequeno Porte, 126
 - b.4) Terapia Intensiva, 127
 - b.5) Atenção às Urgências e às Emergências, 127
 - b.6) Transplantes, 127
 - b.7) Sangue e Hemoderivados, 127
 - c) Assistência Farmacêutica, 128
 - d) Prevenção e Controle de Doenças e Agravos, 128
 - e) Vigilância Sanitária, 131
 - f) Saúde Suplementar, 131
 - g) Apoio a Fundos de Saúde, 132
 - h) Auditoria, Controle, Ouvidoria e Participação Popular, 132

6. Políticas Afirmativas, 133
 - a) Igualdade Racial, 133
 - a.1) Programa Brasil Quilombola, 134
 - b) Igualdade de Gênero, 134
 - b.1) Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, 135
 - b.2) Autonomia Econômica e Igualdade no Mundo do Trabalho, 136
 - b.3) Educação, Ciência e Cultura, 137
 - b.4) Estudos e Pesquisas, 138
 - b.5) Saúde, 138
 - c) Povos Indígenas, 138
7. Direitos Humanos, 140
8. Previdência Social, 141
 - a) Regime Geral de Previdência Social, 142
 - b) Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), 143
 - c) Previdência Complementar, 144
 - d) Atendimento ao Cidadão, 144
9. Cultura, 146
10. Esporte, 149
11. Energia – Luz para Todos, 151
12. Inclusão Digital, 151
13. Justiça e Segurança Pública, 152
 - a) Sistema Único de Segurança Pública (Susp), 153
 - b) Sistema Penitenciário Federal, 154
 - c) Combate à Criminalidade, 155
 - d) Combate à Pirataria, 156
 - e) Reforma e Modernização do Poder Judiciário, 157
 - f) Democratização do Acesso à Justiça, 157
 - g) Cooperação Jurídica Internacional, 158
 - h) Defesa do Consumidor e da Ordem Econômica, 158
14. Prevenção Quanto ao Uso de Drogas, 159

IV – INFRA-ESTRUTURA

1. Energia, 163
 - a) Energia Elétrica, 163
 - a.1) Leilões de Geração e de Linhas de Transmissão, 164
 - a.2) Expansão da Geração e de Linhas de Transmissão, 164
 - a.3) Planejamento do Setor Elétrico, 165
 - a.4) Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (Proinfa), 165
 - a.5) Regulação e Fiscalização do Setor Elétrico, 165
 - b) Petróleo, Gás e Biocombustíveis, 166
 - b.1) Marco Legal do Setor Petróleo e Gás, 167
 - b.2) Infra-estrutura de Transporte de Gás Natural, 167
 - b.2.1) Implantação de Terminais de Gás Natural Liquefeito (GNL), 168
 - b.2.2) Plano de Antecipação da Produção de Gás Natural na Região Sudeste (Plangás), 168
 - b.3) Refino, Abastecimento e Petroquímica, 168
 - b.4) Nona Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios, 169
 - b.5) Aumento das Reservas de Petróleo e Gás, 169
 - b.6) Regulação e Fiscalização do Setor Petróleo, Gás e Biocombustíveis, 169
 - b.7) Biocombustíveis, 170
 - b.7.1) Biodiesel, 170
 - b.7.2) Etanol, 170
 - c) Geologia e Recursos Minerais, 171
2. Transportes, 171
 - a) Transporte Rodoviário, 173
 - a.1) Conservação, Restauração e Manutenção (Crema), 173
 - a.2) Programa Integrado de Revitalização (PIR-IV), 173
 - a.3) Sinalização nas Rodovias Federais (Pró-Sinal), 173
 - a.4) Plano Diretor Nacional Estratégico de Pesagem, 173
 - a.5) Investimentos na Adequação de Construção de Rodovias, 173
 - . Região Norte, 174
 - . Região Nordeste, 174
 - . Região Centro-Oeste, 175
 - . Região Sudeste, 176
 - . Região Sul, 177
 - a.6) Concessões Rodoviárias, 178
 - b) Transporte Ferroviário, 179

- c) Transporte Marítimo e Hidrovias, 179
 - c.1) Infra-estrutura Portuária, 180
 - d) Fomento à Indústria Naval, 181
 - e) Cooperação do Exército Brasileiro, 181
- 3. Aviação Civil e Infra-estrutura Aeroportuária, 182
- 4. Comunicações, 184
 - a) TV Digital, 184
 - b) Serviços Postais, 184
 - c) Radiodifusão e Emissoras Comunitárias, 185
- 5. Saneamento, 185
 - a) A Retomada dos Investimentos, 185
 - b) Novo Marco Legal para o Setor de Saneamento, 188
- 6. Habitação, 188
- 7. Planejamento Territorial Urbano, 192
- 8. Mobilidade Urbana, 193
- 9. Trânsito, 194

V – POLÍTICA EXTERIOR E SOBERANIA

- 1. Política Exterior, 197
- 2. Soberania, 201

VI - DEMOCRACIA E DIÁLOGO

- 1. Articulação com a Sociedade Civil, 209
- 2. Diálogo Internacional, 210
- 3. Relações Institucionais, 212
 - a) Articulação Federativa, 212
- 4. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), 213
- 5. Conferências Nacionais e Encontros, 213

VII - GESTÃO DO ESTADO E COMBATE À CORRUPÇÃO

- 1. Eficiência na Aplicação dos Recursos Públicos, 217
- 2. Informatização de Serviços – Investimento em TI, 217
- 3. Transparência da Administração e Controle Social, 218
- 4. Produção e Disseminação de Informações, 219
- 5. Valorização dos Servidores, 221
- 6. Gestão, 222
 - a) Modernização dos Instrumentos de Planejamento e Gestão, 223
 - b) Patrimônio da União, 223
 - c) Fortalecimento da Capacidade Institucional para a Gestão em Regulação, 224
- 7. Combate à Corrupção, 224
 - a) Auditorias, 225
 - b) Apuração de Denúncias, 225
 - c) Ações de Prevenção e Capacitação, 226
 - d) Combate à Lavagem de Dinheiro, 227
 - e) Combate aos Crimes Contra a Previdência Social, 228
- 8. Defesa Judicial da União, 229

ANEXO

Minhas senhoras e meus senhores,

Esta é a sexta vez que tenho a honra e a grande satisfação de me dirigir ao Congresso Nacional com o objetivo de prestar contas das ações do Executivo e apresentar nossos planos de ação e expectativas.

Os dados e os números que estão sistematizados nesta Mensagem certamente comprovam que vivemos hoje em um País muito melhor do que aquele das últimas décadas. Este resultado, que tanto nos orgulha, é fruto de um enorme esforço coletivo, não somente do Governo Federal, mas do Legislativo, do Judiciário, dos Governos Estaduais, Municipais e de toda a sociedade, que se mostra a cada dia mais consciente e participativa.

Este momento excepcional sem dúvida decorre dos avanços da democracia em nosso País e, ao mesmo tempo, contribui para fortalecê-la e consolidá-la ainda mais.

A economia brasileira certamente cresceu mais de 5% no ano passado, com baixa inflação e, neste ano, continuará crescendo em ritmo semelhante porque os seus fundamentos estão sólidos e ganharam a confiança de todos, tanto interna como externamente.

As reservas internacionais do Brasil, que no final de 2006 eram de US\$ 86 bilhões, alcançaram em dezembro de 2007 US\$ 180 bilhões, correspondendo a mais do que o dobro da dívida externa pública e à quase totalidade da dívida externa do País, e a balança comercial fechou o ano de 2007 com um superávit de US\$ 40 bilhões, refletindo a expansão tanto das exportações quanto das importações.

O emprego tem aumentado juntamente com o valor do salário. Em 2007, foram criados 1.617.392 empregos com carteira assinada, um marco na nossa história. As estatísticas apontam que o desemprego tem diminuído de forma contínua. E a massa salarial cresceu 7% no ano passado, com os trabalhadores obtendo reajustes acima da inflação em quase todas as negociações.

Milhões de famílias foram incluídas no mercado de consumo. Estudos apontam que nada menos de 20 milhões de brasileiros e brasileiras ascenderam nos últimos cinco anos das classes D e E para a classe C. O amplo mercado de massas que está sendo criado em nosso País não apenas é um sinal efetivo dessa vigorosa mobilidade social como significa um dos sustentáculos da retomada do nosso crescimento econômico.

No ano passado, a Organização das Nações Unidas (ONU) incluiu o Brasil, pela primeira vez, no grupo dos países com alto índice de desenvolvimento humano. Isso significa que a luta contra a fome e a pobreza, por meio de um conjunto articulado de programas entre os quais se destaca o Bolsa Família, está dando resultado e obtendo reconhecimento crescente no País e no exterior.

Crescer de modo sustentado e com inclusão social tem sido o nosso objetivo maior e, sem dúvida, a mais significativa conquista destes últimos anos.

Um marco das ações do Governo Federal no ano passado foi o lançamento e a consolidação do PAC – o Plano de Aceleração do Crescimento. Tenho certeza de que neste ano de 2008, o Brasil inteiro começará a sentir de perto os efeitos da implantação das ações do PAC, transformando-se cada vez mais em um verdadeiro canteiro de obras. Até 2010, R\$ 504 bilhões vão ser investidos em rodovias, ferrovias, hidrovias, energia, portos e aeroportos, habitação, água potável e saneamento básico por todo o País.

Tenho de ressaltar que o Governo está empenhado não somente em fazer mais, mas em fazê-lo de forma cada vez mais racional, qualificada e barata, realizando uma gestão eficaz dos recursos públicos. Alguns exemplos significativos demonstram isso: nas licitações para exploração de rodovias, o preço dos pedágios caiu fortemente; no leilão da usina de Santo Antonio, no rio Madeira, o custo do megawatt/hora voltou aos patamares do início da década de 90.

Tudo isso não se consegue sem enfrentar enormes dificuldades e superar obstáculos. Um instrumento fundamental de fortalecimento da democracia e de grande eficácia para garantir esses avanços tem sido o diálogo responsável e qualificado com todos os segmentos da sociedade civil, buscando o equacionamento dos conflitos e a construção de soluções compartilhadas para os graves problemas do País. Este é um dos traços mais marcantes e inovadores do nosso Governo, que sempre faço questão de destacar.

A ampliação dos espaços republicanos e democráticos de diálogo tem dado consequência prática ao princípio constitucional da democracia participativa. Esse diálogo está sendo fundamental para a construção de um novo País. Desde o primeiro mandato, temos investido fortemente no processo de interlocução com a sociedade. Fortalecemos os Conselhos existentes e criamos cerca de 30 novos, naqueles setores onde não havia canais institucionalizados de participação. Entre eles, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial e o Conselho Nacional da Juventude. Também reativamos o Consea – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Realizamos mais de 50 Conferências setoriais, mobilizando, até hoje, cerca de dois milhões e meio de participantes nos Municípios, Estados e eventos nacionais, contribuindo diretamente para a elaboração de nossas políticas públicas.

O fortalecimento da integração sul-americana permanece como objetivo prioritário da atuação internacional brasileira. No ano passado, continuou intenso o intercâmbio de visitas entre os mandatários sul-americanos, com a conclusão de inúmeros acordos e medidas concretas de aproximação.

O Mercado Comum do Sul (Mercosul) constitui o mais importante alicerce do projeto de integração regional. Um projeto que vem avançando não só em termos comerciais, mas também nos níveis político e sociocultural. O Parlamento do Mercosul começou a funcionar, o que contribuirá para aumentar a segurança jurídica do processo de integração.

Intensificamos as relações com os países africanos e asiáticos, como também com os parceiros mais tradicionais, Estados Unidos e União Européia.

Em julho de 2007, ao final da Cúpula de Lisboa, foi lançada a Parceria Estratégica Brasil-União Européia, com as seguintes áreas prioritárias: meio ambiente, biocombustíveis e ciência e tecnologia.

Firmamos com os Estados Unidos o Memorando de Entendimento sobre Biocombustíveis para promover a cooperação bilateral, o desenvolvimento do setor em terceiros países e de um mercado global de biocombustíveis.

Em março, foi lançado o Fórum Internacional de Biocombustíveis, em Nova York, pelo Brasil, África do Sul, China, União Européia, Estados Unidos e Índia, tendo por objetivo estabelecer diálogo de alto nível e coordenar posições sobre o assunto.

Vivemos um momento excepcional no nosso País e estamos no rumo certo, mas tenho plena consciência de que é preciso avançar muito mais. Três áreas terão atenção redobrada em 2008: segurança, educação e saúde.

Na segurança, vamos estreitar ainda mais a colaboração com os Estados, dando continuidade ao fortalecimento da inteligência policial, da Força Nacional de Segurança e da Polícia Federal. Lançamos no ano passado o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), que contará com mais de R\$ 6 bilhões até 2010 para investir no combate ao crime e na defesa de nossos cidadãos.

Em relação à saúde, no começo de dezembro do ano passado, lançamos um vasto programa que ficou conhecido como “PAC da Saúde”, destinando até 2010 mais R\$ 24 bilhões para o setor. Entre outras coisas, todas as crianças das escolas públicas passariam a ter consultas médicas regulares, inclusive com dentistas e oculistas. Infelizmente, esse processo foi truncado com a derrubada da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), responsável em boa medida pelos investimentos na saúde. Mas tenho certeza de que o Governo, o Congresso e a sociedade, juntos, encontrarão uma solução para o problema.

Quanto à educação, além do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), criamos o Plano de Desenvolvimento da Educação, o PDE, que fará uma revolução na qualidade do ensino no País. Até 2010, serão aplicados R\$ 12 bilhões a mais nos ensinos médio e fundamental, melhorando os salários dos professores, garantindo a sua formação continuada e equipando as escolas. E estamos abrindo 10 novas universidades públicas, 48 extensões universitárias no interior e 214 escolas técnicas em todo o País. Também estamos ampliando o Programa Universidade para Todos (ProUni), que já ofereceu 400 mil bolsas de estudos em faculdades particulares, e lançando o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) que, em 4 anos, vai criar cerca de 400 mil novas vagas nas universidades federais.

O País e o Executivo, Senhoras e Senhores Congressistas, têm muito a agradecer ao Parlamento brasileiro por todas as matérias fundamentais que examinou, e sobre as quais deliberou, durante o ano passado. Juntos, os poderes da República e a sociedade, seremos cada vez mais capazes de trabalhar pelo bem do Brasil, construindo uma nação desenvolvida e socialmente mais justa.

Quero concluir a apresentação desta Mensagem repetindo que sou, ao mesmo tempo, o mais satisfeito e o mais insatisfeito dos brasileiros. Satisfeito porque fizemos muito, e insatisfeito porque tudo isso ainda é pouco diante do tamanho da nossa dívida social.

Que tenhamos, todos, um profícuo 2008, para o bem do Brasil e de todo o povo brasileiro.

Muito obrigado.

Brasília, 6 de fevereiro de 2008.

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República



I - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
COM INCLUSÃO SOCIAL

2008

I – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COM INCLUSÃO SOCIAL

Em 2007, mais acentuadamente que nos anos anteriores, foi possível observar de forma clara os resultados das políticas econômica e social deste Governo, cujos objetivos podem ser resumidos no trinômio: crescimento, estabilidade e inclusão social.

Ao longo dos últimos anos, o crescimento da economia brasileira vem se acelerando. Após crescer 3,8%, em 2006, a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) alcançou 5,3% no acumulado dos três primeiros trimestres de 2007, beneficiando todas as áreas da atividade econômica. Destaque para o setor agropecuário, que reverteu o desempenho dos primeiros trimestres de 2006 e apresentou crescimento de 5,9% do último trimestre daquele ano até o terceiro trimestre de 2007, em relação ao mesmo período anterior. O crescimento no período foi determinado essencialmente pela demanda doméstica, com o consumo das famílias crescendo 5,9% e o investimento 12,4%.

Essa expansão da demanda é o resultado, tanto do crescimento da renda, quanto de uma forte ampliação do crédito. Nos 12 meses encerrados em novembro de 2007, a renda total dos trabalhadores expandiu-se 6,4%, em termos reais, resultado de uma ampliação relevante do emprego, de 2,9%, e do crescimento de 3,4% da renda média real dos trabalhadores. A taxa de desemprego, de 8,2%, encontra-se no menor nível dos últimos anos. O mais importante é que a expansão do emprego vem sendo feita com qualidade. Após um longo período de forte aumento da informalidade no mercado de trabalho brasileiro, desde 2004, o emprego formal vem crescendo em ritmo bem superior ao do emprego informal. Em 2007, foram criados mais de 1,6 milhão de novos empregos formais, recorde da série histórica do indicador.

Paralelamente à expansão da renda das famílias, a demanda doméstica vem sendo sustentada por um forte crescimento do crédito. Entre o final de 2006 e novembro de 2007, o volume total de crédito do sistema financeiro subiu de 30,7% para 34,3% do PIB. Ao contrário de outros países, nos quais o aumento do volume de crédito se fez à custa de uma piora em sua qualidade, o incremento do crédito na economia brasileira se dá num contexto de grande solidez das instituições financeiras, tendo ocorrido inclusive uma redução do nível de inadimplência ao longo do último ano. Isso significa que estão colocadas as condições para a expansão sustentada do crédito – e, portanto, da demanda – nos próximos anos. As razões para a expansão do crédito são várias: do lado da demanda por financiamentos, a perspectiva de crescimento do emprego e da renda aumenta a segurança das famílias para se endividar; do lado da oferta, a solidez macroeconômica e a perspectiva de menor volatilidade ampliam a propensão das instituições financeiras a emprestar.

O Governo está promovendo, também, uma série de mudanças institucionais destinadas a aumentar a concorrência entre as instituições financeiras e diminuir o risco das operações de crédito, contribuindo para a redução das taxas de juros que, no caso das pessoas físicas, caíram de 52,1% ao ano no final de 2006, para 44,8% ao ano em novembro de 2007.

Um dos destaques no atual ciclo de expansão é o crédito imobiliário. Em 2007, os novos financiamentos com recursos da caderneta de poupança alcançaram recursos da ordem de R\$ 18,3 bilhões, quase o dobro dos R\$ 9,4 bilhões desembolsados no exercício de 2006. Embora o volume de crédito imobiliário ainda seja baixo no Brasil, a tendência é que se expanda acentuadamente nos próximos anos em decorrência não apenas da estabilidade macroeconômica, mas também de aprimoramentos institucionais introduzidos ao longo dos últimos cinco anos, como o patrimônio de afetação e a regulamentação da alienação fiduciária.

Mais do que renda e crédito em alta, o que caracteriza o atual ciclo de crescimento da economia brasileira é seu caráter inclusivo. A mudança que estamos vivendo não é apenas quantitativa, mas também qualitativa, pois resulta da inclusão no mercado de consumo de uma ampla parcela da população até então marginalizada.

A resultante das políticas econômica e social do Governo é uma forte expansão da classe média e uma redução da classe “D” e, principalmente, “E”, que praticamente não tinham acesso ao crédito e ao consumo. Se as vendas do comércio varejista cresceram 13,9% ao longo de 2007 não é apenas porque aqueles que já consumiam estão consumindo mais, mas também, e principalmente, porque aqueles que não consumiam, hoje estão podendo participar do mercado.

Nesse ambiente de forte expansão da renda e do consumo, a dúvida que surge é: será que o crescimento é sustentável? A resposta é sim. E aqui talvez esteja a principal diferença entre o atual ciclo de crescimento e os ciclos anteriores de expansão da economia brasileira.

Há muitos fatores que podem levar à reversão de um ciclo de crescimento. Os mais comuns são desajustes macroeconômicos, como inflação em alta ou um forte desequilíbrio nas contas externas, cuja correção inevitavelmente cobra seu preço na forma de um menor crescimento, ou mesmo de uma recessão. Tais desajustes são, quase sempre, a consequência de um descompasso entre o ritmo de crescimento da demanda e o ritmo de expansão da capacidade produtiva da economia. Um desequilíbrio expressivo nas contas públicas também pode levar à interrupção de um ciclo de expansão econômica, na medida em que um forte ajuste fiscal – via elevação de receitas ou redução de despesas – tende a ter um impacto relevante sobre o crescimento. No limite, uma expansão descontrolada da dívida pública pode levar à perda de confiança na moeda nacional e à desestruturação completa do sistema de financiamento da economia.

Em geral, os desequilíbrios macroeconômicos são a contrapartida de um padrão inadequado de financiamento da economia, e a história brasileira mostra isso de forma muito clara. Na ausência de instrumentos eficientes de intermediação da poupança privada e frente à insuficiência de poupança pública, os ciclos anteriores de crescimento da economia brasileira se caracterizaram por mecanismos inadequados de financiamento, como a expansão monetária (gerando inflação), o endividamento externo descontrolado e o endividamento público excessivo. Em todos os casos, o desequilíbrio macroeconômico resultante acabou comprometendo o próprio processo de crescimento.

O que diferencia o atual ciclo de expansão dos anteriores é que estamos financiando de forma adequada o nosso desenvolvimento. Em outras palavras, o crescimento atual da economia brasileira está se realizando sem comprometer o equilíbrio macroeconômico, ou seja, sem comprometer o crescimento futuro.

Um dos principais fatores que dá confiança na sustentabilidade do crescimento é o forte ritmo de expansão dos investimentos, superior a 12% ao ano. É a ampliação da capacidade produtiva resultante desses investimentos que viabiliza o atendimento de uma demanda cada vez mais robusta, sem pressionar os preços ou gerar desequilíbrios excessivos nas contas externas. A rápida expansão dos investimentos é o reflexo do elevado grau de confiança dos empresários no futuro da economia brasileira. Mas é, também, o resultado de mudanças implementadas pelo Governo, com destaque para as sucessivas medidas de desoneração dos investimentos, que, em 2007, foram complementadas com a criação do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infra-estrutura (Reidi).

A manutenção da inflação baixa e sob controle é mais um indicador da sustentabilidade do atual ciclo de crescimento. Num contexto em que a maioria dos países vem experimentando um surto de alta dos preços, a inflação brasileira também subiu um pouco em 2007. Mas mesmo com essa pressão, a taxa de 2007 (4,46%) ficou praticamente no centro da meta de inflação, de 4,5%, enquanto a taxa projetada pelo mercado para 2008 situa-se abaixo da meta. Em particular, boa parte da alta da inflação em 2007 se deveu à alta dos preços dos alimentos, a qual refletiu em parte uma tendência mundial e em parte fatores localizados e transitórios, decorrentes de problemas climáticos no Brasil. Excluindo-se o impacto da alta dos alimentos, a inflação brasileira, medida pelo IPCA, foi de apenas 2,23% no ano de 2007.

É esse bom desempenho da inflação – resultante do compromisso do Governo com a estabilidade dos preços e da seriedade na condução da política monetária – que tem permitido a redução consistente das taxas de juros. Ao longo de 2007, a meta para a taxa básica de juros (Selic) foi reduzida de 13,25% para 11,25% ao ano e a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) de 6,85% para 6,25% ao ano. Trata-se do menor nível histórico tanto da Selic quanto da TJLP.

Outro pilar da consistência macroeconômica é a solidez das contas externas. As reservas internacionais do Brasil, que no final de 2006 eram de US\$ 86 bilhões, alcançaram em dezembro de 2007 US\$ 180 bilhões, correspondendo a mais do que o dobro da dívida externa pública e à quase totalidade da dívida externa do País. Este é o resultado de um saldo positivo em conta corrente, mas também, e principalmente, de um forte influxo de divisas destinadas, em grande parte, a investimentos diretos – que nos últimos 12 meses alcançaram o recorde histórico de US\$ 36 bilhões – e à compra de ações de empresas brasileiras. A solidez dessas contas é extremamente importante para tornar o País menos vulnerável a eventuais alterações nos fluxos de divisas decorrentes de mudanças no cenário internacional. É por este motivo que a crise financeira internacional iniciada em meados de 2007, apesar de seu forte impacto sobre o sistema financeiro e o crescimento de alguns países desenvolvidos, teve efeitos relativamente limitados sobre o Brasil, não comprometendo a trajetória de crescimento de nossa economia.

Na base da consistência de nossas contas externas está o bom desempenho de nossas transações comerciais. Apesar de uma pequena redução, o saldo da balança comercial fechou o ano de 2007 com um superávit de US\$ 40 bilhões, refletindo a expansão tanto das exportações – que cresceram 16,6% –, quanto das importações, cujo crescimento foi de 32%. Parte do crescimento de nossas exportações decorre da alta do preço de *commodities* primárias, no entanto, deve ser ressaltado que, dos 27 setores industriais que compõem a Pesquisa Industrial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 22 apresentaram crescimento da produção no acumulado de 2007, até novembro. E dentre os que registraram queda, vários não têm qualquer relação com o câmbio. Em outras palavras, até o presente momento a indústria brasileira tem conseguido adequar-se bem à valorização cambial, por meio do corte de custos e do aumento da produtividade.

A consistência macroeconômica é reforçada pela solidez das contas fiscais. Em 2007, a combinação de um elevado superávit primário com a diminuição do custo da dívida pública viabilizou uma redução relevante do déficit nominal – que alcançou seu menor nível histórico –, ficando, nos 12 meses encerrados em novembro em 2,1% do PIB. Dado o compromisso do Governo com a manutenção da solidez fiscal, torna-se cada vez mais realista a perspectiva de eliminação completa do déficit nominal do setor público ao longo dos próximos anos.

Como resultado da gestão fiscal, a dívida líquida do setor público seguiu em queda, reduzindo-se de 44,9% do PIB, no final de 2006, para 42,6% do PIB, em novembro de 2007. Ao mesmo tempo, o Tesouro Nacional deu continuidade ao processo de alongamento e de melhora da composição da dívida pública, reduzindo o risco de volatilidade nos próximos anos.

O prazo médio da Dívida Pública Federal ampliou-se de 35,5 meses, em dezembro de 2006, para 39,1 meses, em novembro de 2007, ocorrendo concomitantemente redução no seu custo médio de 13,78% a.a. para 11,68% a.a. Destaque-se, ainda, a continuidade da ampliação da parcela pré-fixada no total da dívida, que passou de 37,6% para 40%, entre dezembro de 2006 e novembro de 2007.

Uma das conseqüências da estabilidade macroeconômica, em particular da estabilidade dos preços, é a forte expansão do mercado de capitais no Brasil. Com a alta do preço das ações, o valor de mercado das companhias listadas na Bolsa de Valores de São Paulo alcançou cerca de R\$ 2,5 trilhões, no final de 2007, alta de cerca de 60% no ano e mais de 450% desde o início de 2003. Essa alta estimula as companhias abertas a realizar novas captações e, as fechadas, a abrir seu capital. Nesse ambiente, as emissões primárias no mercado de capitais atingiram seu recorde histórico, em 2007, ficando próximas de R\$ 130 bilhões, dos quais mais de R\$ 50 bilhões em operações diretamente relacionadas à capitalização das empresas via emissão de ações ou fundos de participação.

O mais importante é que a expansão sustentada do mercado de capitais indica que o Brasil está desenvolvendo mecanismos adequados de financiamento do investimento, que conta ainda com a importante participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), cujos desembolsos alcançaram R\$ 65 bilhões, em 2007. Ao contrário dos ciclos anteriores de desenvolvimento, que dependeram de mecanismos inadequados de financiamento, o atual ciclo está sendo estruturado sobre instrumentos sólidos de intermediação da poupança privada – via mercado de capitais – e da poupança pública – via BNDES –, o que garante a sua sustentabilidade.

Objetivamente, seja do ponto de vista da consistência macroeconômica em suas três dimensões – estabilidade dos preços, solidez das contas externas e gestão fiscal responsável –, seja do ponto de vista do desenvolvimento de mecanismos adequados de financiamento, o atual ciclo de crescimento da economia brasileira tende a ser mais sustentável que os ciclos de expansão das últimas décadas.

Mas não são apenas desajustes macroeconômicos que podem levar à reversão de um ciclo de crescimento: a insuficiência de infra-estrutura econômica pode ter o mesmo efeito. Quando a expansão da infra-estrutura não acompanha o crescimento da economia, surgem gargalos – como a falta de energia para alimentar o parque produtivo ou a insuficiência de estradas e portos para escoar a produção – que inviabilizam o próprio crescimento. Essa é uma situação especialmente preocupante para a economia brasileira, que vem de um período de estagnação de mais de 20 anos, no qual perdeu-se a capacidade de planejar o crescimento.

É neste contexto que foi criado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que ocupou o foco central das políticas públicas em 2007. Em sua vertente econômica, o PAC tem como principal objetivo promover investimentos públicos e privados em infra-estrutura logística, energética e social, de modo a garantir que não haverá gargalos ao crescimento nos próximos anos. Além de definir prioridades, o PAC se fundamenta em mecanismos adequados de financiamento da infra-estrutura com recursos

públicos, preservada a consistência fiscal de longo prazo, e, sempre que possível, com recursos privados. Para viabilizar a atração e a alocação eficiente de recursos privados em projetos de infra-estrutura é essencial um ambiente regulatório que simultaneamente dê segurança aos investidores e reduza os custos para os usuários. Nesse contexto, o leilão de concessão de sete trechos de rodovias federais, realizado em 2007 – que resultou em tarifas extremamente baixas para os usuários –, demonstrou claramente que é possível construir um modelo de atração de investimentos privados que estimule ao máximo a competição e a preservação do interesse público.

Para ser bem-sucedido, o PAC demanda a recuperação da capacidade de planejamento de longo prazo e de gestão de investimentos por parte do setor público. A retomada da capacidade de planejamento e investimento pelo Governo, catalisada pelo PAC, aumentou o nível de confiança na economia brasileira, acelerando as decisões de investimento do setor privado. Ressalte-se que, antes do lançamento desse Programa, o mercado estimava um crescimento na faixa de 3,5% em 2007, ao passo que já há um consenso de que essa taxa de crescimento no exercício passado deve ter superado os 5%. No entanto, esse é um processo que está exigindo a recuperação de capacidades que foram perdidas pela administração pública. É natural que esse processo seja incremental e que o ritmo de execução das obras desse Programa se acelere progressivamente, como já vem ocorrendo.

Em 2007, foram implementadas diversas obras do PAC, tanto na infra-estrutura econômica, quanto na social. Destacam-se, no campo da infra-estrutura logística, a licitação de sete trechos de rodovias federais, a conclusão das obras de duplicação da BR-060, em Goiás e BR-050 em Minas, a conclusão do trecho de 147 km da ferrovia Norte-Sul; na infra-estrutura energética, o destaque é para o leilão da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, no Rio Madeira, para o leilão de 1.930 km de linhas de transmissão, para a 9ª Rodada de Licitações para a Exploração e Produção de Petróleo e Gás, as confirmações e descobertas do potencial produtivo da área do Pré-sal e do Tupi, a entrada em operação de seis plataformas petrolíferas, que garantiram, em dezembro, um novo recorde de produção de barris diários de petróleo, a entrada em operação de 635 Km de gasodutos, e para a entrada em operação de 14 usinas novas de biodiesel e 17 usinas de etanol; e na infra-estrutura social foram contratados investimentos de R\$ 41,8 bilhões no setor de habitação e R\$ 15 bilhões na área de saneamento. Deve ser registrado, também, no âmbito do PAC, a configuração de uma carteira de projetos e estudos que viabilizará novas obras a serem iniciadas, a exemplo do Estudo de Viabilidade e Modelagem do Trem de Alta Velocidade ligando Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas. Em seu componente institucional, houve significativo avanço na execução do PAC. Destacam-se a criação do Fundo de Investimento em Infra-Estrutura e do FI-FGTS, a regulamentação da TV Digital e da transferência obrigatória para que Estados e Municípios executem obras do PAC, o Reidi e o Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária.

Se os primeiros anos do atual Governo tiveram como foco a consolidação da estabilidade econômica, o ano de 2007 marcou, de forma clara, a prioridade na aceleração e na sustentabilidade do crescimento. É neste contexto que deve ser entendido o PAC, que consolida o papel do Estado como indutor do desenvolvimento.

Uma das principais características do atual ciclo de crescimento é que a inclusão social e a redução das desigualdades de renda são componentes essenciais – e não apenas resíduos – da política de desenvolvimento. Trata-se de uma mudança importante em relação aos ciclos anteriores de expansão da economia brasileira, nos quais o foco foi apenas o crescimento econômico, em muitos casos com impactos negativos sobre a distribuição de renda.

Nesse sentido, em 2007, o Governo estabeleceu como prioridade, a exemplo dos anos anteriores, uma Agenda Social. Essa Agenda foi construída a partir da experiência acumulada no monitoramento e avaliação das políticas, programas e ações desenvolvidos pela área social, com o objetivo de aperfeiçoar, integrar e ampliar sua escala de atendimento.

Buscou-se consolidar a política social como garantidora de direitos, reduzir as desigualdades sociais e fortalecer a gestão integrada para promoção de oportunidades e emancipação das famílias mais pobres. Para tanto, a articulação intra-governamental – entre ministérios, secretarias especiais, estatais e bancos públicos – e a pactuação federada com Estados e Municípios vêm sendo constantemente aprimoradas.

Na Agenda Social está previsto um conjunto de ações que prioriza o combate à pobreza na cidade e no campo, o fortalecimento da cidadania, com ênfase na educação, saúde, cultura e segurança pública. Entre as ações destacam-se o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), as medidas para redução das desigualdades, especialmente a ampliação dos benefícios do Bolsa Família, a geração de oportunidades às famílias mais pobres, o combate à pobreza rural, a ampliação dos serviços socio-assistenciais, a reestruturação dos programas para a juventude e o fortalecimento dos direitos da cidadania, compreendendo as comunidades quilombolas, povos indígenas, criança e adolescente, mulheres e idosos.

A centralidade da inclusão social revela-se não apenas nos programas sociais, mas na própria gestão da política econômica. No âmbito da política tributária, por exemplo, deu-se grande prioridade, nos últimos anos, a medidas de desoneração focadas nos produtos da cesta básica de alimentos e nos materiais de construção destinados à população de mais baixa renda. Para a consolidação do desenvolvimento sustentável com inclusão social, muitas das medidas destinadas ao aprimoramento do mercado de crédito tiveram como foco as camadas menos favorecidas da população, seja no caso do crédito consignado – modalidade de crédito que mais vem crescendo nos últimos anos, cujo saldo já ultrapassa R\$ 60 bilhões –, seja no caso do financiamento aos pequenos produtores rurais, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que na safra 2006-2007 alcançou R\$ 8,4 bilhões. Indo além da ampliação do volume de crédito, mudanças recentes introduzidas no Pronaf tiveram como objetivo dar sustentabilidade à renda dos pequenos agricultores. Após a introdução de um mecanismo simples e eficiente de seguro para perdas de safras por motivos climáticos – o Proagro Mais –, na safra 2006-2007, foi criado um instrumento de proteção contra eventuais quedas de preços dos produtos – o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF) –, pelo qual a perda decorrente de eventuais quedas de preços é automaticamente descontada do pagamento dos financiamentos.

Mas talvez a principal contribuição da política econômica para a inclusão social seja a manutenção da inflação baixa e estável, pois não existe mecanismo mais perverso de corrosão da renda da população mais pobre que a alta inflação.

Nesse contexto, aumenta ainda mais a importância e o alcance dos programas na área social. O Programa Bolsa Família, até o mês de dezembro de 2007, beneficiou 11,04 milhões de famílias e cerca de 45 milhões de pessoas. O custo aproximado do Programa, em 2007, foi de R\$ 9 bilhões, ou aproximadamente 0,39% do PIB. De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), esse Programa é uma transferência de recursos federais que produziu resultados significativos. O Bolsa Família foi responsável por quase um quarto da recente queda da desigualdade de renda e por 16% do declínio na pobreza extrema, pela queda de 60% na desnutrição de crianças pobres, entre seis

e 11 meses de idade, e pela ênfase na igualdade de gênero, ao privilegiar as mulheres como receptoras dos benefícios. Em 2008, será consolidada a ampliação do Bolsa Família, com a inclusão dos jovens de 16 e 17 anos das famílias já beneficiárias do Programa.

A educação continua sendo um dos pilares para a inclusão social e para a qualidade do desenvolvimento. Em 2007, o Governo lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). O objetivo desse Plano é contribuir para a redução das desigualdades sociais e regionais na educação, por meio de uma estratégia de ação que contempla as dimensões educacional e territorial. A lei que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), sancionada em 2007, garante investimentos da educação infantil ao ensino médio, ampliando os recursos complementares repassados pela União aos Entes Federativos.

A implementação dos programas sociais tem sido realizada em consonância com a diretriz de promover a inclusão social e a redução das desigualdades, compatibilizada com a busca da racionalidade e da qualidade do gasto público. Nesse sentido, em dezembro de 2007, o Governo lançou o Programa Unificado de Juventude (ProJovem). Foram unificados, por meio do ProJovem, seis programas já existentes voltados para a juventude – Agente Jovem, ProJovem, Saberes da Terra, Consórcio de Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica. Esse novo Programa vai permitir que esses jovens sejam reintegrados ao processo educacional, recebam qualificação profissional e tenham acesso a ações de cidadania, esporte, cultura e lazer.

Uma importante inovação desse Programa é a ampliação da faixa etária dos beneficiários das principais ações voltadas para a juventude, a qual anteriormente era apenas de 15 a 24 anos. Essa ampliação introduz no Brasil um padrão internacional de conceituação de juventude, no qual são definidos três grandes grupos: os adolescentes-jovens (15 a 17 anos), os jovens-jovens (18 a 24 anos) e os jovens-adultos (25 a 29 anos). Opta-se, dessa forma, por atender um extrato maior da sociedade, buscando propiciar oportunidades para um contingente cada vez maior de cidadãos. O ProJovem poderá atender, até 2010, quatro milhões de jovens entre 15 e 29 anos.

O Governo, também, está consciente da necessidade de uma atuação coordenada e integrada na área de segurança. Nesse sentido, em agosto de 2007, foi lançado o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci). O Pronasci destina-se à prevenção, controle e repressão da criminalidade, atuando em suas raízes socioculturais, articulando ações de segurança pública e políticas sociais mediante a cooperação entre União, Estados e Municípios. Trata-se de uma nova abordagem, que concilia os esforços de políticas de segurança e de ações sociais, superando a dicotomia que vinha sendo perpetrada historicamente. O Programa está estruturado em um conjunto de projetos, que se dividem em projetos estruturantes, com alcance nacional, e em projetos de caráter local, com abrangência em 11 regiões metropolitanas do País, selecionadas em razão dos altos índices de violência.

Os resultados da política de inclusão social do Governo são claros. Tanto a pobreza quanto a desigualdade de renda vêm se reduzindo de forma expressiva no Brasil. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), de 2006, a taxa de pobreza, que em 2002 era de 26,7%, havia caído para 19,3% no citado ano de 2006. O mesmo ocorre com a desigualdade de renda, com o índice de Gini registrando sucessivas quedas, passando de 0,553, em 2002, para 0,528, em 2006.

É verdade que o Brasil ainda é um País muito desigual, mas os avanços realizados nos últimos anos são significativos. Esses avanços são ainda mais relevantes se consideramos que para a grande maioria dos países em desenvolvimento o crescimento dos anos recentes veio acompanhado de uma piora da distribuição de renda.

Como corolário do desenvolvimento recente, em 2007, pela primeira vez, o Brasil passou a integrar o grupo de países com alto grau de desenvolvimento humano, com base na metodologia desenvolvida pelo PNUD.

Um dos fatores que têm contribuído para a aceleração do crescimento nos últimos anos é a introdução de uma série de reformas institucionais, que têm como objetivo aumentar a eficiência da economia em geral e do setor público em particular. Em 2007, deu-se continuidade à agenda de reformas com a aprovação e a implementação de uma série de mudanças com impacto relevante sobre o funcionamento de nossa economia.

Entre essas mudanças merece destaque a entrada em vigor, em julho de 2007, do novo modelo de tributação das micro e pequenas empresas, o Simples Nacional. Com o Simples Nacional, as micro e pequenas empresas passaram a recolher, de forma unificada e simplificada, os tributos federais, estaduais e municipais, com redução relevante não apenas do ônus tributário, mas também do custo de apuração e cumprimento de obrigações tributárias. Em 2007, aproximadamente 2,8 milhões de empresas – mais de 90% das empresas do País – se inscreveram no Simples Nacional, dado que confirma a grande relevância do novo modelo.

Na área financeira, o Governo deu continuidade à implementação de medidas voltadas à criação de um ambiente mais propício à concorrência entre as instituições financeiras. A mudança mais importante foi a regulamentação da cobrança de tarifas bancárias, cujo objetivo foi limitar o escopo das tarifas e, por meio da maior homogeneidade, permitir que os consumidores possam comparar o custo das tarifas cobradas pelos bancos.

Outra mudança importante, implementada em 2007, foi a aprovação da lei complementar e a regulamentação da abertura do mercado de resseguros do Brasil. Com a abertura do mercado de resseguros, cujos efeitos serão sentidos a partir de 2008 com a entrada de novos resseguradores, espera-se não apenas uma redução do custo dos seguros, mas também uma diversificação dos produtos oferecidos, contribuindo para o funcionamento mais eficiente de nossa economia.

Na área da gestão pública, uma das mais relevantes medidas realizadas, em 2007, foi a criação da Secretaria da Receita Federal do Brasil, que unificou a Secretaria da Receita Federal com a Secretaria da Receita Previdenciária. Além da redução de custos, a consolidação da gestão da contribuição previdenciária com a gestão dos demais tributos federais amplia a eficiência da administração tributária, permitindo o cruzamento de informações e assim contribuindo para a redução da sonegação. O bom desempenho da arrecadação federal, em 2007, é, em parte, o resultado desses avanços na estrutura e na gestão da administração tributária da União.

Esses são apenas alguns exemplos dos avanços institucionais implementados em 2007, os quais foram complementados por uma série de outras medidas de alcance mais restrito, mas que, no conjunto, contribuem de forma relevante para o funcionamento mais eficiente de nossa economia. Um exemplo é a aprovação e publicação, no final de 2007, de mudanças nas normas contábeis nacionais, visando sua convergência para padrões internacionais. Com a mudança espera-se não apenas maior transparência das demonstrações contábeis, mas uma redução do custo de financiamento, no exterior, das empresas brasileiras.

No ambiente de estabilidade macroeconômica construído nos últimos anos e com o foco da política econômica voltado para a criação de condições para a sustentação e aceleração do crescimento, as perspectivas para 2008 são de manutenção de um ritmo de crescimento próximo ao observado em 2007.

É verdade que existem riscos no cenário internacional que podem afetar o desempenho da economia brasileira, neste exercício, mas a perspectiva é que, mesmo num cenário negativo, o impacto sobre nosso crescimento seja limitado. O impacto sobre o Brasil de uma desaceleração mais forte do crescimento dos países desenvolvidos tende a ser limitado, dado o contexto de demanda doméstica robusta e de solidez das contas externas.

Na virada do ano, a rejeição pelo Senado Federal da prorrogação da CPMF, cuja receita prevista para 2008 aproximava-se de R\$ 40 bilhões, exigiu ajustes na política econômica. Tais ajustes estão sendo implementados de modo a preservar a consistência macroeconômica – especialmente pela manutenção da meta de superávit primário para 2008 –, e de modo a que o impacto sobre o crescimento seja o menor possível. Parte dos ajustes será implementada por meio de cortes no orçamento de 2008, que estão sendo negociados com o Congresso Nacional. Embora o objetivo seja preservar ao máximo os investimentos e os programas sociais, um ajuste na dimensão do exigido pela revogação da CPMF pode afetar despesas que impactam positivamente o crescimento e os indicadores sociais.

Outras medidas, que foram implementadas no início deste exercício, são relativas a mudanças na legislação tributária. Na elaboração dessas medidas houve uma preocupação com a consistência macroeconômica, não apenas com o equilíbrio das finanças públicas, mas também com ajustes tributários que não pressionem os preços e que contribuam para manter a inflação sob controle.

Em 2008, a exemplo dos anos anteriores, a perspectiva é dar continuidade à agenda de medidas de aperfeiçoamento institucional. Dentre essas medidas destaca-se a proposta de emenda à Constituição da Reforma Tributária, que deverá ser enviada ao Congresso Nacional. O objetivo da reforma é promover mudanças no sistema tributário que contribuam para o crescimento mais acelerado da economia brasileira, por meio da simplificação, da desoneração e da correção de distorções do sistema atual, a exemplo da guerra fiscal entre os Estados. Ao contrário de projetos anteriores, a atual proposta de Reforma Tributária é o resultado de um amplo diálogo com representantes dos Estados e Municípios, bem como com a sociedade civil. Como resultado desse diálogo, a proposta incorpora aperfeiçoamentos como um importante aprimoramento da política de desenvolvimento regional.

Além da Reforma Tributária, a expectativa é que em 2008 haja outros avanços na agenda de mudanças institucionais, seja por meio da aprovação de projetos já em tramitação – como é o caso do projeto que regulamenta os bancos de dados de proteção ao crédito (cadastro positivo) –, seja por meio de novos projetos, como é o caso da regulamentação do Fundo de Catástrofe do Seguro Rural.

Em relação ao PAC, será prioritária neste exercício a aprovação, no âmbito do Poder Legislativo, das mudanças na Lei de Licitações (Lei nº 8.666, de 1993), para tornar mais célere, transparente e econômico a contratação de bens e serviços, da Lei do Gás, da política de longo prazo para o salário mínimo, dos projetos de leis para melhoria da gestão previdenciária e para instituição do regime de previdência complementar para os servidores públicos federais, do chamado projeto de lei das agências reguladoras, além da proposta sobre o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e da divisão federativa de competências em matéria ambiental, entre outros.

O Governo pretende, também em 2008, introduzir aperfeiçoamentos relevantes na política industrial, tecnológica e de comércio exterior. Tais aperfeiçoamentos dizem respeito não apenas ao alcance setorial da política, mas também aos instrumentos e à coordenação dos agentes públicos responsáveis por sua implementação.

Na Agenda Social, o Governo prevê para este exercício a continuidade do Plano de Desenvolvimento da Educação, o aperfeiçoamento dos programas Bolsa Família e ProJovem, a complementação das ações do Pronasci, bem como a aprovação dos seus respectivos regulamentos no âmbito do Poder Legislativo, a ampliação do Pronaf, a continuidade da implementação do Luz para Todos, além das demais medidas na área da saúde, da cultura, das políticas afirmativas e da infra-estrutura social, compreendendo as ações nas áreas de habitação e saneamento, entre outras.

Em suma, a Agenda de Política Econômica e Social para 2008 tem como principais objetivos reforçar os resultados que já vêm sendo observados em 2007: um crescimento cada vez mais robusto com a manutenção da estabilidade macroeconômica e foco central na inclusão social.



II - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
COM ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO E
REDUÇÃO DE DESIGUALDADES

2008

1. Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)

Em 2007, a implementação da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) foi intensificada e ampliado o leque de instrumentos e incentivos para a indústria, que culminaram na consolidação de um novo ambiente institucional para a política industrial brasileira. Os resultados da PITCE podem ser vistos tanto nas linhas de ações horizontais (inovação e desenvolvimento tecnológico, modernização industrial, inserção externa e ambiente institucional), quanto nas opções estratégicas (software, semicondutores, fármacos e medicamentos e bens de capital) e áreas portadoras de futuro (nanotecnologia, biotecnologia e biomassa / energias renováveis).

Nesse sentido, um importante avanço no último exercício foi a aprovação da chamada Redesim – Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios –, que foi aprovada por intermédio da Lei nº 11.598, sancionada em dezembro de 2007. A Redesim tem como objetivo básico melhorar e simplificar as condições para a abertura, alteração e fechamento de empresas, reduzindo prazos, custos e procedimentos, além de contribuir para a redução da informalidade e aumento da competitividade da economia brasileira. Em 2007, o tempo gasto para a abertura e legalização de empresas foi de 20,3 dias. Nesse exercício foram desenvolvidas várias ações para simplificar o registro mercantil, dentre elas: Requerimento de Empresário Eletrônico via Internet, Ficha de Cadastro Nacional – eletrônica, Autenticação de Livros Mercantis Digitais e Portal do Registro de Empresários e Sociedades. A base de dados do Cadastro Nacional de Empresas (CNE), que armazena dados de mais de 16 milhões de empresas, foi implementada em 2007. Em 2008, está prevista a celebração de acordos de cooperação técnica com órgãos públicos para início de operação do sistema. A meta, para 2008, é de no máximo 15 dias para todo o processo de abertura e legalização de empresas.

Por meio da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), foi iniciada a elaboração de Planos Estratégicos para setores da indústria (couro e calçados; aeronáutico; plásticos; equipamentos médicos, hospitalares e odontológicos; produtos de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos; têxteis e confecções), em parceria com entidades do setor e empresas das cadeias produtivas, além da publicação de três Panoramas Setoriais (aeronáutico; couro e calçados; plásticos e naval). Ainda em 2007, foram concluídos três Estudos Prospectivos, cujas diretrizes se constituirão na base para a formulação dos Planos Estratégicos.

O Programa Competitividade das Cadeias Produtivas tem por finalidade elevar a competitividade industrial das principais cadeias produtivas do País, com ações relativas à geração de emprego, ocupação e renda, ao desenvolvimento e à desconcentração regional da produção, ao aumento das exportações, à substituição competitiva das importações e à capacitação tecnológica das empresas. Em 2007, foram adotadas medidas para o desenvolvimento das cadeias produtivas de setores intensivos em mão-de-obra. Em 2008, a questão da competitividade das cadeias produtivas estará centrada no fortalecimento dos Fóruns de Competitividade, envolvendo o poder público, o setor privado, o terceiro setor e os trabalhadores, como espaço de discussão para a implementação da nova fase da PITCE. As cadeias produtivas têm um diálogo efetuado por intermédio de 17 Fóruns de Competitividade em funcionamento.

Outra importante ação efetivada, em 2007, foi o Programa Revitaliza. Por intermédio desse Programa foi viabilizado o desconto de PIS/Pasep e Cofins nas importações de bens de capital e disponibilizados recursos da ordem de R\$ 3 bilhões em linhas especiais de financiamento de capital de giro, investimentos e exportações, com juros reduzidos, para empresas preponderantemente exportadoras dos setores de calçados e artefatos de couro, pedras ornamentais, têxtil, confecções e móveis;

bem como a elevação das alíquotas de importações para têxteis, confecções e calçados. Para 2008, entre outras ações para esses segmentos, estão previstos a regulamentação da Lei do Couro e a realização do Estudo Antropométrico Brasileiro, para possibilitar a adequação dos produtos dos setores de confecções, calçados e móveis às reais necessidades do consumidor.

Destaca-se, ainda, o mecanismo que concede benefícios às empresas que cumprem, no Brasil, etapas no seu Processo Produtivo Básico (PPB), tanto para empreendimentos localizados no Pólo Industrial de Manaus como no restante do País, com os incentivos estabelecidos pela Lei de Informática. Em 2007, foram adotadas medidas para redução do tempo para concessão dos benefícios, como a criação da Câmara Técnica Interministerial, que possibilitou a racionalização do trabalho e reduziu em até seis meses o tempo de análise dos processos. Para 2008, pretende-se uma ampla automatização do processo, com a implantação de diversos módulos de acompanhamento informatizados, incluindo o processo de assinatura eletrônica, o que dará mais agilidade à concessão dos benefícios.

a) Inovação Tecnológica e Propriedade Industrial

A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e outras entidades parceiras, concluiu a configuração dos novos instrumentos de subvenção econômica para as atividades de P&D e inovação tecnológica das empresas. Foram disponibilizados, em 2007, recursos da ordem de R\$ 510 milhões, para apoiar, prioritariamente, o desenvolvimento de projetos no âmbito da PITCE. Até o mês de novembro de 2007, foram aprovados projetos no valor de R\$ 140 milhões nas seguintes áreas prioritárias: TV Digital, Semicondutores e *Software*, Cadeia Aeroespacial, Fármacos e Medicamentos – Foco em AIDS e Hepatite, Biomassa / Energias Alternativas, Nanotecnologia, Biotecnologia, Bens de Capital – Biocombustíveis e Combustíveis Sólidos.

O Brasil conta, atualmente, com cinco mil empresas realizando investimentos em inovação tecnológica. Dessas, 1,2 mil mantêm equipes permanentes de pesquisa e lançam regularmente produtos, processos e serviços novos no mercado. As empresas que mais investem em inovação são também as que concentram os maiores investimentos e, além disso, são responsáveis por parcela significativa do PIB do País.

O Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação do Pólo Industrial de Manaus (CT-PIM) é uma das instituições com atuação significativa nesse setor. Esse Centro já firmou acordos com instituições de renome internacional, como o *Fraunhofer IZM Institution*, da Alemanha, que resultou na instalação, em Manaus, de uma base dessa organização para a proposição de projetos junto às instituições nacionais, em particular, as localizadas no Pólo Industrial de Manaus; e a *VDI/VDE Innovation Technik GmbH (VDI/VDE-IT)*, para o planejamento de cursos de nível médio em microtecnologias SMT e Thin Film. Esse Centro também firmou acordos de cooperação técnica na área de TV Digital, visando a adequação e implementação da solução NXP em fabricantes instalados no Brasil, preferencialmente pertencentes ao Pólo Industrial de Manaus e acordos na área de telefonia celular.

Outro importante avanço nessa área foi a aprovação da nova legislação que regulamenta o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT – Lei nº 11.540, publicada no mês de novembro de 2007. Essa nova lei representa um avanço no processo de institucionalização do sistema de C&T no País.

Em 20 de novembro de 2007 foi lançado o Plano de Ação de Ciência e Tecnologia (C&T), prevendo investimentos federais de R\$ 41,2 bilhões até 2010. O Plano é composto de quatro eixos centrais: 1) expansão e consolidação do sistema de C,T&I; 2) implementação da inovação tecnológica nas empresas; 3) pesquisa, desenvolvimento e inovação em áreas estratégicas; e 4) ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento social.

Foi criado, em 2007, o Comitê Nacional de Biotecnologia e foi reestruturado o Fórum Nacional de Biotecnologia, com ações voltadas aos seus quatro eixos setoriais: Saúde Humana, Agropecuária, Industrial e Ambiental. Já o Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA) firmou, em 2007, acordos com diversas instituições de pesquisa. Esses acordos vêm possibilitando o desenvolvimento de produtos e processos, bem como a prestação de serviços e a realização de mais de 500 análises e desenvolvimento de 14 projetos em parceria com a iniciativa privada.

No exercício anterior, foi assinado acordo de cooperação técnica entre o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) e o Ministério do Trabalho e Emprego para transferência mútua de conhecimento nas áreas de Avaliação da Conformidade, Metrologia Legal e Científica e do Trabalho, tendo como pressupostos básicos a certificação de produtos e serviços diretamente ligados à proteção e segurança do trabalhador, especialmente aqueles relacionados aos equipamentos de proteção individual, os chamados EPIs. Em 2008, prevê-se a implantação do programa de avaliação da conformidade de EPIs, bem como o desenvolvimento de um programa de certificação para qualificar portadores de necessidades especiais, capacitando-os para o mercado de trabalho.

O Inmetro está desenvolvendo estudos em parceria com o instituto metrológico norte-americano, *National Institute of Standards Technology (NIST)*, sobre aspectos científicos e técnicos dos biocombustíveis e padrões metrológicos confiáveis e reconhecidos internacionalmente. Simultaneamente, o Inmetro desenvolve o Programa Brasileiro de Certificação em Biocombustíveis, de caráter voluntário, representando critérios úteis à promoção das exportações e à eliminação de barreiras técnicas ao comércio. O Programa contribuirá de forma determinante para a ampliação da oferta mundial e a conseqüente transformação dos biocombustíveis em *commodity*, gerando importantes benefícios para a sociedade. Em 2008, está prevista a produção de materiais de referência para o etanol combustível e para o biodiesel.

A fim de permitir a expansão do controle metrológico para determinadas classes de instrumentos de medição, consolidou-se a adoção da autoverificação para os fabricantes de instrumentos de medição e postos de ensaios autorizados, aplicados aos medidores de energia elétrica, de água e de gás domiciliar. Nesse contexto, foram autorizados 13 fabricantes nas áreas de energia elétrica, água e gás e 59 concessionárias na área de energia elétrica e gás.

As principais ações, a serem realizadas em 2008, são: a implementação do controle metrológico legal no segmento de petróleo, gás e biocombustíveis; a ampliação do controle metrológico relativo aos instrumentos de medição inseridos no âmbito do Código de Trânsito Brasileiro; e a implantação de programas de avaliação da conformidade de prensas, de máquinas agrícolas e dos serviços prestados por organismos de treinamento para requalificação profissional.

Em 2007, os principais resultados relacionados às ações de implementação da segunda etapa do projeto de reestruturação do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi) foram a implantação do sistema de acesso aos serviços de registros de marcas e a capacitação e organização das novas equipes de exame de patentes, atingindo-se o número total de 255 examinadores de patentes, contra 120 operando em 2006. Destacam-se, também: a aprovação da proposição brasileira de fazer do Inpi Autoridade Internacional de Busca (ISA) e Autoridade Internacional de Exame Preliminar de Patentes (IPEA) perante a Organização Mundial da Propriedade Industrial (OMPI); o registro da primeira indicação geográfica para uma bebida brasileira – a cachaça de Paraty; a criação da Academia de Propriedade Intelectual e a inauguração do seu Programa de Mestrado Profissional; a capacitação de cerca de 2.000 pessoas dos Núcleos de Inovação Tecnológica nas universidades públicas e institutos públicos de pesquisa (previstos na Lei de Inovação) e de núcleos de apoio a empresas de pequeno e médio porte do Sistema Confederação Nacional

da Indústria (CNI); a elaboração do plano de integração dos serviços de propriedade industrial dos países do Mercosul e do plano de cooperação em diferentes áreas técnicas entre todos os países da América Latina; e o aperfeiçoamento da legislação sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados pelo Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual – GIPI, mediante aprovação da Lei nº 11.484, de maio de 2007.

b) Fomento aos Investimentos

O Governo manteve em 2007 a política de fomento aos investimentos, quer por meio da política de desoneração tributária, quer por meio de financiamento a investimentos empresariais, contribuindo assim para o desenvolvimento econômico do País e o estímulo à geração de emprego e renda.

Nos setores prioritários da PITCE foram implementadas significativas ações de desoneração tributária do setor produtivo, em 2007, por meio do PAC. Citam-se os Programas de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores e Displays (Padis) e da Indústria de Equipamentos de Transmissão para TV Digital (PATVD), além do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-estrutura (Reidi), que prevê a suspensão da contribuição para o PIS/Pasep e Cofins na aquisição de máquinas e equipamentos para incorporação em obras de infra-estrutura destinadas ao seu ativo imobilizado.

Por meio do Ex-Tarifário, foi dada continuidade à desoneração de tarifas de importação de bens de capital que não são produzidos no Brasil. Em 2007, foram analisados 1.729 pleitos, com redução da tarifa para 1.054 deles, viabilizando, dessa forma, investimentos globais de US\$ 9,9 bilhões, os quais possibilitaram avanços tecnológicos significativos em setores importantes da economia, na geração de renda, emprego e na exportação. Destaca-se a desoneração de equipamentos dos seguintes setores: siderúrgico, mineração, bens de capital, petroquímico, automotivo e transmissores para TV Digital. Ressalta-se, ainda, o objetivo de tornar o Brasil um centro produtor de locomotivas de qualquer potência, tanto para o mercado nacional, quanto para a exportação.

O BNDES desembolsou de janeiro a dezembro de 2007 recursos expressivos, participando ativamente da sustentação da taxa de crescimento do investimento fixo na economia. Os valores, por campo de atuação, são: R\$ 8,9 bilhões no segmento energético, com estimativa de R\$ 12 bilhões para 2008; R\$ 1,9 bilhão no setor de transporte e logística – os transportes naval e ferroviário são os setores que compõem a maior parte da carteira de investimentos dessa linha de atuação –, com estimativa de um aumento de 214% para 2008; R\$ 3,3 bilhões para o setor de telecomunicações – as operadoras de telefonia fixa e celular são as principais demandantes de recursos –, com estimativa de R\$ 2,9 bilhões de desembolsos em 2008; R\$ 1 bilhão para Desenvolvimento Urbano – dos quais R\$ 811 milhões para saneamento ambiental, com perspectiva de desembolso de R\$ 2,1 bilhões, em 2008; R\$ 310 milhões na linha de atuação da Inclusão Social, com a previsão de destinação de R\$ 250 milhões no ano de 2008; R\$ 8,1 bilhões à Exportação – dos quais R\$ 6,7 bilhões desembolsados na linha pré-embarque (capital de giro para produção de bens e serviços a serem exportados) e R\$ 1,7 bilhão na linha pós-embarque (financiamento à comercialização propriamente dita) –, com a previsão de R\$ 8,9 bilhões de apoio à Exportação, em 2008; R\$ 7,5 bilhões para o segmento de Insumos Básicos – com destaque para os setores de papel e celulose (R\$ 1,9 bilhão), química e petroquímica (R\$ 1,6 bilhão), metalurgia (R\$ 2,8 bilhões) e mineração (R\$ 0,8 bilhão) –, prevendo-se um desembolso de R\$ 7,8 bilhões, em 2008; R\$ 7,7 bilhões para Ampliação da Capacidade de Oferta de Bens e Serviços – com destaque para os setores de agroindústria e agropecuária (R\$ 2,2 bilhões), o complexo sucroalcooleiro e produção de biocombustíveis (R\$ 1,6 bilhão), material de transporte (R\$ 770 milhões), indústria farmacêutica (R\$ 600 milhões) e comércio (R\$ 1,1 bilhão) –, sendo esperado em 2008 um volume de desembolsos de R\$ 13,5 bilhões; R\$ 5,1 bilhões no segmento de Pequenos Projetos de Investimento – dos quais R\$ 1,9

bilhão em programas especiais para o setor agrícola –, prevendo-se um desembolso de R\$ 4,5 bilhões no ano de 2008; e R\$ 20,5 bilhões para Máquinas e Equipamentos – dos quais destacam-se R\$ 4,1 bilhões para os setores de agropecuária e agroindústria e R\$ 9,9 bilhões para o setor de transporte terrestre.

Para os projetos inscritos no PAC, foram desembolsados pelo BNDES, em 2007, R\$ 5 bilhões, dos quais R\$ 4 bilhões em projetos do Eixo Energia. A carteira atual dos projetos do PAC atinge R\$ 41,5 bilhões, os quais, considerando o capital de outras fontes nesses mesmos projetos, implicam investimentos de R\$ 67 bilhões. As operações em perspectiva acrescentam um potencial de R\$ 24,1 bilhões de demanda para recursos do Banco, viabilizando investimentos da ordem de R\$ 42,9 bilhões. A previsão é de que os desembolsos do BNDES em projetos inscritos no PAC alcancem R\$ 10,0 bilhões, em 2008. Deste total, R\$ 7,1 bilhões devem ser destinados ao setor de energia; R\$ 2,1 bilhões a projetos em logística; e R\$ 822 milhões a investimentos direcionados ao desenvolvimento social e urbano.

A disponibilização de recursos por tomadores apresentou os seguintes resultados: R\$ 16,1 bilhões em 2007 para micro, pequenas e médias empresas e pessoas físicas, sendo responsáveis por um quarto dos desembolsos totais do Banco (R\$ 65 bilhões). As linhas de produtos de Financiamento de Máquinas e Equipamentos (Finame) (R\$ 11,7 bilhões), o BNDES Automático (R\$ 3,2 bilhões) e o Cartão BNDES (R\$ 510 milhões) foram os meios principais pelos quais o BNDES atingiu essas empresas.

O BNDES criou ainda, em 2007, o Programa de Apoio à Implementação do Sistema Brasileiro de TV Digital (PROTV-D). A iniciativa foi elaborada para assegurar uma política de financiamento à implantação do Sistema Brasileiro de TV Digital Terrestre e contará com orçamento de R\$ 1 bilhão, com prazo de vigência até dezembro de 2013. O objetivo é fomentar investimentos da indústria nacional da cadeia produtiva de radiodifusão e criar condições para o desenvolvimento de tecnologia brasileira no setor audiovisual. Além disso, o Programa deverá contribuir para o desenvolvimento das empresas nacionais fornecedoras de soluções para o sistema de televisão digital terrestre.

c) Política de Comércio Exterior

Para impulsionar ainda mais o crescimento do comércio exterior brasileiro, em 2007, foram realizadas atividades das mais diversas, desde ações de promoção comercial até medidas de natureza normativa e operacional, desenvolvidas especialmente por meio da disseminação de informações estratégicas e do aperfeiçoamento dos instrumentos de operações de comércio exterior.

Os números de encerramento de 2007 mostram a continuidade do crescimento das exportações e das importações, reiterando os avanços do comércio exterior brasileiro. A balança comercial fechou o ano com exportações de US\$ 160,649 bilhões (média diária de US\$ 642,6 milhões) e importações de US\$ 120,610 bilhões (média diária de US\$ 482,4 milhões), gerando superávit de US\$ 40,039 bilhões. Em relação a 2006, as exportações ampliaram-se 16,6% e as importações, 32,0%. A corrente de comércio totalizou US\$ 281,259 bilhões, valor 22,7% acima do US\$ 229,158 bilhões em todo o ano de 2006.

Em 2007, as exportações de manufaturados somaram US\$ 83,943 bilhões, com aumento de 11,9% em comparação com 2006. No mesmo período, os produtos básicos registraram vendas de US\$ 51,595 bilhões, com crescimento de 28,1%, e os semimanufaturados, US\$ 21,800 bilhões, com aumento de 11,2% em relação ao ano anterior. As exportações de manufaturados representam 52,3% da pauta, indicando o aspecto qualitativo das exportações, visto que mais da metade das vendas externas brasileiras é constituída de itens de maior valor agregado. Considerando as exportações por segmento, o setor de transporte

contribuiu com vendas externas de US\$ 23,9 bilhões, destacando-se como o principal setor exportador ao representar 14,9% das exportações de 2007. Ainda, destacaram-se as exportações de produtos metalúrgicos (US\$ 16,1 bilhões), petróleo e derivados (US\$ 16,0 bilhões), minérios metalúrgicos (US\$ 12,0 bilhões), complexo soja (US\$ 11,4 bilhões), carnes (US\$ 11,1 bilhões), produtos das indústrias químicas (US\$ 10,9 bilhões), máquinas e equipamentos (US\$ 8,7 bilhões), açúcar e álcool (US\$ 6,6 bilhões) e equipamentos elétricos e eletrônicos (US\$ 5,7 bilhões).

Os principais países de destino das exportações, em 2007, foram: 1º Estados Unidos (US\$ 25,3 bilhões), 2º Argentina (US\$ 14,4 bilhões), 3º China (US\$ 10,7 bilhões), 4º Países Baixos (US\$ 8,8 bilhões) e 5º Alemanha (US\$ 7,2 bilhões). Houve crescimento das exportações para todas as regiões econômicas, com destaque para: União Européia (29,7%), Mercosul (23,6%, sendo que para a Argentina o aumento foi de 22,3%), Ásia (19,4%, sendo 27,4% para a China), África (14,6%), Oriente Médio (10,9%), Europa Oriental (10,3%), Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), exceto Mercosul, (8,5%) e Estados Unidos (1,8%). Em termos de participação, a União Européia é a maior região compradora de produtos brasileiros, respondendo por 25,2% das exportações, seguida da Aladi (22,7%), Estados Unidos (15,8%), Ásia (15,5%), África (5,3%), Oriente Médio (4,0%) e Europa Oriental (2,7%).

Quanto às importações, todas as categorias de produtos registraram crescimento em 2007, em comparação com 2006: bens de consumo (33,2%), bens de capital (32,4%), matérias-primas e intermediários (30,7%) e combustíveis e lubrificantes (31,6%), sendo que 71,1% das compras externas referem-se a bens de capital e produtos intermediários. As importações de bens de consumo representaram 13,3% da pauta. Ampliaram-se as importações de todas as regiões. Por ordem decrescente de variação relativa, temos: Europa Oriental (92,1%), África (39,1%), Ásia (33,3%), União Européia (31,8%), Mercosul (29,2%), Estados Unidos (27,0%) e Aladi, exceto Mercosul, (21,7%). A Ásia é a principal região fornecedora de bens ao Brasil, respondendo por 25,4% das importações brasileiras, seguida da União Européia (22,2%), Aladi (17,1%), Estados Unidos (15,7%), África (9,4%), Oriente Médio (2,7%) e Europa Oriental (2,3%). Os Estados Unidos são o principal país fornecedor, ocupando, com a China, a segunda posição, seguida da Argentina, Alemanha e Nigéria.

Quanto ao desempenho dos instrumentos de informação, em 2007, foi lançada nova versão do Portal do Exportador. As visitas ao sítio ultrapassam a marca dos três milhões, sendo contabilizados 1,2 milhão de acessos em 2007, o que significa aumento de 224% no número de acessos ocorridos em 2006. O serviço Fala Exportador recebeu mais de 20 mil consultas desde o seu lançamento, em 2001, sendo que, em 2007, foram 2.372 consultas, provenientes de 1.115 Municípios brasileiros e 117 países, com tempo médio de resposta de 2 dias. Para 2008, estão previstas várias ações com o objetivo de apoiar a inserção das pequenas e médias empresas brasileiras no mercado internacional.

Outra ferramenta de divulgação de exportadores brasileiros é o sítio Vitrine de Exportador, que recebeu, em 2007, 93.903 acessos. Nesse sítio, estão cadastrados 21.742 exportadores, os produtos por eles exportados e os mercados de destino, além das respectivas informações comerciais para contato. Para esse sistema serão realizadas, em 2008, as seguintes ações: reformulação técnica e visual do sítio; viabilização das parcerias com a Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX-Brasil), Banco do Brasil e CNI, no sentido de criar um catálogo único de exportadores brasileiros; implementação de versão em alemão; e ampliação da divulgação do sistema.

O Sistema de Autorização de Remessa para Promoção de Exportação (Sisprom) visa simplificar a obtenção do benefício de redução a zero da alíquota do imposto sobre a renda incidente sobre remessas ao exterior para pagamento de despesas com

promoção de produtos brasileiros no mercado externo. Todo o processo pode ser feito interativamente pela Internet. A concessão ganhou celeridade e racionalidade, em 2007, preservando-se integralmente a segurança e a tempestividade das operações.

Terá início, em 2008, o desenvolvimento do Sistema Integrado de Comércio Externo de Serviços (Siscoserv), que visa estruturar um banco de dados que registre todas as atividades sobre intercâmbio externo brasileiro de serviços. O sistema terá duas vertentes: um sistema operacional de registro de exportação e importação de serviços e um sistema de informações relevantes sobre estatísticas, mecanismos de incentivos fiscais e creditícios, negociações internacionais, pesquisas de mercado e oportunidades de comercialização externa de serviços brasileiros.

De janeiro a dezembro de 2007, a APEX-Brasil apoiou 130 projetos de promoção de exportações de 70 setores. Participaram desses projetos 8.500 empresas que atuam em 60 países. No mês de janeiro de 2007, foi inaugurado o Centro de Negócios no Exterior/APEX, em Varsóvia na Polônia. Os cinco Centros de Negócios instalados apoiaram empresas que exportaram aproximadamente U\$ 15 milhões. As próximas instalações desses Centros estão previstas na Rússia, na China e na África do Sul.

Em 2007, foram promovidos nove Encontros de Comércio Exterior (Encomex) em capitais brasileiras e cidades com pólos produtivos com potencial de exportação, mobilizando aproximadamente 5.702 potenciais exportadores de 1.900 empresas. Ainda em 2007, por meio do sítio “Aprendendo a Exportar”, foram beneficiados cerca de 386 mil usuários, que conheceram o passo a passo da exportação. Para a implementação do Programa 1ª Exportação, que ocorrerá em 2008, foram selecionadas empresas dos Estados de Alagoas, do Rio Grande do Norte, do Espírito Santo e de Goiás. Ressalte-se, também, a realização de 34 missões nacionais e internacionais de divulgação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) durante o ano de 2007.

Neste exercício, será publicado o “Calendário Brasileiro de Exposição e Feiras para 2008”, que divulga os eventos nacionais e internacionais que envolvem os mais diversos setores da economia. Também será realizada a IV Feira Internacional da Amazônia (FIAM).

Em 2008, está prevista a implementação do Programa de Desenvolvimento de Fornecedores do Mercosul, composto por um conjunto de quatro projetos nacionais na cadeia de madeira e móveis, estruturados em cada um dos países integrantes do Bloco, com a participação do Governo, setor privado e instituições correlatas. Da mesma forma, por meio do Plano de Desenvolvimento e Integração Produtiva do Mercosul prevê-se para este exercício a implementação de uma série de ações visando ao desenvolvimento e à integração produtiva, destacando-se as seguintes iniciativas: “Programa Regional de Capacitação de Recursos Humanos em Integração Produtiva”, “Projetos de Integração Produtiva Regional”, “Programa de Cooperação entre Institutos de Tecnologia”, “Instalação de Novos Foros de Competitividade Mercosul”. Ainda neste ano, pretende-se, também, estabelecer uma política automotiva para o Mercosul, de forma a romper com a sistemática de acordos bilaterais hoje vigentes. O estabelecimento de um Programa de Complementação Produtiva Automotiva no Mercosul visa consolidar a construção do bloco e fortalecer a sua posição de negociação no processo de inserção internacional da indústria automotiva regional. Pretende-se, ainda, propor a criação de regimes comuns de bens destinados às Indústrias Naval e Aeronáutica, no âmbito do Mercosul.

Para inserir o Setor Terciário no contexto global, o Governo irá participar de negociações internacionais, regionais e multilaterais, a fim de aumentar a base exportadora do setor de serviços e de investimentos, além de estender às exportações de serviços, no que couber, os mecanismos de apoio aplicáveis às exportações de bens.

Em relação à defesa comercial, em 2007, foram iniciadas 20 e encerradas 21 investigações, com a aplicação de medidas de defesa comercial em 19 delas. Ao final de 2007, permaneciam em curso 19 investigações sendo três casos com aplicação de medida provisória. As investigações abrangeram sete setores cujas exportações estavam sob suspeita de prática de dumping e subsídios.

Também como forma de incentivo ao comércio exterior, o Programa de Financiamento às Exportações (Proex) viabilizou, em 2007, 3.786 operações, que resultaram em exportações da ordem US\$ 4,5 bilhões. Das empresas beneficiadas pelo Proex, mais de 90% são de pequeno porte. Além disso, instituições como o Banco do Brasil (BB) têm oferecido diversificado *portfólio* de produtos e serviços para o segmento. Esse Banco, por intermédio de mais de 15 mil pontos de atendimento e 18 gerências regionais de apoio ao comércio exterior, realizou negócios que ultrapassaram US\$ 42 bilhões em câmbio de exportação. Em câmbio de importação foram US\$ 20,9 bilhões fechados no mesmo período.

d) Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte

Em consonância com a prioridade atribuída pelo Governo às microempresas e empresas de pequeno e médio porte, o Decreto nº 6.174, de agosto de 2007, instituiu o Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Esse Fórum, composto por 57 entidades representativas do setor privado e 52 órgãos governamentais, com atuação destacada na proposição de políticas e medidas, conta atualmente, com Grupos de Trabalho em funcionamento para auxiliar na elaboração da regulamentação de dispositivos específicos do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, como fiscalização orientadora, simplificação das relações de trabalho, registro de empresas e associativismo.

Desde julho de 2007, as micro e pequenas empresas estão gozando dos benefícios da simplificação e da redução da carga tributária, Simples Nacional, instituído pela Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. Aproximadamente 2,8 milhões de empresas já aderiram ao novo regime, estando aptas a cumprir suas obrigações perante a União, Estados e Municípios por meio de um único documento de arrecadação.

Ainda no âmbito do referido Fórum, o Projeto Telecentros de Informação e Negócios (TIN), implementado com vistas a estimular a inserção das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte na economia da informação e do conhecimento, habilitou 3.879 Telecentros de Informação e Negócios e capacitou 957 colaboradores, até o final do ano de 2007. O portal do Projeto TIN, ferramenta de acesso público que disponibiliza cursos a distância, informações de conteúdos especializados e notícias, contabilizou 90.047 acessos e foi premiado com o World Summit Award (WSA), um dos mais importantes prêmios do mundo na área da tecnologia da informação, como o melhor na categoria “inclusão digital”. Está em fase final o desenvolvimento de metodologia de acompanhamento e avaliação da rede de Telecentros de Informação e Negócios – TINs e previsto, para 2008, o término do desenvolvimento de “Kits de Especialidade”, que são um conjunto de *softwares*, aplicativos e arquivos eletrônicos a fim de permitir aos Telecentros implantar, operar e gerir a modalidade de prestação de serviços aos seus usuários.

Destaque, também, para o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP/APLs), composto por 33 instituições governamentais e não-governamentais de abrangência nacional. Esse Grupo, que interage com Núcleos Estaduais, atua articulando ações para que as microempresas e empresas de pequeno porte integrantes de APLs possam competir e sobreviver no mercado, favorecendo o desenvolvimento sustentável e a geração de trabalho e renda. Em 2007, o GTP/APLs realizou ações em 142 APLs priorizados pelos Núcleos Estaduais, visando a identificar e propor alternativas para suprir as demandas das empresas neles inseridas. Para o período 2008-2010, serão definidos outros 128 APLs, totalizando, assim, 270

Arranjos que terão prioridade, por parte do Grupo de Trabalho Permanente, para a implementação dessas ações.

Com o objetivo de compartilhar as experiências, identificar problemas e propor soluções, foi realizada a 3ª Conferência Brasileira de Arranjos Produtivos Locais, em novembro de 2007, cujo tema central foi “APLs como Estratégia de Desenvolvimento”. O evento contou com a presença de 800 participantes e 80 especialistas, para a discussão das potencialidades de cada setor, principais barreiras e entraves enfrentados, além de propiciar a troca de experiências e conhecimentos e a integração para a sustentabilidade e a competitividade dos Arranjos frente aos desafios empresariais.

No âmbito do “Programa Extensão Industrial Exportadora - PEIEx”, que visa ajudar o segmento empresarial a resolver restrições gerenciais e técnicas para aumentar a competitividade e estimular a entrada no comércio exterior, foram beneficiados 21 APLs, totalizando, aproximadamente, 3.500 micro, pequenas e médias empresas.

Ainda com o intuito de incentivar o desenvolvimento dos APLs, o Banco do Brasil apoiou, em 2007, 144 Arranjos que envolvem mais de sete mil empreendimentos, distribuídos em 586 Municípios em todo o País, com investimento que ultrapassou R\$ 937 milhões em volume total de crédito concedido, sendo R\$ 616 milhões em empréstimos para capital de giro, R\$ 111 milhões em financiamentos de investimentos, R\$110 milhões em negócios de comércio exterior e R\$ 100 milhões em agronegócios.

Com o objetivo de garantir suporte financeiro adequado às micro e pequenas empresas inovadoras em estágio nascente, o BNDES criou o Programa Capital Semente (Criatec), em janeiro de 2007. A iniciativa tem como foco os negócios voltados para a tecnologia da informação, biotecnologia, novos materiais, mecânica de precisão, nanotecnologia e agronegócios. O Criatec contará com orçamento de R\$ 80 milhões, a ser investido em quatro anos. A expectativa é que o Programa permita a capitalização de até 60 micro e pequenas empresas inovadoras, com investimento médio entre R\$ 500 mil e R\$ 1 milhão.

O valor contratado pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB) junto às micro e pequenas empresas, com recursos internos e do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), atingiu o patamar de R\$ 661 milhões em 2007, até o mês de novembro, com um incremento de 104% em relação ao valor registrado no mesmo período de 2006. Se forem considerados somente os recursos do FNE, o incremento foi da ordem de 43% sobre o mesmo período de 2006, alcançando o montante de R\$ 311 milhões neste ano. Para 2008, o BNB pretende aplicar R\$ 800 milhões nas Micro e Pequenas Empresas (MPEs), sendo R\$ 400 milhões com recursos do FNE e outros R\$ 400 milhões com recursos internos.

O Programa de Artesanato Brasileiro (PAB), que também alcança esse segmento de microempresas e empresas de pequeno porte, executou várias atividades, em 2007, dentre as quais, destaca-se o desenvolvimento do Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro, que possibilitará a migração de bases de dados existentes nos Estados, reunindo em um único ambiente, dados dos artesãos e suas organizações em todo o País. O projeto piloto foi concluído em quatro Estados (RJ, MT, AL e DF) e será estendido para outras Unidades da Federação, em 2008. Além disso, foi elaborado o manual de orientação “O PAB nas Feiras e Eventos para Comercialização de Produtos Artesanais”, bem como realizados seis feiras e eventos de comercialização de produtos artesanais, beneficiando diretamente um número significativo de artesãos.

2. Agronegócio

O agronegócio responde por 25% do produto da economia e, nos últimos cinco anos, a agricultura do País foi o setor que mais

evoluiu em exportações, com uma taxa anual de crescimento de 16,3%. A safra de grãos para o ano agrícola 2007/2008 deverá bater novo recorde, segundo estimativa da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). A previsão é que sejam colhidas 134,8 milhões de toneladas, com elevação de 2,3%, sobre a safra anterior, de 131,8 milhões toneladas.

Os produtores rurais brasileiros vêm cumprindo eficientemente o papel de abastecer a população com gêneros agropecuários de boa qualidade e preços acessíveis. Além de manter a normalidade no abastecimento interno, os excedentes de produção têm revelado a capacidade de competição do País, que se tornou o primeiro exportador mundial de carne bovina e de frango, açúcar, café e suco de laranja e o segundo maior exportador em grãos. O Brasil já é responsável por 39% da soja, 82% do suco de laranja, 29% do açúcar, 28% do café em grãos, 44% do café solúvel e 23% do tabaco comercializados no mundo.

Para impulsionar ainda mais o setor, o aumento na oferta de crédito, a custos reduzidos, foi o grande diferencial da Política Agrícola em 2007. O Plano Agrícola e Pecuário 2007/2008 elevou em 16% a oferta de recursos para o crédito rural oficial, atingindo a marca de R\$ 70 bilhões, dos quais R\$ 58 bilhões destinados à agricultura empresarial. Além disso, os recursos foram ofertados com a redução de dois pontos percentuais na taxa de juros, que caiu de 8,75% para 6,75% ao ano.

Na Safra 2006/2007, no período compreendido de julho de 2006 a junho de 2007, foram aplicados R\$ 44,6 bilhões do crédito rural, sendo R\$ 39,5 bilhões em custeio e comercialização e R\$ 5 bilhões em investimento. Do total do crédito rural da agricultura empresarial aplicado na safra 2006/2007, R\$ 29,5 bilhões foram concedidos a juros controlados.

Quanto às instituições oficiais de crédito, vale destacar que na safra 2006/2007, o Banco do Brasil destinou R\$ 33,9 bilhões ao setor rural, distribuídos em mais de 1,1 milhão de operações de investimento, custeio e comercialização. Para a safra 2007/2008, o Banco deverá aplicar R\$ 37 bilhões, o que representará um incremento de 12%. Deste montante, R\$ 30 bilhões serão destinados à agricultura de mercado, o que propiciará aos produtores rurais redução dos custos financeiros em relação à safra anterior, e R\$ 7 bilhões à agricultura familiar, com um crescimento de 17,6%. O total de recursos a serem disponibilizados pelo BB corresponde a 52,8% do plano safra 2007/2008, que totaliza R\$ 70 bilhões.

Já o Banco da Amazônia (Basa) tem priorizado o apoio ao desenvolvimento do agronegócio regional. Nos últimos dois anos, os créditos destinados às atividades de base agropecuária e agroindustrial já atingiram o montante de R\$ 1,08 bilhão, cobrindo um amplo espectro de atores do rural amazônico, como agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais e empresários agroindustriais de médio e grande portes. São financiamentos que estão permitindo a consolidação de diversas cadeias produtivas do agronegócio regional e de inserção competitiva nos mercados nacional e internacional.

Em 2008, serão intensificados esforços para aprimorar os instrumentos de apoio ao setor, com incremento da oferta de recursos do sistema oficial de crédito rural; ampliar a utilização de instrumentos privados de crédito; garantir recursos para a equalização do Prêmio do Seguro Rural; e para o apoio à comercialização antes e após o plantio.

A política governamental de apoio à comercialização vem proporcionando maior eficiência na aplicação dos recursos públicos e permitindo maior atração dos recursos privados. Nesse sentido, a antecipação dos leilões para antes da colheita dos produtos, conforme feito de maneira experimental na safra 2006/2007, por meio do Prêmio Equalizador Pago ao

Produtor (Pepro), consolidou-se como instrumento eficaz dessa política em 2007. Nesse exercício, foram realizadas pelo Pepro operações da ordem de R\$ 1,2 bilhão, referentes à negociação de 8,6 milhões de toneladas de algodão, café, milho, feijão e soja.

O Governo comprometeu cerca de R\$ 2,1 bilhões no apoio direto à comercialização de algodão, arroz, feijão, milho, café, soja e sisal, incluindo R\$ 655,3 milhões em aquisições do Governo Federal (AGF e Contratos Públicos de Opção de Venda) e manutenção de estoques, R\$ 103,1 milhões por meio do prêmio ao escoamento de produto (PEP), R\$ 137,7 milhões em prêmios de risco para o lançamento de opções privadas (PROP) e R\$ 1,19 bilhão em equalização paga ao produtor (Pepro).

Em 2007, foram adquiridas 865,7 mil toneladas de produtos agrícolas, com desembolso da ordem de R\$ 364,9 milhões. No que tange à venda dos produtos vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), foram colocadas no mercado 2,7 milhões de toneladas de produtos agrícolas, por meio de leilão eletrônico, arrecadando R\$ 773,8 milhões.

Em 2008, a política de formação de estoques públicos prevê a aquisição de 4,9 milhões de toneladas de produtos agrícolas, o que demandará desembolsos para compra e manutenção de estoques da ordem de R\$ 2,3 bilhões.

As ações de gestão e minimização de riscos rurais foram fortalecidas mediante o incremento tecnológico e desenvolvimento de novos produtos voltados ao monitoramento dos riscos climáticos. A necessidade de melhorar o índice de acerto da previsão do tempo e clima levou o Governo a implementar medidas vinculadas à coleta e transmissão dos dados, por meio da modernização da Rede Meteorológica Nacional, com 460 novas estações meteorológicas automáticas. Dessa forma, a Rede passará a operar, a partir de julho de 2008, com 540 Estações Meteorológicas Automáticas, além das 400 Estações Convencionais, e 12 Estações de Radiosondagens.

No exercício passado, ampliaram-se os estudos necessários ao zoneamento agrícola de risco climático, que visa indicar a melhor época de plantio das culturas agrícolas, para cada Município. Isso permitiu a conclusão de 261 novos zoneamentos, que contemplaram 22 Unidades Federativas e 23 culturas agrícolas, contribuindo significativamente para minimizar as perdas de safras agrícolas por eventos climáticos adversos.

Na previsão e monitoramento de safras agrícolas, a Conab vem utilizando metodologia de eficiência comprovada, denominada Projeto Geosafras. O Projeto Geosafras tem por finalidade aprimorar o sistema de estimativas das safras agrícolas brasileiras, com o apoio de uma rede multiinstitucional e uso de geotecnologias, como o sensoriamento remoto, GPS (*Global Positioning System*) e Sistemas de Informações Geográficas, que permitem maior precisão no mapeamento e monitoramento das culturas.

A Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural foi ampliada, com a elevação dos percentuais de subvenção de várias culturas. Na modalidade de seguro rural agrícola, o percentual mínimo de subvenção subiu de 30% para 40%. A ação contou com recursos orçamentários de R\$ 99,5 milhões, representando incremento de 63% comparado com o exercício de 2006.

Enquanto os produtores respondem com aumento de safra e de produtividade, o Governo busca soluções definitivas para antigas pendências, como equacionar a questão do endividamento rural e a criação do fundo contra catástrofe para

resolver a questão do seguro agrícola, sendo que este constará de projeto de lei a ser brevemente encaminhado ao Congresso Nacional. Também quanto ao seguro rural, há previsão de se alocar, em 2008, recursos da ordem de R\$ 200 milhões para a Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural, com o incremento da ordem de 100%.

Destaca-se, também em 2007, a ação governamental que visa atender a uma das mais significativas demandas do setor rural, que é a ampliação da oferta de defensivos agrícolas no mercado, especialmente os equivalentes, ou “genéricos”, visando à redução dos preços desse importante insumo agrícola e, conseqüentemente, dos custos de produção.

Preservando a institucionalidade do sistema de registro defensivos agrícolas do País, considerada de vanguarda por envolver a avaliação concomitante da segurança agrônômica, ambiental e toxicológica dos produtos pelos três órgãos legalmente competentes, Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento (Mapa), Anvisa e Ibama, adotaram-se medidas administrativas e de gestão arrojadas visando racionalizar os procedimentos burocráticos de registro, de forma a integrar e facilitar a comunicação e demais ações conjuntas desses órgãos.

Com a formação de Força Tarefa que atuou durante todo o ano 2007 para debelar o passivo de pleitos de registro de defensivos agrícolas à espera de avaliação nos órgãos responsáveis, alguns há vários anos, foram alcançados significativos índices de eficiência, que demonstram a iminente solução definitiva das restrições diagnosticados no processo. Mediante reforço das equipes dos órgãos de registro, adoção de novos procedimentos administrativos, soluções de informática e adequação normativa, obtiveram-se os seguintes avanços: os registros especiais temporários (RETs), que demoravam até um ano para serem concedidos, agora têm sido emitidos rigorosamente dentro dos prazos legais previstos, de 30 a 60 dias, graças à implementação de um sistema informatizado de registro; até novembro de 2007, os registros emitidos de produtos técnicos e formulados de defensivos agrícolas superaram em 60% o volume total de registros do ano anterior; e a emissão de defensivos agrícolas por equivalência, popularmente designados “genéricos”, superou em 146% o total do ano anterior.

Em 2008, as ações governamentais para consolidar a modernização e racionalização do sistema de registro de defensivos agrícolas prevêem o redesenho de processos e a informatização de todos os processos de registro. Essas medidas deverão conferir maior agilidade e transparência à ação governamental, mantendo ou elevando os parâmetros de segurança à saúde humana e ambiental envolvidas na avaliação toxicológica desses produtos.

Em boa medida, a crescente participação brasileira no agronegócio internacional deve-se à eficaz ação governamental em acordos e disputas comerciais internacionais. O País tem participado ativamente nas sessões especiais do Comitê de Agricultura (CoA) da Organização Mundial do Comércio (OMC), no âmbito do processo de revisão do acordo sobre agricultura. No âmbito multilateral, notificações agrícolas à OMC sobre medidas de apoio doméstico do Brasil no ano-safra 2003/2004 demonstraram, mais uma vez, o baixo nível de subsídios distorcivos aplicados pelo Brasil, dando coerência à atuação do País nas negociações agrícolas no âmbito daquela instituição. O Governo participou ativamente das negociações do contencioso Brasil-União Européia sobre a re-consolidação das tarifas de carne de frango e de peru.

Com relação a acordos comerciais bilaterais, destacam-se os avanços nas negociações entre o Mercosul e a União Aduaneira Sul-Africana (Sacu) e o Acordo de Livre Comércio com Israel. Ressaltam-se, também, as negociações com a República da Coreia e o Conselho de Cooperação do Golfo (CGG), bem como o aprofundamento dos Acordos de

Complementação Econômica com o Chile, Bolívia, México e Peru. Ainda em relação à integração regional, fortaleceu-se o monitoramento de comércio bilateral do Brasil com a Argentina, Paraguai, Uruguai, e México, o que tem contribuído para solucionar problemas que limitam o fluxo de comércio.

Na articulação internacional devem ser ressaltados os seguintes eventos: Missão de divulgação no Japão, Indonésia e Cingapura, por ocasião da Feira Foodex; Missão de aproximação comercial ao México; Missão com atividades na Alemanha, Holanda e Bélgica, por ocasião da Feira Anuga, maior feira agroalimentar mundial; participação nas discussões sobre biocombustíveis na Feira Semana Verde, na Alemanha; e participação na Feira de Orgânicos Biofach, principal evento internacional do setor, com vistas a registrar tendências e inovações do setor e identificar oportunidades de mercado para os produtos brasileiros, tendo em vista a regulamentação oficial de produtos orgânicos. Também foi realizado trabalho de recepção de missões de diversos países ao Brasil.

Com o aumento da participação do Brasil no agronegócio internacional, as questões sanitárias e fitossanitárias adquirem um papel de fundamental importância, em face dos níveis de exigência cada vez mais rigorosos impostos pelos importadores. Tal tendência se reflete no crescimento do número de missões estrangeiras nas áreas de inspeção de produtos de origem animal e vegetal no Brasil. Por isso, as ações de sanidade vegetal têm sido fortalecidas, visando manter e também expandir as exportações de vários produtos agrícolas. Entre as ações adotadas para controle e erradicação de pragas vegetais, destacam-se:

- (i) *Mosca das frutas*: o combate à mosca das frutas possibilitou o acesso das mangas brasileiras ao mercado do Japão e a expansão da área de exportação de mamão para os Estados Unidos com aumento da receita do setor produtivo em 80%;
- (ii) *Mosca da carambola*: a praga continua controlada e restrita ao Estado do Amapá. A migração da mosca da carambola para outros Estados brasileiros poderia levar a perdas diretas e indiretas de aproximadamente US\$ 150 milhões anuais;
- (iii) *Cancro cítrico*: apoio à campanha de erradicação do cancro cítrico, resultando na diminuição do nível de contaminação nas áreas com ocorrência da doença, aumento de produção e continuidade da exportação de frutas frescas para a União Européia e outras regiões;
- (iv) *Lagarta da macieira “Cydia pomonella”*: ações de erradicação da praga em áreas urbanas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul preservam o agronegócio de maçã, que envolve cerca de 50.000 mil empregos diretos;
- (v) *Sigatoka negra*: oficialização do sistema de manejo de risco, propiciando o acesso de 14 Estados brasileiros ao mercado interno e externo da banana. Caracterização do território de 14 Estados como “área livre de sigatoka negra”;
- (vi) *Anastrepha grandis*: reconhecimento de áreas livres nos Estados do Ceará e do Rio Grande do Norte, possibilitando a exportação de melão e melancia para os Estados Unidos e Argentina; e
- (vii) *Vassoura-de-bruxa “Crimipellis perniciosa”*: foram disponibilizadas para os produtores uma seleção de 39 progênes de cacau resistentes à “vassoura-de-bruxa”.

Foram superadas barreiras de natureza sanitária, obtendo-se acesso a diversos mercados e produtos, dentre os quais: carne suína com osso de Santa Catarina (SC) para a Argentina; ajustes aos certificados sanitários internacionais para exportações de carne bovina e suína, gelatina e farelo de soja para Ucrânia; liberação das exportações de carne suína e bovina dos Estados de AM, PA, GO, MS, MG, PR e SC para a Federação Russa; abertura do mercado chinês à carne bovina procedente dos Estados do AC, RS, RO, e RS; autorização para exportação de carne de aves dos Estados do AM, MS, e RS para o mercado chinês; e abertura do mercado filipino à carne suína brasileira.

O combate à febre aftosa contribui para a manutenção de mercados internacionais de carnes bovina e suína e animais vivos. Atualmente, 15 Unidades da Federação e parte de outras duas são consideradas como áreas que se encontram com a febre aftosa erradicada. Para fins de sanidade, são reconhecidos como livres de febre aftosa com vacinação os Estados do AC, BA, DF, ES, GO, MT, MS, MG, PR, RJ, RS, RO, SP, SE e TO, além da região centro-sul do Estado do Pará e os Municípios de Boca do Acre e Guajará, no Amazonas. O Estado de Santa Catarina é internacionalmente reconhecido como livre de febre aftosa sem vacinação. A área livre de febre aftosa corresponde a cinco milhões de quilômetros quadrados, com população bovina aproximada a 180 milhões de cabeças.

Para ampliar o controle de doenças na produção avícola, foram adotados novos critérios que identificam os Estados e regiões, de acordo com a capacidade de gerenciamento de riscos de contaminação pelo vírus da influenza aviária e da doença de *Newcastle*. 21 Estados foram auditados pelas equipes do Programa Nacional de Sanidade Avícola. Ainda no que se refere à influenza, em 2007 foram concluídos os Planos Específicos de Preparação para Portos e Aeroportos, visando diminuir os riscos de entrada no País do vírus “H5N1” através daqueles pontos de fronteira. No ano de 2007, também, foi concluído um Plano de Comando e Controle interligando “salas de situação” de 11 Ministérios e da Presidência da República para, se necessário, coordenar e articular as ações de enfrentamento a essa possível situação de crise.

Em 2007, incrementaram-se as ações de fiscalização dos insumos pecuários – produtos destinados à alimentação animal, medicamentos e vacinas de uso veterinário e material genético animal –, assegurando a conformidade e inocuidade desses insumos. Destaca-se ainda o monitoramento de ingredientes de origem animal em produtos destinados à alimentação de ruminantes, parte importante do programa de prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina (BSE), além do monitoramento de substâncias potencialmente perigosas que podem ser incluídas na cadeia alimentar.

Houve fortalecimento dos serviços de fiscalização e de inspeção do trânsito internacional nos portos, aeroportos, locais de fronteira e aduanas especiais, para evitar a entrada de doenças animais e pragas vegetais exóticas no País, de importância para a economia e para a saúde pública. Destaca-se a melhoria da infra-estrutura de 110 Unidades de Vigilância Agropecuária Internacional, com aquisição de veículos automotores, equipamentos de fiscalização, informática e comunicação.

Em 2008, a certificação sanitária de produtos de origem animal destinados ao mercado internacional será ampliada com a emissão de certificados por meio eletrônico, com intercâmbio de informações eletrônicas, com os serviços congêneres de países compradores e a utilização de papel moeda para a impressão dos certificados, oferecendo maior segurança ao processo. Serão ampliadas as fiscalizações em estabelecimentos fabricantes de produtos destinados à alimentação animal e de produtos de uso veterinário. Está em elaboração um plano para combate a estabelecimentos e produtos clandestinos e para análise fiscal de produtos farmacêuticos. Será implantado o Sistema de Farmacovigilância, que visa detectar, identificar e monitorar os danos, a efetividade, a qualidade e o risco do uso de medicamentos veterinários.

Além das mencionadas ações na área de inovação tecnológica, deve ser ressaltada, por sua especificidade, a pesquisa agropecuária. Em 2007, foram mantidos em carteira 789 projetos de Pesquisa e Desenvolvimento em temas estratégicos e inovadores. Por meio de parcerias, foram obtidos resultados em áreas como sistemas de produção sustentáveis, uso da terra e zoneamento agroecológico, análise e mitigação de riscos na importação e exportação, sistemas integrados lavoura-pecuária, utilização da biodiversidade, agricultura de precisão, qualidade sanitária animal e vegetal, melhoramento genético, capacitação de produtores e multiplicadores, agregação de valor e aspectos nutricionais.

Na busca de competitividade, inserem-se as pesquisas para a geração de novas tecnologias nas áreas de alimentos funcionais, nutracêuticos, sanidade, certificação, rastreabilidade, biotecnologia, modelagem de sistemas agrícolas, dentre outros. Isto significa que novas soluções tecnológicas deverão ser disponibilizadas para que os produtores e as empresas nacionais possam atingir este novo patamar de qualidade e de produtividade exigidos pelo mercado.

O fomento à pesquisa, à produção e geração de novas tecnologias voltadas à agroenergia foram áreas priorizadas pela Embrapa, em conjunto com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Foram desenvolvidos esforços buscando a formação de rede para integração de instituições do setor sucroalcooleiro, visando o levantamento de indicadores técnicos para ampliar o conhecimento desse mercado; promoveu-se a integração com especialistas em estudos econômicos do setor etanol; criou-se a Embrapa Agroenergia, atualmente em fase de organização institucional e implantação de infra-estrutura; e constituiu-se parceria com a Fundação Getúlio Vargas - SP e Escola Superior Luiz de Queiroz da USP para a institucionalização do mestrado profissional na área, além da realização de estudos sobre a cadeia produtiva para biodiesel. Ainda no desenvolvimento da agroenergia, houve a formulação do Plano Nacional de Pesquisa do Etanol, bem como a criação da Empresa de Propósito Específico na área de etanol, para integração de esforços tanto na pesquisa pública quanto para o setor empresarial.

A expansão da cooperação internacional tem ampliado a atuação da Embrapa, dada a liderança que a empresa exerce na área de agricultura tropical. Para potencializar o trabalho de transferência de tecnologia tropical para países da África, estabeleceu-se a Embrapa África, e atualmente, as ações em transferência de tecnologia e de difusão estão sendo sistematizadas a partir das necessidades específicas de cada país e em função do estoque de tecnologia e conhecimentos da Empresa. A área de relações internacionais vem fortalecendo os seus mecanismos de comunicação em parceria com os escritórios na África e dos Labex Europa na França e Holanda. Atualmente, estão ocorrendo negociações governamentais para que a Embrapa instale um escritório em um país da América Latina e Caribe, assim como, está sendo estudada abertura de escritório em um país da Ásia.

A implantação do Sistema Agropecuário de Produção Integrada (Sapi) reflete a preocupação do Brasil em ofertar alimentos seguros, produzidos de acordo com parâmetros e sistemas de produção sustentável. Nessa direção, destacam-se a certificação e rastreabilidade de produtos agropecuários, indicação geográfica, produção orgânica e produção integrada.

O Programa de Desenvolvimento da Fruticultura (Profruta), que representa importante instrumento para promoção da competitividade, objetiva elevar os padrões de qualidade das frutas ao patamar requerido pelos mercados, tais como: sustentabilidade econômica, social e ambiental, rastreabilidade, racionalização do uso de agroquímicos, água e combustível. No âmbito desse Programa, foram institucionalizadas 14 Normas Técnicas Específicas de Produção Integrada (PIF) para maçã, manga, uva, melão, citros, mamão, banana, caju, maracujá, figo, goiaba, coco, pêssego e caqui.

A agricultura orgânica, apesar de responder apenas por 3% da área agricultável no mundo, possui potencial para disputar a liderança nesse mercado. O País conta hoje com mais de 15 mil produtores agropecuários numa área aproximada de 800.000 hectares em manejo orgânico. Importante medida adotada em âmbito governamental para apoiar o setor foi a publicação do Decreto nº 6.323, de dezembro de 2007, que regulamentou a Lei nº 10.831, da agricultura orgânica. A regulamentação privilegiou a participação da sociedade civil no processo de elaboração da norma e a interlocução dos diversos órgãos governamentais com atuação na matéria, o que deverá possibilitar um arranjo institucional eficaz na implementação do sistema brasileiro de certificação de produtos orgânicos.

O Programa Desenvolvimento da Economia Cafeeira objetiva estimular políticas públicas e privadas que propiciem geração de renda e desenvolvimento harmônico em todos os elos da cadeia agroindustrial do café, promovendo geração de divisas, emprego, inserção social e sustentabilidade ambiental. Para buscar a sustentabilidade da cafeicultura brasileira, foram implementadas medidas de apoio à liberação de linhas de crédito para financiamento de colheita, estocagem e custeio com alocação de maior volume de recursos, de forma que a linha de colheita seja convertida integralmente em estocagem. O intuito dessas medidas é consolidar política anticíclica de apoio à comercialização, em face do efeito da bi-anualidade das safras de café e, também, estabelecer um fluxo regular da oferta. Os volumes de recursos disponibilizados em 2007 alcançaram R\$ 450 milhões para colheita; R\$ 850 milhões para estocagem; R\$ 300 milhões para Financiamento da Aquisição de Café (FAC), destinado às indústrias torrefadoras; e R\$ 426 milhões para custeio, totalizando R\$ 2,02 bilhões.

O Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (PNP&D/Café), coordenado pela Embrapa Café, é executado no âmbito do Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (CBP&D/Café), o qual congrega 45 instituições de pesquisa no País. Ele é instrumento de importância extrema para o agronegócio café e prevê para 2008 o desenvolvimento de 200 projetos em 12 núcleos temáticos, entre eles o de biotecnologia, que promoverá o sequenciamento do genoma do café, pesquisa pioneira no mundo, sendo prevista a aplicação de R\$ 12,0 milhões oriundos do Funcafé.

Apesar de os preços do açúcar, no mercado externo, não terem repetido os níveis dos últimos anos, principalmente pelo aumento da oferta no mercado internacional, as perspectivas para o setor sucroalcooleiro brasileiro são favoráveis. Em 2007, a receita de exportação de açúcar foi da ordem de US\$ 5 bilhões. Por seu lado, as exportações de álcool combustível do Brasil deverão alcançar 3,45 bilhões de litros, contra os 3,16 bilhões no ano de 2006. Os Estados Unidos da América continuam sendo os maiores importadores de álcool, com 855 milhões de litros, seguidos pelos Países Baixos e Japão, com 585 e 315 milhões de litros, respectivamente.

O acelerado ritmo das vendas de veículos *flex-fuel* motivou o setor sucroalcooleiro a canalizar o excedente de cana-de-açúcar para a produção de álcool hidratado. Desse modo, enquanto as produções de açúcar e álcool anidro deverão repetir os números da safra passada, a oferta de álcool hidratado crescerá 40%, superando 12 bilhões de litros e absorvendo 45 milhões de toneladas de cana adicionais da safra de 2007, estimada em 480 milhões de toneladas.

O ano de 2008 será importante para o setor sucroalcooleiro, por entrarem em vigor as metas de redução de gases de efeito estufa nos países desenvolvidos, signatários do Protocolo de Quioto. Nessa linha, a Petrobras deverá entrar no mercado asiático, após adquirir refinaria no Japão, onde poderá iniciar processo de mistura à gasolina, abrindo as portas para o etanol brasileiro.

A safra deverá manter ritmo de forte crescimento e o álcool hidratado deverá ser o principal destino da cana-de-açúcar. Isso, porque haverá aproximadamente 20 novas unidades entrando em operação, produzindo basicamente álcool em face da performance da

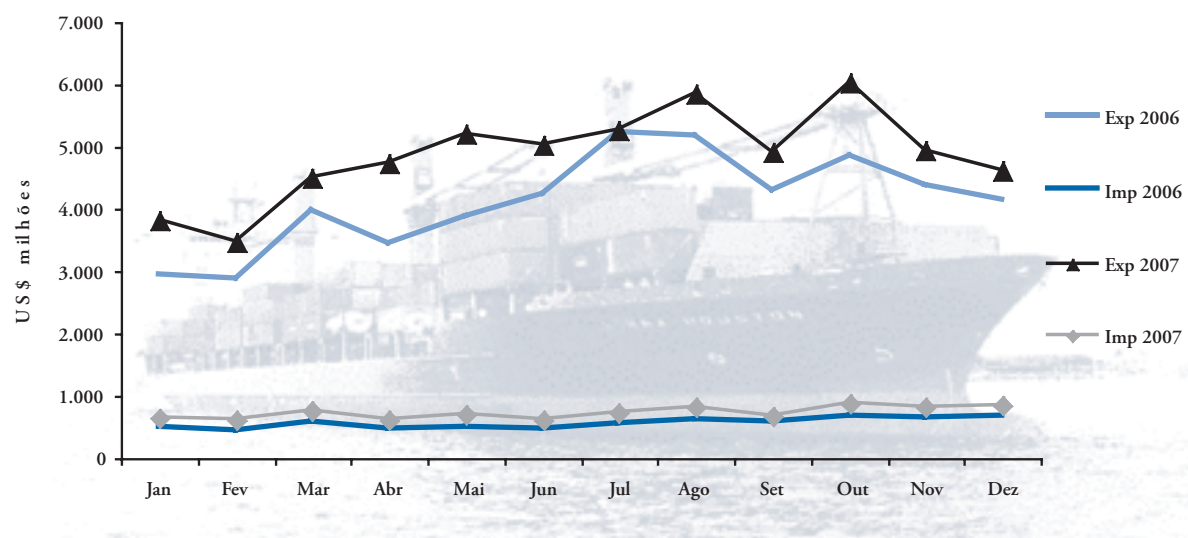
indústria automotiva que, em 2007, colocou quase dois milhões de veículos *flex-fuel* nas ruas, sinalizando que o mercado interno continuará aquecido. Com preços competitivos, o álcool hidratado deverá ser a melhor alternativa para as unidades produtoras.

Em 2008, pretende-se concluir o Zoneamento Agroecológico da cana-de-açúcar, que servirá de base para a formulação de políticas públicas voltadas ao ordenamento da expansão canavieira no território nacional, em prol do desenvolvimento sustentável desse setor e avanço da liderança internacional na produção de etanol.

Com os avanços na produção brasileira de biodiesel e entrada em vigor, em janeiro de 2008, da obrigatoriedade da mistura de 2% desse biocombustível de fontes renováveis ao diesel mineral, o chamado B2, torna-se imprescindível avançar na organização dos produtores rurais, de forma a estimular o aumento da oferta de matérias-primas e, com isso, proporcionar o abastecimento do setor industrial a custos competitivos. A adoção de políticas públicas voltadas ao incremento da oferta dessas matérias-primas, numa ação articulada com o setor industrial, deverá contribuir para a consolidação do biodiesel na matriz energética nacional, com geração de emprego e renda para os pequenos agricultores. Para acompanhar a expansão da cana-de-açúcar e das oleaginosas que são utilizadas para o biodiesel, estão previstos para 2008 o zoneamento agrícola e o estabelecimento de critérios socioambientais para a produção. Em parceria com a Petrobras, a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) desenvolverá estudos e ações de melhoria e otimização do agronegócio do dendê em pequenas propriedades para atingir níveis de viabilidade agroindustrial e econômica de produção e utilização do óleo de dendê como matéria-prima para fabricação de biodiesel no sul da Bahia.

O acerto do conjunto das políticas públicas adotadas para amparar a produção agropecuária nacional pode ser constatado não apenas pelo normal e fluido abastecimento do mercado interno, com preços estáveis e acessíveis à população. Os dados da Balança Comercial do Agronegócio – 2007 evidenciam que as medidas adotadas pelo Governo também ajudaram o setor a recuperar-se rapidamente da crise de rentabilidade do passado recente e continuar a aproveitar as oportunidades surgidas do mercado internacional.

Gráfico 1 - Balança Comercial do Agronegócio
Evolução Mensal das Exportações e Importações: 2007 e 2006



Fonte: SRI / MAPA, a partir de dados da SECEX / MDIC

As exportações do agronegócio totalizaram US\$ 58,415 bilhões, em 2007, que representou um crescimento de 18,2% em relação a 2006, um recorde histórico para o setor. Em relação a 2006, as exportações apresentaram um aumento de US\$ 8,9 bilhões, o que significou uma taxa de crescimento de 18,2%. Com isso, as exportações do agronegócio corresponderam a 36,4% das exportações totais brasileiras no período, que foram de US\$ 160 bilhões. As importações apresentaram variação anual de 30,2%, totalizando US\$ 8,7 bilhões. Como consequência, registrou-se um superávit da balança comercial do agronegócio de US\$ 49,6 bilhões, também um recorde histórico.

Entre os fatores que explicam o desempenho positivo do agronegócio, destaca-se o elevado crescimento da economia mundial, que implicou uma maior demanda por bens, e o aumento dos preços de importantes *commodities* da pauta de exportação. Também contribuiu para o aumento dos preços internacionais dos produtos agrícolas, os substanciais ajustes na produção mundial de cereais e oleaginosas decorrentes da crescente demanda da indústria de biocombustíveis.

Considerando o desempenho por setores, a maior contribuição para a expansão das exportações foi dada pelo setor de carnes, cujas vendas externas cresceram 30,7%, passando de US\$ 8,6 bilhões em 2006, para US\$ 11,3 bilhões em 2007. O acréscimo das exportações de carnes (US\$ 2,7 bilhões) representou cerca de 30% do incremento do valor das exportações do agronegócio em 2007. Entre os produtos de maior participação na exportação do agronegócio é importante destacar o crescimento das exportações de carne bovina *in natura* (11,2%, de US\$ 3,1 bilhões para US\$ 3,5 bilhões); frango *in natura* (44,3%, de US\$ 2,9 bilhões para US\$ 4,2 bilhões) e carne suína (18,7%, de US\$ 1 bilhão para US\$ 1,2 bilhão). O ano de 2007 foi caracterizado pela forte recuperação das exportações de carne de frango seguindo a retomada da demanda mundial após o arrefecimento dos efeitos das ocorrências de gripe aviária na Ásia e a Europa.

As exportações do complexo soja cresceram 22,3% (de US\$ 9,3 bilhões para US\$ 11,4 bilhões), resultado principalmente da variação positiva dos preços (grão, 24%, farelo 21%, óleo de soja, 45%). Os valores exportados de soja em grãos e de farelo de soja cresceram às taxas de 18,4% e 22,3%, respectivamente. O volume exportado de soja em grãos foi 5% menor (de 24,9 milhões de toneladas para 23,7 milhões de toneladas). Para o farelo de soja, a quantidade manteve-se praticamente constante (de 12,3 milhões de toneladas para 12,5 milhões de toneladas). As receitas de exportações de óleo de soja aumentaram 40% (de US\$ 1,2 bilhão para US\$ 1,7 bilhão) impulsionadas pelo aumento de preços, uma vez que a quantidade exportada diminuiu 3,2%. O complexo soja continuou liderando o *ranking* de setores exportadores do agronegócio, representando 19,5% das exportações do setor, em 2007, seguido pelo setor de carnes que foi responsável por 19,3% das exportações do setor.

O valor das exportações do complexo sucroalcooleiro apresentou redução de 15,4%, passando de US\$ 7,7 bilhões para US\$ 6,6 bilhões, o que resultou da redução dos preços do açúcar (-19%) e do álcool (-11%), uma vez que a quantidade exportada teve incremento de 2,6% e 3,3%, respectivamente. As exportações de açúcar totalizaram US\$ 5,1 bilhões, 17,3% inferiores a 2006. O valor das exportações de álcool foram 7,9% menores, totalizando US\$ 1,5 bilhão.

O setor de cereais farinhas e preparações apresentou forte incremento das exportações (de US\$ 722 milhões para US\$ 2,2 bilhões), resultado do aumento das exportações de milho. Em 2007, foram exportadas 10,9 milhões de toneladas de milho, um crescimento de 178% em relação a 2006, quando foram exportadas 3,9 milhões de toneladas. O preço médio do produto foi 47% maior, o que somado ao aumento do volume, resultou no incremento de 309% do valor exportado, passando de US\$ 460 milhões para US\$ 1,8 bilhão.

Ainda em termos de contribuição para o aumento das exportações em 2007, destacaram-se os acréscimos das vendas externas

dos seguintes setores: produtos florestais (11,9%, de US\$ 7,9 bilhões para US\$ 8,8 bilhões); sucos de frutas (51,3%, de US\$ 1,6 bilhão para US\$ 2,3 bilhões); café (15,7%, de US\$ 3,3 bilhões para US\$ 3,9 bilhões); fumo e seus produtos (29,2%, de US\$ 1,7 bilhão para US\$ 2,2 bilhões); e frutas (incluindo nozes e castanhas) (31,8%, de US\$ 732 milhões para US\$ 965 milhões).

No que se refere às importações, verificou-se um crescimento em 2007, com relação a 2006, de 30,2%, passando de US\$ 6,695 bilhões para US\$ 8,719 bilhões. Os produtos que se destacaram pelo incremento das importações foram: trigo (40,8%, de US\$ 988 milhões para US\$ 1,391 bilhão); borracha natural (25,5%, de US\$ 358 milhões para US\$ 483 milhões); arroz (35%, de US\$ 174 milhões para US\$ 235 milhões); farinha de trigo (419%, de US\$ 35 milhões para US\$ 182 milhões); e milho (66%, de US\$ 79 milhões para US\$ 132 milhões).

Quadro 1 - Balança Comercial do Agronegócio
Exportações, importações e saldos: 2007 e 2006 (em US\$ mil)

Setores	Janeiro-Dezembro/2007			Janeiro-Dezembro/2006			Var. %	
	Exp	Imp	Saldo	Exp	Imp	Saldo	Exp	Imp
COMPLEXO SOJA	11.381.459	93.838	11.287.621	9.308.112	46.865	9.261.247	22,3	100,2
CARNES	11.294.698	182.915	11.111.784	8.641.436	130.143	8.511.293	30,7	40,5
PRODUTOS FLORESTAIS	8.819.358	1.942.123	6.877.235	7.880.600	1.630.997	6.249.603	11,9	19,1
COMPLEXO SUCROALCOOLEIRO	6.578.083	2.113	6.575.970	7.771.690	288	7.771.402	-15,4	633,3
CAFÉ	3.891.498	2.724	3.888.774	3.363.925	1.880	3.362.046	15,7	44,9
COUROS, PRODUTOS DE COURO E PELETERIA	3.554.260	240.167	3.314.093	3.470.530	210.833	3.259.697	2,4	13,9
SUCOS DE FRUTA	2.374.050	11.360	2.362.690	1.569.515	7.993	1.561.522	51,3	42,1
FUMO E SEUS PRODUTOS	2.262.361	42.456	2.219.906	1.751.726	30.130	1.721.596	29,2	40,9
CEREAIS, FARINHAS E PREPARAÇÕES	2.219.841	2.333.835	-113.994	722.286	1.630.398	-908.112	207,3	43,1
FIBRAS E PRODUTOS TÊXTEIS	1.556.577	589.162	967.415	1.388.728	444.066	944.662	12,1	32,7
FRUTAS (INCLUI NOZES E CASTANHAS)	965.896	369.551	596.345	732.884	317.421	415.462	31,8	16,4
DEMAIS PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	671.603	313.814	357.789	562.433	261.770	300.663	19,4	19,9
DEMAIS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	412.544	108.342	304.202	315.112	83.497	231.615	30,9	29,8
CACAU E SEUS PRODUTOS	364.946	212.437	152.509	362.218	130.033	232.185	0,8	63,4
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS	345.794	167.336	178.458	298.218	142.705	155.514	16,0	17,3
PESCADOS	310.506	561.601	-251.095	367.859	445.338	-77.479	-15,6	26,1
LÁCTEOS	299.495	152.711	146.785	168.622	155.109	13.514	77,6	-1,5
ANIMAIS VIVOS	284.907	10.828	274.079	88.853	3.695	85.158	220,6	193,0
BEBIDAS	252.470	308.870	-56.400	205.478	254.879	-49.400	22,9	21,2
CHÁ, MATE E ESPECIARIAS	201.076	35.593	165.483	171.407	22.282	149.126	17,3	59,7
PRODUTOS OLEAGINOSOS (EXCLUI SOJA)	106.951	420.678	-313.727	98.000	288.007	-190.006	9,1	46,1
RAÇÕES PARA ANIMAIS	104.209	149.456	-45.247	73.128	109.714	-36.586	42,5	36,2
PRODUTOS HORTÍCOLAS, LEGUMINOSAS, RAÍZES E TUBERCULOS	102.245	456.556	-354.311	53.436	338.676	-285.240	91,3	34,8
PLANTAS VIVAS E PRODUTOS DE FLORICULTURA	35.271	10.788	24.483	29.645	8.758	20.886	19,0	23,2
PRODUTOS APÍCOLAS	25.504	42	25.462	27.740	62	27.679	-8,1	-32,3
TOTAL	58.415.603	8.719.296	49.696.307	49.423.585	6.695.539	42.728.047	18,2	30,2

Fonte: SRI / MAPA, a partir de dados da SECEX / MDIC

As exportações apresentaram taxas positivas de crescimento para praticamente todos os principais blocos econômicos, com exceção apenas do Nafta: Aladi (excluindo Mercosul), 32,4%; União Européia-25, 31,1%; Mercosul, 20,8%; Ásia, 20,3%; Oriente Médio, 13,8%; Europa Oriental, 4,6%; e África, 10,7%. As diferentes taxas de crescimento resultaram em alterações na participação desses blocos como destinos das exportações. A União Européia continuou na liderança, absorvendo 35,8% das exportações totais do agronegócio. A participação da Ásia foi de 19,3%, seguida pelo Nafta, cuja participação foi 12,6%. Oriente Médio, Europa Oriental e África apresentaram participação de 8,1%; 7,3%; e 6,5%, respectivamente (Quadro 2).

Os principais países compradores de produtos do agronegócio brasileiro foram: Estados Unidos (US\$ 6,4 bilhões); Países Baixos (US\$ 5,4 bilhões); China (US\$ 4,6 bilhões); Rússia (US\$ 3,3 bilhões); Itália (US\$ 2,6 bilhões); e Alemanha (US\$ 2,4 bilhões) (Quadro 3).

Quadro 2 - Exportações do Agronegócio por Blocos Econômicos: 2007 e 2006 (em US\$ mil)

Blocos	Janeiro-Dezembro		Var % 2007/2006	Participação	
	2007	2006		2007	2006
UE 27	20.891.832	15.940.884	31,1	35,8	32,3
ÁSIA (EXCL.ORIENTE MÉDIO)	11.294.277	9.385.979	20,3	19,3	19,0
NAFTA	7.360.478	7.961.823	-7,6	12,6	16,1
ORIENTE MÉDIO	4.722.239	4.148.341	13,8	8,1	8,4
EUROPA ORIENTAL	4.284.175	4.096.104	4,6	7,3	8,3
ÁFRICA (EXCL.ORIENTE MÉDIO)	3.801.061	3.433.614	10,7	6,5	6,9
ALADI (EXCL.MERCOSUL)	2.660.110	2.008.957	32,4	4,6	4,1
MERCOSUL	1.764.519	1.460.959	20,8	3,0	3,0
DEMAIS DA EUROPA OCIDENTAL	632.392	519.029	21,8	1,1	1,1
OCEANIA	265.116	228.795	15,9	0,5	0,5
DEMAIS DA AMÉRICA	143.986	87.179	65,2	0,2	0,2

Fonte: SRI / MAPA a partir de dados da SECEX / MDIC

Quadro 3 - Exportações do Agronegócio por Países: 2007 e 2006 (em US\$ milhões)

Países	Janeiro-Dezembro		Var % 2007/2006	Participação	
	2007	2006		2007	2006
ESTADOS UNIDOS	6.400.925	7.008.313	-8,7	11,0	14,2
PAÍSES BAIXOS	5.435.895	4.032.257	34,8	9,3	8,2
CHINA	4.673.700	3.783.817	23,5	8,0	7,7
RÚSSIA, FED. DA	3.386.098	3.139.910	7,8	5,8	6,4
ITÁLIA	2.630.095	2.092.309	25,7	4,5	4,2
ALEMANHA	2.401.728	2.059.317	16,6	4,1	4,2
BÉLGICA	2.227.875	1.614.116	38,0	3,8	3,3
ESPAÑA	2.113.584	1.235.577	71,1	3,6	2,5
FRANÇA	1.774.410	1.257.567	41,1	3,0	2,5
REINO UNIDO	1.769.597	1.536.259	15,2	3,0	3,1
JAPÃO	1.750.358	1.472.104	18,9	3,0	3,0
IRÁ REP. ISL. DO	1.565.752	1.394.803	12,3	2,7	2,8
ARGENTINA	1.214.761	1.005.267	20,8	2,1	2,0
HONG KONG	1.205.095	875.909	37,6	2,1	1,8
VENEZUELA	1.144.716	668.518	71,2	2,0	1,4

ARÁBIA SAUDITA	985.334	836.473	17,8	1,7	1,7
CORÉIA, REP. SUL	850.297	640.782	32,7	1,5	1,3
EMIR. ÁRABES UN.	810.230	728.550	11,2	1,4	1,5
PORTUGAL	709.395	443.872	59,8	1,2	0,9
EGITO	687.302	821.687	-16,4	1,2	1,7
DEMAIS PAÍSES	14.678.456	12.776.177	14,9	25,1	25,9
TOTAL	58.415.603	49.423.585	18,2	100,0	100,0

Fonte: SRI / MAPA, a partir de dados da SECEX / MDIC

3. Turismo

O turismo é uma das principais atividades econômicas do País. Esse setor propicia um significativo cenário de oportunidades de trabalho e geração de renda em diferentes pontos do território, interagindo com diversos segmentos econômicos, o que demanda um complexo conjunto de ações para o seu desenvolvimento.

A descentralização, a gestão participativa e a promoção do Brasil no exterior foram fundamentais para que o turismo esteja, atualmente, como o quinto produto principal na geração de divisas em moeda estrangeira no País, alcançando uma posição significativa no PIB brasileiro. O setor compõe-se de milhares de pequenos negócios, que geram empregos e ocupações nas diversas categorias econômicas envolvidas – agências e operadoras; alimentação; eventos; hospedagem; lazer e entretenimento; transportes e serviços de receptivo turístico; produção artesanal; entre outras. Nesse contexto, tem sido prioridade do Governo o fomento à competitividade dos destinos e empreendimentos turísticos, com a implementação de projetos e ações para o incremento dos produtos e serviços ofertados em todos os elos da cadeia produtiva do setor.

O setor de turismo é um importante indutor de inclusão social tanto pelo lado da produção, mediante a criação de novos produtos, postos de trabalho e ocupações, quanto pelo lado do consumo, mediante a absorção de novas parcelas de consumidores e concessão de novas oportunidades para o exercício da cidadania. Para desenvolvimento do turismo, o Governo tem adotado medidas para a redução dos custos do deslocamento interno, a melhoria da infra-estrutura turística, a capacitação da mão-de-obra para os setores e o aumento, de forma significativa, da divulgação do País no exterior.

a) Plano Nacional do Turismo

Lançado no mês de junho de 2007, o Plano Nacional do Turismo (PNT) 2007/2010 – Uma Viagem de Inclusão – avança na perspectiva de expansão e fortalecimento do mercado interno, com especial ênfase na função social do turismo. As proposições do PNT 2007/2010, organizadas em agrupamentos temáticos (macroprogramas), definidos pelo seu potencial de contribuição para atingir as metas definidas no Plano, desdobram-se em um conjunto de programas que organizam as diversas atividades executivas da atuação governamental e de seus parceiros. Os programas desdobram-se em ações orçamentárias, ratificando a convergência entre o planejamento proposto pelo PNT e pelo Plano Plurianual (PPA).

Ao longo de 2007, o Governo atuou em consonância com o setor turístico, por meio do Conselho Nacional de Turismo (CNT) e

suas Câmaras Temáticas, do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo, e dos Fóruns ou Conselhos Estaduais de Turismo das 27 Unidades Federadas, dos quais participam instituições públicas, agentes produtivos e sociedade civil. Essas instâncias formam, em todo o País, uma brigada de 1.358 representantes diretos e 12.000 indiretos do turismo brasileiro. Espera-se com isso, fortalecer a gestão descentralizada, com foco no cumprimento das metas do PNT 2007/2010.

b) Programas Regionais de Desenvolvimento, de Regionalização e de Incentivo ao Turismo

Os Programas de Desenvolvimento do Turismo – Prodetur Nordeste II, Prodetur JK e Proecotur II – visam ao desenvolvimento sustentável do turismo em grandes regiões do País, por meio do planejamento participativo, com ênfase na priorização das ações e atividades relacionadas ao fortalecimento da gestão estadual e municipal, do planejamento estratégico, do treinamento e da infra-estrutura, possibilitando ao setor desenvolvimento integrado e sustentável.

No âmbito do Prodetur Nordeste II, foram aplicados, em 2007, R\$ 128,3 milhões do Orçamento da União, em contrapartida ao aporte do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) de R\$ 95,4 milhões, desembolsados para obras estruturantes da atividade turística no Nordeste do País.

O Proecotur II pretende viabilizar o desenvolvimento do ecoturismo na região amazônica brasileira, estabelecendo a base de investimentos, públicos e privados, necessária para a atração de novos investidores privados, buscando assim, maximizar os benefícios econômicos, sociais e ambientais da atividade de ecoturismo naquela Região. Encontra-se em fase de estruturação e está programado, para 2008, o início da descentralização de recursos do Orçamento da União direcionados para o Programa.

O Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, um dos principais elementos da execução da política do turismo, promove a integração e a cooperação entre os Municípios; amplia e qualifica o mercado de trabalho; impulsiona uma melhor distribuição de renda e inclusão social; aumenta o tempo médio gasto pelo turista na região e apresenta alternativas aos Municípios para o desenvolvimento do seu potencial turístico. Em funcionamento desde 2004, esse Programa já promoveu e atualizou o mapeamento de 200 regiões turísticas do Brasil, envolvendo 2.819 Municípios. Posteriormente, com o objetivo de atender à meta do PNT de ampliar a oferta turística brasileira, os Estados foram orientados a selecionar três de seus roteiros para serem promovidos no mercado internacional, culminando com a estruturação de 87 roteiros turísticos prioritários. Em 2007, foi estabelecido no Plano Nacional do Turismo a meta de estruturação de 65 destinos turísticos com padrão de qualidade internacional.

Diante dos avanços e resultados obtidos, estão sendo desenvolvidos projetos de fortalecimento das instâncias em âmbito estadual, regional e municipal; capacitação dos interlocutores do Programa (aproximadamente três mil pessoas em todo o Brasil); elaboração de planos de ação para os 65 destinos turísticos escolhidos para obtenção de padrão de qualidade internacional; fortalecimento e consolidação de arranjos produtivos para pequenos empreendedores locais (Projeto Economia da Experiência); e apoio à integração de arranjos produtivos interestaduais na formação de roteiros e produtos segmentados, agregados à produção associada (Rede de Cooperação Técnica para Roteirização).

Toda a experiência acumulada pelo Programa propiciou a formação de uma rede de relacionamento no País: a Rede Nacional de Regionalização do Turismo, que tem por objetivo principal promover e apoiar a construção de relações e parcerias entre os diversos atores envolvidos com a regionalização do turismo, em especial por meio da troca de experiências e informações,

de modo a contribuir para o desenvolvimento do potencial turístico do País. Até o exercício de 2007, aproximadamente 35 mil pessoas, dentre atores da cadeia produtiva do turismo e estudantes, já foram sensibilizadas e mobilizadas no âmbito do Programa, por meio de oficinas, seminários, encontros entre interlocutores e reuniões em todo o País. Ainda no âmbito do Programa de Regionalização, foi desenvolvido o Projeto Brasil, que realizou 52 Encontros de Qualificação dos Serviços Turísticos, nos 26 Estados e no Distrito Federal, compreendendo 3.084 participantes de 70 roteiros turísticos, com o objetivo de preparar os agentes e atores envolvidos com a prestação de serviços no turismo para atuarem no mercado. Em 2007, o Governo apoiou a realização de Salões Estaduais/Regionais de Turismo, com formato similar ao Salão Brasileiro do Turismo. Foi realizado o Salão Mineiro de Turismo (setembro); o Salão Estadual de Turismo do Mato Grosso do Sul (outubro); e o Festival de Turismo de Gramado (novembro).

O foco na segmentação do turismo se dá principalmente pelo Projeto 10 Destinos Referência em Segmentos. Seu objetivo é desenvolver a gestão do turismo em 10 destinos brasileiros, de forma sustentável, com a participação de entidades locais públicas, privadas e do terceiro setor para a definição de plano de ação e de projetos prioritários, bem como para a execução e monitoramento das ações. Os 10 segmentos turísticos priorizados, um em cada destino indutor selecionado, foram: cultural (Parati-RJ); cinematográfico (Brasília-DF); de negócios e eventos (Ribeirão Preto-SP); rural (3 municípios em Santa Catarina); de estudos e intercâmbio (São João Del Rey-MG); de sol e praia (Jericoacoara-CE); ecológico (Santarém-PA); de aventura (Chapada Diamantina-BA); de aventura especial (Socorro-SP); e de pesca (Barcelos-AM).

Com o objetivo de incentivar o alcance da meta do PNT 2007-2010 de promover a realização de 217 milhões de viagens no mercado interno, várias ações têm sido desenvolvidas, dentre elas a continuidade do Projeto Vai Brasil, que objetiva fomentar a comercialização de pacotes turísticos em períodos de baixa ocupação nos diversos destinos do País. O Projeto possui 6,5 mil empresas cadastradas, entre operadoras de turismo, agências de viagem, meios de hospedagem e companhias aéreas, que participam na montagem logística dos pacotes. São cerca de oito mil produtos cadastrados ao preço médio de R\$ 800,00.

Foi lançado, em 2007, o Programa Viaja Mais – Melhor Idade, com o objetivo de incentivar pessoas a partir de 60 anos, aposentadas ou pensionistas, a viajar, principalmente na baixa ocupação, e usufruir os benefícios da atividade turística, fortalecendo, com isso, o turismo interno regionalizado. Para tanto, foram instituídas taxas de juros abaixo do mercado para empréstimos consignados e criados pacotes customizados para essa faixa etária, dentre outras facilidades. Foram publicados manuais de orientação e realizados seminários de sensibilização e capacitação para cerca de 3,5 mil atores da cadeia produtiva do turismo, em diversos Municípios brasileiros, visando incrementar a eficiência e a qualidade dos serviços na recepção dos turistas da Melhor Idade. Decorrente do esforço do Programa, até dezembro de 2007, foram vendidos nove mil pacotes turísticos ao preço médio de R\$ 850,00.

c) Atração e Promoção de Investimentos

Em 2007, para a atração de investimentos foram realizados seis eventos nacionais e seis eventos no exterior, nos quais foram desenvolvidas atividades de extrema importância para o desenvolvimento da infra-estrutura turística brasileira. Quanto à promoção de investimentos, destaca-se a criação de linha de crédito especial destinada a financiar a compra de pacotes turísticos por aposentados e pensionistas do INSS, no âmbito do Programa Viaja Mais – Melhor Idade, no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal (FAT – Turismo Sênior); inclusão do turismo entre os setores beneficiários da linha de crédito especial

FAT Giro Setorial, com encargos financeiros favorecidos no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal; e criação do Programa FCO Turismo Regional, que possibilita o financiamento de capital de giro para empresas do setor turístico no Centro-Oeste, destinado à aquisição de insumos no valor de até R\$ 2,4 milhões, no Banco do Brasil.

d) Cooperação Técnica Internacional

Na cooperação técnica internacional foram firmados acordos bilaterais para o turismo com Chile, Equador, Panamá e Nicarágua, buscando sinergia para o setor. Ainda em 2007, foi realizado o terceiro processo de seleção de agências de turismo brasileiras que atuarão no receptivo de turistas chineses no Brasil, no qual 16 novas agências foram selecionadas por uma Comissão Público-Privada, totalizando 52 agências selecionadas para essa atividade.

Quanto à cooperação multilateral em turismo, o Governo participou de reuniões no âmbito da Organização Mundial de Turismo (OMT), dentre elas, duas da Comissão Regional para as Américas (presididas pelo Brasil), uma da Assembléia Geral e duas para discutir o tema das mudanças climáticas e turismo. Divulgou ainda quatro boletins informativos sobre potenciais parcerias a serem desenvolvidas com a OMT e atualizou o cadastro necessário para disponibilizar trânsito gratuito à biblioteca virtual da OMT, visando acesso a mais de 700 publicações especializadas em turismo.

O Brasil participou, também, da XVII Conferência Ibero-americana de Ministros de Turismo, que resultou no Projeto Escola Ibero-americana de Formação Turística, a ser apresentado em 2008. O Projeto tem por objetivo o intercâmbio de conhecimento e aperfeiçoamento profissional no turismo como componente estratégico para atingir os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM), enfatizando a formação de multiplicadores para replicação do conhecimento e a conseqüente redução da pobreza por meio da qualificação profissional. Também em 2008, espera-se a intensificação das relações com a OMT, visto que o Brasil foi eleito membro do Conselho Executivo da Organização para o período de 2008-2011. Planeja-se, ainda, a realização de cursos de capacitação e projetos de cooperação técnica com aquela Organização.

e) Infra-estrutura do Turismo

Em 2007, foram investidos R\$ 1,159 bilhão em infra-estrutura do turismo. Os recursos foram aplicados em melhoria e recuperação da infra-estrutura de 2.572 Municípios, com foco no saneamento básico, reurbanização de orlas marítimas, fluviais e urbanas, melhoria de acessibilidade e da sinalização turística, recuperação de mercados, museus, casas de culturas, centros de artesanato, centros de convenções ou eventos, centros de informações turísticas, bem como em escolas de qualificação destinadas aos profissionais dos setores de hotelaria. Também foi contemplada a ampliação e reforma de quatro aeroportos nos Estados do Ceará, Maranhão, Mato Grosso e São Paulo, bem como a construção do Terminal Rodoviário Internacional de Rio Branco, no Estado do Acre. Os projetos desenvolvidos propiciaram a implantação de Portais Turísticos nos Estados da Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Paraíba, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins.

f) Serviços Turísticos e Produção Associada ao Turismo

O Programa Nacional de Qualificação Profissional e Empresarial visa induzir a melhoria da qualidade e da segurança dos serviços turísticos, por meio da qualificação profissional e empresarial, com base nas necessidades quantitativas e

qualitativas do setor, com metodologia voltada para a formação de multiplicadores, potencializando a melhoria da competitividade da cadeia produtiva do turismo e a inclusão social. Em 2007, foram apoiados 60 projetos, com investimentos no valor de R\$ 62 milhões, em parceria com Estados, Municípios, iniciativa privada e organizações não-governamentais. As ações empreendidas atenderam 139.800 pessoas e cerca de 2.000 empreendimentos. Para fortalecer a cadeia produtiva do turismo brasileiro, foram priorizadas ações de qualificação e certificação para manipuladores de alimentos, operadores e empresas de turismo de aventura, profissionais de meios de hospedagem e dos demais segmentos turísticos, empreendimentos e artesãos. Destaque para ações de qualificação e incubação de empreendimentos em Municípios de baixa renda e com potencial turístico. Foram, também, apoiados diversos eventos de comercialização de produtos turísticos, com destaque para aqueles relacionados à promoção e a valorização da gastronomia brasileira como diferencial competitivo para o setor de turismo.

O Programa Competitividade para Meios de Hospedagem promoveu, no exercício passado, o aperfeiçoamento dos gestores e profissionais do setor de hotelaria, por meio de cursos de gestão de pequenos meios de hospedagem, além de seminários de sensibilização. Já o Programa Alimento Seguro no Turismo objetiva contribuir com a melhoria da qualidade e competitividade dos produtos turísticos, por meio da qualificação de empreendimentos e pessoas para aplicação de práticas seguras na manipulação dos alimentos em destinos turísticos, que abrange condições de higiene no preparo, acondicionamento, armazenamento, transporte, exposição e venda. No referido exercício, as ações atingiram um público-alvo de trabalhadores de bares, restaurantes, meios de hospedagem, quiosques, barracas e ambulantes, localizados em 52 Municípios brasileiros.

Registra-se que no período que antecedeu a realização dos Jogos Pan/2007, no Rio de Janeiro, os bares, restaurantes, meios de hospedagem, e principalmente os quiosques, barracas e ambulantes dos principais pontos turísticos foram beneficiados por este Programa, recebendo capacitação para utilização das normas e procedimentos adequados quanto à segurança no manuseio de alimentos. Outro Programa, desenvolvido em 2007, foi o Bem Receber – Qualificação Profissional e Gestão Empresarial em Destinos Turísticos, que tem como meta aumentar a competitividade da cadeia produtiva do turismo. O Bem Receber é direcionado a empresários que buscam a melhoria de seus negócios, participando de cursos sobre políticas de conscientização para proteção ao meio ambiente e do patrimônio sociocultural. Além do setor empresarial, o projeto tem como finalidade beneficiar: os turistas – que usufruem de serviços qualificados; os trabalhadores da área de turismo e hospitalidade – pela perspectiva de aperfeiçoamento profissional; e as comunidades.

Em 2007, foi apoiada a implantação de oito Restaurantes-Escola nos Estados de São Paulo e Santa Catarina. Esses Restaurantes são espaços públicos constituídos para a articulação das políticas públicas de trabalho, qualificação e desenvolvimento do turismo, no âmbito do poder local com as perspectivas de valorização do patrimônio histórico-cultural, qualificação profissional e inclusão social, especialmente, a inserção de jovens no mercado de trabalho. No referido exercício, inúmeras ações foram empreendidas visando apoiar o artesanato de tradição para valorizar a cultura local. Foram investidos aproximadamente R\$ 7,5 milhões em ações de fomento à produção artesanal, industrial e agropecuária, que possuem atributos naturais e culturais para a agregação de valor à oferta turística e à ampliação da permanência e dos gastos do turista nos destinos brasileiros, com impactos diretos na geração emprego e renda.

Os parâmetros de qualidade dos serviços turísticos do País foram definidos por meio de instrumentos regulatórios, que

estipulam os requisitos mínimos dos produtos e serviços turísticos. Já o controle, foi feito por meio do cadastramento e da fiscalização das empresas, empreendimentos, equipamentos e profissionais de turismo.

No exercício passado, foram realizadas 5,5 mil fiscalizações dos serviços turísticos, sob a competência dos Órgãos Estaduais de Turismo por Convênio de Descentralização de Atividades, para verificação do cumprimento dos dispositivos da legislação brasileira relacionada à atividade. Também foram efetivados 12,1 mil registros no Cadastro Geral de Turismo (Cadastur), dentre os quais renovações e novas concessões de cadastro (15% a mais que em 2006). Parte desse resultado é devido ao Projeto Incentivo ao Cadastramento dos Prestadores de Serviços Turísticos, uma campanha para divulgação do Cadastur. Os empreendimentos pertencentes ao Cadastro englobam boa parte da cadeia do turismo, como guias de turismo; instituições de ensino; cursos relacionados ao setor; bacharéis em turismo; agências de turismo; organizadoras de eventos e de feiras; meios de hospedagem; parques temáticos; transportadoras turísticas, dentre outros.

Com o objetivo de buscar a formalização e qualificar o atendimento dos prestadores de serviços turísticos dos destinos indutores do desenvolvimento regional, foi desenvolvido o Projeto Verão Legal. Ele prevê jornadas sensibilizadoras e vistorias integradas dos prestadores de serviços turísticos, em parceria com órgãos estaduais de turismo, órgãos reguladores das áreas envolvidas nos projetos, dentre outros. Até o final de 2007, o Projeto sensibilizou e mobilizou 850 prestadores de serviços nos 26 Estados e no Distrito Federal.

g) Promoção do Turismo e do Produto Turístico Brasileiro

O Governo tem incrementado o financiamento a campanhas publicitárias e educativas, bem como a elaboração de instrumentos promocionais, que divulguem os destinos turísticos brasileiros e incentivem a realização de viagens. Como destaque na promoção do turismo para mercado interno, em 2007, está a divulgação do já mencionado Programa Viaja Mais – Melhor Idade, para a qual foi desenvolvida uma campanha publicitária em diversos meios de comunicação (TV, jornal, revista, mobiliário urbano, rádio e Internet). Na área de eventos, o destaque, em 2007, ficou com os Jogos Pan-Americanos e Parapan-Americanos, que também contaram com várias ações de promoção e publicidade, incentivando o turista a conhecer o Rio de Janeiro e a visitar ainda outros destinos brasileiros. Foi desenvolvida uma campanha para o público jovem, tradicionalmente com forte identificação com o esporte. Foi montado, na praia de Copacabana, um local de exposição dos destinos turísticos brasileiros: a Praça das Medalhas. No espaço, com três grandes tendas na areia distribuídas em 1.300 m², reuniram-se milhares de pessoas no período dos Jogos, entre fãs do esporte, famílias e turistas do Brasil e do exterior. Na Praça, foram realizadas apresentações, shows, manifestações culturais e homenagens aos atletas dos Jogos. Outro projeto desenvolvido por ocasião dos Jogos foi a sinalização de 124 táxis que eram dotados de serviço de tradução instantânea para o turista estrangeiro.

Outro acontecimento que mobilizou esforços publicitários foi a vitoriosa campanha que elegeu o Cristo Redentor como uma das Sete Maravilhas do Mundo. A campanha foi composta por cinco inserções publicitárias, em jornais de grande circulação, incentivando a população a votar no Cristo como uma das maravilhas do Mundo. A campanha mostrou-se bem-sucedida e o Cristo Redentor apresenta-se cada vez mais como um ícone do turismo brasileiro reconhecido nos quatro cantos do mundo.

No âmbito do mercado interno estão previstas para 2008: ampliação das campanhas de divulgação do Programa Viaja Mais – Melhor Idade; promoção das ações de qualificação profissional para a Copa do Mundo de Futebol de 2014; e nova campanha para

o turismo, que discuta os hábitos de consumo do brasileiro e o leve a considerar cada vez mais a viagem em sua cesta de consumo.

Foi lançada, em 2007, a segunda fase do Plano Aquarela – Marketing Turístico Internacional do Brasil, que definiu as bases para todas as ações de divulgação do País no exterior. O referido plano tem como um de seus principais objetivos inserir o Brasil entre os 20 maiores destinos turísticos do mundo.

Comparando-se os dados de 2007, apurados e apresentados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) nos Boletins de Desempenho Econômico do Turismo, com os do ano anterior, verifica-se que o faturamento do setor de turismo no Brasil cresceu 13,5%. O crescimento do setor também se confirma no que diz respeito à contratação de pessoal. O saldo de novas contratações é 50% superior ao de 2006. Outro dado que demonstra o bom desempenho do setor turismo, em 2007, refere-se ao ingresso no País de US\$ 4,9 bilhões de divisas trazidas por turistas estrangeiros. Além disso, 6,4 milhões de passageiros desembarcaram de vôos internacionais e aproximadamente 50 milhões de desembarques foram contabilizados com relação aos vôos nacionais. As perspectivas para 2008 são bastante promissoras. A divulgação, com antecedência, do calendário de promoção comercial do turismo brasileiro, até junho de 2008, também é um fator que propiciará aos empresários, entidades e órgãos públicos a oportunidade de melhor planejar as ações e organizar a participação em vários eventos internacionais propiciando a divulgação do potencial turístico brasileiro.

h) Turismo Sustentável e Infância

O Programa Turismo Sustentável & Infância tem como objetivos a prevenção e o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes nos equipamentos do turismo. Esse trabalho é realizado por meio da sensibilização, da mobilização e da qualificação da cadeia produtiva do turismo para a adoção de práticas sustentáveis na promoção do Brasil como destino turístico e da adoção de parcerias intersetoriais.

Em 2007, foi implantado Projeto Piloto, na cidade de Fortaleza, onde foram qualificados 300 jovens em situação de vulnerabilidade social para inclusão no mercado de trabalho dos segmentos do turismo. Em 2008, está prevista a implantação do Projeto nas seguintes cidades brasileiras: Recife, Salvador, Natal, Fortaleza, Porto Alegre, Belém, Rio de Janeiro, São Paulo e na Baixada Santista. No citado exercício também foram executadas as seguintes outras relevantes ações, como a distribuição de aproximadamente 1.200.000 materiais de comunicação em importantes eventos nacionais como carnaval, festas regionais juninas, Jogos Pan-Americanos, e a realização de 14 Seminários de Sensibilização em diversos Estados.

Para 2008, estão previstas ações de mobilização, sensibilização e formação de multiplicadores na cadeia produtiva do turismo nas cidades de Salvador, Porto Seguro, Mata de São João, Recife, Olinda, Ipojuca, Porto Velho, Guajará-Mirim, Ariquemes, Ji-Paraná e Candeias dos Jamaris, bem como em seis comunidades de escolas de samba no Rio de Janeiro e São Paulo.

4. Trabalho e Emprego

a) Estímulo à Geração de Emprego e Renda

O ano de 2007 confirmou o acerto da estratégia de intensificar a utilização de recursos dos fundos públicos para estimular o investimento e, em decorrência, ampliar a geração de emprego e renda.

No âmbito do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), o estímulo ao investimento e à geração de emprego ocorre por meio das linhas de crédito constituídas do Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger). A reestruturação das linhas de crédito, iniciada em 2003, garantiu maior articulação com as estratégias e prioridades das políticas sociais e territoriais de desenvolvimento. A implementação da nova metodologia de alocação dos recursos, a partir de 2005, evitou que os recursos do Fundo ficassem nas tesourarias desses agentes.

O resultado dessas ações se expressa em substancial aumento no número de operações realizadas, bem como do volume aplicado. De janeiro a agosto de 2007, foram realizadas mais de 1,5 milhão de operações, resultando em um volume de financiamento de R\$ 12,6 bilhões. Analisadas em um horizonte temporal mais amplo, as linhas de crédito do FAT oferecem resultados ainda mais expressivos. Entre janeiro de 2003 a agosto de 2007, foram realizadas 10,4 milhões de operações e concedidos financiamentos em um montante total de R\$ 79,4 bilhões. Entre as linhas de crédito com recursos do FAT, merece destaque o Proger Urbano, cujo público alvo é composto, principalmente, por micro e pequenos empreendimentos urbanos. De janeiro a agosto de 2007, foram realizadas 1,2 milhão de operações de financiamento a esses empreendimentos, com a aplicação em créditos de R\$ 4,6 bilhões. Para 2008, novas alterações nos programas/linhas de crédito serão propostas ao Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), para extinguir a sobreposição, reduzir a pulverização do funding FAT e racionalizar os programas/linhas existentes.

No que diz respeito ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), foram aplicados, em 2007, cerca de R\$ 10 bilhões em Habitação, Saneamento e Infra-estrutura incluindo o Programa de Arrendamento Residencial (PAR), beneficiando mais de 19,8 milhões de pessoas, além da destinação de R\$ 1,79 bilhão para subsídios na área de habitação popular (famílias com renda mensal bruta de até R\$ 1.875,00). Em 2007, o Conselho Curador do FGTS aprovou o orçamento mais expressivo de sua história, para execução em 2008, com previsão de recursos da ordem de R\$ 14,740 bilhões, sendo R\$ 11,140 bilhões para habitação e subsídios, R\$ 3,150 bilhões para saneamento e R\$ 450 milhões para infra-estrutura. Esses valores representam incremento de 28,76% e 16,67%, respectivamente, em relação aos constantes do orçamento de 2007. Para 2008 objetiva-se conferir efetividade à execução desse orçamento, criando condições para que as instituições financeiras contratem operações de crédito em quantidade suficiente para dar vazão aos recursos alocados, com a consequente execução dos projetos nas mencionadas áreas. Foi aprovada, também, medida que beneficiará seus cotistas, permitindo o financiamento de até R\$ 245 mil em imóveis com valor de avaliação até R\$ 350 mil.

Outro fato relevante foi a criação, por meio da Medida Provisória nº 349, de 2007, convertida na Lei nº 11.491, de 2007, do Fundo de Investimento do FGTS (FI-FGTS), no âmbito do PAC. Precedido de amplo debate no Conselho Curador do FGTS e na sociedade brasileira, o FI-FGTS destina-se a prover recursos para investimentos nos setores de energia, rodovia, ferrovia, hidrovias, porto e saneamento, no valor de até 80% do patrimônio líquido do FGTS (registrado em 31 de dezembro de 2006).

Em 2008, o FGTS terá o grande desafio de aplicar os recursos do FI-FGTS, já definidos inicialmente em R\$ 5 bilhões, nos mencionados setores. O FI-FGTS tem um delineamento operacional semelhante ao dos inúmeros fundos existentes no mercado e parte do sucesso de sua empreitada dependerá da estruturação de sua governança, a cargo do Conselho Curador do FGTS.

b) Recuperação do Mercado de Trabalho Formal

O bom desempenho do nível de emprego registrado entre os anos de 2003 e 2007 confirmou-se como um dos traços distintivos deste Governo. Em 2006, segundo os dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), foram criados 1.916.632 empregos formais (assalariados com carteira de trabalho assinada e estatutários), resultado recorde em termos absolutos dessa série histórica, iniciada

em 1985. Tal comportamento foi oriundo do desempenho favorável observado em todos os setores de atividade econômica.

Esse resultado soma-se aos alcançados nos três anos anteriores para marcar o quadriênio 2003-2006 com um crescimento sem precedentes no nível de emprego formal. Os números da Rais são inequívocos: de janeiro de 2003 a dezembro de 2006, foram gerados 6.471.336 empregos. Isso corresponde a uma média mensal de 134.820 empregos.

Há um aspecto qualitativo desse comportamento do emprego que também merece destaque. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo IBGE, no quadriênio 2003-2006 foram criadas 8.670.095 ocupações, das quais 70% correspondem a formas protegidas de inserção, exprimindo o aumento do grau de formalização do mercado de trabalho brasileiro.

No ano de 2007, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), foram gerados 1,617 milhão de empregos celetistas, resultando no crescimento do emprego na ordem de 5,85%, resultado recorde de geração de empregos formais. Todos os setores econômicos apresentaram elevação no emprego, destacando-se, em números absolutos, os Serviços, com a criação de 587.103 postos de trabalho, o Comércio, com a geração de 405.091 empregos, e a Indústria de Transformação, com o acréscimo de 394.584 empregos. Em termos relativos, o destaque fica por conta da Construção Civil, com criação de 176.755 postos, e da Agropecuária que continuou apresentando trajetória de recuperação verificada a partir de 2006.

c) Aumentos Reais do Salário Mínimo

Desde o período 2003-2006 o Governo mantém a política de promover reajustes reais para o salário mínimo. Ao passar de R\$ 200,00 para R\$ 350,00 entre 2003 e 2006, o salário mínimo cresceu muito acima da variação de preços, resultando em clara elevação de seu poder de compra. Em novembro de 2006, o valor real do salário mínimo acumulava crescimento de 39,2% na comparação com dezembro de 2002. Em abril de 2006, quando da elevação para R\$ 350,00 o valor real do salário mínimo alcançou o mais elevado patamar desde novembro de 1985, utilizando como deflator o INPC/IBGE.

Outro parâmetro para mensurar o aumento do poder de compra do salário mínimo é sua comparação com a cesta básica calculada pelo Dieese. Em maio de 2007, o valor real do salário mínimo permitia adquirir 2,8 cestas básicas, ampliação substancial do poder de compra de março de 2003, quando propiciava a compra de 1,4. O aumento real do salário mínimo é um dos fatores determinantes da melhoria do perfil da distribuição da renda ocorrida no Brasil nos últimos anos. A continuidade desse processo, de forma pactuada com os vários atores interessados no tema, é um requisito fundamental para a consolidação do desenvolvimento sustentável com aceleração do crescimento e redução da desigualdade social.

Nesse sentido, é importante destacar o acordo entre o Governo Federal e as Centrais Sindicais, que estabeleceu as bases para uma política de valorização do salário mínimo para o período de 2007 a 2023 com revisões quadrianuais, por ocasião da elaboração dos Planos Plurianuais.

Aprovado pelo Congresso Nacional, o referido acordo fixou o piso legal de remuneração em R\$ 380,00 em abril de 2007. Adicionalmente, foi acordado que, entre 2008 e 2011, os reajustes serão definidos pela reposição da inflação mais a taxa de crescimento real do PIB, apurada pelo IBGE, respectivamente para os anos de 2006, 2007, 2008 e 2009, com antecipação gradual da data base para janeiro até 2010, conforme disposto em projeto de lei que se encontra em tramitação no Congresso Nacional.

d) Garantia dos Direitos do Trabalhador

O desenvolvimento com inclusão social requer forte compromisso com os direitos do cidadão. Na área do trabalho, o contínuo fortalecimento da capacidade de fiscalização e garantia dos direitos dos trabalhadores é parte dessa agenda. A ampliação do quadro de Auditores Fiscais do Trabalho e o aprimoramento dos mecanismos de planejamento e respectiva execução resultaram em grandes avanços das ações de fiscalização realizadas pelo Governo, por intermédio do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). De janeiro a dezembro de 2007, foram fiscalizados 357.788 empresas ou locais de trabalho, com a regularização da contratação de 746.245 trabalhadores por meio da ação fiscal. Somados aos resultados alcançados no período 2003-2007, foram fiscalizadas 1.678.050 empresas e registrados, sob ação fiscal, 2.865.780 trabalhadores. Antes da ação da inspeção do trabalho, esses trabalhadores não tinham seus direitos laborais assegurados e passaram, com a assinatura da Carteira de Trabalho e Previdência Social, a usufruir de férias remuneradas, 13º salário, entre outros direitos garantidos pela Constituição Federal e pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Na área de saúde e segurança do trabalho foram realizadas no ano de 2007, 157.376 inspeções, direcionadas aos setores econômicos que apresentam mais riscos à integridade e à vida dos trabalhadores, o que permitiu a correção de 849.797 situações de descumprimento da legislação específica. Foram detectadas 3.871 situações de risco grave e iminente à vida do trabalhador, que levaram à imposição de embargos e interdições, até que as condições de trabalho fossem regularizadas.

O Programa de Alimentação do Trabalhador alcançou, em 2007, a marca de 10 milhões de trabalhadores beneficiados e de 116 mil empregadores inscritos. Com o objetivo de melhorar a qualidade da alimentação consumida pelos trabalhadores beneficiados, o Governo, por intermédio do MTE, revisou os parâmetros nutricionais mínimos exigidos pela regulamentação do Programa, bem como encontra-se em andamento discussão sobre a certificação, pelo Inmetro, das cestas de alimentos fornecidas no âmbito do Programa.

A fiscalização para prevenir e reprimir a prática de trabalho de crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos, teve como resultado, em 2007, de janeiro a dezembro, o afastamento de 7.812 crianças do trabalho. Ainda em relação à fiscalização do trabalho de adolescentes, foi intensificada a fiscalização indireta, que consiste na notificação prévia às empresas para que comprovem o cumprimento da lei em relação ao preenchimento das cotas de aprendizagem. Essa é uma atividade complementar às ações fiscais realizadas *in loco*.

Com relação à erradicação do trabalho escravo, foram realizadas em 2007, 110 operações conjuntas do MTE, Polícia Federal e Ministério Público do Trabalho, que fiscalizaram 197 fazendas e libertaram 5.877 trabalhadores encontrados em situação análoga à escravidão. O Cadastro de Infratores, que reúne o nome de empregadores flagrados explorando mão-de-obra escrava, recebeu, em dezembro de 2007, a oitava atualização, passando a conter 189 nomes de pessoas físicas e jurídicas. Para 2008, prevê-se a definição conjunta pelos atores de Governo e da sociedade civil das políticas públicas voltadas para os maiores focos de crescimento do trabalho infantil – trabalho em regime de economia familiar e o trabalho infantil doméstico – nos quais a intervenção da fiscalização do trabalho não é legalmente possível e a intensificação das ações de fiscalização para expansão do número de contratações de aprendizes, principalmente oriundos de grupos mais vulneráveis. Para a erradicação do trabalho escravo, também em 2008, o Governo desenvolverá ações preventivas nos locais de aliciamento de trabalhadores, sobretudo por meio do fortalecimento da intermediação pública de mão-de-obra rural.

e) Democratização das Relações de Trabalho

Em 2007, o Fórum Nacional do Trabalho (FNT) priorizou mudanças pontuais na legislação sindical e na trabalhista, por meio de ajustes na legislação. O FNT teve atuação destacada para um importante resultado em 2007 no campo da reforma sindical: consolidou o acordo para o reconhecimento das Centrais Sindicais, com previsão, inclusive, de sua sustentação financeira, de modo que o movimento sindical conte, a partir de agora, com uma instância de organização horizontal e representativa para todos os trabalhadores no País, independentemente de sua categoria profissional. Esse acordo foi consubstanciado no Projeto de Lei nº 1.990, de 2007, atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados.

Outro avanço obtido em 2007 foi a regulamentação do trabalho no comércio aos domingos, que garantiu mais dias de descanso ao trabalhador desse setor e assegurou que suas condições de trabalho devem ser previstas em convenção coletiva. Esse dispositivo foi regulamentado pela Medida Provisória nº 387, de 2007, posteriormente convertida na Lei nº 11.603, também de 2007. Cerca de oito milhões de trabalhadores comerciários já estão sendo beneficiados pela nova regra.

Ainda em 2007, como parte do desenvolvimento do Sistema Integrado de Relações do Trabalho – SIRT, foi lançado, em âmbito nacional, o Sistema Mediador. Esse Sistema viabilizará uma base de dados com todas as convenções e acordos coletivos celebrados no País, permitindo consultas, via Internet, pela sociedade em geral. Foi iniciado, também, o desenvolvimento do Homolognet, um módulo do SIRT de controle e monitoramento de todas as rescisões de contrato de trabalho efetuadas no território nacional, além de dar assistência aos trabalhadores e empresas na homologação de rescisões. O Homolognet deverá ser implementado em 2008. Está prevista, também em 2008, a implementação de mais um subsistema do SIRT: o Módulo de Alteração Estatutária, que conferirá maior agilidade na análise e no deferimento dos pedidos formulados pelas entidades sindicais para alteração de suas representações sindicais, bem como possibilitará ao MTE verificar, de forma célere, a existência de possíveis conflitos de representação, gerado por essas solicitações.

f) Políticas de Emprego, Trabalho e Renda

O Brasil conta com um conjunto amplo de políticas na área do trabalho, construídas de forma participativa, na maioria das vezes por meio de instâncias e conselhos tripartites, e implementadas em parceria com outras instâncias governamentais e organizações da sociedade. Considerando a qualificação social e profissional como um direito do cidadão, o Plano Nacional de Qualificação (PNQ) vem apresentando grande efetividade social, resultado das reformulações conceituais e metodológicas que orientaram a sua criação, em 2003. A carga horária média dos cursos de qualificação foi elevada continuamente, passando de 62,4 horas em 2002 para 200 horas a partir de 2006, com ganhos de qualidade pedagógica expressivos, devido, em grande medida, ao estabelecimento de conteúdos mínimos para os cursos. Em 2007, foram firmadas parcerias para qualificar 160,7 mil trabalhadores, com base em um orçamento de R\$ 97 milhões, totalizando, assim, no período de 2003 a 2007, 722 mil trabalhadores qualificados em cursos de qualificação promovidos no âmbito do PNQ.

Destaca-se a adoção, a partir de 2005, de uma nova modalidade para implementação do PNQ, os chamados Planos Setoriais de Qualificação (PlanSeQs). Trata-se de instrumento que articula a ação de qualificação social e profissional a demandas efetivas de vários setores de atividade econômica, identificadas por meio de negociação coletiva com representantes de trabalhadores, empresários e movimentos sociais. No âmbito dos PlanSeQs, os convênios firmados, com recursos do orçamento de 2007, têm como meta qualificar 23,3 mil trabalhadores, para os setores de transporte e logística, metalurgia, manejo florestal, comércio,

aeronáutico, tecnologia da informação, construção civil pesada, sucroalcooleiro, microcrédito, petróleo e gás, naval e têxtil. Esses cursos estarão ocorrendo até dezembro de 2008. Com recursos do orçamento de 2006, porém, executados em 2007, no âmbito dos PlanSeQs foram qualificados 16,1 mil trabalhadores nos setores de agricultura familiar, turismo social e ecológico, economia solidária, indústria naval, *software*, pólo turístico industrial, reforma agrária, serviços industriais, plásticos, hidroelétrica, biodiesel e máquinas agrícolas. Outra ação inovadora no âmbito da qualificação é a certificação profissional que visa aumentar a inserção e a mobilidade dos trabalhadores, por meio da avaliação e certificação dos conhecimentos, habilidades e atitudes profissionais desenvolvidos em processos formais ou informais de aprendizagem. Em 2007, foi implantada a dimensão de certificação no Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (SPETR) nos Municípios de Campinas, Guarulhos, Osasco, Santo André, Diadema e Limeira.

As ações de orientação profissional e intermediação de mão-de-obra são realizadas no Brasil, por intermédio da rede de atendimento do Sistema Nacional de Emprego (Sine). Até novembro de 2007, foram colocados 907.861 trabalhadores no mercado de trabalho por meio destas parcerias. No acumulado de 2003 a novembro de 2007, foram colocados no mercado de trabalho 4,4 milhões de trabalhadores. A maior eficiência da ação de orientação profissional e intermediação de mão-de-obra deve-se a mudanças implementadas pelo Governo na execução das parcerias com Estados e Municípios, que permitiram resultados mais expressivos mesmo com menor disponibilidade de recursos. Cabe ainda registrar que, no ano de 2007, a meta de criação de 300 postos para emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) foi superada em mais de 10%.

A habilitação e o pagamento do seguro-desemprego são ações de proteção ao trabalhador que vêm sendo aprimoradas. Estas ações compõem a assistência financeira temporária concedida ao trabalhador desempregado sem justa causa do mercado de trabalho formal, beneficiando ainda os pescadores artesanais que têm sua atividade produtiva interrompida parcial ou totalmente. O seguro desemprego beneficiou, até dezembro de 2007, 5,45 milhões de trabalhadores formais, além de 243.035 pescadores artesanais em período de defeso. Destaque-se, ainda, que 3.835 trabalhadores resgatados da condição análoga à escravidão, em decorrência de ação de fiscalização, receberam seguro desemprego em 2007.

O abono salarial é outro benefício importante pago com recursos do FAT. Podem receber esse benefício todos os trabalhadores que contribuem para o PIS/Pasep e cuja remuneração, no ano anterior, tenha sido de até dois salários mínimos. Desde 2003, o número de benefícios pagos vem crescendo.

No decorrer do ano de 2007 foram identificados 14,3 milhões de trabalhadores com direito ao benefício, dos quais 13,8 milhões de abonos foram pagos. A taxa de cobertura do abono salarial (relação entre o número de trabalhadores que efetivamente receberam o benefício e aqueles identificados com direito) foi de 96,4%, sendo a melhor desde a criação do benefício. Os recursos envolvidos somaram R\$ 5,14 bilhões.

Diante dos desafios à inserção do jovem no mundo do trabalho, desde o início do atual Governo estão sendo construídos programas e ações que propiciem atendimento prioritário a esta parcela da população.

A partir de janeiro de 2008, o Programa Primeiro Emprego será extinto e entrará em vigor o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem. O novo Programa tem como meta a garantia de maior escala, integração e visibilidade das ações governamentais para a juventude. O Programa é dividido em: ProJovem Urbano, ProJovem Campo – Saberes da Terra, ProJovem Trabalhador e ProJovem Adolescente – Serviço Socioeducativo. O ProJovem Trabalhador será composto por ações voltadas para a preparação do jovem para o mercado de trabalho, e para ocupações alternativas geradoras de renda.

Ainda com relação às perspectivas para 2008, haverá o aprofundamento de ações prioritárias em curso, como as que se referem à Agenda Social do Governo Federal, um dos três pilares em que está apoiado o PPA 2008-2011, juntamente com o PAC e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Voltada para a viabilização do incremento da renda das famílias trabalhadoras e a redução das desigualdades no País, tem como desafio articular políticas públicas e propiciar o acompanhamento da implementação dos programas cujo escopo ultrapasse a competência de um único Ministério.

No âmbito desse esforço, o Governo, por intermédio do MTE, desenvolverá em 2008 ações para qualificação social e profissional de 200 mil beneficiários do Bolsa Família, por meio PlanSeQs – Planos Setoriais de Qualificação.

Também em 2008, terá prosseguimento a reestruturação do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda. A próxima etapa deste processo será o encaminhamento ao Congresso Nacional de proposta de marco regulatório para democratizar a gestão das políticas públicas de emprego, redefinir os papéis dos Entes Federativos no Sistema e garantir a destinação anual de percentual das receitas primárias do FAT para financiamento das ações que compõem o referido Sistema.

g) Estímulo à Economia Solidária

Segundo o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, que já mapeou mais de 50% dos Municípios brasileiros, verifica-se a existência, em 2007, de mais de 23.000 empreendimentos solidários atuantes no Brasil, distribuídos em 2.274 municipalidades e que envolvem mais de dois milhões de pessoas. Para estimular esse conjunto de empreendimentos, várias ações vêm sendo implantadas pelo Governo.

Em 2007, foi ampliada a rede de agentes de desenvolvimento local e economia solidária espalhados por todas as Unidades da Federação. Hoje, os 510 agentes de desenvolvimento solidário, que estão trabalhando em mais de 400 comunidades carentes, fornecem apoio e assessoria e articulam ações para a constituição de empreendimentos econômicos solidários. Atualmente, existem 723 empreendimentos acompanhados, que beneficiam mais de 46,5 mil trabalhadores diretamente e 280 mil pessoas indiretamente. Ao final de 2006, a expansão do número de agentes de desenvolvimento foi articulada com o Programa Bolsa Família, com o propósito de apoiar a geração de trabalho e renda para beneficiários desse Programa, bem como com ações de implantação da Agenda 21.

Em 2007, foi realizada a formação de mais de 200 gestores públicos de economia solidária, que vêm desenvolvendo políticas públicas de economia solidária em âmbito municipal e estadual. Além disso, na relação federativa com Estados e Municípios, foram inaugurados cinco novos Centros Públicos de Economia Solidária, potencializando as políticas e suas articulações e fazendo com que a população tenha um acesso mais próximo e constante à política pública de economia solidária.

Cerca de 2.500 empreendimentos de economia solidária receberam apoio para aprimorar sua capacidade de geração de trabalho e renda, por meio da constituição de redes de produção entre eles. Nesse sentido, foram apoiadas as redes produtivas no setor têxtil, metalúrgico, artesanato, agricultura familiar, entre outros. Essas redes reúnem centenas de empreendimentos e milhares de trabalhadores, e possibilitam o fortalecimento econômico dos empreendimentos e a abertura de canais de comercialização aos mesmos. No sentido também da comercialização dos produtos e serviços produzidos pelos empreendimentos de economia solidária, foi desenvolvido o Programa Nacional de Feiras de Economia Solidária, o qual abrange todo o território nacional e envolve mais de 3.000 empreendimentos econômicos solidários. Os bons resultados dessa

ação referendam o início da constituição de um Sistema Nacional de Comércio Justo Solidário, que irá beneficiar todos os empreendimentos econômicos solidários mapeados no Brasil.

A recuperação de empresas por trabalhadores organizados em autogestão também recebeu forte estímulo. Em 2007, foram apoiados mais de uma centena de processos de recuperação de empresas autogestionárias, por meio de assessoria técnica, qualificação de trabalhadores, domínio dos mecanismos estabelecidos pela nova Lei de Falências para recuperação de empresas falidas e acompanhamento da atividade econômica por instituição especializada.

Um dos grandes desafios enfrentados por todos esses empreendimentos é a necessidade de acesso ao crédito e financiamento. Foi criada, pelo BNDES, uma linha específica para o financiamento de empresas recuperadas por trabalhadores organizados em autogestão. Com R\$ 200 milhões, essa linha deverá se constituir em um instrumento fundamental para que postos de trabalho de empresas que entram em falência não sejam fechados, mas se tornem oportunidades de consolidar setores estratégicos da economia solidária no Brasil.

Cabe destacar o Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Proninc). Em 2007, foi mantido o apoio a 43 incubadoras universitárias de cooperativas populares que já atuavam no âmbito desse Programa, fornecendo assistência técnica e de gestão a grupos de produção e cooperativas e gerando mais de 14 mil postos de trabalho diretos. Esse Programa foi ampliado para 36 novas universidades, que estão criando incubadoras de cooperativas segundo os critérios do Proninc.

Em 2008, pretende-se dar continuidade ao mapeamento da economia solidária, por meio de visitas e entrevistas em todos os empreendimentos mapeados, expansão do número de Municípios mapeados e do número de empreendimentos econômicos solidários cadastrados, objetivando alcançar um total de 28.000.

5. Inclusão Bancária e Microcrédito

Foram tomadas três medidas, em dezembro de 2007, aperfeiçoando a regulamentação que dispõe sobre a cobrança de tarifas bancárias e o custo de operações de crédito. O objetivo é aumentar os níveis de concorrência no sistema financeiro, com foco em clientes pessoas físicas.

A primeira delas, a padronização da nomenclatura de tarifas, busca aumentar a transparência das informações disponíveis ao cliente, permitindo a comparação de preços e viabilizando a escolha da instituição que o atenda melhor. As instituições serão obrigadas a oferecer pacote básico de serviços prioritários. Os serviços especiais, tais como crédito rural, crédito imobiliário e microfinanças, por terem legislação e regulamentação específica, não sofreram alterações e os serviços diferenciados, tais como entrega em domicílio e aluguel de cofre, devem ser objeto de contrato explícito entre clientes e instituições.

A segunda é a obrigação de as instituições financeiras, na contratação de operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro com pessoas físicas, informarem previamente o Custo Efetivo Total (CET) da operação para o tomador, expresso na forma de taxa percentual anual.

A terceira é a adoção de nova disciplina para a Tarifa pela Liquidação Antecipada (TLA) de operações de crédito e de arrendamento mercantil, com a vedação às instituições financeiras e às sociedades de arrendamento mercantil de cobrança de

tarifa em decorrência de liquidação antecipada de contratos de concessão de crédito e de arrendamento mercantil financeiro, firmados, a partir de dezembro de 2007, com pessoas físicas e com microempresas e empresas de pequeno porte de que tratam a Lei Complementar nº 123, de 2006.

Em 2007, destaque ainda para a edição de conjunto de normas que objetivam aperfeiçoar o arcabouço regulatório prudencial brasileiro, no que se refere à gestão de riscos nas instituições financeiras e revisão das regras de requerimento de capital. Mencionadas normas fazem parte da implementação da primeira fase do projeto Basileia II, conforme cronograma anteriormente divulgado. Outra regra relevante foi a determinação para que as instituições financeiras implementem, até junho de 2008, estrutura de gerenciamento do risco de mercado, compatível com a natureza das operações realizadas, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição a risco de mercado de cada instituição, além da definição de critérios mínimos para a classificação de operações na carteira de negociação. As instituições financeiras também deverão apurar e alocar capital para o risco de mercado existente nas posições não classificadas na carteira de negociação (*trading book*), ou seja, nas operações consideradas como *banking book*.

O acompanhamento da evolução dos padrões contábeis internacionais também tem demandado ações objetivando a adequação da regulamentação do SFN a esses padrões internacionais, com a identificação das necessidades de convergência às normas internacionais de contabilidade e às normas internacionais de auditoria. O propósito é que, a partir de diagnóstico, sejam adotados procedimentos para a elaboração e publicação de demonstrações contábeis consolidadas a partir de 31 de dezembro de 2010, em consonância com os pronunciamentos do Grupo de Padrões Internacionais de Contabilidade (IASB), bem como a observância das normas editadas pela *International Federation of Accountants* (IFAC) para a prestação de serviços de auditoria independente.

a) Ampliação do Volume de Crédito

Está em fase de desenvolvimento o Sistema de Registros de Créditos do Banco Central (SCB), cujo objetivo é facilitar a obtenção pelas instituições financeiras de informações sobre o histórico dos atuais e dos potenciais clientes, no que diz respeito aos créditos por eles contraídos no Sistema Financeiro Nacional.

Serão registradas no SCB informações relativas a operações de crédito, a operações de arrendamento mercantil financeiro, a obrigações e garantias prestadas pelas instituições financeiras, a operações baixadas como prejuízo, a créditos contratados a liberar e a quaisquer outras operações com características de concessão de crédito.

O registro no novo sistema será obrigatório para os bancos múltiplos; bancos comerciais; Caixa Econômica Federal; BNDES; Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame); bancos de investimento; bancos de desenvolvimento; sociedades de crédito imobiliário; sociedades de crédito, financiamento e investimento; companhias hipotecárias; agências de fomento; associações de poupança e empréstimo; sociedades de arrendamento mercantil; cooperativas de crédito; sociedades de crédito ao microempreendedor; e bancos de câmbio.

O SCB permitirá, em um primeiro momento, a identificação de informações dos clientes cujas operações de crédito apresentem valores a partir de R\$ 3.000,00. Em uma etapa seguinte, esse valor deverá ser reduzido para R\$ 1.000,00, para permitir a cobertura de uma significativa faixa de operações ainda não contemplada no atual Sistema de Informações de Créditos do Banco Central (SCR).

Durante o ano de 2007, os números agregados do SFN apresentaram trajetória positiva, com destaque para o incremento no volume de ativos, em especial no que se refere às operações de crédito que atingiram 34% do PIB, e nos indicadores de capitalização e eficiência que, em seu conjunto, sinalizam uma melhoria da situação de solidez do mercado financeiro. O volume de operações de crédito no SFN atingiu R\$ 909 bilhões em novembro de 2007. Esse montante correspondeu a um crescimento de 26,7% em relação a novembro de 2006.

O volume de empréstimos ao setor habitacional totalizou R\$ 44,4 bilhões com crescimento de 26% nos doze meses até novembro de 2007. O fluxo dos recursos da caderneta de poupança destinados a pessoas físicas e a cooperativas habitacionais atingiu R\$ 15,8 bilhões, até novembro de 2007, ante R\$ 8,2 bilhões em período equivalente de 2006. Os financiamentos para aquisição de veículos automotores também registraram expressivo crescimento, da ordem de 26,8% em 12 meses. Essa modalidade é a mais representativa entre aquelas direcionadas a pessoas físicas, com participação de 18,3%, correspondente a R\$73,4 bilhões. A participação desse tipo de financiamento situa-se em 3,5 % ou R\$16,5 bilhões do montante das operações contratadas com pessoas jurídicas.

O processo de flexibilização da política monetária levou à redução nas taxas de juros praticadas nas operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN). Os juros médios cobrados nas modalidades de financiamento para pessoas jurídicas passaram de 26,2% a.a. para 23,3% a.a., entre dezembro de 2006 a novembro de 2007. Para pessoas físicas, o custo financeiro médio recuou de 52,1% a.a. para 44,8% a.a. nessa mesma base comparativa, com redução nos *spreads* bancários cobrados pelas instituições financeiras.

O indicador de inadimplência apresentou tendência de queda no período quando se compara a média da taxa de inadimplência, acima de 90 dias, que era de 5% em novembro de 2006, com a média de novembro de 2007 de 4,5%. Tanto as médias de inadimplência quanto as médias de provisionamento sinalizam que as instituições financeiras reconhecem que houve redução no risco de crédito no Sistema Financeiro Nacional.

b) Acesso aos Serviços Bancários

O Programa de Inclusão Bancária do Governo tem permitido o acesso de milhões de famílias de baixa renda ao sistema bancário (abertura de contas, pagamentos com débito automático, crédito, etc). O Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal foram instituições bancárias pioneiras no Programa, e o Banco da Amazônia e o Banco do Nordeste também têm importante participação.

Com vistas a expandir os pontos de atendimento, o Banco do Nordeste aderiu ao compartilhamento da infra-estrutura física da rede bancária, formalizando com o Banco do Brasil e com a Rede Verde-Amarela (RVA) parceria para compartilhar os terminais de auto-atendimento e prestar atendimento aos clientes BNB fora das agências. Está também em processo de negociação com a Caixa Econômica Federal para ampliar, ainda mais, os canais de atendimento por meio de Correspondentes Bancários (lotéricas da Caixa).

O Banco Popular do Brasil (BPB), criado em 2003, é voltado eminentemente para operações de microfinanças, com destaque para a inclusão bancária e a democratização do acesso ao crédito. Desde a sua criação, foram abertas 1,4 milhão de contas simplificadas (posição em 2007), permitindo à população de baixa renda acesso aos serviços financeiros tradicionais, tais como

crédito, cartão de débito e seguro de vida. Visando dar maior mobilidade e comodidade aos clientes, o Banco Popular lançou, em março de 2007, o cartão de débito Visa Electron, que já conta com mais de 220 mil cartões ativados. Em novembro de 2007, a rede de atendimento do BPB contava com 2.751 correspondentes, atuando ativamente em 1.345 municípios brasileiros, que processaram, no ano de 2007, mais de 45 milhões de transações bancárias, superando em 32,4% o efetivado em 2006.

O Banco Postal, gerido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), tem beneficiado mais de 45 milhões de brasileiros que não contavam com agência bancária em suas localidades. Dessa forma, auxilia no desenvolvimento dos pequenos Municípios, permitindo que as pessoas apliquem seus recursos financeiros na própria localidade onde residem. O serviço é prestado pela rede de atendimento dos Correios. Além das operações financeiras básicas, de abertura de contas correntes e poupança e de pagamento e recebimento de títulos, oferece operações de microcrédito com a menor taxa de juros do mercado, 2%, e prazo de até 24 meses, com limites de R\$ 600,00 e R\$ 1.000,00 para pessoas físicas e jurídicas respectivamente.

Em 2007, até o mês de setembro, foram abertos 197 novos pontos, totalizando uma rede de 5.760 agências, com 11.815 terminais em operação. Foram abertas 1,2 milhão de novas contas, chegando ao total de 6,7 milhões de correntistas, a maioria com renda de até três salários mínimos. O Banco Postal efetivou ainda cerca de 506 mil operações de microcrédito neste ano. Desde o início de sua implantação, em 2002, foram efetuados mais de 2,4 milhões de contratos de microcréditos e empréstimos comuns, gerando um total de R\$ 2,1 bilhões emprestados aos cidadãos. O Banco efetua, ainda, o pagamento mensal a mais de 700 mil beneficiários da Previdência Social.

Em 2008, o Banco Postal ampliará suas ações para aumentar, por meio de abertura de contas, a participação de mercado dos clientes que não dispõem de serviço bancário; garantir a melhoria continuada da qualidade dos serviços; promover alternativas de canais de atendimento por meio de instalação de máquinas de auto-atendimento; ampliar a oferta de produtos e serviços financeiros; e garantir o atendimento e o esclarecimento ao cidadão sobre a utilização do Banco Postal.

b.1) Contas Simplificadas

De janeiro de 2004 a outubro de 2007 foram abertas mais de 7.400.000 contas corrente simplificadas e mais de 320.000 contas poupança simplificadas no Brasil. Em outubro de 2007, o saldo médio das contas corrente simplificadas ativas era de R\$ 53,09, enquanto que nas contas poupança ativas era de R\$ 30,82.

Desde a criação do Programa, em 2003, até outubro de 2007, o Banco da Amazônia, por exemplo, possibilitou a abertura de 32.600 contas simplificadas. No âmbito do Programa Banco para Todos, o BNB realizou, em 2007, a abertura de 118.496 contas correntes simplificadas, totalizando 362.099 contas correntes.

c) Crédito Consignado

O crédito consignado em folha de pagamento representou 57% do crédito pessoal em novembro de 2007. Essa participação foi 3,4% maior que a obtida um ano antes. A taxa de juros média cobrada nas operações de crédito consignado em folha de pagamento foi de 29% ao ano em novembro de 2007, uma redução de 4,5 pontos percentuais em relação aos 33,5% verificados em novembro de 2006. Observa-se ainda que a taxa de juros anual média do consignado (29%) foi de menos da metade da taxa de juros anual média das outras modalidades de crédito pessoal, que atingiram 61,5% ao ano.

A modalidade de operações de crédito com consignação em folha de pagamento apresentou grande crescimento nos últimos anos, tendo sido a fonte de recurso mais procurada pelos assalariados e beneficiários do INSS em todo o País. Sua evolução no período de novembro de 2006 a novembro de 2007 foi de 36,4%, alcançando R\$ 64 bilhões em novembro de 2007. Desse total, o BB contratou R\$ 11,9 bilhões, tendo sido realizadas mais de 2,6 milhões de novas operações.

Na linha BB Crédito Benefício, em 2007 foram beneficiados cerca de 30 mil aposentados e pensionistas do INSS, que contrataram um volume de mais de R\$ 454 milhões em crédito, com taxas diferenciadas. Importante também foi a disponibilização em 2006 e que se fortaleceu em 2007, da antecipação do crédito referente ao 13º salário, ampliando o volume de recursos livres a este público, com a contratação de mais de R\$ 8 milhões, com 28,3 milhões de contratos. Além disso, o Banco do Brasil prevê, para 2008, recursos de R\$ 2,1 bilhões para concessão de novos créditos consignados em folha a aposentados e pensionistas do INSS, que recebem benefícios pelo BB. Este volume proporcionará contratação de 1,1 milhão de novas operações de crédito.

d) Microcrédito e Microfinanças

Aproximadamente 150 entidades (Fundos Públicos; OSCIPs; ONGs e SCMs) são operadores de microcrédito no Brasil. Essa diversidade de instituições participantes, o estímulo à adoção de melhores padrões contábeis de análise de risco e o bom desempenho da economia permitem que o microcrédito seja um instrumento cada vez mais eficaz para combater a pobreza no Brasil. As linhas de crédito direcionadas ao segmento de baixa renda têm apresentado excelente crescimento. Até outubro de 2007, foram emprestados R\$ 926 milhões (consumo) e R\$ 253 milhões (microempreendedores). O valor médio dos contratos foi de R\$ 109,60 e R\$ 964,63, respectivamente. A concessão de microcrédito pelo Banco Popular do Brasil foi de R\$ 68 milhões, em 2007, totalizando R\$ 396 milhões desde a sua criação, e 3,2 milhões de contratos. Em decorrência do baixo valor médio das operações de crédito, R\$ 123,00, o Banco Popular consegue atingir um quantitativo maior de pessoas das camadas menos favorecidas da população brasileira, contribuindo para a popularização das microfinanças no Brasil.

Já o Banco da Amazônia concede crédito à população de baixa renda, no âmbito do Programa Banco Para Todos, por meio de operações de microcrédito. Essa modalidade de crédito tem sido utilizada na aquisição de bens de consumo e pequenos equipamentos, como carrinhos de pipoca/cachorro-quente e máquinas de costura. De 2003 até outubro de 2007, foram contratadas 50 mil operações, no valor de R\$ 28,1 milhões, com valor médio de R\$ 561,70 por beneficiário.

d.1) Microcrédito Produtivo Orientado

O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), instituído em 2005, tem por finalidade contribuir para a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares e disponibilizar recursos para o microcrédito. Os recursos do PNMPO – provenientes do FAT e dos 2% dos depósitos à vista (exigibilidade) captados pelas instituições financeiras – são repassados por intermédio dos Bancos Públicos Federais, das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e das Cooperativas de Crédito, entre outros.

Do total de R\$ 2,4 bilhões em recursos para operações de microfinanças disponibilizados pela exigibilidade, apenas 11% têm sido aplicado em operações que se caracterizam como Microcrédito Produtivo Orientado (MPO) (aplicação Microempreendedor). A ampliação do volume de recursos direcionados ao microcrédito produtivo requer o aperfeiçoamento das

normas que regem a liberação dos recursos de exigibilidade, a criação de fundos garantidores de crédito, bem como o fortalecimento institucional das entidades de microcrédito.

Na linha de atuação de fortalecimento institucional, em 2007, foram realizadas oficinas no âmbito do Programa de Desenvolvimento Institucional (PDI) do microcrédito (parceria MTE/BNDES). O PDI se incorpora ao objetivo do PNMPPO em oferecer apoio técnico às instituições de microcrédito produtivo orientado, com vistas a construir uma rede autônoma e perene de financiamento da economia popular.

No tocante aos recursos da linha de depósito especial do Fundo de Amparo ao Trabalhador, há ainda um expressivo valor a ser utilizado. Do total disponibilizado de R\$ 200.000.000, 97% dos recursos ainda se encontram no caixa do FAT. Como forma de estimular a expansão dessa modalidade de aplicação, o Codefat vem analisando a possibilidade de repassar diretamente esses recursos para as instituições de microcrédito produtivo orientado que, em 2007, já totalizam 251 unidades habilitadas ao PNMPPO, concentradas, principalmente, nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste.

Das ações prioritárias para a consecução dos objetivos programáticos em 2008, para o PNMPPO, destacam-se: ampliação do número de empreendedores atendidos pelas instituições de microcrédito, principalmente a partir do alcance de uma parcela maior dos cerca de 10 milhões de empreendimentos informais existentes no Brasil (ECINF/IBGE/2003); apoio às Redes de Microcrédito Produtivo Orientado; aprofundamento do diálogo com os bancos públicos para facilitar o acesso a *funding*; capacitação de microempreendedores atendidos pelas Instituições de Microcrédito Produtivo Orientado (Impo); concessão de microcrédito e qualificação profissional aos beneficiários empreendedores do Programa Bolsa Família, por meio da implementação de projeto piloto; desenvolvimento de fundos garantidores acessíveis às Impo; estímulo à interlocução entre Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips), Cooperativas, Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCM), Agências de Fomentos e Bancos, por meio da criação do Conselho Nacional de Microfinanças; e integração do microcrédito com as demais políticas de desenvolvimento implementadas pelo Estado e pela sociedade civil.

Com relação às normas voltadas à população de baixa renda e microempreendedores, em complementação à Lei nº. 11.110, de 2005, que instituiu o PNMPPO, foi editado regulamento contendo os parâmetros para que uma operação seja enquadrada no Programa. Em 2006, para estimular ainda mais a concessão de crédito a esse importante segmento e dar maior efetividade ao setor, optou-se por ampliar alguns dos limites incidentes sobre as referidas operações.

O Sistema de Informações de Crédito (SCR) registrou R\$ 140,3 milhões em operações direcionadas ao microcrédito, dos quais 43,6% foram contratados por SCM. Os restantes 56,4% foram contratados pelos demais tipos de instituições financeiras que registram informações no SCR. No conjunto do Sistema Financeiro Nacional, os estoques contratados diminuíram 2,9% em um ano. Especificamente nas SCMs, os estoques cresceram 10,9% no mesmo período, passando de R\$ 55,2 milhões em setembro de 2006 para R\$ 61,2 milhões em setembro de 2007. Nas demais instituições financeiras, o microcrédito informado ao SCR diminuiu em 11,4%.

O Banco Popular tem firmado várias parcerias, a exemplo dos convênios com o Sebrae nacional, Oscips e cooperativas de crédito, para alavancar as operações de microcrédito produtivo orientado, que fecharam novembro de 2007 com R\$ 3,2 milhões de crédito aprovados e R\$ 1,4 milhão aplicado.

A partir de outubro de 2007, o Banco da Amazônia aderiu ao Programa de Microcrédito Produtivo Orientado do Governo Federal, lançando o Programa “Amazônia Florescer”, atendendo, dessa forma, o disposto na Lei nº 11.110, que determina o emprego de metodologia no processo de concessão e acompanhamento do crédito aos microempreendedores que atuam no mercado informal. O Programa e a metodologia garantem melhor controle de adimplência em razão de não se limitarem à concessão simples do crédito, e sim adotarem estratégia de desenvolvimento sustentável para o cliente, com retorno à instituição supridora dos recursos. Baseada em uma filosofia de “finanças de proximidade”, a metodologia preconiza o relacionamento direto e permanente com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica.

Em novembro de 2007, o Banco da Amazônia inaugurou sua primeira Unidade-piloto, denominada Posto de Atendimento de Microcrédito (PAM). A partir da inauguração dessa Unidade, o Banco já realizou 1.397 visitas domiciliares e promoveu diversas palestras à população de baixa renda. Até o final de 2007, 120 liberações de crédito estarão efetivadas, no valor médio de R\$ 500,00 cada uma.

Forte instrumento de redução das desigualdades sociais e fortalecimento da cidadania, o Crediamigo do Banco do Nordeste é o maior programa de microcrédito produtivo orientado da América do Sul e o segundo da América Latina. O Programa proporciona a inserção de microempreendedores no mercado. Com 170 agências, 34 postos de atendimento e 1.333 assessores, o Crediamigo leva o microcrédito a 1.435 municípios localizados nos Estados do Nordeste, norte de Minas Gerais e do Espírito Santo e Brasília.

De janeiro a novembro de 2007, foram realizadas 740,6 mil operações de crédito englobando um total de R\$ 709,2 milhões, com crescimento de 20% na quantidade de operações e 24% nos valores aplicados na comparação com igual período do ano passado. Desde o início de suas atividades até novembro de 2007, o Crediamigo já atendeu 753.249 empreendedores, aplicando mais de R\$ 3,4 bilhões. O Programa reduziu a taxa de juros e elevou o valor máximo de endividamento para capital de giro, de R\$ 8.000,00 para R\$ 10.000,00.

Em 2007 foi concluída a expansão do Crediamigo Comunidade, que atualmente conta com mais de 1.000 bancos, atendendo a quase 19 mil clientes. O produto possui um grande potencial para inclusão da população com atividades econômicas incipientes ou mesmo sem atividade, contribuindo fortemente para sua inclusão social. Em 2008, o Banco do Nordeste espera ampliar de 300 mil para 370 mil o número de clientes ativos do Crediamigo. Com isso, estima-se que a carteira ativa cresça de R\$ 236,0 milhões para R\$ 309,0 milhões.

6. Incentivo à Aquicultura e à Pesca

O Governo elaborou o planejamento estratégico para a pesca e aquicultura fundado na promoção do desenvolvimento sustentável desses setores, articulando atores, consolidando uma política de Estado com inclusão social e contribuindo para a soberania alimentar do Brasil. Os valores em torno dos quais se construiu o planejamento são: sustentabilidade social, econômica e ambiental; transparência; inovação; garantia de direitos; equidade e participação social; reconhecimento das culturas locais; respeito às diversidades regionais; eficiência, eficácia e efetividade; comprometimento; e desenvolvimento e crescimento com o foco na produção.

A produção de pescados no Brasil, atualmente, gira em torno de 1,2 milhão de toneladas/ano, provenientes da pesca extrativa marinha e continental, bem como da aquicultura continental e da maricultura. Cerca da metade dessa produção vem da pesca extrativa marinha.

Para 2008, será desenvolvido o Sistema Nacional de Informações da Pesca e Aquicultura (Sinpesq), contemplando as perspectivas das águas continentais, costeiras e marinhas. Esse Sistema deverá integrar os bancos de dados de diversas instituições governamentais das esferas federal, estaduais e municipais que têm interface com a pesca e aquicultura, além da cooperação com instituições de pesquisa. Prevê-se, também para esse exercício, o lançamento do Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca e Aquicultura com o objetivo de estabelecer ações para que o País venha a se transformar em um dos mais importantes produtores de pescado do mundo, meta exequível diante das características de nossos rios e seus aproveitamentos e da extensão da costa marítima brasileira.

a) Ações que Fortalecem a Inclusão e a Organização Social

Em 2007, foi executado o ordenamento de dois dos principais recursos pesqueiros no Brasil, a lagosta e o camarão sete barbas. Cerca de 2,5 mil barcos receberam permissões de pesca do camarão sete barbas. O ordenamento da frota camaroneira no Sul e Sudeste garante a sustentabilidade da pescaria da espécie, que vinha enfrentando quedas sucessivas na produção. Há 10 anos não eram concedidas novas permissões de pesca para o camarão sete barbas. Para a lagosta, o processo de permissionamento possibilitou que aproximadamente 7.000 pescadores entrassem para a legalidade. As medidas adotadas propiciarão o aumento da produção, no médio prazo, de até 3.000 toneladas. A recuperação da sustentabilidade na pesca favorecerá o aumento na geração de divisas em mais de US\$ 30 milhões por ano, passando de US\$ 70 milhões para cerca de US\$ 100 milhões anuais. Estima-se que a melhoria na renda dos pescadores e de todo o setor será de, no mínimo, 30%, no médio prazo. Para cerca de nove mil pescadores que não conseguiram provar que dependiam da pesca de lagostas, foram oferecidos cursos de alfabetização e capacitação dentro do Programa de Valorização Social e Profissional do Pescador Artesanal, com assistência financeira de R\$ 380,00 mensais, por um período de três meses

O Programa Pescando Letras para alfabetização dos pescadores atendeu em 2007, 20 mil pescadores, totalizando, nos últimos quatro anos, o atendimento a cerca de 120 mil pessoas. A assinatura do acordo de cooperação técnica com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação viabilizará a inclusão do peixe na alimentação escolar, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos. Tal projeto terá efeitos importantes para a geração de renda em assentamentos da reforma agrária, bem como permitirá o desenvolvimento econômico de comunidades no entorno de lagos e usinas hidrelétricas.

b) Fortalecimento do Setor da Pesca

b.1) Profrota Pesqueira

O Programa Nacional de Financiamento da Frota Pesqueira Nacional possibilita a exploração autônoma das riquezas de nossos recursos pesqueiros, além de modernizar a frota nacional, melhorar a rentabilidade do setor e as condições de trabalho. Em 2007, foram contempladas 17 embarcações, no valor de R\$ 69,9 milhões. No ano de 2008 está prevista a entrada das seguradoras na operação do Programa, superando uma fase em que armadores e cooperativas enfrentavam dificuldades de acessar os recursos do Programa por falta de garantias. Essa medida vai possibilitar, além da ampliação do acesso ao crédito, uma redução dos prazos para obter financiamentos.

b.2) Subvenção ao Preço do Óleo Diesel Marítimo

Levando-se em conta que o óleo diesel representa pelo menos 50% dos custos de um cruzeiro de pesca, a subvenção possibilita

aumentar a competitividade no mercado internacional e a rentabilidade dos pescadores, tanto do artesanal quando do industrial. Em 2007, a subvenção passou de 20% para 25%, melhorando ainda mais as condições para a pesca. Foram subvencionados aproximadamente 117 milhões de litros de combustível, até o mês de dezembro (investimento de cerca de R\$ 25,5 milhões). A meta para 2008 é credenciar mais de 3.000 embarcações, ultrapassar os 150 milhões de litros de combustível, com investimento de R\$ 25 milhões.

b.3) Crédito aos Pescadores Artesanais e Aqüicultores

Combinando o incentivo à pesca industrial com o apoio à pesca artesanal, foram produzidos importantes canais de abertura e acesso ao crédito para o pescador e o pequeno e médio aqüicultor, seja por meio do Pronaf, seja dos Fundos Constitucionais (FNO, FNE, FCO) ou de outras linhas de crédito que foram estimuladas a se adaptar à demanda do setor pesqueiro/aqüícola. Assim, utiliza-se o sistema financeiro público como instrumento estratégico de desenvolvimento da atividade pesqueira.

Em 2007, o resultado preliminar aponta para cerca de 30 mil contratos, representando expansão do crédito significativa para o setor. A meta para 2008 será à construção de instrumentos de crédito que viabilizem e sustentem os planos de desenvolvimento da aqüicultura. Medidas adicionais continuam sendo desenvolvidas para desburocratizar o acesso ao crédito, especialização das linhas existentes de acordo com as necessidades dos tomadores, e a criação de novas linhas ou adaptação de algumas existentes para atender as necessidades identificadas.

b.4) Assistência Técnica e Desenvolvimento Tecnológico

No ano de 2007 importantes passos foram dados em direção à universalização dos serviços de assistência técnica e extensão pesqueira e aqüícola para pescadores artesanais e aqüicultores familiares, a partir da estruturação de redes regionais de entidades governamentais e não-governamentais que atuam junto ao setor pesqueiro de base familiar. Em 2007, foram investidos R\$ 1,6 milhão em assessoria e assistência técnica, qualificação e capacitação dos pescadores, beneficiando mais de cinco mil pescadores artesanais e aqüicultores familiares de todos os Estados do Brasil, com um serviço cada vez mais qualificado e sintonizado com as políticas de desenvolvimento sustentável propostas para o setor.

b.5) Uso de Águas da União e Parques Aqüícolas

No ano de 2007 foram definidos os critérios para o uso da água dos rios, lagos e reservatórios pertencentes à União. Um conjunto de normas gerenciadas pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU) disciplina o aproveitamento das águas federais para a criação de pescado em cativeiro, contribuindo para o aumento da produção nacional.

Além do salto produtivo, o uso das águas da União é instrumento de inclusão social e possibilita que milhares de moradores de comunidades tradicionais (ribeirinhos, pescadores artesanais, assentados e agricultores familiares) tenham acesso, de forma gratuita, a um “lote” de água para criar peixe por um período de 20 anos. No caso de projetos de maior porte, as áreas serão concedidas por meio de licitação onerosa.

A cessão é um instrumento fundamental para o desenvolvimento dos parques aqüícolas no País. Alguns parques já estão sendo implantados em reservatórios de vários Estados. O de Itaipu (PR), cujo processo seletivo foi concluído em 2007, tem capacidade

de produção de até 50 mil toneladas de pescado/ano, com inclusão de mil famílias e renda mensal estimada de R\$ 600,00. Estão em curso, para 2008, a seleção de Tucuruí (PA), (15 mil toneladas/ano), Castanhão (CE) (32 mil toneladas/ano), Ilha Solteira (SP), (100 mil toneladas/ano) Furnas e Três Marias (MG) (90 mil toneladas/ano).

O Brasil tem 5,5 milhões de hectares de águas da União represadas em lagos e reservatórios. Até 1% desta área pode ser utilizada para fins de aquíicultura, o que corresponde a 55 mil hectares. Com a implantação de parques aquícolas nesses reservatórios, a produção de pescado do Brasil, que hoje é de um milhão de toneladas por ano, poderá crescer para 1,7 milhão de toneladas num prazo de quatro anos.

c) Semana do Peixe

Como parte da estratégia para incentivar o consumo regular de pescado, contribuindo para a segurança alimentar, qualidade de vida e desenvolvimento do setor, foi realizada, em 2007, a quarta edição da Semana do Peixe em parceria com a Associação Brasileira de Supermercados (Abras). O consumo de peixe no Brasil de 6,8 quilos por habitante ao ano, ainda está abaixo do recomendado pela Organização Mundial de Saúde (12 quilos/hab/ano).

A Semana do Peixe foi realizada em todos os Estados com distribuição de materiais com orientações aos consumidores sobre como adquirir pescado de qualidade. Nos supermercados participantes da promoção, o pescado foi oferecido com preços mais baixos e realizados eventos promocionais. Foi lançada, também, cartilha para melhoria do manuseio e conservação de pescados. Em 2008, entre outras atividades, estão previstos cursos de manipulação dos pescados nas peixarias dos supermercados.

d) Investimento na Cadeia Produtiva

O Programa Nacional de Terminais Pesqueiros Públicos (TPPs) objetiva promover investimentos na construção e modernização de terminais pesqueiros, para recepção, beneficiamento, comercialização e expedição de pescados. Já estão em operação os TPPs de Cananéia-SP, Laguna-SC, Santos-SP e Vitória-ES. As obras dos terminais de Cabedelo-PB e Manaus-AM encontram-se em fase final e as de Camocim-CE já foram licitadas. Para 2008, estão previstas a construção dos Terminais de Belém-PA e Natal-RN e a aquisição de novos equipamentos para o TPP de Santos-SP. Terão início, também, os projetos de engenharia do TPP do Rio de Janeiro-RJ, que será o maior do Brasil.

Em 2007, foram idealizados os Centros Integrados da Pesca Artesanal (Cipars), que são unidades produtivas integradas voltadas ao profissional da pesca, com espaços físicos exclusivos capazes de criar e oferecer condições aos pescadores artesanais para a organização social e desenvolvimento do trabalho e da cadeia produtiva, e o envolvimento do processo de ensino inicial e continuado formal e técnico profissionalizante. Os Cipars promovem a estruturação da cadeia produtiva, desde a produção até o fornecimento de insumos, incluindo o beneficiamento e comercialização, bem como dos meios de produção. Em 2007, já entraram em funcionamento dois projetos piloto. Para 2008, está prevista a instalação de 35 Cipars.

e) Política Internacional da Pesca

Em 2007, o Brasil foi eleito para presidir durante os próximos dois anos a Comissão Internacional para a Conservação do Atum no Atlântico (ICCAT), refletindo a importância da presença brasileira nos fóruns internacionais em que essa matéria é discutida. Pela primeira vez, desde a sua fundação, a maior organização internacional de ordenamento pesqueiro,

responsável pela gestão dos recursos pesqueiros oceânicos compartilhados (atuns, espadarte, agulhões, tubarões, etc.) do Oceano Atlântico e mares adjacentes, incluindo o Mar do Norte, Mar do Caribe e Mar Mediterrâneo será presidida por um País em desenvolvimento.

7. Reforma Agrária e Agricultura Familiar

A atuação do Governo na reforma agrária e agricultura familiar está orientada pelo conceito de desenvolvimento rural sustentável, com o objetivo de transformar o campo brasileiro em um espaço de paz, produção e justiça social. As políticas desenvolvidas expressam essa orientação e já produzem resultados relevantes.

a) Reforma Agrária de Qualidade

A reforma agrária, entendida como política estruturante para construção de um modelo de desenvolvimento rural sustentável, apresentou avanços significativos. No período de 2003 a 2006, o II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) beneficiou 381 mil famílias, atingindo 95,35% da meta estabelecida. Para cumprir seus objetivos, o II PNRA espelhou-se em um conjunto de políticas públicas que inclui novas formas de crédito, assistência técnica e a busca de um novo modelo de assentamento, baseado na viabilidade econômica e sustentabilidade ambiental, acompanhadas da ampliação dos recursos. No período 2003-2007, o Governo investiu mais de R\$ 3 bilhões em ações de qualificação dos assentamentos. Também houve esforços para o fortalecimento institucional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) por meio da ampliação de seu quadro funcional, aprovação de novo plano de carreira e nova estrutura regimental, mais adequada à dinâmica da autarquia.

a.1) Investimentos Agrários e Novos Assentamentos

Em 2007, foram assentadas 67.535 mil famílias. Foram investidos R\$ 1,4 bilhão na obtenção de terras por meio de desapropriações e compra de imóveis rurais e destinados 6,4 milhões de hectares à criação de projetos de assentamento. É o maior volume de obtenção de terras nos últimos 10 anos. No período 2003-2007 foi destinado um total de 38 milhões de hectares para assentamentos da reforma agrária.

As etapas de implantação de assentamentos, que estruturam os projetos para receber os assentados e criam condições para o desenvolvimento da produção, incluem o apoio inicial à instalação da família (R\$ 2.400,00 por família), o apoio ao fomento (R\$ 2.400,00 por família), o financiamento e recuperação da habitação (até R\$ 7.000,00 por família) e um auxílio especial para a região do semi-árido (até R\$ 1.500,00 por família), totalizando um valor de até R\$ 13.300,00 por família. Em 2007, foram beneficiadas 80.409 famílias com crédito para construir suas casas nos assentamentos, além de mais de 37.632 outras operações de apoio inicial, apoio fomento e apoio no Semi-árido. O Governo Federal constrói a infra-estrutura básica dos novos assentamentos – estradas, eletrificação, abastecimento de água. No referido exercício, 27,2 mil famílias foram beneficiadas com ações diretas na construção de 5.900 km de estradas e 4.594 unidades de abastecimento de água. Além disso, desde 2003, 180.713 famílias em 3.291 projetos de assentamentos tiveram acesso à eletrificação pelo Programa Luz para Todos. Em outro conjunto de atividades de recuperação de assentamentos, foram aplicados, em 2007, R\$ 37 milhões no Programa de Consolidação de Assentamentos, que atendeu cerca de 10 mil famílias com infra-estrutura e serviços.

No último exercício, 292 mil famílias foram atendidas com assistência técnica, sendo investidos R\$ 85,48 milhões. A meta

para 2008 é estender a assistência técnica a todos os beneficiários do Programa de Reforma Agrária.

Também merece destaque o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea). Ao todo, 53 mil pessoas tiveram acesso a programas de educação nos assentamentos por meio das ações desse Programa, em 2007. Como parte das ações para garantir os direitos fundamentais às populações rurais, o Governo implementa uma política de leitura para o meio rural brasileiro por meio do Programa de Bibliotecas Rurais – Arca das Letras. Ao disponibilizar às comunidades rurais, informações e literatura de acordo com seus interesses e necessidades, esse Programa está contribuindo para o desenvolvimento do trabalho, da educação e do lazer no campo. Além disso, estimula a leitura em ambiente familiar e contribui para a reduzir a evasão escolar. Em 2007, foram implementadas 1.858 Bibliotecas Rurais, em 895 Municípios de 25 Estados. Foram distribuídos mais de 368.678 livros e atendidas 265.746 famílias do campo.

a.2) Programa Nacional de Crédito Fundiário

De forma complementar à reforma agrária, o Programa Nacional de Crédito Fundiário consolidou-se como instrumento de acesso à terra em áreas que não são passíveis de desapropriação, atuando em parceria com governos estaduais e entidades ligadas à agricultura familiar. O Programa financia a aquisição de imóveis e investimentos em infra-estrutura básica e produtiva. Em 2007, foram beneficiadas 15.995 famílias com o investimento de mais de R\$ 450 milhões, em sua maior parte nas regiões mais pobres do País.

a.3) Regularização Fundiária

As atividades de cadastro e regularização fundiária foram retomadas com prioridade na região da Amazônia Legal. Abarcam iniciativas de implantação do Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil o georreferenciamento, a arrecadação, via retomada judicial, de terras públicas federais e mudanças no marco legal, todas importantes para promover a estabilidade jurídica e o acesso das populações rurais às políticas públicas de desenvolvimento rural.

Fruto de 349 ações judiciais, o Governo obteve a retomada de sete milhões de hectares de terras públicas federais nas regiões ocupadas irregularmente, que depois de arrecadadas foram destinadas à reforma agrária ou à criação de unidades de conservação. Atualmente, estão em curso ações de georreferenciamento em 10,4 milhões de hectares nos Estados da Amazônia Legal. O georreferenciamento dos imóveis rurais possibilita a identificação da situação desses imóveis e constitui condição para a regularização fundiária e o acesso às políticas de apoio à produção. Essas ações são realizadas por intermédio de convênios com o Exército e com os governos estaduais e municipais.

A ampliação do alcance do georreferenciamento demandou a ampliação da rede geodésica. Por meio de uma parceria do Governo Federal, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com o Governo do Estado do Pará foram criadas condições para a implementação de um programa conjunto de ordenamento territorial, que se inicia pela integração das ações de georreferenciamento e regularização fundiária em cinco Municípios e prevê, também, a inclusão daquele Estado no Programa Nacional de Crédito Fundiário para o financiamento dos beneficiários da regularização em terras estaduais.

Aliada a essas ações deu-se continuidade à revisão das normas que disciplinam o registro de propriedades na região e contribuem para o combate à grilagem e ao desmatamento ilegal. Em 2007, com a edição no mês de outubro do Decreto nº 6.232, foram fixados os limites de área rural para efeitos de concessão de título de propriedade ou de direito de concessão real de uso na Amazônia.

A regularização fundiária abarca, ainda, ações conjuntas do Governo Federal com os governos estaduais visando o cadastramento georreferenciado e a titulação de imóveis em áreas públicas estaduais. De 2004 a 2006, os convênios estabelecidos com 16 Estados resultaram no cadastro de mais de 57.000 imóveis rurais e na titulação de 36.000 posses da agricultura familiar. Em 2007, 3,2 mil imóveis rurais foram cadastrados e 3,8 mil titulados nos Estados do Espírito Santo, Sergipe, Roraima e Piauí.

Ainda em 2007, entrou em operação o Sistema de Gestão Territorial (SGT), ferramenta computacional construída em *software* livre com tecnologia de geoprocessamento, que possibilita o armazenamento e a análise dos dados gráficos e literais dos imóveis identificados, fundamental para a estruturação do Sistema Nacional de Cadastro de Imóveis Rurais.

b) Agricultura Familiar

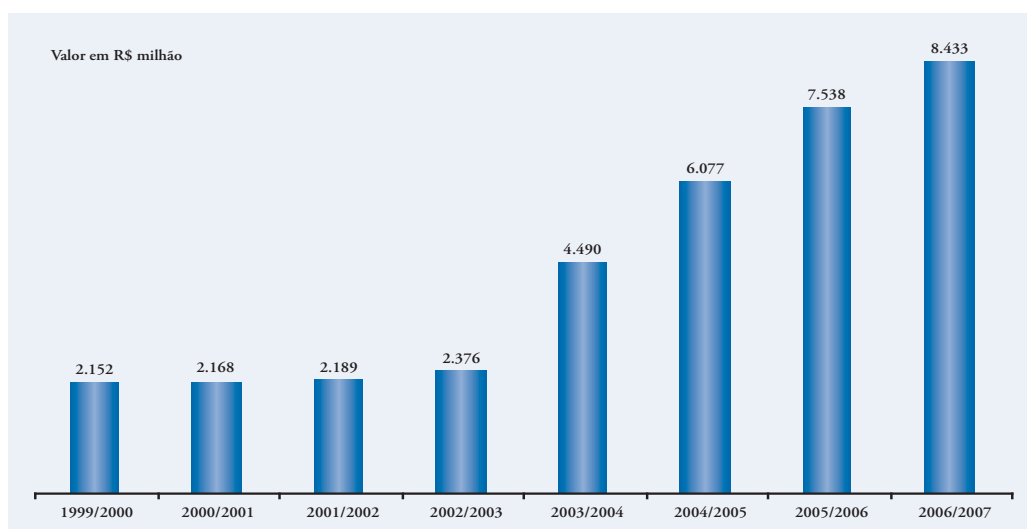
No ano de 2007, as ações do Governo para a agricultura familiar priorizaram a consolidação dos instrumentos e políticas públicas, em especial a Assistência Técnica e Extensão Rural, o Seguro da Agricultura Familiar (Seaf), o Programa Garantia-Safra, o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

No Plano Safra da Agricultura Familiar e da Reforma Agrária 2006/2007 houve expressiva ampliação do crédito Pronaf e a consolidação do novo mecanismo de garantia de renda, o PGPAF. Agora, além da garantia de renda alicerçada pelo Seguro da Agricultura Familiar e o Garantia-Safra, que protegem a produção em caso de perdas por problemas climáticos, o produtor estará segurado contra queda de preços na época da comercialização da produção. Esses instrumentos proporcionam um ambiente de estabilidade, estimulando o aumento da produção e da renda.

b.1) Ampliação do Crédito

Os dados da aplicação do Pronaf demonstram a ampliação do seu alcance em relação ao montante aplicado, ao número de contratos e à sua distribuição nacional. Na safra 2006/2007 foram investidos R\$ 8,43 bilhões e para a safra 2007/2008 foram disponibilizados R\$ 12 bilhões. O número de contratos chegou a 1.692.516 na safra 2006/2007 e se estima que chegará a dois milhões na safra 2007/2008.

Gráfico 2 – Evolução do volume de crédito do Pronaf - safras 1999/2000 a 2006-2007



Fonte: MDA/SAF

O Pronaf é hoje um programa presente em 5.387 Municípios do País (96,83% do total). Embora ainda haja certa concentração das operações no centro-sul, as regiões Nordeste e Norte tiveram as maiores taxas de crescimento dos valores financiados, superiores ao da região Sul na safra 2006/2007.

As linhas de financiamento à promoção da sustentabilidade ambiental dos empreendimentos familiares foram qualificadas. É o caso do Pronaf Floresta, Pronaf Agroecologia, Pronaf Semi-árido, cujas regras e condições foram ajustadas para ampliar seu alcance. Na safra 2007/2008 foi criado o Pronaf ECO Sustentabilidade, que financia investimentos para implantação ou recuperação de tecnologias de energia renovável, biocombustíveis, armazenamento hídrico, pequenos aproveitamentos hidroenergéticos e silvicultura, com taxa média de juros anuais de 3,5% e prazos para pagamento que podem chegar a oito anos. Observa-se um processo constante de ampliação das operações de crédito para as mulheres trabalhadoras rurais, em função de uma ação mobilizadora articulada pelo Governo, por intermédio do MDA, com a participação dos movimentos de mulheres e outros órgãos federais, além dos agentes financeiros.

A atuação conjunta com agentes financeiros resultou em novos e mais ágeis modelos operacionais das contratações. Por exemplo, o Banco do Brasil estendeu para as operações de investimento do Pronaf um sistema facilitado de contratações, anteriormente só operacionalizado nos créditos de custeio. O Banco do Nordeste do Brasil ampliou seu programa de microcrédito produtivo orientado Pronaf B para 160 mil operações, garantindo financiamento com menores custos de transação e educação financeira às famílias de mais baixa renda do Nordeste.

Em um ambiente mais favorável para o fortalecimento da agricultura familiar, desencadeou-se um intenso processo de negociação do Governo com os movimentos sociais no sentido de resolver a situação de agricultores que ainda tinham alguma pendência com os bancos, de forma a possibilitar a retomada das operações de crédito desses produtores. Novos prazos de vencimento e condições mais adequadas foram aprovados para as parcelas das dívidas vencidas em 2007, beneficiando as famílias que sofreram perdas nas safras anteriores em função de adversidades climáticas ou de flutuações de preços.

O Banco do Brasil disponibilizou acesso ao crédito rural a mini e pequenos produtores rurais, mediante sistemática de contratação de operações com a interveniência das cooperativas. Em 2007, foram realizados 625 convênios no montante de R\$ 376 milhões (R\$ 240 milhões de custeio e R\$ 136 milhões de investimento). Destaca-se o lançamento, também em 2007, do Projeto Cooperativas Agropecuárias, com o objetivo de propiciar o atendimento aos produtores rurais no ambiente das cooperativas, com ênfase no Pronaf. Na região Nordeste e no norte de Minas Gerais e no Espírito Santo, o Banco do Nordeste possibilitou a expansão do acesso ao crédito no âmbito do Pronaf. O volume de recursos das contratações, no Plano Safra 2006/2007, foi de R\$ 1,4 bilhão, ou seja, 8,13% superior ao período anterior, com a contratação de 634,9 mil operações.

Visando a estimular a autonomia econômica da mulher no campo, o Banco do Nordeste ampliou as contratações da linha Pronaf Mulher, atingindo a marca de R\$ 36,1 milhões em 6.923 operações no Plano Safra 2006/2007.

b.2) Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF)

Criado em 2006, o PGPAF propiciou condições para que os agricultores tenham proteção dos financiamentos de custeio do Pronaf em relação às flutuações de preços agrícolas. Esse mecanismo de equivalência produto assegurou, em 2007, 76% dos contratos do Pronaf Custeio para as culturas de milho, feijão, arroz, mandioca, leite e soja, garantindo um desconto no valor financiado

equivalente à diferença entre os preços de mercado e os custos de produção, reduzindo-se assim fatores de endividamento e descapitalização.

Em 2007, também foi aprovada a inclusão de quatro novas culturas no PGPAF (café, inhame, cará e tomate), a serem cobertas a partir de janeiro de 2008. Com essa medida, a cobertura do Programa é ampliada para 86% do total dos contratos de custeio, abrangendo seu alcance territorial.

b.3) Seguro da Agricultura Familiar (SEAF)

No primeiro ano de operação do Seaf, safra 2004/2005, ocorreu na região Sul a maior seca dos últimos sessenta anos. O Seaf foi importante instrumento para minimizar os efeitos dessa adversidade, contribuindo para evitar uma grave crise social no campo.

Após duas safras com forte demanda em função da estiagem na região Sul, o Seguro consolidou-se e atingiu 601 mil adesões na safra 2006/2007. O número de indenizações caiu significativamente, configurando um ano de normalidade. Foram feitos pouco mais de 37 mil pedidos de cobertura, decorrentes de eventos climáticos localizados. Mais de 30 mil famílias receberam indenização do Seaf, em 2007, com um total estimado em R\$ 45 milhões, e assim poderão prosseguir com suas atividades rurais. A tabela que se segue apresenta os dados do Seaf.

Quadro 4 – Seguro da Agricultura Familiar

Safra 2006/2007	Nº Empreendimentos	Valores (R\$)
Número de adesões	601.854	2.803.975.424
Comunicados de Ocorrência de Perda	37.564	-
Coberturas Deferidas	17.207	41.147.069
Valor Estimado de Coberturas a Deferir		44.962.966

Fonte: MDA/SAF

Cabe ressaltar o desenvolvimento de ações integradas com o sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), visando a gestão de riscos na Agricultura Familiar e a promoção do uso de tecnologias adequadas, que incluíram a adoção de medidas preventivas contra eventos agroclimáticos adversos. Além disso, expandiu-se o número de culturas anuais incluídas no Zoneamento Agrícola, que passou de seis para 25, e ocorreu avanço significativo no número de Municípios incluídos no Zoneamento Agrícola, especialmente na região Nordeste, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 5 – Inclusão de Municípios no Zoneamento Agrícola

Cultura	Número de municípios
Sorgo	1.013
Feijão caupi	1.224
Milho	649
Arroz	339

Fonte: MDA/SAF

b.4) Garantia-Safra

O Programa Garantia-Safra é uma ação do Pronaf que visa possibilitar um ambiente de maior segurança para o exercício da atividade agrícola na região Semi-árida brasileira cuja implementação é realizada por meio de uma ação integrada e conjunta dos governos federal, estaduais, municipais e entidades sindicais, com contrapartida dos beneficiários.

Na Safra 2006-2007, o Garantia-Safra teve a adesão de 346.333 famílias e para a safra 2007/2008 foram disponibilizadas 686.363 cotas. Um dos principais motivos para essa ampliação é a consolidação do Programa junto aos atores envolvidos, principalmente aos agricultores familiares e à sociedade civil organizada. Com a ampliação das cotas, amplia-se a cobertura potencial no caso de problemas climáticos que venham a surgir, dando segurança aos agricultores na hora de investir na produção. O quadro seguinte mostra a adesão ao Programa por Estados e a disponibilização de cotas:

Quadro 6 – Programa Garantia Safra

Estados	Agricultores participantes Safra 2006/2007	Cotas disponibilizadas Safra 2007/2008
AL	-	20.000
BA	6.067	48.863
CE	172.932	300.000
MA	-	1.500
MG	812	6.000
PB	59.310	90.000
PE	52.904	100.000
PI	34.211	80.000
RN	8.462	20.000
SE	11.635	20.000
TOTAL	346.333	683.363

Fonte: MDA/SAF

b.5) Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater)

Em 2007, houve avanço na qualificação das ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), especialmente com a implantação de 10 Redes Temáticas, com a participação de profissionais de todas as instituições estaduais de Ater. Essas Redes possibilitam novas condições para a formação e capacitação dos extensionistas e dos agentes, para a qualificação dos serviços e sua integração com as demais políticas públicas. Permitem, também, acompanhar as metas estabelecidas nos convênios com as instituições públicas prestadoras de Ater, em cada área específica. Dentre as Redes Temáticas já constituídas destacam-se: Agroecologia, Agroindústria Familiar, Turismo Rural, Metodologias Participativas, Cadeia Produtiva do Leite e Biodiesel.

Os recursos para apoiar as atividades de Ater alcançaram o montante de R\$ 168,7 milhões, em 2007, viabilizando o atendimento de cerca de 2,5 milhões de agricultores familiares.

No exercício de 2007, uma ação governamental articulada das áreas de reforma agrária, ciência e tecnologia e desenvolvimento social possibilitou o lançamento de um edital público para financiar ações de extensão universitária, em parceria com organizações governamentais e não-governamentais de Ater. Em resposta, foram recebidos mais de 600 projetos, sendo selecionadas 83 propostas.

b.6) Fomento à Diversificação Econômica da Agricultura Familiar

O Governo tem estimulado a agricultura familiar a diversificar suas atividades produtivas, ampliando as possibilidades de renda, trabalho e valorização da produção. Em 2007, cerca de R\$ 9 milhões foram investidos em projetos inovadores que promovem a diversificação das economias rurais. Produtos e mercados diferenciados (orgânico, ecológico, justo, plantas medicinais, produtos da biodiversidade), agroindústria familiar e atividades não-agrícolas, como turismo e artesanato, são os objetos dessa linha de ação governamental.

b.7) Apoio à Comercialização

Em 2007, foram aplicados R\$ 64,84 milhões na inserção de produtos da agricultura familiar por meio das modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), operadas pelo MDA, beneficiando diretamente 23.100 agricultores.

Para melhor inserir agricultores familiares nos mercados, o Governo está desenvolvendo ações setoriais para a organização, qualificação e ampliação da participação da agricultura familiar nas principais cadeias produtivas. Em 2007, consolidou-se a política setorial do leite, cadeia produtiva que envolve quase dois milhões de estabelecimentos de agricultores familiares e que é hoje uma das principais atividades geradoras de renda no meio rural.

b.8) Biodiesel e Agricultura Familiar

O Governo criou o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), estabelecendo as condições para a participação da agricultura familiar e dos assentados da reforma agrária na produção do biodiesel, tendo como principal instrumento o Selo Combustível Social, certificado que proporciona benefícios tributários às empresas produtoras de biodiesel que adquirem matérias-primas da agricultura familiar e prestam assistência técnica aos agricultores.

O Selo já foi emitido para 28 empresas de biodiesel, viabilizando a participação de mais de 100 mil famílias de agricultores nessa cadeia produtiva. Com a entrada em vigor, em 2008, do uso obrigatório da adição de 2% de biodiesel ao diesel de petróleo, a participação da agricultura familiar deverá ampliar-se, chegando a cerca de 200 mil famílias, espalhadas por todas as regiões do País, gerando renda e novas oportunidades de trabalho no meio rural.

O estímulo à pesquisa e ao desenvolvimento de tecnologias visando proporcionar melhores condições de participação da agricultura familiar no Programa constitui uma das prioridades do Governo. Com entidades da agricultura familiar, o Governo tem realizado parcerias com o objetivo de ampliar a capacidade de organização da produção e de negociação com as indústrias de biodiesel.

c) Desenvolvimento Territorial

O Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, que tem como objetivo promover o planejamento, a

implementação e a autogestão do processo de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, bem como o fortalecimento institucional e a dinamização de sua economia, constituiu 120 territórios rurais nas 27 Unidades da Federação, abrangendo 1.864 Municípios com uma população de cerca de 38,7 milhões de pessoas e correspondendo a uma área de 3.342.377 Km² (39,18% da área total do País). Os recursos totais aplicados pelo Programa, em 2007, foram de R\$ 103,2 milhões.

Com o propósito de envolver os atores locais na construção de planos de desenvolvimento, foram constituídos, no ano de 2007, colegiados territoriais em 115 dos 120 territórios, nos quais foram discutidos e deliberados os projetos de infraestrutura e serviços, apoiados com o montante de R\$ 212,8 milhões, beneficiando 1.884 Municípios. Como forma de garantir a sensibilização e a mobilização dos atores territoriais, foram investidos R\$ 6,8 milhões na formação de 22.828 agentes de desenvolvimento e elaborados e revisados 101 Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) e 23 planos safra-territorial, que visam ordenar e adequar as políticas públicas de âmbito nacional – tais como o crédito rural e a assistência técnica e extensão rural – às condições específicas de cada território.

No Projeto de Fomento e Cooperativismo da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Coopersol), no exercício passado, houve investimento de R\$ 15 milhões na capacitação de dirigentes de cooperativas e cooperados, fortalecendo a gestão social desses empreendimentos, bem como na constituição de 19 bases de serviços de apoio, voltadas ao assessoramento especializado a empreendimentos associativos e cooperativos da agricultura familiar. O apoio às negociações entre cooperativas de crédito e agentes financeiros contribuiu para ampliar a oferta de crédito da agricultura familiar para R\$ 254 milhões na safra 2006/2007.

O Projeto de Desenvolvimento Sustentável para os Assentamentos da Reforma Agrária no Semi-árido do Nordeste – Projeto Dom Hélder Câmara desenvolveu ações de assistência técnica permanente para 12.101 famílias. Foram beneficiados com educação do campo e convivência com o Semi-árido cerca de 10.000 alunos, 2.500 cidadãos alfabetizados e 50 filhos de agricultores formados em técnicas agrícolas, além de diversas ações para melhoria da segurança hídrica. Destaca-se ainda a documentação de 2.000 mulheres do campo. Esse conjunto de ações contribuirá para que famílias e comunidades adquiram autonomia, uma vez que passam a dispor de segurança hídrica, alimentar, condições de produção e de comercialização.

d) Política Internacional

Em 2007 foi ampliada a inserção de temas com repercussão direta sobre a agricultura familiar e a reforma agrária na agenda internacional do Governo. Na área da defesa comercial destaca-se a aplicação de direitos *anti-dumping* para lácteos e a discussão sobre a proposta de alteração da Tarifa Externa Comum para estes produtos no âmbito do Mercosul - negociações da lista de exceção da tarifa externa comum.

Cabe destacar a Resolução 25 do Grupo Mercado Comum (GMC), a chamada Lei da Agricultura Familiar do Mercosul, que reconhece formalmente e estabelece parâmetros para identificação da agricultura familiar na região. Além dessas ações, estão sendo implementadas, por meio de cooperação, políticas públicas voltadas à agricultura familiar nos países do bloco, como é o caso do programa de seguro agrícola público no Paraguai, a criação de estruturas governamentais específicas, a implantação de sistemas de registro da agricultura familiar e de programas de crédito a partir da experiência do Pronaf.

8. Desenvolvimento Regional

a) Política Nacional de Desenvolvimento Regional

O Decreto nº 6.047, de fevereiro de 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), reafirmou o compromisso do Governo com a redução das desigualdades regionais do País e vem contribuindo para a convergência da ação pública em benefício de regiões menos favorecidas, detentoras de potencial para a geração de ganhos de produtividade e de competitividade e para a atração de investimentos geradores de emprego e renda.

Em janeiro de 2007, por meio das Leis Complementares nºs 124 e 125, foram criadas as novas Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene). As estruturas regimentais das duas Superintendências foram publicadas em Decretos de agosto e outubro de 2007. A partir de 2008, as novas Superintendências irão elaborar e propor anteprojeto de lei, que instituirá os respectivos planos e programas regionais de desenvolvimento em suas áreas de atuação. Já a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste ainda depende de tramitação da matéria no Congresso Nacional.

Em relação à ferrovia Transnordestina, as obras iniciadas em 2006 no trecho Salgueiro/Missão Velha tiveram continuidade em 2007, tendo sido também iniciadas as obras de recuperação do trecho de Cabo (PE) a Porto Real do Colégio (AL). A empresa concessionária da malha ferroviária do Nordeste, responsável pela execução do empreendimento, contratou em 2007, a elaboração dos projetos executivos dos demais trechos da ferrovia: Salgueiro/Suape (PE), Trindade (PE)/Eliseu Martins (PI), Missão Velha/Pecém (CE) e os respectivos estudos de impacto ambiental (EIA-Rima). O projeto executivo do trecho Salgueiro/Trindade (PE) está em fase de conclusão pelo DNIT. O empreendimento, estimado em R\$ 4.518,7 milhões, prevê o financiamento de fontes federais e privadas conforme segue: Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE): R\$ 2.227 milhões; Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor): R\$ 823 milhões; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES): R\$ 400 milhões e recursos próprios da concessionária: R\$ 1.068,7 milhão. Em 2008, deverão estar disponíveis os projetos executivos de todos os trechos relativos ao Projeto da Transnordestina, com previsão de contratação pela empresa concessionária dos projetos executivos relativos aos terminais portuários de Pecém e Suape.

Até novembro de 2007, os financiamentos contratados com os recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), totalizaram R\$ 6,2 bilhões, o que representou um crescimento de 4,2% em relação a idêntico período de 2006. Por sua vez, por intermédio dos Fundos de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste (FDA e FDNE), até a primeira quinzena de dezembro de 2007, foram aprovados projetos que demandarão recursos da ordem de R\$ 753 milhões, além de cartas-consulta já aprovadas e aptas à apresentação de projetos, totalizando aproximadamente R\$ 1,6 bilhão. É importante ressaltar a contribuição desses Fundos no apoio aos setores produtivos para a manutenção e a geração de novos postos de trabalho, o incremento das produções regionais, a arrecadação de tributos e a redução do êxodo rural.

Em 2008, deverá ser mantida a tendência de crescimento no volume de financiamentos para as regiões prioritárias, tendo em vista os recursos oferecidos pelo Governo para o fomento às atividades produtivas nessas áreas. No total, prevê-se a destinação de cerca de R\$ 13,1 bilhões, sendo R\$ 11 bilhões provenientes dos fundos constitucionais de financiamento (FCO, FNE e FNO) e R\$ 2,1 bilhões dos fundos de desenvolvimento regional (FDA e FDNE).

Mediante a articulação das ações nas três esferas governamentais com os segmentos pertinentes da sociedade civil, foram

implementados, no decorrer de 2007, vários programas, em escala sub-regional, com o objetivo de dinamizar as localidades identificadas como regiões deprimidas economicamente, o que beneficiou 13 Mesorregiões diferenciadas, nove subespaços do Semi-árido Nordeste e regiões e cidades-gêmeas fronteiriças com países da América do Sul.

No Alto Solimões, destaca-se a organização da atividade produtiva da pesca, com a finalização de obras de infra-estrutura, o desenvolvimento de projeto-piloto de cooperativa de crédito rural e a organização produtiva do turismo.

Na Mesorregião Bico do Papagaio, investiu-se em potencialidades locais, tais como fruticultura, apicultura e atividades produtivas de gemas e jóias, o que fomentou a fixação no campo dos produtores rurais por meio do incremento da renda média familiar. Com o mesmo foco, na Mesorregião do Vale do Rio Acre, foi revitalizada a produção de látex, o que beneficiou cerca de 700 famílias da reserva extrativista Chico Mendes.

Na Chapada do Araripe, as ações voltaram-se para a atividade produtiva da ovinocaprinocultura, com resultados expressivos na organização para a produção e melhoria da qualidade do rebanho. Essa mesma atividade foi apoiada na Mesorregião de Xingó, destacando-se a criação de uma unidade móvel de assistência ao pequeno produtor rural para promover a sanidade e o aprimoramento genético dos rebanhos.

Ainda na Mesorregião de Xingó foi entregue à comunidade o Centro de Desenvolvimento e Difusão de Tecnologia em Aqüicultura (CDTA), no Campus VIII da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), que funcionará como um pólo de conhecimento especializado em aqüicultura.

Na Mesorregião do Mangabeiras destaca-se o fortalecimento da bovinocultura, com a aquisição de equipamentos e capacitação dos produtores, totalizando investimentos de R\$ 963 mil, além de projetos de fruticultura, mandiocultura, caprino cultura, piscicultura e beneficiamento de pescado.

Na Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, registra-se o apoio ao Pólo Moveleiro de Turmalina, que beneficiou 50 micro e pequenas empresas com a geração de 350 empregos diretos. Também, foi concluída a primeira etapa do Centro Eunapolitano de Produção Moveleira (Ceprom) que beneficiará 21 Municípios do extremo sul da Bahia, com previsão de geração de aproximadamente 300 novos empregos. Vale salientar o apoio oferecido às cooperativas da cadeia produtiva da cachaça.

Na Mesorregião Itabapoana, com a implantação do projeto de apicultura houve o incremento da produção, a adesão de mais de 230 cooperados e a certificação do mel, o que viabilizou a exportação desse produto para a União Européia.

Na Mesorregião do Vale do Ribeira/Guaraqueçaba, também houve investimento no arranjo produtivo da apicultura. Com a construção de um entreposto de mel na Mesorregião são esperados benefícios a mais de 5.600 pessoas em 17 Municípios.

Na Mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul, ressaltam-se os investimentos para a estruturação de um centro tecnológico para pequenos produtores, que disponibilizará tecnologia de ponta para aumentar a qualidade e a competitividade dos produtos no mercado.

Com relação à Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, em 2007, destaca-se o apoio aos segmentos da vitivinicultura,

produção leiteira, gemas e jóias e movelaria. Assim, no Rio Grande do Sul, foi beneficiada a produção de citrinos, ametistas e ágatas de aproximadamente 2.000 garimpeiros. Em Santa Catarina, foi consolidado o pólo regional de móveis. No sudoeste do Paraná, estão em fase final de implantação cinco cantinas de produção de vinho e suco de uva.

Na Mesorregião de Águas Emendadas está sendo construído um entreposto para industrialização e comercialização da fruta e de seus subprodutos, no qual foram investidos R\$ 187 mil na construção e compra de equipamentos, o que beneficiará cerca de 80 micro produtores rurais.

Para 2008, o Governo tem como meta intensificar o processo de criação e do fortalecimento de fóruns Mesorregionais.

No Semi-árido nordestino foi priorizada a dinamização de núcleos produtivos, mediante apoio à estruturação dos arranjos produtivos da apicultura, ovinocaprinocultura, ecoturismo, artesanato com couro de peixes, fruticultura e agricultura familiar.

Ressalta-se, ainda, a estruturação de arranjos produtivos nas mesorregiões, que resultaram na capacitação de cerca de 12.200 pessoas, na geração de mais de 30 empreendimentos, dos quais destaca-se o apoio aos APLs de piscicultura, artesanato, ovinocaprinocultura, turismo, apicultura e bovinocultura leiteira.

Na Faixa de Fronteira, foram desenvolvidas, em 2007, ações de valorização das potencialidades locais, promoção/recuperação de cidadania, dinamização da economia, apoio à infra-estrutura econômica e social, organização social e institucional e integração com países da América do Sul. Nesse sentido, destaca-se o apoio aos APLs de fruticultura e orquidocultura, dentre outros. Para 2008 está prevista a continuidade dessas ações, com foco no fortalecimento das relações fronteiriças por meio da atuação nas áreas de cooperação internacional, principalmente nos segmentos do turismo, logística e cultura.

b) Infra-estrutura Hídrica

O PAC tem impulsionado o desenvolvimento regional, com esforços voltados, segundo critérios adotados pelo Governo, para a conclusão de obras de infra-estrutura hídrica e a recuperação de infra-estrutura existente. Por isto, o Ministério da Integração Nacional incorporou em sua carteira ações voltadas tanto para a execução de obras, quanto para a elaboração de projetos que futuramente beneficiarão a estrutura para o aproveitamento da água e sua distribuição, quer para o consumo humano e animal como para aproveitamento hidroagrícola.

No ano de 2007, foram destinados R\$ 2,25 bilhões no âmbito do PAC, distribuídos em quatro grandes segmentos: Integração de Bacias Hidrográficas, Revitalização de Bacias, Oferta de Água e Desenvolvimento Hidroagrícola.

No Programa de Integração de Bacias foram consignados, em 2007, R\$ 379,22 milhões, referente às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (PISF), aos 36 Programas Básicos Ambientais (PBAs) e ao Programa de Gestão Ambiental. Em junho de 2007, após a emissão da Licença Ambiental pelo Ibama, deu-se início às obras da primeira etapa de implementação dos Eixos Norte e Leste, nos pontos iniciais de tomada d'água nos Municípios pernambucanos de Cabrobó e Floresta. A sua execução pelo Batalhão de Engenharia do Exército, consiste na construção dos Canais de Aproximação e das Barragens Tucutu e Areias na Paraíba. No mês de maio de 2007, foi publicado o edital para a contratação do primeiro lote de obras dos 14 programados para o Projeto. Espera-se a contratação dos referidos lotes no decorrer do exercício de 2008.

No que se refere aos PBAs e ao Programa de Gestão Ambiental, destaca-se o início das ações de desapropriação e inclusão social, bem como a construção das casas e postos de saúde para as comunidades indígenas e quilombolas, envolvendo recursos na ordem de R\$ 75 milhões, em 2007. Em 2008, estão previstas a continuidade da implantação desses programas bem como da execução das obras dos Eixos Norte e Leste.

Em relação ao Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas, foram destinados em 2007 para as Bacias dos rios São Francisco e Parnaíba R\$ 564,5 milhões, com o PAC respondendo por R\$ 535,70 milhões, distribuídos entre ações de esgotamento sanitário, resíduos sólidos, processos erosivos, obras complementares de revitalização e melhoria da navegabilidade. Para a implantação do Programa, foi realizado um plano de investimento envolvendo os Ministérios das Cidades, da Saúde (Funasa) e Integração Nacional (Codevasf), com atuação em 264 Municípios. No âmbito do Ministério da Integração Nacional, foram priorizados 257 Municípios para universalizar os serviços nas sedes municipais. Trata-se do maior volume de investimentos já realizado na revitalização destas duas importantes Bacias Hidrográficas, resgatando parte de um histórico de passivo ambiental nos Estados de AL, BA, CE, MA, MG, PE e PI. Para os anos de 2008-2010, estão assegurados no PAC cerca de R\$ 1 bilhão para a continuidade do Programa.

Dentre os impactos positivos da Revitalização, vale ressaltar a redução de doenças de veiculação hídrica e de carga poluidora em corpos d'água e a melhoria hidroambiental da Bacia. Como exemplo, no Município de Bom Jesus da Lapa, havia apenas 18% de cobertura de infra-estrutura de esgotamento sanitário. Atualmente, 50% da população é beneficiada com esses serviços, tendo em vista que foram implantados 22 km de rede coletora, construída Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), emissário e ligações domiciliares. Segundo os indicadores do Programa Saúde da Família de Bom Jesus da Lapa, houve redução de 32% no número de casos provocados por doenças de veiculação pela água. A segunda etapa de implantação de esgoto, que irá universalizar o atendimento da cidade, está em fase de contratação por meio do PAC.

No tocante à melhoria da navegabilidade ressaltam-se, especialmente, as ações do Plano Multimodal do São Francisco que consiste na implantação da hidrovia. Têm sido realizadas ações de conformação do leito do rio, cujo projeto envolve o trecho navegável entre Pirapora e Juazeiro. Inicialmente os recursos disponibilizados pelo PAC serão destinados para a execução do trecho Ibotirama-Juazeiro. Nesse sentido, encontra-se em construção um campo experimental, localizado na cidade de Barra, com o objetivo de verificar a definição das melhores alternativas de intervenção voltadas à contenção de erosões de margem, utilizando a bioengenharia, o que assegurará a estabilização do curso fluvial e do reflorestamento ciliar. O resultado dessas experiências de renaturalização será replicado ao longo de mais de 50 trechos críticos do rio São Francisco, entre Ibotirama e o reservatório de Sobradinho, utilizando insumos e mão-de-obra local.

No tocante a oferta de água, foram alocados em 2007 R\$ 1,042 bilhão, beneficiando todas as regiões do País, destacando-se o Programa Proágua Nacional em parceria com o Banco Mundial. Este Programa é uma continuidade do Programa Proágua Semi-árido, concluído com sucesso em 2007. Importante ressaltar que para a região do Semi-Árido foram concluídos os Sistemas Araçuai 1A/1B/1C e a ampliação e a recuperação dos Sistemas Integrados do Alto Sertão e Sertaneja, totalizando 71 km de extensão e beneficiando 370 mil habitantes.

Além dos empreendimentos já citados, os recursos do PAC, na ordem de R\$ 805,67 milhões alavancaram a execução de obras significativas para o País, destacando-se a Adutora Acauã/PB, a Adutora Pirapama/PE, a Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Palmeira dos Índios/AL, a Barragem do Peão/MG, a Barragem e Adutora do Poço do Marruá/PI, o Eixo de Integração Castanhão/CE, o Açude de Setúbal/MG e o Eixo de Integração Orós-Feiticeiro/CE.

Para 2008, projeta-se um investimento no valor de R\$ 946,6 milhões, sendo R\$ 837 milhões no âmbito do PAC, para conclusão de 1.400 km de adutoras e acumulação de 840,4 milhões de m³ de água em barragens que compõem sistemas de abastecimento nos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul, com potencial de beneficiar 3,75 milhões de habitantes.

Para o quadriênio 2007/2010, dentro da proposta de universalização de água, o Governo lançou o Programa Água para Todos que beneficiará 80 mil famílias ao longo do rio São Francisco pertencentes às populações rurais e difusas. Nessa ação estão previstos R\$ 307 milhões no PAC, tendo sido empenhados, em 2007, R\$ 25,11 milhões com vistas à elaboração de projetos e a execução de obras para implantação de sistemas simplificados de abastecimento de água. Destaca-se a celebração de termo de parceria com a Articulação do Semi-árido (ASA) para a execução de 7.945 cisternas, com conclusão prevista para 2008.

No segmento do desenvolvimento hidroagrícola, foram aplicados, em 2007, R\$ 598 milhões, sendo R\$ 535,52 milhões no âmbito do PAC em obras de infra-estrutura de irrigação de uso comum, cujos projetos contam com uma área total de 230 mil hectares, o que permitiu disponibilizar 15,5 mil hectares de áreas irrigáveis. Para 2008, está previsto o investimento de R\$ 441,9 milhões, sendo R\$ 429,7 milhões no âmbito do PAC, de modo a disponibilizar 38,1 mil hectares.

Nessa área destaca-se o avanço das obras em perímetros públicos de irrigação como o Manoel Alves/Propertins/TO e o Baixo de Irecê/BA e a preparação para inclusão na modalidade de Parceria Público-Privada (PPP) dos empreendimentos de Pontal/PE e Salitre/BA. Vale salientar que o lançamento do primeiro edital público para PPP está previsto para 2008, referente ao Perímetro Pontal.

Para a transferência da gestão dos perímetros públicos de irrigação, em 2007, foram aplicados R\$ 103,1 milhões na implementação de diversas atividades nos projetos, inclusive naqueles inscritos no Projeto Piloto de Investimento (PPI), envolvendo uma área de 116.000 ha. Para 2008, estão previstos R\$ 18,5 milhões, que possibilitarão dar continuidade a essas intervenções e conseqüentemente transferir a gestão para o setor privado dos Perímetros Baixo Acaraú (CE), Baixo-Açu (RN) e Jaguaribe-Apodi (CE), envolvendo uma área de 28.745 ha. Em 2008, está prevista também a entrega definitiva aos irrigantes – emancipação da área de 9.745 ha do Jaguaribe-Apodi no Ceará.

c) Defesa Civil

Na Defesa Civil foram priorizadas as ações preventivas e de preparação, bem como o atendimento emergencial da população afetada por desastres, em apoio aos Estados e aos Municípios. Para reforçar o Sistema Nacional de Defesa Civil, foram criadas, até 2007, um total de 4.255 Coordenadorias Municipais de Defesa Civil (Comdec), o que representa uma cobertura nacional de 76,5% dos Municípios e um aumento de 6,5% em relação ao ano de 2006.

Com o objetivo de fortalecer também as Defesas Cíveis Municipais, em 2007, foram realizados 28 cursos de capacitação para 823 técnicos de 17 Estados e do Distrito Federal. Além disso, realizou-se a Semana Nacional de Redução de Desastres e o 4º Fórum Nacional de Defesa Civil, em Jaraguá/SC.

No ano de 2007, com a finalidade de atender à população afetada por desastres, o Governo aprovou R\$ 662,27 milhões de recursos extraordinários, dos quais R\$ 487,5 milhões já foram destinados aos Municípios, para socorro e assistência, reabilitação e

reconstrução após os desastres. Para obras preventivas de desastres, foram aplicados cerca de R\$ 165,55 milhões. Para a destinação desses recursos foram observados critérios técnicos, relacionados com o contexto socioeconômico, estabelecidos pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional e pela Política Nacional de Defesa Civil.

9. Meio Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável

O novo modelo proposto pelo Governo para a política ambiental, compatível com o avançado arcabouço legal brasileiro promove uma gestão ambiental compartilhada com todos os níveis governamentais e a sociedade em geral, construindo, assim, a Política Ambiental Integrada, capaz de agregar conceitos socioambientais ao novo ciclo de desenvolvimento econômico do País.

Em 2007, como forma de modernizar e fortalecer a gestão ambiental e a implementação da Política Nacional de Meio Ambiente, foi criado o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade para a gestão das Unidades de Conservação e pesquisa sobre biodiversidade, com a conseqüente focalização das ações do Ibama para controle, fiscalização e licenciamento ambientais.

Essa evolução institucional orientada para consolidar a base da política ambiental no âmbito do Governo Federal, considerou, também, a evolução dos conceitos envolvidos na preservação do meio ambiente, as evidências trazidas pelos últimos estudos científicos relativos às mudanças climáticas, as orientações governamentais para promover o desenvolvimento sustentável do País, por meio do caráter estruturante do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a necessidade da inclusão de fatores de sustentabilidade aos processos de produção e de consumo, além do crescente envolvimento dos diferentes setores do poder público, da sociedade civil e do setor privado na solução dos problemas ambientais.

Nesse sentido, destacam-se, a seguir, os resultados alcançados em 2007 e as perspectivas para 2008 que mais claramente expressam as diretrizes dessa nova política ambiental.

a) Plano Amazônia Sustentável (PAS) e Plano BR-163 Sustentável

Com a finalização e sistematização das consultas públicas, o Governo revisou e consolidou a versão final do Plano Amazônia Sustentável (PAS), incorporando as contribuições dos diversos segmentos governamentais e da sociedade amazônica. Esse Plano – contendo um conjunto de estratégias e orientações que devem nortear a implementação de políticas públicas para a Amazônia – foi apresentado a todos os Secretários de Planejamento dos Estados da região, em dezembro de 2007.

Seguindo as diretrizes do PAS, foi instituído, por meio do Decreto nº 6.290, de dezembro de 2007, o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da Rodovia Cuiabá-Santarém – Plano BR-163 Sustentável. O referido Decreto também criou um Comitê Executivo, atribuindo-lhe a responsabilidade de acompanhar a implementação do Plano, no âmbito da Câmara de Políticas de Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, do Conselho de Governo.

A criação do Distrito Florestal da BR-163, em 2006, viabilizou o desenvolvimento de atividades de manejo e monitoramento ambiental no seu interior, havendo, atualmente, uma produção florestal que compreende quatro pólos produtivos, 15 localidades de produção e 205 empresas florestais. Essas atividades geram 18 mil empregos diretos, uma produção de 1,5 milhão m³ (tora) e renda bruta de US\$ 185 milhões.

b) Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia

O Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal, que objetiva combater o desmatamento ilegal na Amazônia, contempla além de ações de fiscalização e controle, ações de ordenamento territorial e fundiário da região e fomento às atividades produtivas sustentáveis.

O desmatamento na Amazônia entre agosto de 2006 e julho de 2007, estimado em 11.224 km² pelo sistema Prodes, caiu 20% em relação ao período 2005-2006, registrando uma queda acumulada de 59% nos últimos três anos. O número é muito próximo ao menor já registrado (11.030 km², em 1991) desde o início do monitoramento do desmatamento na região, em 1988. Essa queda contribuiu para que o País tenha evitado a emissão de 0,5 milhão de toneladas de gás carbônico na atmosfera. Já entre os meses de agosto e dezembro de 2007, registrou-se uma área desmatada estimada em 3.235 km², indicando crescimento do desmatamento.

Em continuidade à implementação do Plano e consideradas as informações recentes foram editados, em dezembro de 2007, os seguintes decretos: a) Decreto de 6 de dezembro, que cria Grupo Permanente de Responsabilização Ambiental para articular com órgãos estaduais de controle e fiscalização ambientais ações estratégicas e integradas para prevenir e reprimir as infrações e crimes relacionados aos desmatamentos, queimadas e exploração ilegal de florestas na Amazônia Legal; b) Decreto nº 6.321, que dispõe sobre ações relativas à prevenção, monitoramento e controle de desmatamento e altera e acresce dispositivos ao Decreto nº 3.179, de 1999, que trata de sanções aplicáveis às atividades lesivas ao meio ambiente; e c) o Decreto de 21 de dezembro, que amplia os limites da Estação Ecológica Cuniã, nos Estados de Rondônia e Amazonas.

Além da queda na taxa de desmatamento, destacam-se, entre os resultados alcançados em 2007, a manutenção das 12 bases operativas de fiscalização do Ibama no Arco do Desmatamento, a construção das Bases Operativas de São Félix do Xingu (PA), Novo Progresso (PA), Vila Rica (MT), a ampliação da Base de Sinop (MT), a estruturação de mais seis bases operativas e a realização de mais de 100 grandes operações de fiscalização integrada, resultando na apreensão de mais de 300 mil metros cúbicos de madeira. O Projeto de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (Prodes) foi aperfeiçoado e foram criados dois novos sistemas: de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter) e de Detecção da Exploração Florestal (Detex), este em fase de finalização. O Prodes e os dois sistemas aumentaram o controle social sobre as ações do Governo nessa área, já que todos os dados gerados por eles são disponibilizados para a sociedade. Ressalta-se, ainda, que foram realizadas atividades de prevenção, controle e combate a incêndios florestais na região do Arco do Desmatamento na Amazônia, por meio do Centro de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo).

O Governo estabeleceu as seguintes prioridades para o combate e o controle do desmatamento na Amazônia, em 2008: agilizar a implementação das ações previstas no citado Decreto nº 6.321 nos 36 Municípios que apresentaram elevados níveis de desmatamento; ampliar a área de Unidades de Conservação na Região da Amazônia Legal; aprimorar o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia, considerando uma definição mais objetiva do papel dos Estados; intensificar a cooperação interinstitucional nas investigações sobre o desmatamento e queimadas ilegais, sobre a grilagem de terras públicas, sobre os incentivos à produção sustentável, o rastreamento e a certificação da produção agrícola.

c) Unidades de Conservação

O Programa Áreas Protegidas do Brasil tem como objetivo expandir e consolidar o Sistema Nacional de Unidades de

Conservação (SNUC) e outras áreas protegidas, visando a proteção da biodiversidade brasileira e a justa repartição dos benefícios dela decorrentes. O SNUC foi ampliado em mais de 20 milhões de hectares (cerca de 41% de aumento em relação a 2002) com a criação de 57 unidades de conservação (UCs), sendo 29 localizadas na Amazônia Legal, e a ampliação de 9 UC existente. Em 2007 foram criadas 5 UC federais e outras 2 foram ampliadas aumentando em 126 mil ha o SNUC, além da criação de 31 reservas particulares do patrimônio natural.

d) Compensação Ambiental

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade instituiu a Câmara de Compensação Ambiental Interinstitucional, composta pelo próprio Instituto e pelo MMA e Ibama, proporcionando também a participação de representantes dos Estados e Municípios. Atualmente, a Compensação Ambiental apresenta-se como a principal ferramenta de financiamento da regularização fundiária das UCs, e sua consolidação e eficácia representarão recursos significativos para equacionar e resolver problemas históricos dessas unidades.

Em 2007, os 277 processos de Compensação Ambiental beneficiaram 254 UCs federais, estaduais e municipais. Do total dos recursos destinados às UCs federais, 53,6% foram direcionados às ações de regularização fundiária, 41,3% às ações de implementação, 4,4% ao custeio dos processos de elaboração de planos de manejo e 1,2% ao custeio de processos de criação de novas UCs.

Dessa forma, do total arrecadado, por intermédio de Compensação Ambiental no referido exercício, (R\$ 10,5 milhões), 71,6% foram investidos em ações de implementação das UCs federais, 28,1% em ações de regularização fundiária e 0,2% destinados ao custeio do processo de elaboração de planos de manejo.

O Programa Áreas Protegidas pretende, em 2008, criar novas UCs de Proteção Integral e de Uso Sustentável nos Biomas Cerrado e Pantanal, consolidar informações no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, por meio da atualização das informações de todas as UCs federais e 80% das estaduais, e destinar R\$ 100 milhões provenientes do mecanismo de Compensação Ambiental, para ações de consolidação do SNUC.

e) Programa Nacional de Florestas

O Programa Nacional de Florestas (PNF) tem por objetivo a formulação de políticas públicas que visem a promoção e a expansão da base florestal plantada, a recuperação de áreas degradadas em pequenas e médias propriedades rurais, a expansão da base de florestas naturais sob manejo sustentável e a proteção de áreas com alto valor para conservação.

Dos avanços alcançados pelo Programa, em 2007, destacam-se: o fomento florestal decorrente das políticas e instrumentos de apoio ao reflorestamento, que teve um crescimento significativo e permitiu o alcance da meta de reflorestamento do PNF, superando os 600 mil hectares de florestas plantadas; o levantamento de áreas prioritárias para o manejo florestal em 100 Unidades de Assentamento Rural, envolvendo 10 mil famílias em regiões situadas no Bioma Caatinga; avanços expressivos na recuperação de áreas degradadas, em decorrência da instalação dos três primeiros Centros de Recuperação de Áreas Degradadas no Vale do São Francisco (Petrolina/PE, Paracatu/MG e Arco/MG); ratificação da Carta de Recuperação de Áreas Degradadas do Vale do Alto Paraguai – envolvendo Brasil, Argentina e Paraguai; e a criação de Grupos Multissetoriais para a discussão do manejo comunitário de sementes, mudas florestais e carvão vegetal.

Para 2008, estão previstas a ampliação da instalação de dois novos Centros de Referência em Capacitação de Agricultores para a recuperação de áreas degradadas na Bacia do Rio São Francisco; o fortalecimento do Sistema de Redes de Sementes; ampliação de mecanismos de crédito ao pequeno produtor florestal; expansão da Base Florestal Plantada, com previsão de aumento de 550.000 hectares; capacitação de 300 novos difusores de tecnologia em recuperação de áreas degradadas; e a consolidação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF), com recursos oriundos das concessões florestais.

e.1) Concessão Florestal

No âmbito das concessões florestais destacam-se as seguintes ações, em 2007:

- regulamentação da Lei de Gestão de Florestas Públicas por meio Decreto nº 6.063, de março de 2007;
- consolidação do Serviço Florestal Brasileiro;
- lançamento do Cadastro Nacional de Florestas Públicas em julho de 2007, o qual permitirá reunir dados georreferenciados sobre as florestas públicas brasileiras, de modo a oferecer aos gestores públicos e à população em geral uma base confiável de mapas, imagens e dados com informações relevantes para a gestão florestal;
- publicação do Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF) 2007/2008, o qual prevê a possibilidade de concessão florestal de 43,7 milhões de hectares, sendo priorizada a Floresta Nacional do Jamari e um conjunto da UCs na Amazônia Legal; e o
- lançamento, em novembro de 2007, do Edital do 1º Lote de Concessão Florestal – na Floresta Nacional do Jamari;

f) Povos e Comunidades Tradicionais

Dentre as ações desenvolvidas pelo Governo, em 2007, visando o reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais, destaca-se a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), concretizada pelo Decreto nº 6.040, de fevereiro de 2007, que estabelece um pacto entre o Poder Público e esses povos e comunidades. Em 2008 serão intensificadas as ações para a implementação da citada Política. Ressalta-se a aprovação de 108 projetos no âmbito do programa de apoio a comunidades tradicionais e a capacitação de 600 pessoas para o desenvolvimento de atividades de acesso e gestão dos recursos públicos. Desta forma, serão beneficiadas, aproximadamente, 27 mil famílias.

g) Zoneamento Ecológico-Econômico

Nos últimos anos, a ampliação de áreas do território nacional com projetos de Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) foi significativa, tendo evoluído de 11%, em 2002, para 23% em 2005 e 32% do território nacional em 2007. Além disso, estão em andamento projetos que abrangem cerca de 2,4 milhões de km², o correspondente a 28% do território nacional.

Atualmente, aproximadamente 13% do território nacional possui ZEE em fase de implantação ou em articulação com outros instrumentos de política pública, tais como zoneamento agrícola, licenciamento ambiental, planos diretores municipais, definição de áreas protegidas e recuperação de passivos ambientais. O apoio à implantação dos zoneamentos tem sido feito por meio da geração de insumos técnicos pelo Consórcio ZEE Brasil, pela disseminação da informação e pela capacitação de gestores públicos.

Outro ponto importante foi a assinatura, em dezembro de 2007, do Decreto nº 6.288, autorizando a realização de ZEEs locais ou regionais, desde que sejam referendados pelas Comissões Estaduais de Zoneamento e aprovados pelas Assembléias Legislativas. Tal medida modifica a regulamentação do ZEE, editada em 2002, que só reconhecia os zoneamentos estaduais que compreendessem a totalidade dos seus territórios e fossem realizados em escala de 1:250.000, ou maiores. A flexibilidade proporcionada pelo novo Decreto permitirá mais eficiência no enfrentamento de problemas localizados e que exijam respostas mais rápidas dos governos Federal, Estaduais ou Municipais.

Está prevista, para 2008, a implementação das seguintes ações relativas ao ZEE: início do Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Brasil na escala 1:1.000.000; acordos de cooperação com os Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro para apoiar o Zoneamento Agroecológico da cana-de-açúcar, a fim de expandir a produção do etanol e criar subsídios para implementação de outros instrumentos de políticas públicas em áreas com demanda de reordenamento territorial; elaboração da base cartográfica digital da Amazônia Legal; apoio aos Estados na implementação do ZEE de suas regiões; e o fortalecimento do ZEE, com sua integração aos demais instrumentos de planejamento e de gestão ambiental e territorial voltados para a sustentabilidade.

h) Licenciamento Ambiental

Com o objetivo de fortalecer as atividades relativas ao Licenciamento Ambiental, foi criado, no âmbito da nova Estrutura Regimental do MMA, o Departamento de Licenciamento e Avaliação Ambiental – (DLAA), por meio do Decreto nº 6.101, de abril de 2007.

No processo de estabelecimento da Agenda Nacional para o Aprimoramento do Licenciamento Ambiental, o Governo realizou, em dezembro de 2007, o 1º *Workshop* sobre o Licenciamento Ambiental de Portos Marítimos – regiões Sul e Sudeste, com o objetivo de discutir a Gestão Ambiental Portuária e o Licenciamento Ambiental, em razão do cenário de crescimento da infraestrutura portuária inserido no PAC. Para o acompanhamento da gestão ambiental dos empreendimentos do setor de infraestrutura, o MMA criou, em 2007, um Grupo Gestor, constituído por todas as Secretarias e entidades vinculadas ao Ministério, e um Grupo de Trabalho para acompanhar o licenciamento ambiental, realizado em nível federal, dos empreendimentos do PAC.

h.1) Balanço do Licenciamento

Em 2007, o Ibama concedeu 17 licenças para pequenas centrais hidrelétricas, o que representa cerca de 3.500 MW. Dessas, três receberam licença para início das obras (LI), uma recebeu licença para operação (LO), nove licenças de renovação ou autorização para supressão de vegetação, duas prorrogações de licença prévia e duas prorrogações de licença de instalação.

Foram concedidas 20 licenças para Usinas Hidrelétricas de grande porte, ressaltando duas licenças prévias, três de prorrogação ou concessão de licença de instalação, 10 de renovação ou autorização para supressão da vegetação, e cinco de renovação, regularização ou retificação de licenças de operação.

No licenciamento de projetos na área petrolífera foram autorizadas nove licenças para perfurações, das quais cinco referem-se à licenças prévias, duas foram retificações de licenças prévias e duas autorizações para atividade de perfuração no âmbito de Termo de Ajustamento de Conduta. Foram, também, concedidas um total de 24 licenças para empreendimentos de produção de petróleo e 23 para a instalação de gasodutos.

Ainda em 2007, no setor rodoviário, o Ibama concedeu 91 licenças para a construção de novas rodovias, 35 para empreendimentos no âmbito das atividades ferroviárias e oito para projetos portuários.

Para 2008, visando fortalecer permanentemente o processo de licenciamento ambiental, será promovido, entre outras medidas, o aprimoramento dos procedimentos técnicos e administrativos para o licenciamento em nível federal, bem como o apoio ao desenvolvimento e ao fortalecimento de Sistemas de Licenciamento Ambiental estaduais e o acompanhamento do licenciamento dos empreendimentos constantes do PAC.

i) Política Nacional de Recursos Hídricos

O Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) representou um grande avanço na gestão de recursos hídricos no País. Atualmente, há cerca de 140 Comitês de Bacias Hidrográficas (estaduais e federais), além de 22 Conselhos Estaduais e o Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Essas instâncias contribuem sobremaneira para a governança democrática na elaboração das políticas públicas de gestão integrada desses recursos.

Entre os principais instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos estão a outorga e cobrança pelo uso dos recursos hídricos. Esses mecanismos já foram, até o momento, implantados na Bacia do rio Paraíba do Sul e nas Bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, o que representou um avanço relevante para o processo de construção da gestão de recursos hídricos, de forma descentralizada e participativa. Houve, no ano de 2007, aperfeiçoamentos nos mecanismos de cobrança nas bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, visando caracterizar de forma mais precisa o uso da água no setor rural, criando, inclusive, incentivos para que os usuários adotem tecnologias de irrigação mais eficientes.

Como resultado do instrumento de cobrança, arrecadou-se um montante superior a R\$ 50 milhões, entre 2003 e 2007, sendo que somente no exercício de 2007 a arrecadação foi de aproximadamente R\$ 20 milhões, os quais foram repassados integralmente para aplicação em projetos e investimentos nessas bacias.

i.1) Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas

O Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas consiste em um estímulo financeiro, na forma de pagamento pelo esgoto tratado para prestadores de serviços públicos de saneamento que investem na implantação, ampliação e operação de Estações de Tratamento de Esgotos (ETE).

Foram investidos, no período de 2001 a 2006, recursos da ordem de R\$ 272 milhões, beneficiando uma população de 3,5 milhões de habitantes. Em 2007, foram habilitados 55 empreendimentos, gerando uma demanda de R\$ 260 milhões. Três empreendimentos foram contratados, resultando na aplicação de R\$ 40,1 milhões de recursos da União que, somados a recursos de outras fontes aportados aos projetos, resultaram na efetiva aplicação de R\$ 100 milhões, beneficiando aproximadamente um milhão de brasileiros, com o abatimento diário de 46,4 toneladas de carga orgânica que seriam lançadas sem tratamento em importantes Bacias Hidrográficas.

Esse Programa foi incluído no Plano Plurianual (PPA), estando prevista a aplicação de R\$ 120 milhões no período de 2008 a 2010, além de ser uma das ações integrantes do PAC.

i.2) Revitalização de Bacias Hidrográficas

Na área de Revitalização de Bacias, destaca-se a inauguração de dois Centros Integrados de referência da Revitalização da Bacia do Rio São Francisco, os quais constituem um espaço para o desenvolvimento de ações integradas entre os diversos programas do Governo, coordenados e executados pelo MMA, parceiros que atuam na revitalização do São Francisco e prefeituras locais. Viabiliza-se assim, a realização de estudos e a disponibilização de informações para a população, além da articulação das ações prioritárias e a conseqüente democratização do acesso à informação.

Deve ser ressaltada a criação, em 2007, da primeira Unidade de Conservação na região do São Francisco. Trata-se da Floresta Nacional de Negreiros, localizada em Serrita (PE), área com três mil hectares, possuindo 46% de cobertura florestal e 54% de agricultura e pasto, sendo destinada à conservação da biodiversidade, ao fomento do desenvolvimento sustentável da Caatinga e à capacitação de produtores rurais.

No arcabouço do plano de ações a serem implementadas, em 2008 para revitalização de bacias, cabe destacar: construção e implementação, de forma participativa, dos processos de revitalização de bacias voltados prioritariamente para o rio São Francisco; prosseguimento à implementação do Plano para desenvolvimento do turismo sustentável na Bacia do rio São Francisco, inclusive com a proposta de criação do Parque Nacional do Cânion do São Francisco; implantação do Projeto “Rede Digital de Comunidades Tradicionais e Indígenas da Bacia do São Francisco”, cujo objetivo principal é a criação de uma rede de estruturas educadoras, dotada de instrumentos de comunicação inclusivos, no âmbito de comunidades tradicionais e indígenas, em cada pólo regional.

j) Resíduos Sólidos Urbanos

Em setembro de 2007, o Governo encaminhou ao Congresso Nacional, o projeto de lei instituindo a Política Nacional de Resíduos Sólidos Urbanos. Nessa proposta estão contemplados os diversos aspectos necessários para uma efetiva gestão desses resíduos, compreendendo suas diretrizes gerais e os instrumentos da Política, incluindo a gestão integrada e proibições.

No referido exercício, destacam-se os seguintes resultados em relação à gestão desses Resíduos:

- continuidade dos processos decorrentes da Lei nº 11.445, de 2007;
- apoio ao Projeto “Aplicação de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL) na redução de emissões em Aterro Sanitário” que foi desenvolvido pelo Ministério das Cidades em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente, contando, ainda, com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Banco Mundial; e
- acompanhamento de empreendimentos habitacionais, de saneamento (especialmente de Resíduos Sólidos) e de regularização fundiária, previstos no PAC.

Para 2008, foram estabelecidas as seguintes linhas prioritárias para a gestão de Resíduos Sólidos: articulação para aprovação do projeto de lei que define a Política Nacional de Resíduos Sólidos e o apoio à implantação dos planos de gestão integrada de resíduos sólidos junto aos Municípios.

k) Esfera Internacional

Na esfera internacional, a atuação do Governo caracteriza-se pelo fortalecimento do protagonismo brasileiro nas negociações externas, bem como da capacitação técnica e política de seus representantes para a elaboração e negociação de propostas e posicionamentos nos diversos foros ambientais internacionais. De igual maneira, busca-se fortalecer o processo de implementação, em caráter nacional, do grande número de Acordos e Tratados Internacionais na área ambiental e, também, dos compromissos financeiros com os secretariados e organismos internacionais.

Em 2007, o Governo participou ativamente das reuniões internacionais relativas aos instrumentos internacionais de que o País é signatário, destacando-se a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, na qual o Governo buscou fortalecer, tanto no nível interno, quanto no regional e internacional, a proposta de concessão de incentivos positivos aos países em desenvolvimento que reduzirem suas emissões de gases de efeito estufa decorrentes de desmatamento. Na 13ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro, realizada em Bali, Indonésia, em dezembro de 2007, o Brasil continuou a defender a mencionada proposta, além de defender o fortalecimento do regime multilateral de mudança climática, que permita à comunidade internacional adotar ações mensuráveis e verificáveis para alcançar reduções significativas de emissões de gases de efeito estufa até 2020 e avançar no “Mapa do Caminho de Bali”, primeiro passo para um acordo amplo e global baseado na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e no Protocolo de Quioto. Esse “Mapa do Caminho de Bali” deverá dar a direção, o impulso e a continuidade para um processo em que todos os países possam participar do esforço comum contra as mudanças climáticas, de acordo com suas responsabilidades diferenciadas e capacidades respectivas.

Merece destaque, ainda no âmbito dessa temática, a criação pelo Poder Executivo do Comitê Interministerial sobre Mudança Climática (CIM), com a finalidade de orientar a elaboração, a implementação, o monitoramento e a avaliação do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, nos termos do Decreto nº 6.263, de novembro de 2007.

No âmbito da Convenção-Quadro sobre Diversidade Biológica, o MMA, atual Presidente da 8ª Conferência das Partes da Convenção (realizada em Curitiba, em março de 2006), vem participando ativamente de todas as instâncias negociadoras da Convenção e buscando, nos mais diversos foros internacionais, reforçar o compromisso assumido pela comunidade internacional de fortalecer os três objetivos da Convenção, particularmente pela adoção de um regime internacional de acesso e repartição de benefícios resultantes da utilização de recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados.

Em relação ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, além de coordenar o processo nacional de implementação dos compromissos assumidos perante o Protocolo, o Governo protagonizou, durante a 19ª Reunião das Partes do Protocolo realizada em Montreal, Canadá, no mês de setembro de 2007, a apresentação e adoção de proposta para acelerar a redução de hidroclorofluorcarbonos (HCFCs), de modo a eliminar quase totalmente sua produção e consumo até 2030, antecipando-se a meta que estava em vigor. A proposta de ajuste feita pelo Brasil e a Argentina, evitará o consumo de aproximadamente 14 milhões de toneladas de HCFCs.

10. Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico

A ciência, a tecnologia e a inovação (C,T&I) são, no cenário mundial contemporâneo, instrumentos fundamentais para o desenvolvimento, o crescimento econômico, a geração de emprego e renda e a democratização de oportunidades.

O Governo vem se orientando para o planejamento e a implementação de uma Política Nacional de C,T&I de forma integrada às demais políticas públicas, envolvendo diversos atores institucionais. Nesse sentido, foi lançado, em 2007, o Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional 2007-2010, com investimentos previstos de R\$ 41,2 bilhões até 2010.

O Plano é composto por quatro Prioridades Estratégicas que norteiam a atual Política Nacional de C,T&I: Expansão e Consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação; Promoção da Inovação Tecnológica nas Empresas; Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Áreas Estratégicas; e Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social.

No exercício de 2007, no que concerne às ações sob responsabilidade do MCT, o plano foi amplamente implementado, com destaque para os seguintes principais resultados alcançados:

a) Expansão e Consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação

Em 2007, foi regulamentado o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), por meio da Lei nº 11.540. A Lei prevê a administração do Fundo por um Conselho Diretor; amplia as regiões consideradas prioritárias pelo FNDCT, incluindo os Municípios da área de abrangência das Agências de Desenvolvimento Regional; e autoriza o financiamento de ações transversais, realizadas com os recursos de mais de um Fundo Setorial.

No exercício passado, no âmbito do FNDCT, foram processadas 3.955 propostas, representando uma demanda total de R\$ 6,62 bilhões, por meio de 24 instrumentos distintos. Foram contratados cerca de 700 convênios que, junto com os convênios existentes, possibilitaram um comprometimento orçamentário da ordem de R\$ 1,5 bilhão.

Deu-se continuidade, em 2007, à ampliação do número de bolsas concedidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A expansão do número de bolsas de 2003 a 2007 ocorreu em todas as categorias, mas é marcante nas de pós-graduação (11.401 de mestrado e doutorado em 2002 e 16.697 em 2007) e de Produtividade em Pesquisa (7.784 em 2002 e 9.916 em novembro de 2007). Em 2002, o total de bolsas do CNPq era de cerca de 45 mil, número que passou para 65 mil em 2007, o que representa um aumento de 44% em cinco anos. Outro ponto de destaque foi o aumento substancial das bolsas tecnológicas com o apoio dos Fundos Setoriais, chegando a cerca de cinco mil bolsas tecnológicas já concedidas. Para o ano de 2008, estão previstas as seguintes metas: concessão de 74 mil bolsas pelo CNPq, entre elas 20 mil de mestrado e doutorado; aumento do valor das bolsas de mestrado e doutorado; concessão de nove mil bolsas de desenvolvimento tecnológico e empresarial, de doutorado e pós-doutorado nas empresas; e ampliação, em 15% em relação a 2007, do número de bolsas concedidas às engenharias e demais áreas relacionadas à Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) e aos objetivos estratégicos nacionais.

No que se refere ao fomento à pesquisa, destacam-se o Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex), em parceria com as Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa, que já implementou 250 núcleos em 17 Estados, num investimento total no período 2005-2007 de R\$ 100 milhões e o Programa “Casadinho”, que objetiva fortalecer a infra-estrutura de programas de pós-graduação não consolidados, das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e, desta vez, incluindo o Estado do Espírito Santo. Na edição atual, lançada em 2006, estão sendo apoiados 65 projetos, envolvendo 47 instituições com investimento da ordem de R\$ 20 milhões. Por meio do Edital Universal, foram aprovados, em 2007, 4.080 projetos científicos e tecnológicos em todos os campos do conhecimento, no valor global da ordem de R\$ 154 milhões.

Para a infra-estrutura e fomento da pesquisa científica e tecnológica, por meio do Programa de Subvenção Econômica, conduzido pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), foram aprovadas, em 2007, mais de 170 projetos no valor de R\$ 313,8 milhões. Neste ano as áreas prioritárias foram tecnologias da informação e comunicação (TICs); nanotecnologia; biodiversidade, biotecnologia e saúde; programas estratégicos; biocombustíveis e energias; e desenvolvimento social.

Em continuidade à estruturação dos sistemas estaduais de C,T&I, no qual a contrapartida é proporcional ao PIB estadual, foi lançada, em 2007, mais uma chamada para projetos estruturantes, que permitirá conceder mais R\$ 100 milhões em projetos.

O Programa Nova Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) encerra o ano de 2007 com conexões de rede de alta velocidade e desempenho (*links multigigabits*) instaladas em 10 pontos de presença (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Ceará e Distrito Federal) da rede Ipê, infra-estrutura de Internet voltada para a comunidade de ensino e pesquisa. A meta é estender as conexões *gigabits* a todos os Estados até 2009, beneficiando as aplicações globais de larga escala, como telemedicina, física e astronomia.

No âmbito regional, em 2007, o Governo criou cinco redes de alta velocidade metropolitanas (Manaus, Belém, Vitória, Florianópolis e Brasília) dentro da iniciativa Redes Comunitárias de Educação e Pesquisa (Redecomep). Para 2008, a expectativa é de que pelo menos outras 22 redes sejam lançadas. Para 2008 está prevista a interligação de 300 instituições, entre universidades, centros de pesquisa, hospitais de ensino, museus, TVs universitárias e laboratórios de pesquisa e desenvolvimento, públicos e privados, por meio de Redes Metropolitanas Comunitárias.

No âmbito local, buscou-se a melhoria da infra-estrutura das instituições de ensino e pesquisa a partir de projetos como de telefonia no sistema VoIP, que permite um número maior de chamadas a longa distância com redução de custos e de Rede Universitária de Telemedicina (Rute). Em 2008, deverá ocorrer a inclusão de 33 novas instituições relacionadas ao ensino médico, alcançando 53 instituições interligadas à Rute.

b) Promoção da Inovação Tecnológica nas Empresas

Em 2007, por meio da Incubadora de Fundos Inovar, foram apoiados 11 fundos de capital de risco focados em empresas nascentes e emergentes de base tecnológica, totalizando R\$ 91,3 milhões. Sete fundos já foram efetivamente contratados com um total de R\$ 43,3 milhões e os outros quatro encontram-se em fase de registro. É importante frisar que para cada R\$ 1,00 comprometido pela Finep nos fundos de capital empreendedor, o comprometimento total dos demais investidores é de R\$ 6,50. As 30 empresas investidas têm o seguinte perfil: *software*, tecnologia da informação, telecomunicações, comunicação, tecnologia industrial básica, biotecnologia, medicina, aeronáutica, alimentos, química, novos materiais e agronegócios.

Foram contratados projetos de inovação tecnológica com redução dos encargos incidentes nos financiamentos reembolsáveis em até 10% no âmbito do Programa Juro Zero, que oferece empréstimos para pequenas e microempresas, e no âmbito do Pró-Inovação, para as empresas brasileiras interessadas em realizar projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação. O Pró-Inovação oferece financiamento com encargos reduzidos conforme o atendimento de requisitos, tais como projetos que aumentem a competitividade da empresa no âmbito da PITCE, projetos de relevância regional ou inseridos em arranjos produtivos locais e projetos desenvolvidos em parceria com universidades, instituições de pesquisa e/ou outras empresas.

Destaca-se, ainda, no referido exercício, a contratação de 17 projetos para montagem de redes de entidades ou consórcios estaduais

para pequenas e médias empresas (PMEs); aplicação da subvenção econômica em empresas que executam Programa de Desenvolvimento Tecnológico Industrial (PDTI) ou Programa de Desenvolvimento Tecnológico Agropecuário (PDTA); fomento a projetos de P&D tecnológico, no valor total de R\$ 100 milhões, bem como a projetos voltados ao extensionismo tecnológico, no valor de R\$ 616 milhões.

Para 2008, estão previstos: o financiamento de 350 projetos de empresas por meio dos programas Pró-Inovação, Juro Zero e Subvenção à Inovação; o apoio, por meio do Programa de Apoio à Pesquisa em Empresas (PAPPE), a 350 projetos de interesse das médias e pequenas empresas; o apoio a 100 projetos cooperativos de pesquisa, desenvolvimento e inovação entre empresas e instituições científicas e tecnológicas; a capacitação em gestão da inovação de 2.200 empresários e gerentes de pequenas e microempresas; a capacitação de 3.300 técnicos, graduados e pós-graduados direcionados ao setor empresarial nas áreas estratégicas da PITCE; a constituição da rede “Centros de Inovação”, com 10 entidades de pesquisa, desenvolvimento e inovação; e a implementação das redes de “Serviços Tecnológicos” e de “Extensão Tecnológica” em 15 Unidades da Federação.

c) Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Áreas Estratégicas

O Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional 2007-2010 prioriza os investimentos nas seguintes áreas estratégicas: biotecnologia; nanotecnologia; tecnologia da informação e comunicação; insumos para a saúde; biocombustíveis; energia elétrica, hidrogênio e energias renováveis; petróleo, gás e carvão mineral; agronegócio; biodiversidade e recursos naturais; Amazônia e Semi-árido; meteorologia e mudanças climáticas; programa espacial; programa nuclear e defesa nacional e segurança pública.

Na área da biotecnologia, foi instituída a Política de Desenvolvimento da Biotecnologia por meio do Decreto Presidencial nº 6.041, de fevereiro de 2007, com o objetivo de estabelecer um ambiente favorável para o desenvolvimento de produtos e processos biotecnológicos inovadores, aumentar a capacidade de inovação das empresas brasileiras, a absorção de tecnologias e a geração de negócios e a expansão das exportações. A política estabelece também o fortalecimento de grupos e redes de pesquisa ligados à Rede Genoprot, Bioinova e Genosoja, por meio de editais, além de suporte de áreas fundamentais da cadeia de desenvolvimento de fármacos e medicamentos. Para 2008, está previsto o desenvolvimento de cinco novos produtos na área da biotecnologia e financiamento de três plataformas tecnológicas para o desenvolvimento de produtos e processos biotecnológicos inovadores.

Em nanotecnologia, registre-se o investimento de cerca de R\$ 16 milhões, em 2007, entre repasses diretos e lançamento de editais. Foram contratados 57 novos projetos de pesquisa em nanotecnologia; concedido apoio financeiro para os participantes brasileiros das três escolas organizadas pelo Centro Brasileiro-Argentino de Nanotecnologia; e, contempladas 20 propostas com R\$ 41 milhões, no âmbito da Chamada Pública MCT/FINEP/Subvenção Econômica à Inovação 01/2007. Em 2008, a meta é apoiar 40 projetos cooperativos entre Instituições Científicas e Tecnológicas e empresas na área da nanotecnologia; consolidar a infra-estrutura de 10 laboratórios regionais de referência para caracterização e manipulação de sistemas nanoestruturados; capacitar 100 técnicos, mestres, doutores e pós-doutores; implementar o Programa Internacional de Escolas de Nanotecnologia e oferecer quatro cursos de curta duração; bem como implementar 15 escolas de nanotecnologia em parceria com países da América Latina.

Na área de tecnologia da informação, vale mencionar o apoio a projetos de pesquisas relacionadas aos grandes desafios propostos pela Sociedade Brasileira de Computação (SBC), integrantes do documento “Grandes Desafios da Computação no Brasil 2006-2016”. Ressalte-se também que em 2007 o Centro Tecnológico de Eletrônica Avançada (Ceitec) foi contemplado com R\$ 57,36 milhões. No Ceitec serão desenvolvidos os primeiros lotes de “chips” comerciais, colaborando para a reversão de déficit de mais de

US\$ 3 bilhões anuais nessa área. Está prevista, para 2008, a implantação de quatro centros de projetos que integrarão a Rede de Design Houses de Circuitos Integrados (*chips*), no âmbito do Programa CI-Brasil, além do desenvolvimento de 50 projetos de circuitos integrados nas áreas de identificação veicular e por radiofrequência, TV digital, informática e automação, entre outras.

A ação de C,T&I no âmbito do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), foi de buscar a difusão do PNPB nos Estados, contribuindo para a formação de recursos humanos e para o ganho de produtividade e competitividade em toda a cadeia produtiva do biodiesel; aprovação e contratação dos projetos de pesquisa das redes de “agricultura”, “armazenamento”, “co-produtos”, “produção” e “qualidade” junto às universidades e centros de pesquisa participantes da rede, com previsão de duração de dois anos no valor global de R\$ 32 milhões; execução e/ou estruturação dos testes em motores e veículos com biodiesel, sendo que na primeira etapa, os veículos dos testes em campo operam com a mistura B5 – com biodiesel de soja ou de mamona.

Em relação ao etanol, destaca-se o aperfeiçoamento do laboratório de certificação de motores aviônicos a pistão a álcool e motor aeronáutico *flex*; apoio ao desenvolvimento de projetos para o melhoramento genético e agronegócio da cana-de-açúcar; e apoio a projetos de pesquisa voltados para a produção de álcool a partir da biomassa residual, por meio da hidrólise enzimática de materiais orgânicos vegetais em açúcares.

Na área de hidrogênio e energias renováveis ocorrerá, em 2008, a implementação e consolidação das Redes do Programa Brasileiro de PD&I para a Economia do Hidrogênio (ProH2), com a participação de empresas e a produção de H2 a partir de biomassa, mediante a operação de dois protótipos de reformadores de etanol com tecnologia nacional. Visando o atendimento das questões relacionadas à biodiversidade brasileira e aos recursos naturais, o Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio) ampliou para 23 o número de sítios de inventário, sendo parte deles em áreas protegidas. Cabe destacar o trabalho realizado em áreas sujeitas à alterações antropogênicas, como a BR-319 e a BR-167, que foram selecionados para que pesquisas sobre a biodiversidade possam apoiar e aprimorar estudos de impactos ambientais, definição de quotas de extração de recursos biológicos e o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis. Cabe também registrar que 89 coleções biológicas tiveram apoio do PPBio para infra-estrutura e informatização, o que permitiu disponibilizar na Internet informações e conhecimentos associados à cerca de 830 mil registros de plantas, animais e microrganismos depositados nas coleções científicas brasileiras.

Com relação à Amazônia, foi aprovado o Plano Científico para a Fase II do Experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia (LBA), que deve contribuir com a base científica para a compreensão dos mecanismos bio-físico-químicos dos ecossistemas amazônicos. Ressalte-se a ênfase dada aos projetos que integram competências dos diversos programas para a Amazônia, com recursos dos Fundos Setoriais, para concretização do Projeto de Integração dos Programas do MCT e da Embrapa na Amazônia (PIME), que visa a sustentabilidade do Distrito Florestal da BR-163 e do Projeto Cenários para a Amazônia: Uso da Terra, Biodiversidade e Clima. Apoiou-se, ainda, a estruturação da Rede para Uso Sustentável e Conservação do Cerrado (Rede ComCerrado), lançada oficialmente em 2007.

Na questão da Mudança Global do Clima, destacam-se atividades no âmbito de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). O Brasil vem se destacando como um dos países mais organizados e estruturados para atrair esse tipo de oportunidade e nesse sentido conta com um total de 255 atividades de projeto em processo de validação e retiradas, representando 9% do total mundial. A Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima aprovou 165 atividades de projeto no âmbito do MDL do Protocolo de Quioto, as quais, em conjunto com as atividades de projeto em processo de validação, representam uma redução de emissões de gases de efeito estufa

de 269 milhões de toneladas de CO₂ equivalentes anuais no primeiro período de compromisso do Protocolo de Quioto.

O Programa Nacional de Atividades Espaciais (Pnae) cumpriu em 2007 várias etapas importantes para a consecução da política espacial brasileira. Entre as iniciativas de maior relevância incluem-se: o lançamento e início de operação do satélite CBERS-2B, terceiro da série sino-brasileira, permitindo assim a continuidade na geração e distribuição de dados e imagens para apoio a inúmeros programas de Governo, entre os quais, os de contenção de desmatamento na Amazônia; e a realização da missão Cumã II, com o lançamento de diversos experimentos científicos em um foguete de sondagem VSB-30 a partir do Centro de Lançamentos de Alcântara (CLA). No âmbito internacional, diversas ações iniciadas em 2007 contribuem para a afirmação do País no cenário geopolítico, entre as quais destacam-se a distribuição de imagens CBERS para os países da América Latina e da África; o lançamento de foguete de sondagem com experimentos da Argentina; e o início da operação da empresa binacional Alcântara Cyclone Space, em cooperação com a Ucrânia, que concretiza o objetivo de utilização comercial da região de Alcântara/MA, para provisão de serviços de lançamento. Em 2008, pretende-se iniciar a operação da empresa bi-nacional Alcântara Cyclone Space; concluir o satélite sino-brasileiro de recursos terrestres CBERS 3; e definir a estratégia de industrialização do veículo lançador de satélites VLS-1B.

Na área nuclear, foram aprovados pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) a conclusão de Angra 3 e o início dos estudos de localização de uma quarta usina, dando início à retomada do Programa Nuclear Brasileiro (PNB). Com relação ao ciclo do combustível nuclear, foram ampliados os investimentos para a finalização da primeira fase da planta de enriquecimento de urânio das Indústrias Nucleares do Brasil (INB), instalação da planta-piloto de produção de hexafluoreto de urânio por conversão gasosa, em Aramar (SP). Houve também aceleração no processo para instalação da Segunda Cascata de Ultracentrífugas da Unidade de Enriquecimento de Urânio, em Resende, com conclusão prevista para 2008. Em 2007, foram concluídas as obras de infra-estrutura relativas ao Módulo I, que compreende as Cascatas 1, 2, 3 e 4. Busca-se suprir as futuras expansões da geração nucleoeletrica com um produto de alto valor agregado, além de dotar o País de autonomia tecnológica e industrial no fornecimento de combustível para as usinas nucleares. Para 2008, está prevista a ampliação em 20% da capacidade de produção de concentrado de urânio (*yellow cake*)

Outros resultados da área nuclear foram a instalação da nova unidade produtora de radioisótopos de meia-vida curta no Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear (CDTN), em Belo Horizonte (MG), com operação prevista para o início de 2008 e a inauguração do Laboratório de Radioproteção do Centro Regional de Ciências Nucleares do Centro-Oeste (CRCN/CO), que permitirá a realização de estudos e a execução de projetos de radioproteção, química ambiental e dosimetria nas áreas de meio ambiente e saúde.

d) Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social

O Governo tem investido na popularização e aperfeiçoamento do ensino de ciências nas escolas, bem como na difusão de tecnologias para a inclusão e o desenvolvimento social. A III Semana Nacional de C&T envolveu 9.700 atividades em cerca de 400 cidades, 1.400 universidades, instituições de ensino e pesquisa, escolas e entidades da área de C&T, com a distribuição nacional de vídeos científicos, cartilhas e programas de rádio, além da produção e distribuição de encartes em jornais (350 mil exemplares), *folders*, livros, *banners* e cartilhas. Os eventos tiveram como tema principal questões do Planeta Terra. Em 2008, o tema principal da IV Semana Nacional de C&T será “Evolução e Diversidade”.

A Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP) contou com mais de 14 milhões de alunos inscritos, de 38.450 escolas, em 98% dos Municípios brasileiros. Entre os participantes estavam alunos de grandes e pequenos centros, de zonas rurais, de comunidades indígenas, de comunidades quilombolas, de assentamentos, de pequeníssimos Municípios e

lugarejos. Participaram também alunos deficientes visuais, auditivos e motores. Foram apoiadas ainda as Olimpíadas de Astronomia, Química (Ibero-Americana), Matemática, Física e Robótica. Em 2008, o número de participantes na OBMEP deverá ser ampliado para 20 milhões de alunos.

Cabe também destacar o apoio a diversas atividades de divulgação científica, tais como o lançamento de edital para a produção de conteúdos educacionais multimídia na Internet para Matemática, Biologia, Física, Química, e Português no ensino médio, tendo sido aprovados 18 projetos de várias instituições brasileiras; apoio a nove unidades (veículos) do programa Ciência Móvel para instituições localizadas em Belém, Recife, Ilhéus, Rio de Janeiro, Botucatu, Porto Alegre e Brasília; realização de parceria com a Universidade de Brasília para a implantação do Museu de Ciências de Brasília; promoção da itinerância da Exposição "Experimentos Interativos" da Associação Brasileira de Centros e Museus de Ciência (ABCMC) atingindo periferias de grandes cidades e o interior do País; implantação de 11 salas de videoconferência (sete no Norte, Nordeste e Centro-Oeste) em centros e museus de ciências no País para a promoção de atividades integradas.

Para 2008, está planejada a ampliação do número de eventos de divulgação científica em 10%; o apoio a oito projetos de observatórios planetários fixos e móveis; o apoio a oito projetos de criação ou adequação de centros de museus de ciência interativos; a criação de sete centros de referência em ensino de ciências em escolas públicas; a capacitação de 40 professores em cursos de aperfeiçoamento no Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa); a criação do Portal do Educador, para professores do ensino médio nas áreas de Ciências, Matemática e Português; e a implementação do sistema de ensino a distância AEB Escola.

Por fim, vale mencionar o apoio do Governo a 116 Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs), localizados em vários Estados, especialmente Minas Gerais, Ceará, Pernambuco e Rio de Janeiro, em cooperação com secretarias de C&T, prefeituras, instituições de ensino e pesquisa, entre outras. Os CVTs têm múltiplas vocações profissionais, como apicultura, artesanato, carcinocultura, fruticultura, confecções, móveis e produção de leite e de carne, sendo focados também em cadeias produtivas locais e na difusão de tecnologia e equipamentos de baixo custo para agregar valor à produção das comunidades locais. Em 2008, deverão ser implantados 300 novos CVTs. Outras iniciativas previstas para 2008 são: a criação de 300 incubadoras de empresas de tecnologias sociais; apoio a 200 projetos de tecnologias para o desenvolvimento social; apoio a 30 projetos de tecnologias adaptadas desenvolvidas para comunidades tradicionais; apoio a 20 projetos de pesquisa e desenvolvimento de tecnologia assistiva; apoio a 25 projetos de Arranjos Produtivos Locais (APLs) emergentes; e a promoção de 27 projetos de gestão tecnológica, visando ao aumento da competitividade dos APLs e da geração de emprego e renda.



III - CIDADANIA E INCLUSÃO SOCIAL

2008

1. Agenda Social

A Agenda Social do Governo foi construída a partir da experiência acumulada no monitoramento e avaliação das políticas, programas e ações desenvolvidas pela área social, com o objetivo de aperfeiçoar, integrar e ampliar sua escala de atendimento. Buscou-se consolidar a Política Social como garantidora de direitos, reduzir as desigualdades sociais, fortalecer a gestão integrada para promoção de oportunidades e emancipação das famílias mais pobres. Para tanto, a articulação intragovernamental – entre ministérios, secretarias especiais, estatais e bancos públicos – e a pactuação federada com Estados e Municípios vêm sendo constantemente aprimoradas.

As iniciativas da Agenda Social compreendem um conjunto de ações que priorizam o combate à pobreza na cidade e no campo, o fortalecimento da cidadania, com ênfase na educação, saúde, cultura e segurança pública. Entre essas ações destacam-se o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), as medidas para redução das desigualdades, especialmente a ampliação dos benefícios do Bolsa Família, a geração de oportunidades às famílias mais pobres, o combate à pobreza rural, a ampliação dos serviços socioassistenciais, a reestruturação dos programas para a juventude e o fortalecimento dos direitos da cidadania, compreendendo as Comunidades Quilombolas, Povos Indígenas, Criança e Adolescente, Mulheres e Idosos.

2. Prioridade para os Mais Pobres

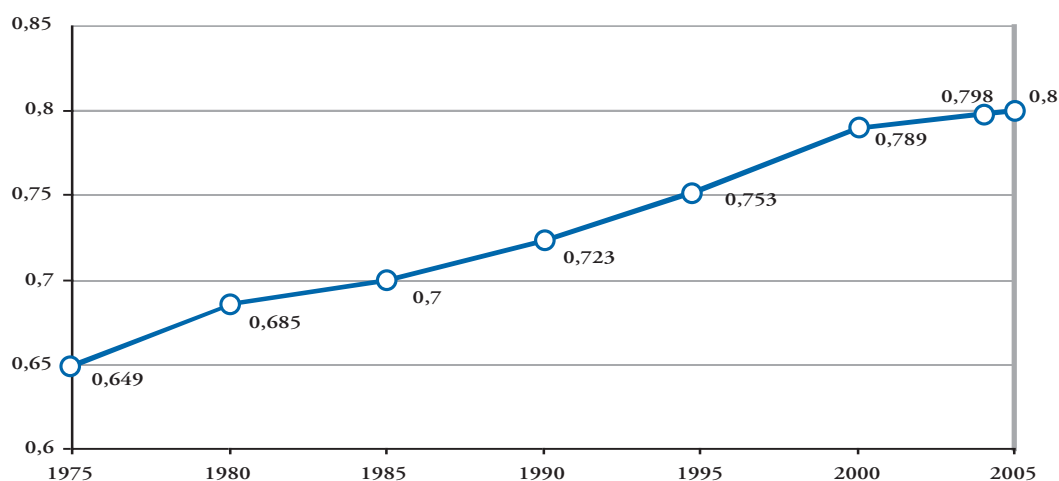
Dentre os principais objetivos estratégicos do Governo para os próximos anos, destacam-se a promoção da inclusão social e a redução das desigualdades. Nesse sentido, o Governo vem centrando esforços em programas que procuram ampliar os níveis de proteção social e as oportunidades para os segmentos historicamente excluídos do acesso a direitos, bens e serviços que garantem condições dignas de vida. As políticas públicas nas áreas da Educação, Saúde, Previdência, Assistência Social, Segurança Alimentar e Nutricional e os programas de transferência de renda cumprem papel destacado na promoção social, na redução da pobreza e na elevação dos patamares de justiça social na sociedade brasileira.

Com efeito, o Brasil está mostrando ao mundo que é possível e necessário compatibilizar estabilidade, crescimento econômico ambientalmente sustentável, distribuição de renda, inclusão e justiça social. Pela primeira vez, desde 1975, quando a ONU passou a calcular a qualidade de vida de diversos países, o Brasil passa a integrar o grupo de países considerados de alto desenvolvimento humano, o que expressa o sucesso de um conjunto de políticas adotadas, em especial, aquelas voltadas aos mais pobres.

Calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) compara 177 países a partir de alguns indicadores-síntese: expectativa de vida, alfabetização entre os adultos, escolarização e renda da população. O índice varia de zero a um, sendo que quanto mais próximo de um, melhor é a qualidade de vida das nações. Os resultados, publicados em 2007 e baseados nos dados de 2005, revelam que o Brasil atingiu o índice de 0,800 e ocupa a 70ª posição no *ranking* dos países avaliados. Mesmo não incorporando ainda os ganhos de 2006, apreendidos pela PNAD, divulgada pelo IBGE, em agosto de 2007, as estatísticas indicam melhorias. O gráfico a seguir apresenta a evolução do IDH desde a sua criação.



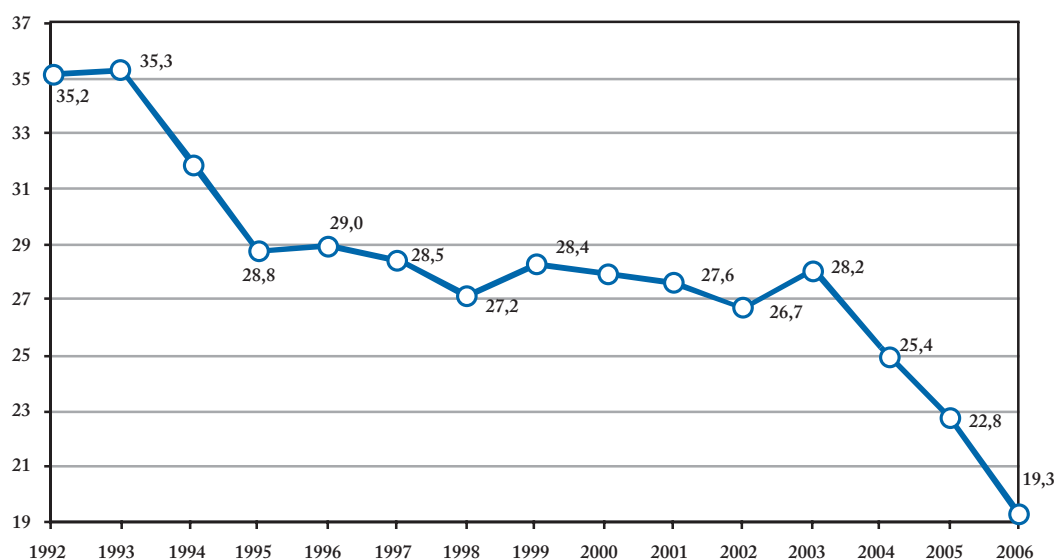
Gráfico 3 – Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil



Fonte: PNUD, RDH 2007/2008

Similarmente, outros estudos sinalizam que o País avançou nos últimos anos na redução da pobreza. Dados do relatório da Fundação Getúlio Vargas (FGV) “Miséria, desigualdade e políticas de renda: O Real do Lula” apontam para a redução consistente da pobreza. Entre 2003-2005 a proporção de pessoas abaixo da linha da miséria caiu 19,18%, e somente no ano de 2006 a estimativa de queda foi de 15%, o melhor ano isolado da série histórica, conforme retratado no gráfico que se segue.

Gráfico 4 – Miséria - % da População



Fonte: Miséria, desigualdade e políticas de renda: O Real do Lula – FGV, setembro de 2007

No que se refere à pobreza extrema, em 2006, o contingente que vivia com menos de US\$ 1 /dia atingiu novamente o nível mais baixo já registrado – 4,69% da população brasileira – e a redução da pobreza também foi acompanhada pela diminuição da

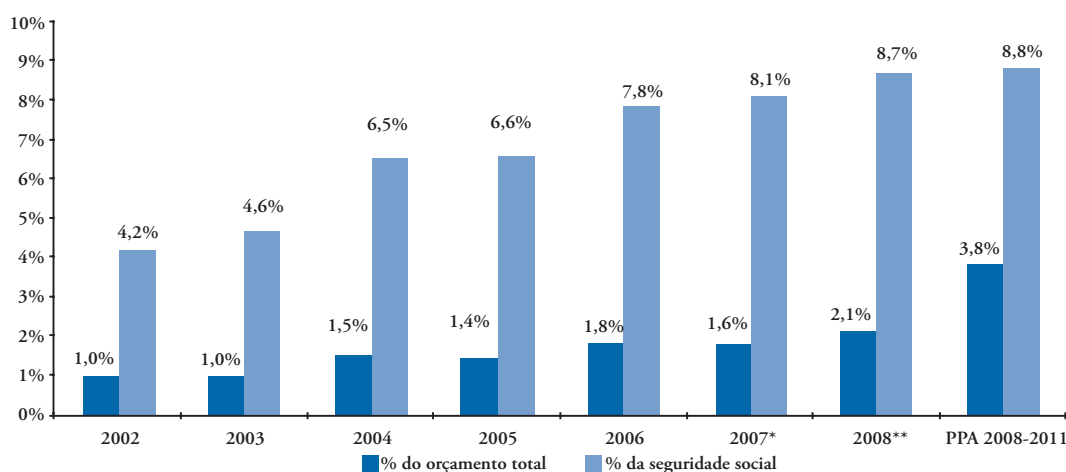
desigualdade. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea¹), com base em informações disponíveis na PNAD, é possível identificar a contribuição positiva das transferências de renda (pensões e aposentadorias públicas, Benefício de Prestação Continuada (BPC), benefícios do Bolsa Família, dentre outros) na melhoria das condições de vida desse segmento com baixo acesso ao mercado de trabalho formalizado.

De acordo com a PNAD 2006, o número de pessoas em condições de extrema pobreza é de aproximadamente 21,7 milhões em todo o Brasil (considerando-se em extrema pobreza os indivíduos que sobrevivem com renda domiciliar *per capita* inferior a 1/4 de salário mínimo). Todavia, caso fossem retirados da renda domiciliar os benefícios da previdência e da assistência, estima-se que o número de extremamente pobres subiria para 38,9 milhões de pessoas. Isto é, cerca de 17,2 milhões de pessoas saem dessa condição por conta dos benefícios previdenciários e assistenciais, o que representa uma redução de 44,1% no número estimado dos extremamente pobres no País, caso tais benefícios não existissem².

Nesse contexto, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa Bolsa Família ajudam a promover a redução da pobreza e da desigualdade, e tais efeitos positivos são produzidos pelo fato dos benefícios chegarem àqueles que devem de fato ser contemplados pelo critério de renda. Segundo o Banco Mundial, 74% da renda do BPC e 80% da renda do Programa Bolsa Família vão para famílias situadas abaixo da linha de pobreza (renda mensal *per capita* de até 1/2 salário mínimo).

A prioridade atribuída pelo Governo para os mais pobres reflete-se, dentre outros, no aumento do percentual de recursos destinados à função Assistência Social. O gráfico a seguir mostra a evolução dos recursos da assistência social em relação ao orçamento total da União. Em 2007, registrou-se um crescimento de 60% em relação ao exercício de 2002. Em relação à participação percentual dos recursos da assistência social no total da seguridade social, verifica-se incremento gradativo entre 2002 (4,2%) e 2007 (8,1%).

Gráfico 5– Evolução Percentual dos Recursos da Assistência Social em Relação ao Orçamento Total e à Seguridade Social da União



Fonte: SIAFI Notas: * Lei+crédito: 30 de novembro de 2007 ** PLOA 2008 ***PLPPA 2008-2011

⁽¹⁾ Ipea. Sobre a Recente Queda da Desigualdade de Renda no Brasil. Nota Técnica, Brasília, Agosto de 2006.

⁽²⁾ Ipea. PNAD 2006 - Primeiras Análises: Demografia, educação, trabalho, previdência, desigualdade de renda e pobreza. Brasília / Rio de Janeiro, setembro de 2007.



Apesar da ainda enorme dívida social, o que deve impulsionar esforços do Estado e da sociedade brasileira para construir uma sociedade mais justa e solidária. É importante reconhecer, algo freqüentemente expresso por diversas nações e por organismos internacionais, que os programas sociais brasileiros têm alterado as condições de vida da população e que os mais pobres têm elevado pouco a pouco sua participação na apropriação dos benefícios do crescimento econômico.

a) Transferência de Renda: o Bolsa Família

O Bolsa Família, principal Programa de transferência de renda do Brasil, além de ampliar os padrões de consumo de alimentos das famílias beneficiárias, está tendo efeitos positivos também na educação. O Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008, já mencionado, aponta que o Programa brasileiro está impulsionando o número de matrículas: cerca de 60% dos jovens pobres de 10 a 15 anos que atualmente estão fora da escola devem matricular-se, em resposta às exigências do Bolsa Família e de seu antecessor, o Bolsa Escola. O documento afirma: “a taxa de abandono (nas escolas) diminuiu cerca de 8%”. Programas de transferências condicionadas de renda têm potencial não apenas para reduzir a vulnerabilidade, afirma o relatório, mas também de permitir às pessoas pobres reivindicar direitos sociais que facilitam o progresso do desenvolvimento humano.

Os valores dos benefícios pagos pelo Programa brasileiro variam de R\$ 18 a R\$ 112, de acordo com as características de cada família. As famílias em situação de extrema pobreza, ou seja, aquelas com renda familiar mensal *per capita* de até R\$ 60, recebem um benefício básico de R\$ 58 por mês, mais R\$ 18 de benefício variável por criança entre zero a 12 anos ou adolescentes até 15 anos incompletos, até o limite de R\$ 54 por família (valor equivalente a três crianças ou adolescentes). As famílias em situação de pobreza, aquelas com renda familiar mensal *per capita* de R\$ 60,01 até R\$ 120, recebem apenas o benefício variável de R\$ 18 por criança ou adolescente, obedecendo ao limite já mencionado.

Em dezembro de 2007, 11,04 milhões de famílias e cerca de 45 milhões de pessoas foram atendidas pelo Programa Bolsa Família. O número equivale a um quarto da população brasileira e a quase todos os brasileiros em situação de pobreza. O custo aproximado do Programa, em 2007, foi de R\$ 9 bilhões, ou aproximadamente 0,39% do PIB. De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008, o Programa é uma transferência modesta (de recursos federais) que produziu resultados surpreendentes. Entre esses resultados, o PNUD destaca que o Bolsa Família:

- 1) foi responsável por quase um quarto da recente queda da desigualdade de renda e por 16% do declínio na pobreza extrema;
- 2) queda de 60% na desnutrição de crianças pobres, entre seis e 11 meses de idade; e
- 3) ênfase na igualdade de gênero, ao privilegiar as mulheres como receptoras dos benefícios.

O Programa introduziu estratégias que permitiram aperfeiçoamentos constantes no processo de seleção de beneficiários, de forma a incluir famílias que efetivamente atendam aos critérios de elegibilidade definidos em sua legislação. O alcance aos mais pobres, segundo o Banco Mundial, é o mais expressivo dentre todos os programas de transferência condicionada de renda em vigor na América Latina e, também, tem a melhor focalização entre outros programas que têm como objetivo atender às famílias mais pobres.

O acompanhamento das condicionalidades das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, freqüência escolar e atendimento em saúde, apresentou melhorias significativas no período 2003-2007. Em relação à freqüência escolar, houve aumento no número

de Municípios e de escolas que a informaram, no número de crianças acompanhadas e, ainda, na possibilidade de acesso às informações mais detalhadas sobre os motivos de não frequência escolar. Por exemplo, em agosto/setembro de 2004, havia informação de frequência de 50,8% das crianças/adolescentes de seis a 15 anos incluídas no Programa; em agosto/setembro de 2007, esse mesmo percentual foi de 78,3%. Com relação à saúde, no primeiro semestre de 2005, 30% dos Municípios informaram dados sobre condicionalidades. Já no primeiro semestre de 2007, este percentual foi de mais de 90%.

A principal estratégia de aperfeiçoamento do Programa é o Índice de Gestão Descentralizada (IGD), criado em 2006, que serve como apoio aos Municípios nas atividades de gerenciamento do Bolsa Família e do Cadastro Único. O índice varia de zero a um e indica a qualidade da gestão do Programa feita pelos Municípios. Para obter um bom índice, os gestores municipais devem manter atualizadas as informações do Cadastro Único, além de informar os dados sobre as condicionalidades de saúde e educação. De acordo com o desempenho, são transferidos mensalmente recursos financeiros para os Fundos Municipais de Assistência Social. Até o mês de novembro de 2007, foi transferido o valor de R\$ 209 milhões, com previsão de pagamento até dezembro de mais R\$ 20 milhões, totalizando cerca de R\$ 230 milhões no ano de 2007. Para 2008, estão previstos cerca de R\$ 311 milhões para os serviços de apoio à gestão descentralizada do Programa Bolsa Família.

É importante destacar o papel estratégico que o Cadastro Único pode desempenhar para o conjunto das políticas do Governo. O Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), normatizado pelo Decreto nº 6.135, de junho de 2007, constitui instrumento de identificação e de caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda. O Cadastro é utilizado para a seleção de beneficiários e para a integração dos programas sociais do Governo. O Cadastro pode ainda subsidiar o planejamento e a implementação de políticas públicas no âmbito municipal e estadual ao permitir a identificação e o diagnóstico de necessidades de famílias e de indivíduos. Em dezembro de 2007, o número de famílias no CadÚnico era 17,64 milhões e o número de pessoas cadastradas e ativas era de 66,17 milhões.

Os princípios de cooperação e de solidariedade entre os Entes Federativos refletem-se no modelo de gestão adotado pelo CadÚnico. O Município necessariamente apresenta função protagônica na gestão do Cadastro, uma vez que cabe àquela Unidade Federativa o contato direto com as famílias cadastradas ou com perfil para cadastramento, priorizando a inclusão da população socialmente mais vulnerável. Os benefícios aportados pelo CadÚnico derivam de uma série de propriedades: i) precisão – por apresentar informações sobre unidades familiares e indivíduos; ii) dinamismo – pela sua permanente atualização, viabiliza a identificação, caracterização e localização de indivíduos e famílias a qualquer tempo; iii) economia – por conferir eficiência ao gasto público, na medida em que permite a identificação precisa do público-alvo para ações públicas e diminuir a necessidade de que cada órgão público realize seu próprio cadastro. Desse modo, o Cadastro tem sido importante instrumento para a gestão de diversos programas do Governo, como o Programa Bolsa Família, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e o Agente Jovem de Desenvolvimento.

Em 2008, o Bolsa Família será ampliado, com a inclusão dos jovens de 16 e 17 anos das famílias já beneficiárias do Programa. As famílias receberão repasse mensal de até R\$ 30,00 para no máximo dois jovens, que terão como contrapartida a frequência escolar.

b) Políticas de Assistência Social

O exercício de 2007 foi marcado por avanços significativos na implementação do Sistema Único de Assistência Social (Suas), no



apoio financeiro e operacional aos Municípios para a implantação dos Centros de Referência da Assistência Social (Cras) e de projetos de estruturação da rede de proteção social básica. Acelera-se assim o processo de consolidação da assistência social como política pública de seguridade social.

Para o aprimoramento do Suas, foi elaborado o seu Plano Decenal – uma construção coletiva orientada pelas metas aprovadas na VI Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em 2005. Esse instrumento expressa um planejamento para a implementação desse Sistema em todo o território nacional, até o ano de 2015, representando, sobretudo, um pacto de metas, resultados e compromissos. O plano estabelece que conteúdos e efeitos sobre a realidade social das famílias das ações do Suas tornem-se objeto de reflexão contínua. Ainda em relação ao aprimoramento do Suas, merece destaque a realização de capacitação de, aproximadamente, seis mil profissionais do Suas e do programa de transferência condicionada de renda; a implantação da Rede Nacional de Capacitação Descentralizada, que visa ministrar o curso de Formação de Gerentes Sociais para 1.600 gerentes sociais estaduais e municipais que atuam na área de assistência social não contributiva e transferência condicionada de renda; a elaboração do protocolo para desenvolvimento do sistema estadual de informação no âmbito do Suas e o levantamento realizado pelo IBGE da rede de entidades de assistência social sem fins lucrativos.

No tocante ao controle e à participação social no Suas, destaca-se a realização da VI Conferência Nacional de Assistência Social, em dezembro de 2007, para debater a implantação do Sistema, aperfeiçoar o Plano Decenal da Assistência Social, afirmar os compromissos e responsabilidades com esse Plano e aprovar a Carta Nacional dos Direitos Socioassistenciais. A realização dessa Conferência envolveu cerca de 2.000 participantes e cumpriu o desafio de discutir as possibilidades de avanços na perspectiva da consolidação do Suas e avaliar quais são os principais desafios da área socioassistencial para os próximos anos.

Para o exercício de 2008, estão previstos, diversas ações para a consolidação do Suas, destacando-se a tipificação dos serviços socioassistenciais; o aprimoramento da regulação do Sistema, incluindo a gestão financeira e recursos humanos; a regulação do certificado de entidade beneficente de assistência social e da conceituação de entidades de assistência social; a regulação da Rede Suas e seus aplicativos; a implantação do sistema de vigilância social; a capacitação de conselheiros dos conselhos nacional, estaduais, do DF e municipais de assistência social; a capacitação de 9.000 profissionais operadores do Suas e do programa de transferência condicionada de renda; e a capacitação de gestores e técnicos municipais e estaduais da assistência social, em 4.135 municípios, abrangendo um total de 8.500 profissionais.

A Proteção Social Básica do Suas (PSB) tem por objetivo prevenir situações de risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Ela se apóia no Programa de Atenção Integral à Família (Paif), desenvolvido nos Centros de Referência de Assistência Social (Cras), e nos serviços para idosos, jovens, crianças de zero a seis anos e pessoas com deficiências.

O Paif tem por objetivos o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e a prevenção e o enfrentamento de situações de vulnerabilidade e risco social, por meio de ações socioeducativas, tendo como foco prioritário o acompanhamento das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada. Em 2007, foram repassados recursos da ordem de R\$ 254,2 milhões a 2.624 Municípios para o co-financiamento do Paif, em cerca de 3,2 mil Cras. Além disso, foi iniciado o monitoramento dos Cras implantados a partir de 2003, para caracterizar recursos e serviços ofertados às famílias fragilizadas em seus territórios de abrangência.



Além do atendimento pelo Paif, as crianças de até seis anos e as pessoas idosas também foram contempladas, em 2007, com outras ações. Foram atendidas aproximadamente 1,6 milhão de crianças em creches, pré-escolas e ações socioeducativas. Para o aperfeiçoamento do atendimento à criança, procura-se orientar os Municípios na transição, prevista na LDB, das ações de creche e pré-escola, do âmbito da assistência social para o da educação, processo que deve ser finalizado até o ano de 2009. Em relação aos serviços ofertados a pessoas idosas, a proteção social básica co-financiou o atendimento a 364,2 mil pessoas em centros e grupos de convivência, em 2.192 Municípios. O Governo aportou cerca de R\$ 240,6 milhões para o co-financiamento dos serviços destinados às crianças e pessoas idosas.

Para o ano de 2008, estão previstos a expansão do co-financiamento do Paif para aproximadamente 600 Cras; fortalecimento do processo de monitoramento desses Centros; implementação do Protocolo para Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Renda nos Cras; e início da padronização do espaço físico desses Centros, a fim compatibilizar os serviços da PSB aos seus espaços e criar uma identidade para essas unidades. Para o atendimento das crianças de até seis anos tem-se o apoio à transferência da rede de educação infantil da assistência social para a de educação e a regulação dos serviços socioeducativos para crianças de até seis anos.

Os Benefícios de Prestação Continuada à Pessoa com Deficiência e à Pessoa Idosa (BPC) atenderam a cerca de 1,38 milhão de pessoas com deficiência e 1,29 milhão de pessoas idosas, no exercício de 2007, com o montante de aproximadamente R\$ 10,5 bilhões. Foram promovidas, também, modificações na metodologia de avaliação da pessoa com deficiência, por meio do Decreto nº 6.214, de setembro de 2007. Outras importantes iniciativas, visando ao desenvolvimento institucional para a consolidação do Suas foram a regulamentação dos benefícios eventuais, por meio do Decreto nº 6.307, de dezembro de 2007, e a regulamentação do artigo 3º da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que trata da relação com as entidades e organizações de assistência social que integram o Suas, com a publicação do Decreto nº 6.308, de dezembro de 2007.

Com relação ao aperfeiçoamento da concessão dos benefícios assistenciais, estão previstas, para 2008, a regulação do atendimento a crianças e adolescentes na faixa etária de zero a 18 anos beneficiárias do BPC nos serviços de proteção social básica, priorizando ações de reabilitação com base na comunidade e reforço ao atendimento domiciliar à pessoa com deficiência; a implementação do Programa Nacional de Monitoramento e Avaliação do BPC junto aos Municípios; e a realização de pesquisa, por amostra domiciliar, para acompanhar os efeitos do BPC na vida dos beneficiários.

No âmbito da Proteção Social Especial (PSE), busca-se promover a redução de risco pessoal e social em decorrência da exposição a situações de extrema vulnerabilidade, tais como abandono, violência física, psíquica, e, ou, sexual, uso de substâncias psicoativas, situação de rua, entre outras, por meio de atividades fundamentadas na orientação, no convívio e no resgate de vínculos familiar e comunitário. Esse nível de proteção social é concretizado mediante a implementação do serviço de Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias, desenvolvido nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas); dos Serviços de Proteção Social Especial à Família; dos Serviços Específicos de Proteção Social Especial; e do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti).

A Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias foi implantada, em 2007, em 1.108 Municípios, com a transferência de R\$ 49,2 milhões, permitindo o atendimento de aproximadamente 65,9 mil crianças e adolescentes em 932 Creas.



Os Serviços de Proteção Social Especial à Família atendem crianças, adolescentes, jovens, pessoas idosas, mulheres vítimas de violência, população em situação de rua, entre outros. A oferta dos serviços é estruturada a partir da articulação com outras políticas públicas e deve possibilitar o restabelecimento do convívio familiar, autonomia, reinserção e convívio social. Em 2007, esses serviços atenderam aproximadamente 102,6 mil indivíduos, com um aporte de recursos do Governo Federal de R\$ 35,9 milhões. Os Serviços Específicos de Proteção Social Especial são direcionados para as ações de habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência, atendimento de reabilitação na comunidade, centro-dia e atendimento domiciliar a idosos e pessoas com deficiência. No ano de 2007, o co-financiamento do Governo Federal, de aproximadamente R\$ 76,9 milhões, possibilitou atender cerca de 185,3 mil idosos e pessoas com deficiência.

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) é um serviço socioassistencial destinado às famílias com crianças e adolescentes em situação de trabalho e integra diversas ações intersetoriais do Governo na defesa dos direitos fundamentais desse segmento populacional. Em 2007, o Governo, por intermédio do MDS, capacitou os Municípios para identificarem e cadastrarem crianças e adolescentes em situação de trabalho precoce no CadÚnico. Esse trabalho resultou na identificação e atendimento de cerca de 863,2 mil crianças e adolescentes nos serviços socioeducativos, mediante a aplicação de, aproximadamente, R\$ 193,5 milhões. Destaca-se ainda a implantação do Sistema de Controle e Acompanhamento das Ações ofertadas pelo Serviço Socioeducativo do Peti (Sispeti); a sensibilização da sociedade sobre a necessidade em erradicar o trabalho infantil por meio da Campanha “Com o trabalho infantil, a infância desaparece”; a assinatura do termo de cooperação técnica com o Ministério Público do Trabalho, que contribuirá para a identificação de crianças e adolescentes em situação de trabalho; e a avaliação e revisão do Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, no âmbito da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil – Conaeti.

Para o exercício de 2008, estão previstas como principais atividades da Proteção Social Especial a implantação do projeto de reintegração familiar de crianças e adolescentes abrigados em razão da situação de pobreza de suas famílias; a implementação dos serviços de proteção social aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas no âmbito dos Creas; o apoio à municipalização das medidas socioeducativas em meio aberto; a implantação de projetos de estruturação dos abrigos para mulheres vítimas de violência; a definição dos parâmetros para funcionamento de equipamentos públicos de proteção social especial; o monitoramento e o apoio ao reordenamento dos serviços desenvolvidos em abrigos para crianças, adolescentes e pessoas idosas, entre outras.

c) Ações de Segurança Alimentar

Com determinação, o Brasil vai virando uma importante página na sua história recente, ao passar das ações emergenciais de combate à fome para a construção de políticas sustentáveis de segurança alimentar e nutricional, dentro da estratégia Fome Zero. Desde 2003, a questão da fome e o desafio da construção de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional passaram a ser enfrentados por meio da reestruturação do Estado e do diálogo com a sociedade.

Nesse sentido, o Governo, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em conjunto com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), estimulou a organização de conferências na área de Segurança Alimentar e Nutricional. Em julho de 2007, o Consea e o MDS promoveram o evento de maior expressão nacional e internacional sobre o tema, a III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em Fortaleza (CE). O encontro

fortalece o modelo descentralizado de atuação do Estado, tendo ocorrido 26 conferências estaduais e 536 conferências municipais, que foram fundamentais para a consolidação da segurança alimentar como uma política pública. Sua realização representa um amplo processo de mobilização e participação social, afirmando a segurança alimentar e nutricional como um direito humano fundamental e uma expressão da soberania alimentar dos povos.

O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) é fundamental nessa estratégia. O PAA promove o desenvolvimento econômico de comunidades e a valorização da agricultura familiar, assegurando a compra da produção desses agricultores e a distribuição dos alimentos adquiridos a entidades sociais e a grupos em situação de vulnerabilidade. Os alimentos adquiridos pelo programa são destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por programas sociais locais prestados nas entidades das redes locais de proteção e promoção social e nos equipamentos públicos de Segurança Alimentar e Nutricional. Beneficia diretamente os cidadãos em situação de risco alimentar, como indígenas, quilombolas, acampados da reforma agrária e atingidos por barragens. Assim o PAA, em parceria com Estados e Municípios, garante renda e trabalho para homens e mulheres do campo e contribui para a melhoria das condições nutricionais das famílias mais pobres.

Até novembro de 2007, foram adquiridas 205 mil toneladas de alimentos da agricultura familiar com um investimento financeiro de R\$ 260,2 milhões. Além disso, o PAA beneficia mais de 21 milhões de pessoas em mais de 1.500 Municípios, incluindo outras ações complementares como a operacionalização de estoques estratégicos de segurança alimentar, na qual, até novembro de 2007, haviam sido distribuídas mais de 830 mil toneladas de alimentos. Em 2008, está prevista a aquisição de até 400 mil toneladas de alimentos oriundos da agricultura familiar.

Articulado aos demais equipamentos públicos, como as Cozinhas Comunitárias e os Bancos de Alimentos, o Programa Restaurantes Populares têm criado excepcional condição para os gestores municipais implantarem políticas locais de segurança alimentar e nutricional, sobretudo, nas áreas urbanas e metropolitanas brasileiras. Executado em parceria com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, esse Programa está presente em 107 cidades, com 123 unidades, que servem diariamente 42 mil refeições de qualidade, com base em cardápios regionais para trabalhadores urbanos cuja renda familiar os exclui do acesso a uma refeição fora do seu domicílio. O Governo Federal investiu no período 2003-2007 R\$ 122,7 milhões nessas parcerias, sendo que os Estados e Municípios, em contrapartida, agregaram cerca de R\$ 18 milhões. No exercício de 2007, foram destinados R\$ 22,9 milhões para a implantação de novas unidades, bem como para a qualificação dos serviços prestados nas unidades em funcionamento. Para 2008, estão previstos recursos na ordem de R\$ 37 milhões para instalação de 52 unidades de restaurantes e cozinhas comunitárias. Os Bancos de Alimentos também desempenham papel relevante nessa rede, pois eles se articulam com os demais equipamentos (restaurantes e cozinhas comunitárias) nos sistemas locais de segurança alimentar e nutricional. Os investimentos do Governo Federal neste programa, com as parcerias e contrapartidas financeiras e operacionais, já totalizaram, desde 2003, R\$ 14,3 milhões que concretizaram uma rede de equipamentos presente em 96 Municípios. Para 2008, prevê-se a instalação de 20 unidades de bancos de alimentos e mercados públicos.

As ações de acesso à alimentação ainda contam com a distribuição de alimentos a grupos populacionais específicos, visando garantir a distribuição gratuita de cestas de alimentos às comunidades remanescentes de quilombos, indígenas, acampados da reforma agrária, comunidades de terreiros, atingidos por barragens ou por calamidades públicas que estejam em situação de insegurança alimentar e nutricional. A distribuição de alimentos a grupos populacionais específicos, em 2007, atendeu a 402,7



mil famílias, com investimento financeiro realizado de R\$ 43,4 milhões. Em 2008, está previsto o atendimento a 306 mil famílias.

Seguindo a política de segurança alimentar e nutricional, o Programa de Cisternas provoca grandes mudanças nas condições de vida da população na região do Semi-árido brasileiro e tem como objetivo o acesso, o gerenciamento e a valorização da água como um direito essencial à vida e à cidadania, ampliando a compreensão e a prática da convivência sustentável e solidária com o ecossistema do Semi-árido. O público-alvo do projeto são as famílias de baixa renda, residentes na área rural de Municípios do Semi-árido, que não disponham de fonte de água ou meio adequado de armazená-la, para o suprimento das suas necessidades básicas. Em 2007, foi alcançada a marca de um milhão de pessoas beneficiadas, com acesso à água para beber e cozinhar.

d) Geração de Oportunidades para Inclusão

As ações implementadas nos últimos quatro anos pelo Governo e os resultados efetivamente alcançados, como a redução da pobreza e da desigualdade, demonstram o acerto da proposta de assegurar o direito humano à alimentação, à assistência social e à renda. No entanto, é consenso a necessidade de impulsionar a criação de oportunidades de inclusão produtiva ao público beneficiário dos programas sociais, de forma sustentável, avançando do campo da proteção para o campo da promoção social.

Além das ações já apresentadas, para a melhoria socioeconômica das famílias, especialmente as referenciadas na área rural, que deverão envolver em 2008 recursos da ordem de R\$ 560 milhões, o Governo também atua em outras frentes. Uma delas é a articulação de empresas públicas e privadas com vistas à identificação e criação de oportunidades, trabalho e renda para as famílias beneficiárias dos programas sociais, em situação de vulnerabilidade e risco sociais, potencializando os projetos de responsabilidade social naquelas empresas. Essa experiência tem contribuído para que os resultados das políticas públicas sejam ampliados e replicados, permitindo alcançar grupos sociais de difícil acesso. Outro conjunto de ações, visando à promoção social, diz respeito ao apoio a projetos desenvolvidos pelas Prefeituras e Governos Estaduais que visam o fortalecimento ou criação de unidades produtivas coletivas e autogestionárias, a constituição de redes e articulação de cadeias produtivas entre esses empreendimentos e ações mais focalizadas na qualificação socioprofissional. Foi alocado em 2007, por meio de editais públicos voltados para os Entes Federados, o montante de R\$ 13 milhões e a previsão para 2008 é de R\$ 33 milhões.

O desenvolvimento de medidas para a emancipação socioeconômica do público beneficiário das políticas e programas sociais é uma das prioridades do Governo para 2008. Esse objetivo intersetorial exigirá um esforço de integração das políticas que contribuem para a inserção socioeconômica das famílias visando, assim, potencializar os seus efeitos e dar maior racionalidade à alocação dos recursos públicos.

3. Juventude

a) Política Nacional de Juventude

O Governo inovou na concepção de política pública e passou a considerar os jovens como sujeitos de direitos e a juventude como Política de Estado. Esse novo olhar tem garantido a milhares de jovens oportunidades de acesso à educação, ao mundo do trabalho e à cidadania. A consolidação da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude, criados em 2005 e vinculados à Secretaria-Geral da Presidência da República, foi fundamental para inserir o tema da juventude como questão estratégica para o País.

A interação entre os três Entes Federados, o Legislativo e a sociedade civil tem sido um desafio importante para a construção de uma Política Nacional de Juventude ainda mais ampla. Nesse processo, o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) cumpre uma relevante função, por ser um espaço de diálogo entre a sociedade civil, o Governo e a juventude brasileira. É um órgão consultivo e tem o objetivo de assessorar a Secretaria Nacional de Juventude na formulação de diretrizes da ação governamental, promover estudos e pesquisas acerca da realidade socioeconômica juvenil e assegurar que a Política Nacional de Juventude do Governo Federal seja conduzida por meio do reconhecimento dos direitos e das capacidades dos jovens e da ampliação da participação cidadã.

O debate público e a mobilização social também foram decisivos para aprimorar esse processo. Nesse sentido, o Governo convocou, em setembro de 2007, a 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude. A iniciativa vai constituir um fórum nacional para debater os desafios das juventudes, discutir diretrizes e metas que possam potencializar as iniciativas públicas direcionadas à população brasileira entre 15 e 29 anos e afirmar os direitos do segmento juvenil. As Conferências municipais e estaduais já estão ocorrendo e a etapa nacional esta prevista para ocorrer entre 27 e 30 de abril de 2008, em Brasília, devendo reunir mais de dois mil jovens de todo o País.

No plano internacional, a expectativa é que seja encaminhada para a apreciação do Congresso Nacional, em 2008, a Ata de Fundação da Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ), com vistas a sua ratificação e posterior incorporação ao ordenamento jurídico nacional, finalizando o processo de adesão do Brasil à OIJ. Ainda nesse plano, o Governo continuará o diálogo com vistas à cooperação sobre a integração de programas de juventude com países em que a sociedade demande políticas de inclusão social, elevação de escolaridade, qualificação profissional, geração de renda e ação comunitária. São os casos de Moçambique e Guiné-Bissau, na África, onde o governo brasileiro segue com diálogos para concretizar ações sob o amparo legal e jurídico do protocolo firmado na área dos direitos da juventude.

b) ProJovem

A PNAD estima que 47,3 milhões de brasileiros eram jovens de 15 a 29 anos, em 2006, correspondendo a um quarto da população total do País. Dentre estes, existe uma parcela considerável de jovens que eram atendidos de forma insuficiente pelas políticas e programas tradicionais. Diante desse desafio, o Governo iniciou um processo profundo de revisão dos programas destinados a essa parcela da população. Em 2005, foi lançado o ProJovem, programa que oferece a oportunidade de conclusão do ensino fundamental e qualificação profissional no nível de formação inicial para jovens de 18 a 24 anos. Para participar, o jovem deveria ter terminado a quarta série, não ter concluído a oitava série do ensino fundamental e não ter emprego com carteira assinada.

O ProJovem vem sendo executado em parceria com prefeituras municipais de todas as capitais brasileiras e 29 cidades de regiões metropolitanas, assegurando uma ação ainda mais ampla para beneficiar os jovens que vivem em situação de exclusão. Já se matricularam no ProJovem, desde a sua implantação, 215 mil alunos. Os resultados obtidos indicaram novas possibilidades de avanço e articulação de programas de juventude nas diversas áreas de Governo e culminou com o lançamento, em setembro de 2007, do Programa Unificado de Juventude – o ProJovem – que terá início em 2008. Foram unificados seis programas já existentes voltados para a juventude – Agente Jovem, ProJovem, Saberes da Terra, Consórcio de Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica. Esse novo programa vai permitir que esses jovens sejam reintegrados ao processo educacional, recebam qualificação profissional e tenham acesso a ações de cidadania, esporte, cultura e lazer. O ProJovem poderá atender, até 2010, quatro milhões de jovens entre 15 e 29 anos.



Uma importante inovação desse Programa é a ampliação da faixa etária dos beneficiários das principais ações voltadas para a Juventude, a qual anteriormente era apenas de 15 a 24 anos. Esta ampliação introduz no Brasil um padrão internacional de conceituação de Juventude, no qual são definidos três grandes grupos: os adolescentes-jovens (15 a 17 anos), os jovens-jovens (18 a 24 anos) e os jovens-adultos (25 a 29 anos). Opta-se, dessa forma, por atender um extrato maior da sociedade, buscando propiciar oportunidades para um contingente cada vez maior de cidadãos. Ao ampliar e integrar os programas, o Governo constrói uma trajetória de continuidade que permite ao jovem excluído do processo educacional convencional ter acesso a ações de alfabetização por meio do Brasil Alfabetizado, participar do ProJovem para a conclusão do ensino fundamental e aperfeiçoamento de habilidades básicas, até chegar às escolas técnicas, ao ensino superior (ProUni) ou em, condições mais competitivas, ao mercado de trabalho.

4. Educação

As políticas e ações no campo da educação vêm sendo implementadas ao longo dos últimos anos, tendo como pressuposto que o acesso à educação de qualidade é um direito de todos os cidadãos. Pela educação passam a cidadania, a geração de empregos, a inclusão social, o desenvolvimento sustentado, a produção de conhecimento e a soberania da Nação. Cumpre, portanto, à educação um papel estratégico na transformação social do País e na implementação de um modelo econômico justo e solidário.

a) Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)

O referencial de execução das políticas educacionais a serem implementadas, a partir de 2008, é o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), instituído pelo Governo, em 2007, mediante a articulação de um conjunto de programas, projetos e ações que envolvem os três níveis de ensino e suas diversas modalidades. O objetivo do PDE é responder ao desafio de reduzir desigualdades sociais e regionais na educação por meio de uma estratégia de ação que contemple as dimensões educacional e territorial, tendo como conceito básico para implementação a idéia de arranjo educativo. Constituem as bases de sustentação do PDE os seguintes pilares: visão sistêmica da educação; territorialidade; desenvolvimento; regime de colaboração; responsabilização e mobilização social.

Apesar de lançado em meados do ano de 2007, alguns resultados importantes já foram alcançados ainda no decorrer do referido exercício. Na educação básica, o ensino fundamental foi ampliado para nove anos, com o ingresso do aluno na escola aos seis anos de idade, o que aproxima esse nível da educação infantil. A lei que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), sancionada em 2007, garante investimentos da educação infantil ao ensino médio, ampliando os recursos complementares repassados pela União aos Entes Federativos. A formação de professores recebeu um grande impulso, por meio da educação a distância, ação que recebe reforço também da Universidade Aberta do Brasil. Outra política pública adotada no âmbito do ensino superior é o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e de Expansão das Universidades Federais (Reuni).

As redes federais de educação profissional e tecnológica e de ensino superior estão em processo de expansão e vêm recebendo forte investimento com programas direcionados aos jovens e aos trabalhadores de baixa renda: Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja); Projovem Trabalhador; Programa Universidade para Todos (ProUni). O Programa Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos

permite que a alfabetização de jovens e adultos seja incorporada como efetiva política de Governo – em detrimento às antigas campanhas de alfabetização, de tempo, espaço e resultados limitados –, porque integra a continuação dos estudos à alfabetização inicial, por meio de convênios com Estados e Municípios.

Ao mesmo tempo, projetos de ações afirmativas, de proteção à criança e de promoção da diversidade foram adotadas em escolas de todo o País, entre eles o Escola Aberta e o Escola que Protege. Outros foram desenvolvidos em parceria com as universidades públicas, como o Licenciatura Intercultural Indígena e o Conexões de Saberes. Os programas e projetos do Ministério da Educação podem ser agrupados em nove eixos temáticos, conforme caracterização apresentada a seguir.

b) Educação Básica

A qualificação do ensino passa necessariamente pela qualificação do professor. O Governo tem priorizado a execução de um sistema de formação de profissionais da educação das escolas públicas. Em 2007, deu-se continuidade à execução de programas que já se mostraram eficazes. Dentre esses programas, que têm como objetivo melhorar a qualidade da educação básica merece destaque o Programa de Formação a Distância para Trabalhadores da Educação Básica (Profucionário). Esse Programa tem por finalidade a formação e profissionalização dos trabalhadores da educação que atuam fora da sala de aula. O objetivo é titular em curso técnico de nível médio secretários, merendeiros, porteiros, monitores e demais auxiliares da educação.

O Programa de formação inicial para professores em exercício na educação infantil (Proinfantil) é voltado aos professores em exercício na educação infantil, que atuam em creches e pré-escolas da rede pública e da rede privada sem fins lucrativos (filantrópicas, comunitárias ou confessionais, conveniadas ou não) e que não possuem a formação mínima exigida pela legislação vigente. O total de formandos, em dezembro de 2007, foi de 1.867 professores. A partir de 2008, o Proinfantil ampliará o atendimento abrangendo no mínimo 17 Unidades da Federação com uma meta de formação estimada de 20 mil professores no referido exercício.

A Rede Nacional de Formação Continuada de Professores, constituída de Centros de Pesquisa e Desenvolvimento para oferta de programas de formação permanente para professores, tem o grande mérito de conseguir institucionalizar a oferta de produtos e cursos de formação de professores, por meio da criação e fortalecimento de centros de pesquisa e desenvolvimento ligados às universidades. Até o momento a Rede conta com a atuação de 19 universidades e já possibilitou, ao longo da sua existência, a formação de 48 mil profissionais da educação, em cinco áreas de atuação. Para 2008, está prevista a ampliação das áreas de atuação e dos centros parceiros.

O Programa de Formação de Professores das Séries Iniciais do Ensino Fundamental (Pró-Letramento) já certificou, até o exercício de 2007, 48.990 professores da educação básica nas áreas de alfabetização, linguagem e matemática. Outros 103.700 cursistas encontram-se em fase de formação.

O sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), durante o ano de 2007, estabeleceu como meta a implantação de 300 pólos de apoio presencial, em todo o País, com oferta de 45 mil vagas por meio de convênios com Instituições Federais de Ensino Superior. Até dezembro de 2007, 73% da meta foi atingida e será totalmente efetivada até fevereiro de 2008. No primeiro semestre de 2008 será finalizado o processo de avaliação e articulação de pólos e cursos do II Edital de implementação da UAB. A meta é selecionar



mais 250 pólos de apoio presencial e aumentar para cerca de 90 o número de instituições públicas de ensino superior conveniadas com essa instituição. Os novos pólos da UAB referentes ao II Edital deverão ser implementados no segundo semestre de 2008, com uma oferta de mais 50 mil vagas.

Com uma distribuição eficiente de pólos, já em 2008, terá início o Programa Casa do Professor. O objetivo é vincular a um determinado pólo todos os professores da rede pública atuando numa área máxima de 100 Km do referido pólo. Esse pólo, denominado Casa do Professor, oferecerá cursos de formação inicial e continuada para os professores e também atividades culturais e formação para a diversidade. Além disso, o professor pode usar os laboratórios dos pólos para experiência com seus alunos. Outra iniciativa importante da UAB, em 2007, foi o apoio à infra-estrutura dos pólos presenciais, com a oferta de 50 computadores para cada pólo e da conexão à Internet, pelo sistema Gesac, além de colaborar fortemente com a aquisição de livros didáticos para as bibliotecas.

O Programa de Formação Continuada em Mídias na Educação é um programa a distância, com estrutura modular, cujo objetivo é proporcionar formação continuada para o uso pedagógico das diferentes tecnologias da informação e da comunicação – TV e vídeo, informática, rádio e impressos – de forma integrada ao processo de ensino e aprendizagem, aos profissionais de educação. O Programa atendeu 10 mil professores cursistas em 2007 e em 2008, pretende-se que esse número seja ampliado.

Em 2007, por meio do Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo), implementou-se a distribuição de 7,5 mil laboratórios de informática para as escolas públicas de ensino médio do País, adquiridos em 2006, e iniciou-se a atualização de mil laboratórios instalados em escolas públicas de ensino médio, com mais de cinco anos de uso. Em 2007, foram adquiridos nove mil novos laboratórios de informática para atendimento de escolas urbanas do 6º ao 9º ano (5ª a 8ª série) e três mil para rurais.

Por meio do Portal do Professor será possível disseminar a cultura de uso da tecnologia nas escolas brasileiras. Esse Portal conta com materiais interativos, multimídia, sugestões de aulas, *links*, jornal do professor e outros mais. Estarão cadastrados para acesso público todos os bons materiais pedagógicos produzidos pelo Brasil e pelos demais países, com as devidas traduções.

A Rede Interativa Virtual de Educação (Rived) tem fomentado, junto às instituições de ensino superior, a produção nacional de conteúdos educacionais digitais (em formato de animações e simulações), oferecendo às escolas, em todos os níveis, a possibilidade de promover inclusão digital, bem como estímulo e modernização do processo de aprendizagem dos estudantes, por meio do uso de atividades digitais interativas.

O Programa Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Especial abrange 18 Instituições de Educação Superior (IES), que disponibilizam atendimento educacional especializado na modalidade educação a distância, com 21 cursos, contemplando a formação de 10 mil professores de 379 Municípios. Em 2008, pretende-se dar continuidade ao programa, com ampliação do número de professores atendidos, nas diferentes áreas da educação especial.

O Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE-Escola) tem por objetivo fortalecer a autonomia da gestão escolar a partir de um diagnóstico dos desafios de cada escola e da definição de um plano de gestão para a melhoria dos seus resultados, com foco na aprendizagem dos alunos. Foram realizados, ao longo do ano de 2007, encontros de qualificação na metodologia de planejamento estratégico com dirigentes estaduais e municipais de educação e das escolas definidas pelo MEC para atendimento prioritário e

foram qualificados 4.700 gestores escolares, professores e técnicos. O Plano terá continuidade em 2008, com a ampliação do número de Municípios prioritários. Serão priorizados aqueles Municípios que apresentarem pior desempenho, o qual será auferido por meio do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), o instrumento instituído pelo Governo para medir o desempenho da educação básica no Brasil.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) é um dos mais antigos programas sociais do Governo e é considerado um dos maiores do mundo na área de alimentação escolar, atendendo a aproximadamente 35,5 milhões de estudantes, que freqüentam instituições públicas e filantrópicas de educação em todo o Brasil, o que equivale a 19% da população brasileira. O Pnae tornou-se, ao longo dos anos, forte estratégia pedagógica, integrando-se ao Programa Fome Zero. O Governo centrou esforços na recuperação do valor *per capita* do programa e no reforço do atendimento àqueles grupos beneficiários de maior risco nutricional.

O Pnae realizou várias atividades, em 2007, com vistas a fomentar a qualidade alimentar e nutricional, dentre as quais destacam-se: pesquisa nacional de avaliação do perfil nutricional e consumo alimentar dos escolares, capacitação dos agentes envolvidos no Pnae, formação de cinco centros colaboradores de alimentação e nutrição do escolar, apoio à realização do III Congresso Internacional de Alimentação Escolar para a América Latina, como estratégia de intercâmbio de experiências, e apoio a países africanos e da América Latina. No referido exercício foram investidos recursos da ordem de R\$ 1,5 bilhão no Pnae.

O Governo pretende, em 2008, promover mudanças importantes nesse Programa, de forma a ampliar a cobertura, inclusive para alunos do ensino médio. Pretende-se, também, reforçar a estratégia de aquisição preferencial de alimentos dos pequenos agricultores familiares e estabelecer prioridade para o atendimento dos alunos que afirmam ir à escola por causa da alimentação.

No que se refere ao livro didático para a educação básica, o Governo executa importantes programas, dentre os quais destaca-se: o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que adquiriu, em 2007, 110,2 milhões de livros para reposição e complementação de matrículas para 2ª a 4ª série (3º ao 5º ano) e aquisição completa para alunos de 1ª, 5ª a 8ª série (1º, 2º e 6º ao 9º ano). Assim, no ano letivo de 2008, 31,1 milhões de alunos de 139,8 mil escolas públicas serão beneficiados. As escolas de ensino fundamental e médio que têm alunos com surdez receberão, também, dicionários trilingües: português – inglês – Libras. Os alunos com surdez de 1ª a 4ª série receberão cartilha e livro de Língua Portuguesa em Libras, em CD-ROM. O Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio (PNLEM), adquiriu, em 2007, 18,2 milhões de livros para 7,1 milhões de alunos de 15,2 mil escolas públicas do País. Seguindo a meta progressiva de universalização do livro para o ensino médio, o atendimento do livro didático ampliou-se com a inserção dos componentes curriculares de História e Química e, em 2008, adquirirá os livros de Física e Geografia, completando a grade curricular do ensino médio para distribuição anual; e o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), que ampliou a abrangência de seu público-alvo para além do ensino fundamental, estendendo o seu atendimento para a educação infantil e o ensino médio. Foram beneficiados, em 2007, cinco milhões de alunos da educação infantil com 1,9 milhão de livros, contendo textos em versos, em prosa, de imagens e histórias em quadrinhos. Para a biblioteca do ensino fundamental, foram adquiridos 3,1 milhões de livros em benefício de 16,4 milhões de alunos de 1ª a 4ª série (1º ao 5º ano). Foram adquiridos 3,9 milhões de livros para a biblioteca do ensino médio, que beneficiarão 7,7 milhões de alunos com obras literárias, de referência e de pesquisa nas áreas de ciências humanas e suas tecnologias, ciências da natureza, matemática e suas tecnologias e linguagens, códigos e suas tecnologias. Em 2008, será implementada a distribuição de materiais e livros didáticos para a alfabetização e a escolarização de jovens e adultos. Para garantir a acessibilidade dos alunos cegos ao livro didático digital falado nas disciplinas de Português e Biologia, do ensino médio, foram distribuídos 774 notebooks. Em relação aos alunos surdos em



processo de alfabetização, foi distribuído o livro digital em Libras e iniciou-se a elaboração da mencionada coleção em Libras de 1ª a 4ª série.

No âmbito do PDE, ainda, foi criado o Programa de Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais, com o objetivo de ampliar a oferta de atendimento educacional especializado, para complementar a formação do aluno com necessidades educacionais especiais matriculado no ensino regular. Caracteriza-se por ser uma ação de apoio aos sistemas de ensino para garantir suporte aos alunos no turno inverso ao da escolarização. Em 2007, foram implantadas 500 salas de recursos, contemplando 303 Municípios e 400 escolas.

Por meio do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) são repassados recursos às Entidades Federativas para o custeio do transporte dos alunos da zona rural. A média anual de investimento federal, que foi de R\$ 38,1 milhões de 1995 a 2003, saltou para R\$ 270 milhões de 2004 a 2007. Neste período, foram beneficiados em torno de 3,5 milhões de alunos. Pretende-se, a partir de 2008, que o programa seja estendido para a educação infantil e o ensino médio, beneficiando, assim número significativamente maior de alunos.

Além disso, foram criados, em 2007, dois novos programas para renovar a frota de veículos escolares e especificar veículos adequados para o transporte de alunos para trafegar na zona rural. São eles: o Caminho da Escola e o Proescolar, ambos financiados pelo BNDES.

O primeiro, objetiva renovar e ampliar a frota de veículos de transporte escolar de alunos da educação básica da zona rural dos sistemas estadual e municipal, por meio da aquisição de ônibus e de embarcações. O Proescolar destina-se a financiar a aquisição de veículos de transporte escolar por empresas e pessoas físicas que atuem no setor. No total, estão previstos R\$ 300 milhões para cada uma das linhas de financiamento para o período de 2007 a 2009. Isso possibilitará a compra de mais de quatro mil novos veículos, que integrarão a frota do transporte escolar.

O Governo vem apoiando os Estados, o Distrito Federal e os Municípios no processo de adequação das escolas à lei que amplia a duração do ensino fundamental de oito para nove anos e determina que, até 2010, a matrícula do aluno seja feita a partir dos seis anos de idade. Em 2007, esse apoio se efetivou, sobretudo, por meio da elaboração e distribuição de documentos, que tiveram por objetivo subsidiar os sistemas de ensino com informações pedagógicas, legais e administrativas sobre a implementação da ampliação do ensino fundamental para nove anos.

A política de Educação Básica do Governo tem dado ênfase especial à formação científica dos alunos. Em 2007, foram desenvolvidas diversas ações relacionadas ao apoio, desenvolvimento e estímulo à Educação Científica, a exemplo do Prêmio Ciências no Ensino Médio, que tem por objetivo contribuir para o aperfeiçoamento do aprendizado na área das Ciências da Natureza e Matemática integrado às demais áreas de conhecimento, bem como incorporar a prática e a reflexão científica na vida escolar e social de jovens e adultos. O investimento do Governo no campo da educação científica se efetivou ainda na implementação do Programa Nacional de Apoio às Feiras de Ciências da Educação Básica (Fenaceb), que tem por objetivo a expansão e o incremento do ensino de Ciências nas escolas de ensino fundamental e médio das redes públicas federal, estadual e municipal. Nesse sentido, a 2ª Feira Nacional de Ciências da Educação Básica, promovida pelo Ministério da Educação, ocorrerá em abril de 2008, em Brasília.

O Governo apoiou, ainda, a realização de diversas olimpíadas escolares. Coordenadas por sociedades científicas e instituições

acadêmicas nos diversos campos do conhecimento (Matemática, Física, Química, Biologia, Astronomia e outras), as olimpíadas já integram o calendário de nossas escolas. Em 2007, a Olimpíada Brasileira de Matemática contou com a participação de 14,2 milhões de estudantes.

Em 2008, será lançada a primeira edição da Olimpíada Brasileira de Língua Portuguesa, que será dirigida aos alunos das escolas dos sistemas públicos de ensino e terá por objetivo estimular o desenvolvimento das competências dos alunos em leitura e produção de textos. A equipe pedagógica do projeto realizará atividades de formação com os professores sobre como trabalhar a produção de textos.

c) Educação Superior

O Plano de Expansão das Instituições Federais de Educação Superior (Ifes) constitui uma das metas do Governo no campo da educação superior. No Plano é priorizada a implantação de novos *campi* no interior dos Estados, levando-se em consideração as necessidades e vocações econômicas de cada região do País, capaz de conciliar crescimento econômico com justiça social e equilíbrio ambiental, repartindo o saber e a tecnologia com toda a sociedade.

A partir de 2003, foram criados e consolidados 86 *campi* universitários e 15 novas universidades. O plano de expansão permitirá, quando da sua plena implementação em 2010, o ingresso anual de mais de 35 mil estudantes em cursos de graduação nas universidades federais e 155 mil matrículas ao final da implantação, por meio de recursos alocados diretamente nas respectivas universidades, as quais poderão contar com infra-estrutura e recursos humanos necessários à efetivação de cerca de 560 cursos de graduação em todo o País e em todas as áreas do conhecimento.

Como uma oportunidade para que as universidades repensem seu funcionamento e sua estrutura acadêmica, reformulando currículos, muitas vezes rígidos e com forte viés disciplinar, o Governo instituiu, em 2007, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Mais de 33 instituições já tiveram seus planos aprovados pelo Ministério da Educação. O Programa tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais, para 90%, e a mudança da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor, de dez para dezoito, ao final de cinco anos.

Por meio dos planos já aprovados, até o ano de 2012, todo o País terá um acréscimo de 66,03% no número de vagas oferecidas nos cursos presenciais de graduação, o que representa cerca de 78 mil novas vagas, ou seja, um total de 300 mil alunos matriculados em 2012.

O maior acréscimo no número de vagas ocorrerá no ensino noturno, com a ampliação de 135% no número de vagas, até 2012, oferecendo 39 mil novas vagas. Além da ampliação nas vagas dos cursos de graduação, o Reuni promoverá a abertura de mais de 473 novos cursos nos programas de pós-graduação, o que corresponderá a um aumento de 28,1% dos cursos atuais, oferecendo mais 4.888 bolsas de mestrado e 3.901 bolsas de doutorado, até o final de 2012.

Foi criado um banco de vagas docentes, tendo como referência a unidade chamada professor-equivalente, que simplifica a contratação de professores nas universidades federais. O banco representa passo importante no exercício pleno da autonomia de gestão



administrativa das universidades federais. Essa alteração permitirá definir anualmente, para universidade federal, um número de vagas docentes, com base em unidades de professor-equivalente. O banco será capaz de refletir o potencial de aproveitamento de vagas de cada instituição, levando em conta os professores efetivos e substitutos em exercício, além das perspectivas de expansão.

Tendo por finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior, oferecendo em contrapartida isenção de alguns tributos àquelas que aderirem ao programa, o Governo instituiu, ainda em 2004, o Programa Universidade para Todos (ProUni). O Programa é dirigido aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda *per capita* familiar máxima de três salários mínimos. Em consonância com a política social do Governo, o ProUni reserva um percentual das bolsas ofertadas aos afrodescendentes, indígenas e deficientes. Os professores também possuem critérios diferenciados de participação no Programa, o que vem ao encontro da política de incentivo à formação docente e qualificação da educação básica pública.

O ProUni possui ainda ações conjuntas de incentivo à permanência dos estudantes nas instituições como a bolsa permanência e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), que possibilita ao bolsista parcial contratar o financiamento concomitantemente à utilização da bolsa de estudos do programa.

O ProUni conta, atualmente, com mais de 1.400 instituições participantes em todas as Unidades da Federação, beneficiando mais de 300 mil estudantes. Para 2008, a meta é de 180 mil bolsas ofertadas, com uma renúncia fiscal estimada de R\$ 133,6 milhões.

Criado em 1999, o mencionado Fies é um programa de financiamento destinado a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores de graduação. Esse Fundo prioriza as instituições participantes do ProUni nas distribuições de seus recursos, assim como possibilita a concessão dos financiamentos prioritariamente aos bolsistas parciais desse programa.

Como ação integrante do PDE, foram aprovados aprimoramentos, no âmbito do Fies, como, por exemplo, a introdução de um período de carência para início do pagamento, a dilatação do prazo de ressarcimento do financiamento contratado, o aumento do percentual máximo de financiamento, a possibilidade de utilização da fiança solidária como garantia e a extensão do financiamento aos cursos de mestrado e doutorado. O Fies já atendeu, até o processo seletivo de 2006, cerca de 457 mil estudantes, com investimento estimado em R\$ 4,8 bilhões. A meta para 2008 é de 100 mil contratos.

Criado em 1979, o Programa de Educação Tutorial PET é desenvolvido por grupos de estudantes, com tutoria de um docente doutor, organizados a partir de cursos de graduação das Ifes e concede bolsas de apoio acadêmico aos alunos regularmente matriculados em cursos de graduação. Em 2007, o PET contava com 370 grupos e 3.968 bolsistas, além de 1.984 não-bolsistas, distribuídos por todo o território nacional, em instituições de ensino superior públicas – federais, estaduais e municipais – e privadas. Para o exercício de 2008, está prevista a manutenção dos grupos existentes, além da criação de 30 novos grupos.

Já o Programa de Apoio à Extensão Universitária (Proext), que foi criado em 2003, visa o desenvolvimento de práticas extencionistas nas Ifes, por meio de ações acadêmicas que enfatizem políticas públicas e promovam o desenvolvimento social. Em 2007, o número de programas e projetos foi de 103 nas Ifes e 60 nas estaduais.

No âmbito da pós-graduação, uma das iniciativas de maior destaque é a Escola de Altos Estudos, que foi criada, em 2006, para facilitar a vinda ao País de professores e pesquisadores estrangeiros de atuação reconhecida e valorizar a formação de mestres e doutores no Brasil. Em 2007, foram apoiados 17 projetos e 13 já estão confirmados para o ano de 2008. Projetos que incluem o desenvolvimento de pesquisas em áreas consideradas estratégicas para o País, seja em termos de segurança nacional, seja em termos sociais, receberam atenção especial. Nesse sentido, foram abertos vários editais em 2007 para apoiar a formação de recursos humanos de alta qualificação e apoio à pesquisa em áreas estratégicas identificadas pela política governamental, destacando-se o Edital Pró-equipamentos, que revelou a surpreendente demanda dos grupos de pesquisa para a aquisição de equipamentos de pequeno e médio porte. Foram recebidas 897 propostas de grupos de pesquisa de todo o País. O objetivo é propiciar o uso compartilhado dos equipamentos por estudantes e pesquisadores de áreas afins. Para 2008, está previsto novo edital, com ampliação da oferta de recursos; o Edital da TV Digital, que tem por objetivo financiar projetos interdisciplinares que estimulem a criação de novas linhas de pesquisas ligadas ao desenvolvimento do Sistema Brasileiro de TV Digital (SBTVD); e o Edital do Programa Nacional de Pós-doutorado (PNPD), lançado em dezembro de 2007, que objetiva a formação continuada e a absorção temporária de jovens doutores para atuarem em projetos de pesquisa e desenvolvimento em áreas estratégicas, o reforço à pós-graduação e instituições de pesquisa e o apoio às empresas de base tecnológica (EBTs).

No Brasil, o número de bolsas de mestrado e doutorado mantidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), em 2007, foi de 28 mil, beneficiando alunos matriculados em universidades públicas, confessionais e particulares, totalizando cerca de R\$ 550 milhões aplicados. Foram também apoiados mais de 800 congressos, *workshops* e seminários científicos no País. No referido período, também foram concedidas novas bolsas para o exterior, sendo aproximadamente 773 bolsistas de doutorado-sanduiche, 136 bolsistas de doutorado pleno e 392 estagiários de pós-doutorado. No mesmo ano foram mantidos, em 30 países, outros 2.699 bolsistas de doutorado, doutorado-sanduiche, mestrado e estudantes de graduação. A participação de 374 doutores em eventos no exterior também foi apoiada pela Capes.

A Capes realizou, também em 2007, a avaliação trienal de 2.265 programas de pós-graduação do País. A avaliação é a ferramenta principal de controle de qualidade da pós-graduação brasileira e é considerada, nacional e internacionalmente, como a causa do alto desempenho desse nível de ensino no Brasil. No mesmo exercício, foram aprovados 171 novos programas de pós-graduação, sendo 82 de mestrado acadêmico, 29 de mestrado profissional, 42 de doutorado, e 18 de mestrado e doutorado. Com relação aos mestrados profissionais, houve um crescimento de 10% em relação ao ano anterior. Para 2008, o grande desafio será apoiar o sistema nacional de formação inicial e continuada de professores que atuam na educação básica, especialmente por intermédio da UAB, no âmbito da Capes.

d) Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos

Em 2007, o Programa Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos redesenhou suas estratégias de atuação, tendo por base os novos parâmetros criados pelo PDE e os resultados das iniciativas de avaliação e monitoramento. Ainda que o público-alvo tenha permanecido inalterado – jovens, adultos e idosos, com 15 anos ou mais de idade, que não tiveram acesso à escola ou que tiveram de interromper os estudos – o Programa agregou novos critérios para sua implementação, com o objetivo de ampliar a efetividade das ações de alfabetização.

Nesse sentido, o Programa atuou com base no foco prioritário territorial, abrangendo a Região Nordeste, o Norte de Minas e o Estado do Pará (onde se localizam 1.103 Municípios com taxas de analfabetismo absoluto superiores a 35%), mas preservando



a cobertura nacional. Atendeu a aproximadamente 1,3 milhão de pessoas, meta que será ampliada, em 2008, para cerca de 2,0 milhões.

Foram distribuídos 2,4 milhões de exemplares de obras literárias destinadas aos jovens, adultos e idosos em processo de alfabetização. No citado ano, foi implantado o Programa Nacional do Livro Didático para Alfabetização de Jovens e Adultos, processo que permitiu a seleção de 18 livros didáticos que, a partir da escolha realizada localmente, serão distribuídos, em 2008, a todos os alfabetizando atendidos pelo Programa. Ainda no âmbito do Brasil Alfabetizado, são implementadas ações específicas para alguns segmentos da população, tais como: agricultores familiares; quilombolas; pescadores; e a população carcerária.

e) Educação Profissional e Tecnológica

A educação profissional e tecnológica vivencia atualmente a maior expansão de sua história. Em 93 anos, de 1909 a 2002, foram construídas, no Brasil, 140 escolas técnicas. O Governo, nos últimos anos, está construindo e equipando 214 novas escolas federais de educação profissional.

Já a partir de janeiro de 2008, serão investidos recursos significativos para a construção um número expressivo de novas escolas técnicas. Essas escolas, que contemplam os 26 Estados e o Distrito Federal, integram a fase II do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, lançado em abril de 2007 como política do PDE. Na fase I, 39 unidades já foram construídas e mais 25 estão em fase de conclusão. O ano de 2007 encerrou-se com 179 instituições federais de educação profissional.

Com a primeira e segunda fases do Plano de Expansão, às 170 mil vagas atuais, deverão ser acrescentadas outras 274 mil, o que ampliará em 161% o acesso de jovens à qualificação profissional. A meta é chegar a 2010 com cerca de 500 mil vagas nessa modalidade.

Iniciativa importante para a expansão da educação profissional e tecnológica é a que permite que, no futuro, sejam criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Serão instituições de educação básica, superior e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica, além de forte inserção na área de pesquisa e extensão. Os institutos serão constituídos a partir da integração dos centros federais de educação tecnológica (Cefets) e das escolas técnicas e agrotécnicas federais. Cada Estado terá pelo menos um instituto federal.

Metade das vagas oferecidas nesses institutos será destinada à oferta de cursos técnicos de nível médio, em especial de currículo integrado. Na educação superior, haverá destaque para cursos de licenciatura em ciências da natureza, como Física, Química, Matemática e Biologia. Também serão incentivadas as licenciaturas de conteúdos específicos da educação profissional e tecnológica, como a formação de professores de Mecânica, Eletricidade e Informática.

Outro projeto de relevância, instituído em 2007, foi a Escola Técnica Aberta do Brasil (E-tec Brasil) — ensino técnico a distância, que beneficiará, em 2008, 50 mil pessoas. Voltado prioritariamente aos jovens que moram nas periferias das grandes cidades, visa dar formação profissional concomitante ao ensino médio.

Além da expansão e do fortalecimento da educação profissional, são desenvolvidas pelo menos mais quatro ações de destaque no campo da educação profissional e tecnológica, a saber: o mencionado Programa de Integração da Educação Profissional à Educação

Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja); Catálogo dos Cursos Superiores de Tecnologia e Catálogo dos Cursos Técnicos; Formação de Professores para a Educação Profissional e Tecnológica e o Escola de Fábrica/Projovem Trabalhador.

O Proeja destina-se a pessoas com mais de 18 anos que não concluíram a educação básica e que possuem pouca ou nenhuma formação profissional. Objetiva uma formação cidadã emancipatória, tendo como meta o atendimento de mais de 800 mil jovens e adultos, até 2011, nas redes federal, estaduais e municipais, nas modalidades de ensino de educação presencial e a distância.

Com a experiência exitosa do catálogo dos Cursos Superiores de Tecnologia, foi lançado, em 2007, o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Estruturado em eixos tecnológicos, o catálogo agrupa os cursos conforme as suas características, de forma a agregar as diversas definições para um mesmo perfil. O documento tem função de unificar a nomenclatura dos cursos, funcionando também como um guia de carreiras para os estudantes.

f) Educação e Diversidade

O PDE reconhece e enfatiza a educação como um meio para a formação de indivíduos capazes de assumir uma postura crítica e criativa frente ao mundo. Para que se procure reduzir as desigualdades sociais e regionais, eliminar preconceitos de origem, raça, gênero, idade e quaisquer outras formas de discriminação, antes de tudo, é fundamental o respeito à diversidade. E a razão de ser do PDE está precisamente na necessidade de se enfrentar estruturalmente a desigualdade de oportunidades educacionais.

No que se refere à educação escolar indígena, no ano de 2007, o Governo, em diálogo com os Governos Estaduais, mobilizou recursos para a construção de escolas, formação de professores e elaboração de material didático específico. O Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Indígenas (Prolind) apoiou projetos de cursos de licenciaturas específicas para a formação de docentes indígenas, integrando ensino, pesquisa e extensão, e promovendo a valorização do estudo de temas indígenas relevantes. Os projetos apoiados também capacitam os professores indígenas como agentes interculturais na promoção e realização dos projetos de suas comunidades. Em 2007, havia 906 professores em processo de formação, prevendo-se a ampliação do atendimento para dois mil professores, em 2008. Em 2010, pretende-se que esse número chegue a quatro mil.

Um dos principais programas de educação do campo é o Programa Saberes da Terra, que tem como objetivo incluir no sistema formal de ensino, jovens e adultos agricultores familiares. No biênio 2006/2007, formou-se cerca de cinco mil educandos, com certificação correspondente ao ensino fundamental e qualificação profissional.

Em relação à construção de escolas no campo, pretende-se, a partir de 2008, ampliar a oferta dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio nos Municípios de menor pontuação no Ideb.

Na busca pela inclusão dos alunos com deficiência ou com altas habilidades no ensino regular, foi criado o Programa Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Especial, constituindo uma rede de 18 Instituições Públicas de Educação Superior para a oferta de formação continuada a distância, aos sistemas de ensino de cursos de extensão nas áreas da deficiência física, mental e sensorial e das altas habilidades/superdotação. Em 2007, foram contemplados por esse Programa 10 mil professores de 379 Municípios. Some-se a isso a realização do Curso de Formação para o Atendimento Educacional Especializado, que aborda os aspectos legais da inclusão, deficiência física, mental, visual e surdez, na modalidade a distância; que contemplou



1.470 professores da educação especial, de 147 Municípios, no referido exercício. Na modalidade presencial, em 2007, foram realizados cursos de formação continuada para professores que atuam nas classes comuns do ensino regular e no atendimento educacional especializado, abrangendo as diferentes áreas de atuação da Educação Especial, como a surdocegueira, deficiência auditiva e visual, altas habilidades/superdotação, tecnologia assistiva e estimulação precoce, contemplando dois mil professores.

Ressalte-se, ainda, os avanços obtidos em 2007 na implementação do ensino e da utilização da Língua Brasileira de Sinais (Libras) no sistema de ensino, com a produção e distribuição do citado primeiro livro de alfabetização produzido em Língua Portuguesa e Libras (digital), do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, para todos os alunos surdos e com deficiência auditiva, do primeiro e segundo ano do ensino fundamental, das escolas públicas. Também deve ser mencionada a realização do primeiro e do segundo Exame Nacional de Proficiência em Libras – Prolibras, para a certificação de professores para o ensino de Libras e para a tradução e interpretação das Libras/Língua Portuguesa/Libras, garantindo a inclusão da disciplina de Libras nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia, bem como da acessibilidade às comunicações as pessoas com surdez nos sistemas de ensino.

Também no ano de 2007, foram executadas ações voltadas, principalmente, para a efetivação do Programa Brasil Quilombola. Qualificaram-se cerca de 10 mil professores da rede de ensino por meio de cursos de formação continuada a distância e presenciais. Foram produzidos e distribuídos bibliografia e material didático (cerca de 21 mil volumes) para as redes com programas de formação de professores, secretarias estaduais e municipais, além de bibliotecas públicas. Estão sendo reativados os Fóruns Estaduais de Educação e Diversidade Étnico-Racial, de forma a garantir a inclusão de história e cultura afro-brasileira nos currículos escolares.

Emanadas do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, do Programa Brasil sem Homofobia e de um conjunto de dispositivos nacionais e internacionais, as ações voltadas para educação em direitos humanos envolvem a capacitação de profissionais da educação básica e da educação profissional e tecnológica nos temas, além da produção de referenciais teóricos e didático-pedagógicos. Em 2007, foram qualificados 20 mil profissionais da educação para ações temáticas, por meio de projetos como Escola que Protege, Educação em Direitos Humanos e Projeto Gênero e Diversidade Sexual e Direitos Sexuais e Reprodutivos. Em 2008, esses projetos serão expandidos.

g) Cooperação Internacional

A agenda internacional em educação foi ampliada no ano de 2007, com o aprofundamento e a diversificação dos programas de cooperação com países desenvolvidos e em desenvolvimento, além dos organismos internacionais. O PDE e os avanços obtidos pelas políticas públicas elevaram o Brasil a uma posição de parceiro cada vez mais importante na cooperação internacional.

No plano bilateral, merece destaque a expansão da cooperação Sul-Sul em apoio a projetos e reformas educacionais nos países em desenvolvimento da África, da América do Sul, do Oriente Médio e da Ásia. Entre os programas que têm motivado a cooperação técnica prestada, destacam-se a alimentação escolar, a formação de docente e a capacitação de professores (Proformação) e gestores, a educação de jovens e adultos, a formação técnico-profissional em diversas áreas e níveis, a formação curricular, a educação especial, a elaboração de materiais didáticos, o apoio aos sistemas de ensino superior, em particular a criação de programas de pós-graduação, inclusive com mecanismos de credenciamento e avaliação, a realização de pesquisas conjuntas e o ensino da Língua Portuguesa.

A cooperação com a China foi aprofundada com o crescimento do número de missões universitárias recíprocas e a multiplicação dos contatos entre diversas instituições de ensino superior, em especial com vistas à expansão do ensino do Português e do Mandarim, dos estudos sobre as realidades do Brasil e da China e das oportunidades de intercâmbio estudantil e docente.

Intensificou-se igualmente a cooperação com os países desenvolvidos. O atendimento à comunidade brasileira no Japão teve importante progresso, não apenas pelo acréscimo no número de jovens atendidos pelos exames do Encceja, mas também pelo crescente apoio às escolas brasileiras naquele país. Para 2008, espera-se a concretização da oferta de cursos de graduação a distância no Japão e a participação das escolas brasileiras no Censo Escolar e em exames nacionais de avaliação.

No âmbito de programas específicos de cooperação internacional, devem ser destacados o Programa Escolas Bilíngües de Fronteira, que possibilita a integração de professores argentinos e brasileiros que ensinam espanhol e português, respectivamente, em escolas brasileiras e argentinas. A ação piloto já atendeu ao todo 4.807 alunos de 1ª e 2ª séries do ensino fundamental e envolveu 229 professores. O Programa Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G) se constitui em uma atividade de cooperação com países em desenvolvimento que mantêm acordos educacionais ou culturais com o Brasil. O objetivo principal é possibilitar aos cidadãos daqueles países realizarem estudos universitários no Brasil, em nível de graduação, nas Instituições de Ensino Superior (IES) participantes do Programa. Atualmente, o PEC-G atende mais de 3,5 mil estudantes de 43 países da América Latina e Caribe, África e Ásia. O Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisaes) consiste em conceder bolsas no valor de um salário mínimo, por 12 meses, para alunos estrangeiros, participantes do PEC-G, regularmente matriculados em cursos de graduação das Ifes. Atualmente, são atendidos estudantes provenientes de mais de 40 países, principalmente da África, matriculados em 42 Ifes; além do programa de cooperação específico com a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), que concedeu, em 2007, 45 bolsas para professores de educação básica e de ensino superior, com o objetivo de colaborar na reconstrução do sistema educacional do Timor Leste, bem como fomentar o ensino da Língua Portuguesa naquele país.

A cooperação internacional, no âmbito da pós-graduação, teve um crescimento significativo. Em 2007, foram firmados novos acordos que incrementaram ainda mais a cooperação Sul-Sul. Destaca-se o acordo trilateral de cooperação acadêmica com o Fórum Ibas (Índia/Brasil/África do Sul), e acordos bilaterais com a Índia, Moçambique e Angola. Destaca-se, também, a criação do Colégio Doutoral Argentino-Brasileiro e o lançamento do Programa Centros Associados para Fortalecimento da Pós-Graduação Brasil-Argentina. Nessa mesma vertente, foi renovado o acordo com o Uruguai e iniciaram-se negociações com o Paraguai e a Venezuela para o recebimento de um grande contingente de estudantes de mestrado e doutorado daqueles países no Brasil.

h) Financiamento da Educação

O mencionado Fundeb, que substituiu o Fundef, tem por objetivo assegurar mecanismo de financiamento que promove a inclusão socioeducacional no âmbito de toda a educação básica, atendendo os alunos da educação infantil, do ensino fundamental e médio, inclusive a educação de jovens e adultos. O Fundeb terá vigência de 14 anos e sua implantação será gradual, iniciada em 1º de janeiro de 2007, alcançando a plenitude em 2009. O contingente de beneficiários passará de 30,2 milhões com o Fundef, para cerca de 47 milhões de alunos (dados do censo escolar de 2006) e os recursos passarão de R\$ 35,9 bilhões para aproximadamente R\$ 63 bilhões no terceiro ano de vigência do Fundo (em valores de 2007), dos quais uma parcela será proveniente da União: R\$ 2 bilhões no primeiro ano (2007), R\$ 3 bilhões no segundo ano, R\$ 4,5 bilhões no terceiro ano e 10% do montante resultante da contribuição dos Estados e Municípios, a partir do quarto ano.



Pelo menos 60% dos recursos do Fundeb serão investidos na remuneração e valorização dos profissionais da educação de escolas públicas, melhorando a capacidade docente e, conseqüentemente, o aprendizado do aluno. Esse Fundo trouxe três inovações: a diferenciação dos coeficientes de remuneração das matrículas não se dá apenas por etapa e modalidade da educação básica, mas também pela extensão do turno – a escola em tempo integral recebe 25% a mais por aluno matriculado; a creche conveniada foi contemplada para efeito de repartição dos recursos do Fundo; e a atenção à educação infantil é complementada pelo Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos da Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância), programa que financia a expansão da rede física de atendimento à educação infantil pública.

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) tem por objetivo assegurar às escolas melhores condições física e pedagógica, de modo a contribuir para a elevação da qualidade do ensino fundamental, tornando sua oferta eqüitativa, e reforçar a autogestão escolar nos planos financeiro, administrativo e didático. O PDDE destina, em caráter supletivo, recursos consignados aos estabelecimentos escolares das redes de ensino dos Entes Federados e às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos, beneficentes de assistência social e de atendimento direto e gratuito ao público. Até novembro de 2007, o PDDE liberou R\$ 324,7 milhões a 108 mil escolas beneficiárias, para atendimento de 27,2 milhões de alunos. Pretende-se, em 2008, estender os benefícios do PDDE à educação infantil e ao ensino médio.

i) Democratização da Gestão Nacional da Educação

A demarcitação da gestão da educação é uma prioridade. Por meio do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica, quatro mil diretores de instituições de ensino públicas foram capacitados, em 2007. Outros dois programas nacionais criados a partir de 2003 – o de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação (Pró-Conselho) e o de Fortalecimento dos Conselhos Escolares –, colaboram para aumentar a eficiência e democratizar a gestão escolar, ampliando a participação da sociedade nas decisões. O Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação (Pradime), por sua vez, fornece formação continuada a secretários e diretores de departamento. Por sua vez, o Programa de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação (Pró-Conselho) e o de Avaliação dos Planos Nacional, Estaduais e Municipais de Educação viabilizaram a capacitação de 1.030 gestores em todo o Brasil, em 2007.

O Censo Escolar 2007, realizado por meio do Sistema Educacenso, ao coletar informações individualizadas de alunos e docentes, possibilita a realização de novos diagnósticos sobre a educação brasileira. Preliminarmente, em 2007, foram contabilizados aproximadamente 51,8 milhões de matrículas e 1,7 milhão de docentes.

Também em 2007, foram realizados estudos com o objetivo de identificar um conjunto de boas práticas às quais poderiam ser atribuídas ao bom desempenho dos alunos. Essas práticas foram traduzidas em 28 diretrizes, que orientam as ações do plano de metas Compromisso Todos pela Educação, programa estratégico do PDE, que permitirá inaugurar um novo regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e a família, visando a melhoria da qualidade da educação. Cabe ressaltar que a participação dos Entes Federativos no Compromisso é voluntária.

j) Indicadores e Avaliações

A criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi fundamental para nortear as mudanças nas políticas educacionais e para possibilitar o monitoramento das redes de ensino. O Ideb é um indicador objetivo e, a partir de suas projeções, é

possível fazer a verificação do cumprimento das metas fixadas no termo de adesão do citado plano de metas Compromisso Todos pela Educação. O índice é comparável nacionalmente e expressa, em valores, os resultados mais importantes da educação: aprendizagem (obtidos pelos resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb e da Prova Brasil) e fluxo (obtidos no Censo Escolar), equilibrando as duas dimensões.

Para o tratamento e disseminação mais qualificados das informações e estatísticas pertinentes ao ensino, foi criado o Índice de Vulnerabilidade Educacional dos Municípios. Esse indicador considera a dimensão territorial, o número de vagas nas escolas, a estrutura disponível nas instituições de ensino e a vulnerabilidade social, com atendimento prioritário das cidades com assentamentos agrários. Outro indicador, o de Caracterização da Escola, tem base nos dados do Censo Escolar e complementa os estudos sobre a qualidade da oferta educacional.

O Prova Brasil é uma avaliação, realizada a cada dois anos, sobre o rendimento e o desempenho dos alunos de 4ª e 8ª séries (5º e 9º anos) do ensino fundamental, na rede pública de ensino, por meio da aplicação de instrumentos (provas e questionários). Objetiva fornecer um diagnóstico do nível de aprendizagem dos alunos de cada unidade escolar e do conjunto das escolas do País. Em 2007, foram aplicadas provas e questionários para cerca de cinco milhões de alunos de 4ª e 8ª séries do ensino fundamental das escolas públicas, urbanas, de 5.500 Municípios.

Foi realizado, também, o levantamento de campo da Prova Brasil e do Saeb, abrangendo aproximadamente cinco milhões de alunos da 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e da 3ª série do ensino médio (180 mil turmas; 50 mil escolas; 5.500 Municípios; e 27 Unidades da Federação). Em 2008, serão divulgados os resultados para as escolas e redes de ensino. Os dados gerados serão utilizados para o cálculo do Ideb.

Há ainda o Provinha Brasil, que é um instrumento de aferição do desempenho escolar a ser implantado nos Municípios e no Distrito Federal. Consiste na avaliação da alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental. Em 2008, será disponibilizado às redes de ensino e aos professores um conjunto de instrumentos composto por: provas, sistemática de correção e material instrucional (manuais de aplicação e manual de interpretação).

Em 2007, foram realizados o primeiro e o segundo Exame Nacional de Proficiência em Libras para a certificação de professores para o exercício da docência na área. No primeiro exame, em janeiro, foram aprovados 1.349 candidatos. Em outubro, houve outros 1.511 aprovados no exame de proficiência. Em 2008, o terceiro Prolibras será realizado com o credenciamento de instituições para implantação dos exames.

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) permite ao estudante avaliar o seu nível de aprendizado e o orienta nas decisões futuras, tanto em relação à continuidade dos estudos, quanto às opções ligadas ao mercado de trabalho. Em 2007, participaram do exame mais de 2,7 milhões de alunos. O desempenho na prova é um dos pré-requisitos para a obtenção das bolsas de estudos do ProUni, sendo utilizado também como modalidade alternativa ou complementar aos exames de acesso a cursos profissionalizantes pós-ensino médio e à educação superior.

O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) é um instrumento de avaliação que mede as competências e habilidades de jovens e adultos, residentes no Brasil e no exterior, em processo de conclusão do ensino fundamental



e médio. A avaliação foi realizada, em dezembro de 2007, para mais de 300 mil inscritos no Brasil. Prevê-se que esse número aumente na avaliação de 2008.

Em 2007, o Brasil manteve sua adesão ao Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), para a avaliação que se realizará em 2009 e focará principalmente o tema da leitura. Neste exercício serão realizados os pré-testes de instrumentos para o exame de 2009 e a divulgação dos resultados do Programa, que se iniciou em 2000 junto às escolas brasileiras.

Já foi iniciado o ciclo 2007-2009 de avaliações *in loco* de instituições e cursos de educação superior, previstas no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), concomitantemente com a avaliação do desempenho dos estudantes, por meio do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), cujos resultados conjuntos permitem traçar um panorama da qualidade da educação superior do País. O Enade 2007 contou com a participação de 258.342 alunos, entre ingressantes e concluintes.

k) Ações Integradas

O Programa Escola Aberta, implementado em parceria com a Unesco, desde 2004, está hoje presente em todos os Estados da Federação, totalizando quase duas mil escolas em 111 Municípios. O Programa visa a proporcionar aos alunos da educação básica das escolas públicas e às suas comunidades espaços alternativos, nos finais de semana, para o desenvolvimento de atividades de cultura, esporte, lazer, geração de renda, formação para a cidadania e ações educativas complementares. Estima-se que sejam beneficiados, por final de semana, cerca de 400 mil pessoas nas diversas oficinas.

Na educação ambiental, o Governo dá apoio à formação de professores e à produção de materiais didático-pedagógicos voltados para a leitura crítica da realidade, a partir da diversidade e do meio ambiente e para a sustentabilidade da vida em suas múltiplas dimensões. Até dezembro de 2007, participaram dos seminários de formação continuada em Educação Ambiental 10.948 professores de 9.379 escolas de todos os Estados. Completando o círculo virtuoso da Educação Ambiental, em 2007 foram descentralizados recursos para as Unidades da Federação, com o objetivo de, entre outros, apoiar a realização de Conferências de Meio Ambiente nas Escolas e Conferências Regionais/Estaduais, que vão culminar com o evento nacional, cuja realização está prevista para o mês de dezembro de 2008.

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, que envolve a capacitação de profissionais da educação básica e da educação profissional e tecnológica, está sendo implementado em 14 Estados. A temática dos direitos humanos também está presente, de forma transversal, em uma série de outros projetos, tais como o Gênero e Orientação Sexual – que permitiu a formação de 4.908 mil professores nas diretrizes do Programa Brasil sem Homofobia – e o projeto Saúde e Prevenção nas Escolas – que formou 270 profissionais e 270 jovens multiplicadores nos últimos anos.

Na área de ações educacionais complementares, com destaque para o projeto Escola que Protege, foram formados, nos últimos anos, 6.400 educadores e profissionais da rede de proteção à infância, beneficiando cerca de 200 mil crianças. O objetivo é que esses profissionais possam identificar situações de exploração de trabalho infantil, de violência física ou psicológica, abandono, maus-tratos e abuso sexual de crianças e adolescentes.

Dando continuidade às parcerias para melhoria da qualidade da educação, o Governo, por intermédio dos Ministérios da Educação e o de Minas e Energia, no Programa Luz para Todos, prevê que todas as escolas públicas do País terão energia

elétrica. Cerca de 700 mil alunos da educação básica (1,5% do total de alunos) não têm luz na escola. O início da instalação está previsto para 2009. A partir do lançamento do PDE, essas escolas passaram a ter prioridade no mencionado Programa para garantir total acesso dos alunos aos programas de educação e formação profissional do Governo. Dentro da escola, a energia vai facilitar a integração de outros programas sociais, como acesso aos serviços de saúde, abastecimento de água, saneamento e inclusão digital.

O programa Mais Educação, lançado no âmbito do PDE, tem desenvolvido importante articulação entre ações do Governo que têm como foco crianças e jovens. A partir das demandas formuladas por Estados e Municípios em seus planos de ações articuladas, o Mais Educação está concluindo um desenho de apoio – técnico e financeiro – para estimular a educação integral em diversas escolas públicas do País.

O Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiências é voltado para pessoas atendidas pelo BPC e visa contribuir para a elevação da qualidade de vida e dignidade das pessoas com deficiência, prioritariamente de zero a 18 anos. O Programa garante a inclusão escolar por meio da articulação intersetorial nas três esferas de Governo, envolvendo as políticas de educação, saúde, assistência social e direitos humanos.

5. Saúde

Em 2007, houve expressivo avanço no processo de consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS). Para a concretização desses avanços, o Governo tem implementado ações para melhorar a eficiência e eficácia das políticas na área da saúde em particular, visando o fortalecimento do SUS e a melhoria das condições de vida da população.

a) Atenção Básica

a.1) Saúde da Família

Para o fortalecimento da atenção básica no País, o Governo tem priorizado a implementação da Estratégia de Saúde da Família. Como resultado, em 2007 a cobertura populacional das Equipes de Saúde da Família foi de 46,7% (até novembro), representando um significativo avanço frente à cobertura observada em 2002, que foi de 30,4%. Em termos quantitativos, estão em atividade nos Municípios brasileiros 27.311 Equipes de Saúde da Família e 210.906 agentes comunitários de saúde.

Para 2008, foram traçados como desafios a ampliação da cobertura do Programa Saúde da Família a sua extensão às populações indígenas e quilombolas. A meta, para 2008, é a ampliação para mais de 29 mil Equipes de Saúde da Família.

a.2) Saúde Bucal

As ações do Programa Brasil Sorridente continuam a ser expandidas com a implantação de Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs). Até o mês de novembro de 2007, já foram implantados 599 desses Centros, e realizados mais de 12,1 milhões de procedimentos especializados. A cobertura do Saúde Bucal passou de 17,5%, em 2002, para 40,8%, em 2007, totalizando 15.669 equipes de saúde bucal (ESBs) nos Municípios brasileiros. Entre 2005 e outubro de 2007, foram implantados, mediante ação conjunta com a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e convênios com as Secretarias Estaduais de Saúde, 583 novos sistemas de fluoretação,



abrangendo 434 Municípios em 11 Estados, o que resultou em benefício para 5,8 milhões de pessoas.

Entre os desafios para 2008, incluem-se a negociação com as Secretarias Estaduais de Saúde para a intensificação e regularização da participação dos Governos Estaduais no financiamento das ações; a definição de financiamento destinado a ampliar as ações de ortodontia, implantodontia, fissurados e alta complexidade no âmbito do SUS; a ampliação da participação do Governo Federal no custeio dos serviços; e a promoção de adequações nos sistemas de informações em saúde de base nacional. A meta para este exercício é alcançar 750 CEOs e 18.750 ESBs.

a.3) Alimentação e Nutrição

No âmbito específico da Saúde, o Governo empreendeu, em 2007, diversas ações de promoção da alimentação saudável, vigilância nutricional e controle das deficiências nutricionais e das doenças associadas à alimentação. Destacam-se a divulgação das diretrizes alimentares para a alimentação saudável (Guia Alimentar para a População Brasileira), junto a 20 mil serviços e profissionais de saúde, as ações de alimentação saudável nas escolas, com a edição de portaria conjunta entre Ministério da Saúde e Ministério da Educação e a realização de oficinas de trabalho com a capacitação de Estados e Municípios para organização das ações de promoção da alimentação saudável em nível local. Para o ano de 2008, estão previstas como metas a intensificação do cuidado ao portador de obesidade e a implantação das ações de educação alimentar e nutricional em 20% dos Municípios brasileiros.

Por sua vez, a vigilância nutricional realizada pelo Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan) permitiu, em 2007, o acompanhamento individual das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família. Até julho de 2007, 4,4 milhões de famílias, 42% do total, foram acompanhadas, sendo que três milhões com avaliação nutricional registrada no Sistema. Em 2008, a meta é cobrir toda a população infantil e ampliar para 40% a cobertura da população acima de 20 anos de idade.

a.4) Hipertensão e Diabetes

Para atender os portadores de hipertensão e diabetes, o SUS desenvolve em todo o País, por meio da atuação das equipes de Saúde da Família, um conjunto de ações de prevenção, diagnóstico e tratamento desses agravos, de seus fatores de risco e de suas complicações. Tais ações incluem a garantia do acesso aos medicamentos necessários. Atualmente, estão cadastrados no sistema de informação HiperDia, 4,6 milhões de hipertensos e 1,6 milhão de diabéticos, distribuídos em 4.686 Municípios, proporcionando aos gestores e aos profissionais de saúde informações necessárias para o contínuo acompanhamento dos pacientes. Em 2008, uma das iniciativas prioritárias será a elaboração das diretrizes nacionais de educação em saúde no contexto da hipertensão e diabetes, visando a construção de uma rede de tutores e multiplicadores em âmbito nacional.

a.5) Saúde Mental

O esforço de construção de uma rede de atenção à saúde mental em substituição ao modelo centrado na internação hospitalar, por um lado, e a fiscalização e redução progressiva e programada dos leitos psiquiátricos existentes, por outro, permitiram, nos últimos quatro anos, a construção de uma rede aberta composta por 1.153 Centros de Atenção Psicossocial e 479 Residências Terapêuticas, respaldada pela implantação do Programa de Volta para Casa, que beneficiou mais de 2.800 pessoas.

A ampliação da acessibilidade, no entanto, permanece como um desafio crucial para o período 2008-2011. A potencialização da rede básica, com foco na abordagem das situações próprias do segmento, é fundamental para o desenho de uma rede efetiva de atenção à saúde mental. Ampliar e qualificar os leitos em hospitais gerais para a atenção à saúde mental é também uma prioridade, para que se possa enfrentar esse desafio da acessibilidade.

a.6) Saúde da Criança

A área técnica de Saúde da Criança e Aleitamento Materno visa a saúde integral desse ciclo da vida. O Pacto pela Vida e o Pacto pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal nortearam as ações prioritárias da área em 2007. Com esse enfoque, foram realizadas diversas ações, em 2007, destacando-se o Seminário Nacional de Políticas Públicas de Aleitamento Materno, ocasião em que foram definidas, junto com os Estados, as ações de promoção do aleitamento materno para 2008; a implantação da Rede Norte-Nordeste de Saúde Perinatal; a implementação dos Comitês Municipais de Investigação do Óbito Infantil; a distribuição para todo o território nacional da Caderneta de Saúde da Criança – Passaporte da Cidadania; a ampliação da Rede Nacional de Bancos de Leite Humano, com o financiamento de cinco novos bancos; a capacitação de profissionais de saúde em atenção humanizada ao recém-nascido de baixo peso – Método Mãe Canguru; e as campanhas de promoção do aleitamento materno – Semana Mundial da Amamentação e Dia Nacional de Doação de Leite Humano. Para 2008, estão previstas várias ações que irão contribuir para que o quarto Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (redução de 2/3 de mortes de crianças menores de cinco anos de idade, até 2015 seja alcançado).

a.7) Saúde da Pessoa com Deficiência

Constitui-se em umas das ações prioritárias do Governo apoiar Estados e Municípios na organização de ações e serviços de atenção à pessoa com deficiência, no âmbito do SUS. Conta-se atualmente com 790 unidades de saúde para atendimento especializado em reabilitação, nas áreas de deficiência física, deficiência auditiva e deficiência mental. Os serviços de reabilitação física e saúde auditiva, em 2007, atingiram respectivamente 65% e 83% do total previsto para todas as Unidades da Federação.

Para 2008, está prevista a implantação integral da rede de serviços de saúde auditiva, totalizando 152 unidades. O SUS também conta com 411 serviços para reabilitação das pessoas com deficiência mental e autismo, e prevê, para o ano de 2008, a organização da rede de serviços em reabilitação visual. A meta para 2008 é beneficiar 750 mil pessoas com deficiência.

a.8) Saúde do Idoso

Em 2007, foram implantadas cinco milhões de cadernetas de saúde da pessoa idosa em todo o território nacional. Para o ano de 2008, planeja-se implantar mais sete milhões de cadernetas, atingindo assim 70% da população idosa usuária exclusiva do SUS. As questões sobre o envelhecimento humano fizeram parte da agenda de capacitações das equipes do Saúde da Família e, em 2008, serão distribuídos a todas essas equipes e unidades básicas de saúde 60 mil exemplares do Caderno de Atenção em Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa, totalizando 100% das Equipes e unidades básicas de saúde.

b) Atenção Especializada de Média e Alta Complexidade

A atenção especializada de média e alta complexidade continua sendo objeto de atuação permanente do Governo. Em 2007, além do prosseguimento da atualização normativa, foram implementadas diversas ações específicas, conforme apresentação que se segue.

b.1) Saúde Auditiva

Na implementação da Política Nacional de Atenção à Saúde Auditiva, em 2007, foram executadas ações para a prevenção de doenças e de promoção da saúde auditiva na atenção básica, o atendimento no âmbito da média complexidade e o aprimoramento do atendimento de alta complexidade. Nesse período, foram habilitados 31 novos serviços, alcançando assim um total de 127 unidades que realizam o atendimento integral, compreendendo avaliação, seleção e adaptação de aparelho de amplificação sonora individual, o fornecimento da prótese, acompanhamentos e terapias fonoaudiológicas. Para 2008, prevê-se a conclusão do processo de credenciamento/habilitação dos serviços, entre outras ações.

b.2) Hospitais de Ensino

No âmbito do Programa de Reestruturação dos Hospitais de Ensino, foram certificados no exercício de 2007 dezessete novos hospitais nesta modalidade, contribuindo assim para a melhoria das condições de ensino, pesquisa e assistência. Dessa forma, já chega a 148 o número de hospitais certificados. Ainda em 2007, por intermédio dos Ministérios da Saúde e da Educação, o Governo reviu e aprimorou os critérios para a certificação dos hospitais de ensino.

b.3) Hospitais de Pequeno Porte

No exercício de 2007 o número de hospitais integrantes da Política Nacional para Hospitais de Pequeno Porte (HPP) alcançou um total de 432 unidades hospitalares, distribuídos em 11 Estados. Dessa forma, para realizar os procedimentos de baixa complexidade, como atendimento pediátrico, obstétrico e odontológico, além de cirurgias clínicas, os Hospitais de Pequeno Porte passam a contar com um orçamento global, deixando de receber recursos financeiros após a prestação de contas de cada serviço realizado. O quadro a seguir apresenta a população atendida por Estado, até outubro de 2007.

Quadro 7 – Atendimento em HPP

UF	Hospitais de Pequeno Porte (HPPs)	População atendida
CE	64	913.983
PR	67	472.029
SE	22	405.285
PI	74	521.602
TO	25	197.101
PE	51	819.886
BA	32	462.445
RN	24	171.449
MG	17	139.802
MS	40	434.304
RO	16	153.957
Total	432	4.691.843

Fonte: CGHOSP/SAS/MS

Neste exercício planeja-se a ampliação do número de HPPs integrados à Política Nacional, a revisão dos critérios visando o aperfeiçoamento da Política Nacional e ampliação dos recursos para manutenção dessa Política, abrangendo custeio e investimentos.



b.4) Terapia Intensiva

Ao longo dos últimos cinco anos o Governo implementou uma série de ações relativas à Política de Terapia Intensiva, no contexto do SUS. Para se ter idéia, em 2003, havia 11.293 leitos de UTI destinados aos usuários do SUS credenciados, representando uma cobertura de 1,96% em relação à necessidade de leitos da população brasileira, quando o preconizado é, no mínimo, 4%. De 2003 a 2007 foram credenciados pelo Ministério da Saúde mais 4.326 leitos novos de UTI, além da reclassificação de mais 1.072 leitos do tipo I para o tipo II. Assim a cobertura de leitos de UTI alcançou o percentual de 8,94% do total de leitos existentes no País e de 2,48% para leitos existentes no SUS.

b.5) Atenção às Urgências e às Emergências

A Política Nacional de Atenção às Urgências e às Emergências concentra esforços na implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu 192). Até novembro de 2007, foram 126 Serviços implantados, presentes em 1.037 Municípios de 26 Unidades da Federação, incluindo o Distrito Federal, cobrindo uma população de 97 milhões de pessoas. Até 2007, foram adquiridos e distribuídos 2.158 ambulâncias, sete ambulanchas e 3.909 equipamentos. O Samu conta, também, com dois helicópteros e mais 14 ambulâncias de suporte básico de vida e cinco ambulâncias de suporte avançado de vida, operados em parceria com a Polícia Rodoviária Federal.

Em 2008, planeja-se a renovação da frota dos Samu habilitados nos últimos cinco anos, para os quais serão adquiridas 1.352 ambulâncias, a implantação de novos serviços, bem assim a aquisição e habilitação de dez helicópteros e sete ambulanchas. É prevista, igualmente, a implantação de 27 Núcleos de Educação em Urgência, um em cada capital de Estado e 136 Núcleos de Educação Permanente, sendo um em cada Samu habilitado.

b.6) Transplantes

Na área de transplantes, o País registrou uma queda significativa no número de captações e transplantes realizados. No primeiro semestre de 2007, foram realizados cerca de sete mil transplantes de órgãos e tecidos. Para reverter esse cenário, foram reativadas as Câmaras Técnicas Nacionais relativas a todos os órgãos e tecidos, incluindo a de coração, única que ainda não havia sido criada. O Registro Nacional de Doadores Voluntários de Medula Óssea (Redome) tem cadastrados 500 mil doadores voluntários de medula óssea, e mais dois centros de transplantes foram autorizados para a realização de transplantes de não aparentados de medula óssea, aumentando de 10 para 12 o número de centros existentes.

b.7) Sangue e Hemoderivados

O Programa de Atenção aos Pacientes com Coagulopatias Hereditárias distribuiu, em 2007, aproximadamente 289 milhões de unidade internacional (UI) de hemoderivados, para atendimento de cerca de 11 mil pacientes. A perspectiva para 2008, no âmbito do Programa de Atenção aos Pacientes Portadores de Coagulopatias Hereditárias, é que sejam executados projetos que contemplem o apoio financeiro para realização de pesquisa com o procedimento de radiosinoviortese, proporcionando a reabilitação de pacientes com seqüelas articulares. Essas ações são respaldadas pela implementação de programas de qualidade externa em hemostasia em 31 laboratórios especializados.



A conclusão da Hemobrás, fábrica de hemoderivados, localizada em Goiana (PE), deverá ocorrer até 2010. Com a nova unidade, o Brasil busca atingir o domínio da tecnologia de fracionamento industrial do plasma e aumentar o grau de auto-suficiência em hemoderivados. O objetivo é atender a 100% da demanda do SUS por Fator IX, a partir do segundo ano de produção; a 30% da demanda por fator VIII, a partir do quinto ano de produção; a 100% da demanda da projetada para imunoglobina, a partir do quinto ano de produção; e 100% da demanda do SUS por albumina em 2015.

c) Assistência Farmacêutica

A dispensação de medicamentos no SUS recebeu um importante reforço com a implantação do Programa Farmácia Popular do Brasil, para ampliar o acesso da população aos medicamentos considerados essenciais. Até 2007, eram 586 unidades em funcionamento, habilitadas em 255 Municípios de todas as Unidades da Federação. Apenas no referido exercício, foram implantadas 91 unidades, nas quais o usuário recebe atendimento personalizado, realizado por farmacêuticos e profissionais qualificados para orientar sobre os cuidados com a saúde e o uso correto dos medicamentos. O referido Programa promove a subvenção do preço de um grupo de 95 medicamentos. A lista de indicações contempla os medicamentos mais eficazes e seguros indicados para o tratamento das doenças mais prevalentes na população brasileira. Desde sua implantação, em 2004, já foram investidos R\$ 64 milhões em infra-estrutura para a implantação das farmácias e para o custeio das mesmas com R\$ 232 milhões, sendo que, em 2007, a implantação recebeu R\$ 13 milhões e a manutenção R\$ 173 milhões.

Além da disponibilização direta ao público, foi inserido no Programa o sistema de co-pagamento, em que as farmácias privadas passaram a vender um elenco de 13 medicamentos, voltados principalmente para a população idosa e as mulheres que buscam evitar a gravidez não planejada. Atualmente, são 4.832 farmácias cadastradas em todo o Brasil, atendendo um total de 12,5 milhões de pessoas.

d) Prevenção e Controle de Doenças e Agravos

Nos últimos anos, têm sido colocados novos desafios no controle de doenças transmissíveis, mais recentemente pelo risco de ocorrência de uma pandemia de influenza. Para enfrentamento desse desafio, o MS elaborou um plano de preparação para uma pandemia de influenza, em operação desde 2005. Esse plano vem sendo regularmente gerenciado por um Grupo Executivo Interministerial (GEI).

Em 2008, estão previstas, entre outras ações, a realização de reunião nacional de avaliação e atualização da vigilância de Influenza e a preparação para a pandemia; a realização de seminário sobre Influenza e plano de manutenção de serviços essenciais e estratégicos para a população; a assessoria na elaboração de planos de preparação para a pandemia nas empresas; a supervisão da vigilância da Influenza, assessoria aos planos estaduais, investigação de surtos e implantação da vigilância em sítios de aves migratórias e regiões de fronteiras; e a realização de simulações e finalização da 4ª versão do Plano Brasileiro de Preparação para a Pandemia.

Tendo em vista a necessidade de ampliar a capacidade dos serviços de saúde pública para detectar e intervir rapidamente em eventos de saúde que podem se disseminar ou se propagar pelo território nacional, desde 2006 encontra-se em operação o Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde (Cievs). Esse Centro funciona ininterruptamente e monitorou, em 2007, aproximadamente 191 emergências de saúde pública de relevância nacional, com um total de 238.351 pessoas afetadas. O Governo, por intermédio do Ministério da Saúde, ampliou essa capacidade para os Estados, com a constituição de uma Rede

Nacional de Alerta e Resposta às emergências de saúde pública, com a aquisição e distribuição de equipamentos e viabilização de apoio técnico para implementação de unidades locais. Em 2007, foram implementadas 10 unidades, que compõem a rede Cievs. Para 2008, está prevista a ampliação da constituição da rede Cievs com a implementação de unidades em mais 17 Estados, abrangendo, dessa forma, todo o País.

Entre as questões de saúde pública com enfoque prioritário por parte do Governo, destacam-se as doenças transmissíveis e doenças e agravos não transmissíveis. No período de janeiro a setembro de 2007, registrou-se 359.045 casos de malária, o que representa uma redução de 15% na incidência da doença, se comparado com o mesmo período de 2006, no qual foram registrados 422.278 casos. É importante destacar que sete dos nove Estados da Amazônia Legal apresentam redução no número de ocorrências. Em todos, houve diminuição no número de internações, correspondendo a 39,1% na região, quando comparado com o mesmo período de 2006. Já em relação à dengue, no período de janeiro a outubro de 2007, foram registrados 510.117 casos de dengue clássica, 1.191 casos de febre hemorrágica da dengue e a ocorrência de 136 óbitos. Ao se comparar com o ano de 2006, observa-se um aumento de 184.883 casos de dengue no País. Esse aumento deu-se, principalmente, em virtude da ocorrência de epidemias nos Estados do Mato Grosso do Sul, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro. Ainda em 2007, foi adotada uma série de medidas para combater essa doença, como a distribuição de 380 mil protocolos “Dengue diagnóstico e manejo clínico – adulto e criança”; a confecção de 300 mil CDs interativos sobre a Atenção ao Paciente com Dengue; a elaboração de Manual de Capacitação para Profissionais de Enfermagem; o Levantamento Rápido de Índice de Infestação por *Aedes aegypti* – LIRAA, em 164 Municípios prioritários, para identificar as áreas de maior risco e direcionar a intensificação das ações de controle; a elaboração do Plano de Regiões Metropolitanas: Belo Horizonte, Belém, Manaus, São Paulo; a realização do IV Curso Internacional de Gestão Integrada de Prevenção e Controle da Dengue; a realização do Dia Nacional de Mobilização, no mês de novembro; e a elaboração de campanha de mídia regionalizada, a partir de uma pesquisa de opinião realizada junto a população brasileira.

Em 2008, o Governo implementará uma série de ações para reverter esse cenário, destacando-se as medidas para reduzir os óbitos por dengue no País, sendo essa a prioridade do programa. As principais ações previstas são o apoio para a implantação de Planos de Contingência de atenção aos pacientes nos Municípios prioritários; o incremento da implantação das ações de controle em regiões metropolitanas; a ampliação das parcerias com o terceiro setor, com vistas a continuidade das ações de mobilização da população; a continuidade das campanhas de mídia regionalizadas; a realização da LIRAA Nacional em 171 Municípios prioritários; a introdução de novos larvicidas nas atividades de controle vetorial; o aprofundamento da integração com a atenção básica, priorizando os aglomerados de Municípios de importância epidemiológica; e a implantação de Unidades Sentinelas para monitoramento viral em áreas estratégicas.

A hanseníase é uma doença endêmica que tem apresentado redução significativa na prevalência de portadores em tratamento, de 16,4 por 10 mil habitantes, em 1985, para 2,19, em 2006. Da mesma forma, observa-se importante redução do percentual de casos diagnosticados que apresentam alguma deformidade física pela doença (de 15%, em 1985, para 5,6%, em 2006). Esse resultado permite trabalhar com a meta de redução de casos novos em menores de 15 anos de idade, apontando-se para um futuro sem crianças com hanseníase no Brasil. Ressalta-se ainda o resgate de cidadania dos pacientes que foram isolados compulsoriamente no passado, que passaram a ter direito de indenização, em 2007.

O Governo continua trabalhando para o controle da tuberculose. Em 2006, foram notificados 76.241 casos novos, o que representa uma redução de 3,4% ao ano, desde 1999. Cabe registrar a expansão do Programa Nacional de Controle da Tuberculose (PNCT) na rede SUS, em 2006, passando de 51% para 68,8% a sua cobertura. Até outubro de 2007, foram 4,8 mil serviços de



saúde, fornecendo medicação para tuberculose nos Municípios prioritários, adotando a estratégia do tratamento supervisionado recomendada pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Por meio do Programa de Prevenção e Controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST / Aids) mais de 180 mil pessoas, até novembro de 2007, tiveram acesso ao tratamento com os medicamentos anti-retrovirais (ARV). O licenciamento compulsório do Efavirenz e as negociações de preços dos demais medicamentos anti-retrovirais possibilitaram, ainda em 2007, uma redução de mais de R\$ 150 milhões nos gastos, garantindo a sustentabilidade da política de acesso universal a esses medicamentos e a incorporação de novas terapias. Ressalta-se também as medidas implementadas para a redução da transmissão vertical do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) e da sífilis, pactuadas com todas as instâncias de Governo e que possibilitarão a redução desses casos entre crianças.

Também no âmbito da prevenção houve avanços em 2007, tais como: o Programa Saúde e Prevenção nas Escolas, que atingiu 400 Municípios e capacitou três mil profissionais das áreas da saúde e educação, bem como as ações de promoção dos direitos humanos no enfrentamento do estigma, preconceito e homofobia, como formas de reduzir a vulnerabilidade da população ao HIV e à Aids, principalmente junto a profissionais do sexo, usuários de drogas, travestis, transexuais e homossexuais. Além disso, a aquisição de um bilhão de preservativos masculinos e o início das operações da fábrica de preservativos em Xapuri, no Estado do Acre, viabilizam a ampliação das ações de prevenção do HIV/Aids e outras DSTs no País.

Entre as prioridades para 2008, além da manutenção e ampliação das ações em andamento, destacam-se a promoção da qualidade de vida e inclusão social das pessoas vivendo com HIV/Aids, com enfoque na implementação de ações de prevenção, tratamento e direitos humanos; a ampliação da capacidade nacional para a produção de medicamentos anti-retrovirais, aquisição de insumos de prevenção e laboratoriais; e o fortalecimento da gestão e qualidade dos processos que estruturam a governança para o enfrentamento das DST e HIV/Aids, com ênfase na transparência, controle social, responsabilidade na gestão e no investimento em saúde.

Por seu lado, o Programa Nacional para o Controle e Prevenção das Hepatites Virais, em convênio com a Universidade de Pernambuco, concluiu o inquérito de prevalência e fatores de risco para as hepatites A, B e C nas capitais das regiões Sul e Sudeste, a partir do qual será mais bem conhecida a real magnitude dessas infecções, subsidiando a decisão quanto a medidas de prevenção, controle e tratamento. No campo da prevenção, o Governo tem investido na melhoria da cobertura vacinal com a vacina contra hepatite B.

O Programa Nacional de Imunizações (PNI) totalizou investimento aproximado de R\$ 700 milhões no ano de 2007, com a aquisição de imunobiológicos (soros e vacinas) colocados à disposição da população brasileira na rede de serviços de saúde e nas campanhas de vacinação. Em relação às campanhas de vacinação contra a poliomielite, em 2007, dados consolidados do PNI indicam que, na primeira etapa foram vacinadas 16,4 milhões de crianças menores de cinco anos de idade, representando uma cobertura de 93,0%, e na segunda etapa, 16,2 milhões, alcançando uma cobertura de 92,5%. O Ministério da Saúde investiu em torno de R\$ 40 milhões na compra de vacinas, na divulgação e no repasse de recursos para Estados e Municípios.

Já a campanha de vacinação do idoso, realizada entre abril e maio de 2007, alcançou uma cobertura de 86,7% dos maiores de 60 anos de idade (13 milhões). Em 97% dos Municípios (5.407), foi superada a meta recomendada pela OMS, que é de 70% do grupo alvo. Nessa campanha, o investimento foi de R\$ 140 milhões para aquisição de vacinas e para apoiar os Estados e Municípios na execução das atividades.

No ano de 2008, além da manutenção da imunização em campanha ou rotina, buscando-se alcançar as coberturas vacinais adequadas em, pelo menos 70% dos Municípios, está prevista uma campanha de vacinação contra rubéola na população até 39 anos de idade, com o objetivo de interromper a disseminação da doença no País e alcançar a sua eliminação até o ano de 2010, especialmente da síndrome da rubéola congênita. Visando alcançar auto-suficiência na produção nacional de vacinas e ampliar a oferta de imunobiológicos à população, o Governo continuará investindo em 2008 no parque produtor nacional e apoiando os processos de incorporação tecnológica.

Em relação às doenças e agravos não transmissíveis, entre as atividades realizadas em 2007, merece destaque a implantação do sistema de vigilância de violências e acidentes em seus dois componentes (o da vigilância nos hospitais de urgências, em 38 Municípios dos 27 Estados e o da notificação das violências interpessoais), com a realização de vários cursos. Para 2008, entre outras iniciativas, pretende-se aprimorar o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e o Sistema de Nascidos Vivos (Sinasc), ampliando a cobertura e tornando esses Sistemas mais ágeis, o que favorecerá a capacidade de resposta.

e) Vigilância Sanitária

No exercício de 2007, foram realizadas cerca 27 mil fiscalizações de produtos e de serviços sujeitos ao controle da vigilância sanitária, bem assim mais de um milhão de fiscalizações sanitárias em portos, aeroportos, postos de fronteiras e terminais alfandegados. Registre-se também, no mesmo ano, a proibição da fabricação e distribuição de 210 medicamentos similares, de alto risco sanitário, devido à insuficiência dos testes de biodisponibilidade relativa realizados em seres humanos, a avaliação dos preços para a entrada no mercado de aproximadamente duas mil novas apresentações e medicamentos novos, além de inspeções internacionais em 883 unidades fabris de medicamentos que exportam para o Brasil, nivelando-as ao padrão de qualidade nacional.

Com relação ao processo de regulamentação em vigilância sanitária, a publicação de duas resoluções que causaram grande impacto no setor de medicamentos. Uma delas permitiu o registro de contraceptivos orais e hormônios endógenos como medicamentos genéricos, contribuindo para a ampliação do acesso da população a esse tipo de produto. A outra aperfeiçoou o controle e fiscalização de substâncias psicotrópicas anorexígenas, visando à redução do uso indevido destas drogas.

Entre os desafios a serem enfrentados a partir de 2008 no âmbito da vigilância sanitária, destacam-se a implementação de ações específicas para a promoção da qualidade dos hospitais com assistência ao parto e ao nascimento, em particular aqueles que estão mal avaliados no Programa Nacional de Avaliação dos Serviços de Saúde (Pnass); a reestruturação da rede de laboratórios do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária; a consolidação e ampliação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados (SNGPC); a ampliação da oferta de medicamentos genéricos e fracionados; e a regulamentação da propaganda de alimentos divulgados ao público infantil, dos teores de sal e gordura em produtos industrializados e da propaganda de bebidas alcoólicas.

f) Saúde Suplementar

O mercado de planos privados de assistência à saúde apresentava, em dezembro de 2006, cerca de 45 milhões de vínculos de beneficiários. No ano de 2007, avanços significativos foram realizados na perspectiva de garantir aos beneficiários do setor assistência integral à saúde e o pleno exercício de cidadania, tais como a implantação do padrão de troca de informações entre operadoras e prestadores; a divulgação dos resultados do Programa de Qualificação das Operadoras, que avaliou 92% de agentes do setor; o estímulo à promoção de saúde e à prevenção de doenças, mediante a realização de seminários e distribuição de manuais técnicos; a



implementação do novo enfoque da fiscalização, introduzindo a intermediação de conflitos entre operadoras e beneficiários e a maior autonomia dos núcleos regionais de atendimento e fiscalização. Acrescem-se, ainda, a construção de parcerias em trabalhos técnico-científicos com centros colaboradores e a definição de regras que ampliam a segurança na transferência de carteiras.

Para o ano de 2008, as principais metas e ações foram elaboradas sob a perspectiva da produção de saúde com qualidade e segurança, contemplando o incentivo à mudança do modelo técnico-assistencial das operadoras; o monitoramento dos processos assistenciais (monitoramento da rede assistencial); a realização de avaliação de tecnologias em saúde (ATS) prévia à incorporação de novos procedimentos; o aumento da interface com beneficiários, órgãos de defesa do consumidor, ONGs, sindicatos, prestadores e, principalmente, com gestores do SUS, visando a redução da assimetria de informação e maior participação social. Nesse sentido, pretende-se promover a qualidade da assistência prestada, garantir a sustentabilidade do mercado de saúde suplementar e avançar no estímulo à concorrência e no atendimento das necessidades do beneficiário, com a efetiva regulação do setor.

g) Apoio a Fundos de Saúde

O Fundo Nacional de Saúde (FNS) prestou apoio a 776 Fundos Estaduais e Municipais de Saúde, que aderiram à ação de cooperação técnica mantida pelo Ministério da Saúde, desde 2006, com vistas ao desenvolvimento institucional da gestão orçamentária, financeira e contábil dos Fundos de Saúde. Para 2008, a meta é conquistar a adesão de 452 novos Fundos de Saúde e fomentar a realização das ações de melhoria já pactuadas. Entre as ações realizadas, em 2007, destaca-se a capacitação de 1.024 gestores e técnicos que atuam na área de gestão orçamentária, financeira e contábil, por meio de ensino a distância, estando previsto, para 2008, o atendimento de 1.200 novos profissionais.

h) Auditoria, Controle, Ouvidoria e Participação Popular

Em continuidade ao processo de descentralização da ouvidoria pública em Saúde, em 2007, foram contemplados 10 Estados, nove capitais e nove Municípios estratégicos para estruturar esta rede de ouvidoria. No que tange aos processos de trabalho pertinentes à esfera federal, no citado exercício, foram realizados por meio do disque-saúde cerca de 12 milhões de atendimentos.

No que se refere a auditorias, em 2007, foram encerradas 635, totalizando 1890 unidades auditadas, e iniciadas cerca de mil novas ações. A auditoria normatizou, desenvolveu recursos humanos e cooperou tecnicamente, concretizando a implementação dos componentes do Sistema Nacional de Auditoria (SNA).

No âmbito da promoção de conferências e eventos na área de saúde para a consolidação da Reforma Sanitária, realizou-se, em 2007, a 13ª Conferência Nacional de Saúde (CNS), com etapas municipais e estaduais, num total de 4.313 conferências municipais e 27 estaduais, contando com uma participação de cerca de um milhão e quinhentas mil pessoas, nas quais foram propostas novas diretrizes para a política de saúde nos próximos anos.

Ainda no exercício passado, para a formação e educação permanente de agentes sociais que atuam no controle social em saúde, foram capacitados 20 mil agentes e conselheiros de saúde e financiados 36 projetos voltados para a educação popular em saúde, com o reconhecimento de movimentos populares e de práticas populares de atenção e cuidados à saúde, inclusive com a capacitação de cerca de 42 mil lideranças.

Quanto ao fortalecimento do controle social e a gestão participativa, no período de 2004/2007, destacam-se a organização de 27 Conselhos Estaduais de Saúde; o financiamento de 75 projetos de formação de atores para o controle social; e o cadastramento, no Sistema de Informação sobre Conselhos de Saúde, de 55.732 conselheiros e 4.069 conselhos municipais.

Para 2008, está prevista a continuidade das ações dirigidas à qualificação da gestão participativa, compreendendo o apoio aos conselhos de saúde, às conferências de saúde e os movimentos sociais que atuam no campo da saúde, com vistas ao seu fortalecimento, para que possam exercer plenamente os seus papéis; o apoio ao processo de formação dos conselheiros; o estímulo à participação dos cidadãos nos serviços de saúde; o apoio aos processos de educação popular em saúde, para ampliar e qualificar a participação social no SUS; o apoio à implantação e implementação de ouvidorias nos Estados e Municípios, com vistas ao fortalecimento da gestão estratégica do SUS; incentivo ao processo de mobilização social e institucional em defesa do SUS e na discussão do Pacto pela Saúde; a promoção dos sistemas de auditoria estaduais e municipais e o às ações de monitoramento e avaliação da gestão do SUS.

6. Políticas Afirmativas

a) Igualdade Racial

A política de ação afirmativa para a promoção da igualdade racial foi consolidada pelo Governo como uma política de Estado, por meio da criação de estruturas como a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR); da definição de políticas e programas como a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, do Programa Brasil Quilombola e da Agenda Social Quilombola e do processo de participação social assegurado com a realização, em 2005, da Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Conapir). Na esfera normativa a Lei nº 10.639, de 2003, que instituiu a obrigatoriedade do ensino de História da África e da Cultura Afro-Brasileira no sistema de ensino fundamental e médio, nos estabelecimentos públicos e particulares e o Decreto nº 4.887, de 2003, que definiu os procedimentos para a regularização fundiária das terras dos remanescentes das comunidades de quilombos, merecem destaque.

A essa perspectiva se somam diversas iniciativas que ainda se encontram em processo de consolidação, como a política de cotas no ensino superior – implementada em diversas instituições de ensino superior, mas que aguarda a aprovação de seu marco legal, o Projeto de Lei nº 3.627 / 2004, de iniciativa do Executivo, ora sob análise do Congresso Nacional.

A partir de 2003, o Governo vem garantindo a crescente incorporação do recorte da igualdade racial nas políticas setoriais. Na Educação, além da adoção do sistema de cotas em instituições públicas de ensino superior, os mencionados Prouni e o Fies vêm garantindo a oferta de financiamento e bolsas para assegurar a permanência dos estudantes afrodescendentes de baixa renda nas universidades particulares. A Política Nacional de Saúde da População Negra, com ações estratégicas voltadas para soropositivos, pacientes acometidos de patologias falciformes, além de iniciativas específicas de atenção à saúde da população negra no SUS, bem como de aprimoramento da coleta e divulgação de dados e informações que levam em consideração o recorte racial, garantem a observação do viés racial na formulação e na implementação das políticas de atenção à saúde.

No campo do trabalho, o Governo iniciou o desenvolvimento de uma política de qualificação social e profissional para o trabalho doméstico por intermédio do Projeto Trabalho Doméstico Cidadão (TDC), que visa a qualificação social e profissional de



trabalhadores domésticos, ao mesmo tempo que promove a elevação do nível de escolaridade desses profissionais no âmbito da Educação de Jovens e Adultos – EJA.

Em outra iniciativa, o Projeto Dandara “Oportunidade em Ação”, realizado pelo Governo por intermédio da SEPPIR em parceria com o Ministério da Justiça, tem por objetivo oferecer oportunidades para a ressocialização/reintegração de jovens e adolescentes, por meio de sua inclusão, participação e acesso a bens e serviços públicos, visando o fortalecimento da família, da comunidade e a promoção da cidadania.

a.1) Programa Brasil Quilombola

Em 2007, o Governo manteve a política de empenhar esforços a fim de garantir o cumprimento do art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, reconhecendo às comunidades quilombolas o direito à propriedade das terras que tradicionalmente ocupam. Longe de representar uma mera política de titulação de terras, empenhou-se em articular o processo de regularização fundiária com políticas públicas que assegurem a essas comunidades o respeito a seus direitos sociais e culturais. Foram obtidos avanços importantes no âmbito do Programa Brasil Quilombola, ampliando os direitos de cidadania desse segmento populacional, considerando as metas estabelecidas na Agenda Social Quilombola. A ampliação dos estudos para regularização fundiária dos territórios quilombolas, a chegada de eletricidade, o incremento de recursos para a saúde e o investimento em educação e infra-estrutura, marcaram a atuação governamental nessa área em 2007. A execução dessa política incorpora a participação direta das lideranças quilombolas em diversos fóruns institucionais.

Atualmente há 590 territórios em processo de regularização. Os territórios já titulados conferem a 2.187 famílias de remanescentes de quilombos o direito de posse e domínio sobre a terra. Outras 8.396 famílias já têm as áreas de suas terras reconhecidas em estudos concluídos e publicados, até 2007, pelo Incra. Por sua vez, o Programa Luz para Todos, que já proporcionou a instalação de energia elétrica em 367 comunidades, beneficiando 9.142 famílias, chegará, até 2008, a 22.650 famílias, em 969 comunidades.

Entre as ações para viabilização do desenvolvimento sustentável, foram aprovados dezessete projetos, dirigidos à promoção do etnodesenvolvimento, abarcando ações de assistência técnica, capacitação, incentivo ao associativismo e à comercialização, que beneficiam 95 comunidades remanescentes de quilombos, em 13 Estados. Para 2008, os principais desafios serão o reconhecimento oficial do público-alvo do Programa Brasil Quilombola; a ampliação dos investimentos em infra-estrutura, englobando saneamento básico, a construção de estradas, pontes, unidades habitacionais e Centros de Referência Quilombola; a erradicação do analfabetismo; e a consolidação do Programa Saúde da Família nessas comunidades.

b) Igualdade de Gênero

O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, lançado em dezembro de 2004 e com vigência até o final de 2007, consolidou a atuação intragovernamental, no âmbito da União, no que diz respeito às políticas de gênero e para as mulheres. Sua implementação e resultados foram avaliados na II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (II CNPM), realizada em 2007, por mais de 2,5 mil delegadas representantes dos poderes executivos das três esferas da Federação e dos mais diferentes segmentos e grupos da sociedade civil organizada.

A partir das discussões ocorridas na II CNPM, foram aprovadas seis novas áreas de atuação estratégicas que deverão se somar às aquelas já existentes no atual Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. As novas áreas são a participação política das mulheres e igualdade em todos os espaços de poder; o desenvolvimento sustentável no meio rural, na cidade e na floresta, com garantia de justiça ambiental, inclusão social, soberania e segurança alimentar; o direito das mulheres à terra e moradia digna, bem como serviços com cidadania, garantindo a qualidade de vida nas áreas urbanas e rurais, considerando as etnias e comunidades tradicionais; a cultura, comunicação e mídia igualitárias, democráticas, não-discriminatórias, não-sexistas, anti-racistas, não-lesbofóbicas e não-homofóbicas; o enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia; e o enfrentamento das desigualdades que atingem as mulheres jovens e idosas em suas especificidades e diversidades.

Uma das prioridades do Governo para o primeiro trimestre de 2008 é, portanto, a elaboração e o lançamento do II Plano Nacional, a partir das deliberações da II CNPM e das conclusões propostas em cada capítulo pelos ministérios e secretarias executores das políticas e ações do I PNPM, nos últimos três anos. Para ampliar o alcance do II Plano, definiu-se como principal estratégia o estímulo à formulação de Planos Estaduais e Municipais de Políticas para as Mulheres, conforme recomendação da totalidade das Conferências Estaduais de Políticas para as Mulheres. A II CNPM e a elaboração do Plano Plurianual 2008-2011 foram oportunidades para que sociedade e Governo pudessem, juntos, analisar avanços, desafios e perspectivas para a política de igualdade de gênero e de promoção da autonomia das mulheres.

Como resultado desse esforço, foi enunciado como o 4º objetivo estratégico de Governo para o Plano Plurianual 2008-2011: “Fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia, e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos”.

b.1) Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres

Uma das principais linhas de atuação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres refere-se à ampliação dos serviços especializados de atendimento à mulher. O País conta atualmente com 403 Delegacias ou Postos Especializados de Atendimento à Mulher, 99 Centros de Referência de Atendimento à Mulher, 65 Casas Abrigo, 15 Defensorias Públicas da Mulher, a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, a Ouvidoria da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), além de Juizados e Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Em relação a 2003, tem-se um aumento de 50% no número de casas abrigo existentes e de aproximadamente 170% dos Centros de Referência, além da mencionada Central, que só passou a estar disponível para a população em 2005, e das Defensorias Especializadas, que começaram a ser criadas a partir de 2004.

Com o objetivo de monitorar a aplicação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11340, de 2006) e de buscar suprir a lacuna quanto à ausência de dados e estatísticas sistemáticas sobre a violência contra as mulheres, foi constituído, em maio de 2007, o Observatório de Monitoramento da Implementação e Aplicação da Lei Maria da Penha. Contando com o apoio do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem), o Observatório é formado por um consórcio de 12 entidades com diferentes responsabilidades e papéis, entre organizações não-governamentais e instituições acadêmicas das cinco regiões do País.

A consolidação do observatório viabilizará a construção de um Sistema Nacional de Informações sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher, o que representará um importante instrumento para a implementação da mencionada Política.

Em 2007, foi realizada a Campanha dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher, que teve como foco o primeiro ano da promulgação da Lei Maria da Penha. Com o *slogan* “Está na Lei! Exija seus Direitos: Lei Maria da Penha”, a Campanha foi lançada com o objetivo de estimular as denúncias de violência doméstica, a partir da divulgação e da apresentação, de forma didática, da referida lei.



Uma das ações consistiu na distribuição de 600 mil folhetos informativos sobre a Lei Maria da Penha, em 150 postos da BR Distribuidora, localizados em 15 capitais brasileiras e regiões metropolitanas. Os panfletos traziam informações sobre a violência doméstica e familiar, ressaltavam a conquista que representou a promulgação da mencionada lei e divulgavam o telefone da Central de Atendimento à Mulher, Ligue 180. A distribuição dos panfletos seguiu até o dia 10 de dezembro de 2007, tendo sido, também, veiculados *spots*, gravados por artistas nacionais, com orientações sobre essa lei.

Outro importante projeto desenvolvido pelo Governo, por intermédio da SPM, em 2007, na linha da prevenção à violência doméstica e familiar contra a mulher, foi o programa Siga Bem Mulher, ação que integra a Caravana Siga Bem Caminhoneiro. Esse programa leva informações sobre gênero e enfrentamento à violência contra a mulher a um universo de dois milhões de caminhoneiros do País, a partir de campanhas itinerantes que acompanham a referida Caravana em todo o território nacional. A citada Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, em operação desde novembro de 2005, tem por objetivo receber denúncias ou relatos de violência, reclamações sobre os serviços da rede e orientar sobre leis e direitos da mulher, encaminhando-as para os serviços adequados em casos de violência. O serviço funciona ininterruptamente, 24 horas por dia, todos os dias da semana, e a ligação é gratuita. Ao longo de 2007, foram efetuados quase 200 mil atendimentos a mulheres de todo o País, sendo que 57,4% referiam-se a encaminhamento a serviços da rede. A prestação de informações e orientações sobre violência doméstica e familiar e direitos da mulher respondeu por cerca de um terço dos atendimentos realizados, enquanto pouco mais de 10% foram relatos de violência não acompanhados de outras solicitações. O 1% restante diz respeito a registros de reclamações sobre serviços da rede ou elogios e sugestões.

Também em 2007, o Governo lançou, na abertura da II CNPM, o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, que reúne ações a serem executadas nos próximos anos, com o objetivo de prevenir e enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres. O Pacto se caracteriza pela atuação para garantir a redução dos índices de violência não somente por meio da repressão, mas também da prevenção, atenção, proteção e garantia dos direitos daquelas em situação de violência e da promoção de uma mudança cultural que dissemine atitudes igualitárias e valores éticos de irrestrito respeito à diversidade e à paz. Para atingir seus objetivos, as ações do Pacto foram estruturadas em quatro grandes áreas: a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres e Implementação da Lei Maria da Penha; a Promoção dos Direitos Sexuais e Reprodutivos e Implementação do Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Aids; o combate à exploração sexual e ao tráfico de mulheres; e a promoção dos Direitos Humanos das Mulheres em Situação de Prisão. Importante destacar que, o Pacto incorporou o princípio da equidade e, dessa forma, será conferida atenção especial às mulheres rurais, negras e indígenas, em função das especificidades de cada grupo, da discriminação a que estão submetidas e em virtude de sua maior vulnerabilidade social. Nesse sentido, é importante destacar a instituição do Fórum Nacional de Elaboração de Políticas de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta. Com o objetivo de formular e debater propostas de políticas públicas relacionadas à problemática e à realidade dessas mulheres, o Fórum responde a uma das demandas emanadas da 3ª edição da Marcha das Margaridas, que ocorreu em agosto de 2007 e reuniu mais de 30 mil mulheres na capital federal.

b.2) Autonomia Econômica e Igualdade no Mundo do Trabalho

A atuação governamental nessa área foi redefinida em 2007, com vistas a uma intervenção mais efetiva a partir do apoio a projetos estruturantes e de maior impacto. Nesse sentido, cabe destacar o desenvolvimento do Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher, que tem como objetivo estimular o empreendedorismo feminino, apoiando as mulheres na criação e desenvolvimento de seus próprios negócios. O Programa foi implantado, em 2007, a partir de diagnósticos realizados

nos Municípios, inicialmente no Estado do Rio de Janeiro. Foram desenvolvidas ações de mobilização, sensibilização, capacitação e assistência técnica junto às mulheres para possibilitar a criação e a sustentação dos negócios.

Nesta primeira etapa, o Programa está sendo desenvolvido em parceria com o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), o Sebrae/RJ, a Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais (BPW/RJ) e a Associação para o Desenvolvimento da Mulher do Rio de Janeiro (BM/RJ). Para 2008, está prevista a implementação do Programa nos Estados da Paraíba e Santa Catarina, além do Distrito Federal.

Também merece destaque a segunda edição do Programa Pró-Equidade de Gênero, que tem como objetivo promover a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres nas empresas e instituições, por meio do desenvolvimento de novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional. Ao final de 2008, as empresas que aderiram ao Programa em 2007 e que conseguiram cumprir todas as etapas do plano de ação serão contempladas com o Selo Pró-Equidade de Gênero. As prioridades desse Programa para 2008 incluem o desenvolvimento de novas ações, como a construção de um Banco de Boas Práticas, que reúne experiências exitosas de promoção da igualdade de gênero no ambiente de trabalho; a realização dos cursos “Gênero, Emprego e Organização” e “Guia de Método de Avaliação de Postos de Trabalho sem Desigualdade de Gênero”, com o objetivo de fortalecer a consciência crítica sobre as condições históricas e culturais geradoras da desigualdade salarial entre homens e mulheres, e definir parâmetros para a criação dos comitês paritários de avaliação de postos e equidade salarial; e a publicação da Coletânea Programa Pró-Equidade de Gênero, que inclui um Guia de Avaliação de Postos de Trabalho.

Por meio do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), foram realizados, até o mês de novembro de 2007, 187 mutirões itinerantes em 267 Municípios, nos quais foram emitidos 139.373 documentos, beneficiando mais de 45 mil trabalhadoras rurais. Também foram adquiridas duas unidades móveis, em ação conjunta com os Governos Estaduais do Pará e do Piauí que intensificarão as ações do Programa. Uma das prioridades desse Programa continua sendo o fortalecimento da organização produtiva das mulheres rurais e a ampliação de sua participação nas cadeias produtivas. Para tanto foram viabilizados, em 2007, dezessete projetos de assistência técnica e extensão rural setorial, voltada para as mulheres rurais, além de outros treze projetos para a qualificação técnica da gestão e das ações de comercialização e a valorização dos princípios da econômica solidária e feminista.

b.3) Educação, Ciência e Cultura

Na área da educação, em 2007, foi realizada a avaliação do Programa Gênero e Diversidade na Escola, para identificar ajustes a serem realizados no conteúdo e na metodologia. Neste exercício, a meta é capacitar mais de 30 mil profissionais da educação nas temáticas de gênero, relações étnico-raciais e orientação sexual.

Vale destacar também, no exercício passado, o lançamento da terceira edição do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, que é parte do Programa Mulher e Ciência, desenvolvido em parceria com o MEC, CNPq e Unifem, instituído com o objetivo de valorizar as pesquisas realizadas e estimular a elaboração e divulgação de novos conhecimentos no campo de estudos das relações de gênero, mulheres e feminismos. O Prêmio é composto por um concurso de redação para estudantes do ensino médio e de artigos científicos para estudantes de graduação e graduados. Os vencedores da categoria de ensino médio recebem equipamentos de informática e bolsas de iniciação científica júnior e os autores dos melhores artigos científicos da graduação e de graduados são premiados com prêmios em dinheiro e bolsas de iniciação científica ou de mestrado ou doutorado.

Para 2008, a perspectiva, como mais um desdobramento do Programa Mulher e Ciência, é realizar o Programa Mulheres em



Ciências de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica, por meio da SPM e da Capes, com os objetivos de incentivar a criação, fortalecimento e/ou ampliação de programas de pós-graduação *stricto sensu* voltados para os estudos de gênero, mulheres e feminismos e a incorporação das perspectivas de gênero nas análises das diversas áreas disciplinares; estimular o ensino e a produção de pesquisas científicas e tecnológicas no campo dos estudos de gênero, mulheres e feminismos; e apoiar a formação de recursos humanos pós-graduados nesse campo, especialmente os voltados para o enfrentamento da violência contra as mulheres.

b.4) Estudos e Pesquisas

Considerando a necessidade de monitorar e avaliar as demandas de informações estatísticas sobre gênero e uso do tempo será instituído, em 2008, o Comitê Técnico de Estudos de Gênero e Uso do Tempo, que integrará a estrutura formal do IBGE. O Comitê terá como objetivo incidir nas diferentes pesquisas desenvolvidas pelo Instituto, elaborar proposta de pesquisa de uso do tempo, discutir a inserção do recorte de gênero no próximo Censo Demográfico (2010) e estimular a produção de indicadores e informações qualificadas sobre a situação da mulher no Brasil, na perspectiva das relações de gênero.

Cabe destacar, ainda neste exercício, na área de estudos e pesquisas a realização da primeira Pesquisa Nacional de Vitimização com abordagens específicas sobre o fenômeno da violência doméstica contra as mulheres. Fruto da parceria entre o Ministério da Justiça e o IBGE, a pesquisa apresentará dados mais consistentes na área de segurança, fornecendo subsídios para a formulação e implementação de políticas públicas efetivas.

b.5) Saúde

No campo da saúde, o Governo lançou, em maio de 2007, a Política Nacional de Planejamento Familiar, que tem como objetivo reduzir o número de abortos clandestinos no País e os casos de gravidez indesejada. Para tanto, estão previstas, entre suas ações, a liberação do teto de pagamento da vasectomia e a oferta de anticoncepcionais (pílulas e injetáveis) em farmácias e drogarias credenciadas no Programa Farmácia Popular do Brasil.

Na mesma direção, será ampliada a divulgação de informações sobre os anticoncepcionais por meio de uma campanha de veiculação contínua e a distribuição de material educativo sobre todos os métodos anticonceptivos atualmente disponíveis.

É importante ressaltar que o objetivo do Governo ao lançar uma Política dessa natureza não é realizar controle de natalidade, mas garantir os direitos sexuais e reprodutivos dos indivíduos, assegurando a cada cidadão e a cada cidadã, o direito de decidir se quer ter filhos, quantos quer ter e com que intervalo temporal. O anúncio do lançamento da Política ocorreu no Dia Internacional da Saúde da Mulher, durante a 6ª Reunião Plenária da Comissão Nacional de Monitoramento e Avaliação da Implementação do Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal. O referido Pacto tem por objetivo articular os atores sociais que, historicamente, mobilizam-se em torno da luta pela redução dos elevados índices de mortalidade materna e neonatal. Tem sido reconhecido como uma estratégia inovadora de mobilização social para o alcance dos índices considerados aceitáveis pela OMS e dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. A redução desses índices é um grande desafio para o Governo e a sociedade, porque essas mortes são evitáveis e atingem populações com menor acesso a bens sociais. Todos os 26 Estados e o Distrito Federal aderiram ao Pacto e, assim, entre 2003 e 2006, foram evitadas 232 mortes maternas e 5.920 mortes neonatais.

c) Povos Indígenas

Atualmente, a população indígena brasileira, habitante de terras reconhecidas ou em processo de reconhecimento, é de 565 mil

pessoas, segundo recente levantamento realizado pela Fundação Nacional do Índio (Funai). Esse dado confirma a tendência de crescimento da população indígena acima da média nacional, tomando-se por base o número de 351 mil indígenas recenseadas pelo IBGE, em 2000. Entretanto, esse resultado não pode ser atribuído exclusivamente ao crescimento vegetativo da população. Especialistas apontam o aumento significativo de comunidades que assumiram sua condição indígena, após séculos de negação, como outro fator que vem contribuindo para o rápido crescimento desse segmento da população brasileira. A auto-afirmação de uma condição étnica diferenciada responde à melhoria das políticas de valorização cultural e de inclusão social desenvolvidas tanto no âmbito nacional quanto internacional.

Em relação ao plano internacional, cabe destacar a aprovação pela ONU da Declaração Sobre os Direitos dos Povos Indígenas, em setembro de 2007. A Declaração da ONU é resultado de mais de 15 anos de debates e negociações, com destacada e importante participação do Brasil, e representa, segundo seu artigo 43, “as normas mínimas para a sobrevivência, a dignidade e o bem-estar dos povos indígenas do mundo”.

O grande marco da política indigenista governamental, em 2007, foi a instalação da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), órgão colegiado, de composição paritária por órgãos do Governo e das representações Indígenas. Criada no âmbito do Ministério da Justiça, em março de 2006, e presidida pelo Presidente da Funai, é a instância de diálogo que possibilitará a elaboração do anteprojeto de lei para a criação do Conselho Nacional de Política Indigenista e a proposição de diretrizes, instrumentos, normas e prioridades das políticas públicas para os povos indígenas.

Uma outra medida para que o Estado exerça satisfatoriamente seu papel junto aos povos indígenas é o fortalecimento da Funai. Ciente disso, o Governo iniciou, em 2007, a revisão da estrutura organizacional dessa autarquia além de outras medidas visando à reestruturação na área de recursos humanos.

Essas medidas visam conferir ao órgão indigenista maior capacidade de atuação frente aos crescentes e complexos desafios decorrentes do crescimento mais acelerado da economia e pelos investimentos necessários na infra-estrutura de produção do País, que em muitos casos afetam direta e indiretamente terras indígenas.

Um desses desafios consiste em dar respostas adequadas à crescente demanda por reconhecimento e regularização de terras indígenas. Com as medidas anteriormente elencadas, pretende-se acelerar significativamente esse processo, trabalho que foi intensificado, em 2007, entre outras ações, com a criação de vinte e três grupos técnicos de estudos de delimitação, primeira etapa para o reconhecimento dos direitos territoriais dos povos indígenas, conforme apresentado no quadro que se segue.

Quadro 8 – Avanços na Regularização de Terras Indígenas em 2007

Atos oficiais de regularização fundiária	Quantidade	Superfície (ha)
Constituição de Grupos Técnicos de delimitação	23	em estudo
Delimitação (Resumos publicados)	5	1.602.599
Declaradas (Portarias declaratórias publicadas)	17	735.861
Homologadas (Decretos de homologação editados)	8	989.447
Regularizadas (Registros em cartório efetivados)	15	2.719.923
Total	68	6.047.830

Fonte: Diretoria de Assuntos Fundiários – DAF/Funai



Algumas ações estratégicas nessa área foram inseridas no PPA 2008-2011 e compõem a Agenda Social dos Povos Indígenas. Entre essas ações, destacam-se a área fundiária, na qual está prevista a realização de delimitações e demarcações em 127 terras, de indenizações e reassentamentos de 10 mil famílias de produtores rurais em situação irregular dentro das terras indígenas já demarcadas. Serão realizados, também, investimentos significativos no fomento às atividades produtivas dos índios e na proteção e recuperação ambiental de suas terras. Estão previstas, ainda, ações de valorização cultural como a implantação de 150 pontos de cultura em terras indígenas e a documentação e fortalecimento da prática de línguas ameaçadas de extinção.

No campo da saúde indígena, o Governo, por intermédio da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), promoveu ações de prevenção e controle de doenças e agravos em aldeias indígenas, com os objetivos de garantir o acesso da população indígena aos serviços de saúde e alcançar os mesmos indicadores da população não-indígena, mediante o fortalecimento da atenção básica nas aldeias. Para tanto, em 2007, destacaram-se ações como o mês de vacinação dos povos indígenas, ocorrido no período de 23 de abril a 25 de maio, que mobilizou 3.363 profissionais, entre os quais 1.761 agentes indígenas de saúde e de saneamento. A campanha alcançou a marca de 2.112 aldeias e 314 pólos-base, beneficiando mais de 162.080 pessoas. Esses resultados representam: um incremento, relativamente a 2006, de 10,7% nas doses de vacinas BCG contra a tuberculose, 52,6% de tetravalente (contra a difteria, tétano, coqueluche e doenças por hemófilo influenza tipo B) e 40,5% na cobertura de vacinas contra a poliomielite; e a estruturação da vigilância alimentar e nutricional dos povos indígenas, com a média mensal de 24.449 crianças acompanhadas na faixa etária de zero a quatro anos de idade. Em alguns Distritos Sanitários Especiais Indígenas, o percentual de crianças pesadas e acompanhadas foi superior a 80%; houve também a execução de obras em diversos estabelecimentos de saúde para os povos indígenas. Foram estruturados mais três pólos-base, seis casas de saúde indígena, 100 postos de saúde e 50 centros de saúde para as comunidades em todo País. Nesse exercício, procedeu-se também a ampliação de ações de saneamento em áreas indígenas, abrangendo um total de 484 aldeias em 183 Municípios, com investimento de R\$ 34 milhões.

7. Direitos Humanos

A mencionada inclusão do Brasil no rol dos países com maior IDH é, em grande parte, resultado dos esforços empreendidos pelo Governo e pela sociedade civil organizada na área de direitos humanos. Foi promovida uma maior integração entre os vários temas de direitos humanos, e reforçada a incorporação dessa perspectiva em diversas políticas setoriais. Na mesma linha, foi estimulada e concretizada a articulação com a sociedade civil organizada e consolidado o papel de destaque do Brasil na área de direitos humanos no cenário internacional.

No planejamento para este exercício, foram realizadas mudanças substanciais nos programas e ações relacionadas à promoção e defesa de direitos humanos. Destacam-se a criação dos programas Educação em Direitos Humanos e Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, a integração das ações de proteção a vítimas, testemunhas, defensores de direitos humanos e crianças e adolescentes ameaçados de morte no programa Proteção a Pessoas Ameaçadas, assim como a estruturação do Sistema Nacional de Informações em Direitos Humanos.

No tema Criança e Adolescente, o foco central é o contingente de crianças e adolescentes em situação de violência. Está programado um conjunto de ações, neste e nos dois próximos exercícios, que serão implementadas por diversos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta. Essas ações integram quatro grandes projetos: “Na Medida Certa”, que objetiva a implantação do Sistema Nacional de Medidas Socioeducativas (Sinase) para adolescentes em conflitos com a lei;



“Caminho de casa”, que visa garantir o direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes que vivem em abrigos; “Bem-me-quer”, que é relacionado às diversas formas de enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes; e “Observatório Criança e Adolescente”, para o monitoramento de ações e a produção de informações relacionadas à faixa etária.

As ações de promoção e defesa de direitos das Pessoas com Deficiência objetivam promover a inclusão desse expressivo contingente da população (14,5%), com equiparação de oportunidades, dando prioridade às pessoas com deficiência atendidas com o BPC, estudantes do ensino básico, usuários do SUS, pessoas atingidas pela hanseníase e idosos. Os recursos, que poderão alcançar um total de R\$ 2,4 bilhões de reais, entre 2008 e 2010, serão investidos com foco na garantia da acessibilidade na escola, na habitação, no transporte e no trabalho, além do atendimento à demanda reprimida de órteses e próteses na saúde. Na área de Registro Civil de Nascimento e Documentação Civil Básica, a Agenda Social do Governo visa resgatar uma dívida histórica com a população brasileira, dando seguimento às iniciativas que acarretaram a redução constante e gradual do índice de sub-registro de nascimento, entre 2001 e 2006, que passou de 23% para 12,7%. Para superar esse ainda preocupante índice de sub-registro, o Plano define três linhas de ação: “Mobilização Social”, com a realização de campanhas, ações intensivas locais e capacitação de gestores públicos, observando as realidades específicas dos não documentados; “Ampliação da rede de serviços” de registro civil e documentação civil básica (CPF, RG e CTPS); e “Condições Estruturantes”, que visa aperfeiçoar o Sistema Brasileiro de Registro Civil de Nascimento, garantindo capilaridade, mobilidade, informatização, uniformidade, padronização e segurança ao referido Sistema. Objetiva-se, assim, erradicar o sub-registro de nascimento e ampliar o acesso à documentação civil, com a garantia da perenidade dos serviços.

O tema Idoso traz como objetivos centrais a promoção do protagonismo dos idosos para a conquista da cidadania e para sua inclusão social, cultural, civil e política. Um dos instrumentos para a implementação dessa política é o programa ‘Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa’. Para tanto, se atuará na construção e consolidação da Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa (Renadi), na realização de campanhas educativas e informativas sobre Envelhecimento Saudável e com Dignidade e na capacitação profissionais e gestores que atuam em benefício desse público.

No que tange às ações de proteção, além da manutenção e gradual ampliação do Programa de Proteção a Testemunhas, ressalta-se, em 2007, a edição dos Decretos n.ºs. 6.044 e 6.231, que estabeleceram o marco legal para os programas de Proteção a Defensores de Direitos Humanos e de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte. Juntos, esses três programas beneficiaram mais de 1.500 pessoas ao longo de 2007. Destaca-se, também, a realização de ações relevantes no campo do direito à memória e à verdade, com o lançamento do livro-relatório sobre os 11 anos de trabalho da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecimentos Políticos na época da ditadura militar e a realização de exposição fotográfica sobre o mesmo tema em sete capitais. Para 2008, considerando os desafios já definidos na Agenda Social do Governo, deve ser ressaltada a grande mobilização a ser desenvolvida em âmbito nacional e internacional para celebração do 60º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. No Brasil, essa mobilização se somará com as atividades relativas aos aniversários de 18 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, de 20 anos da Constituição Federal e de 120 anos da abolição da escravidão.

8. Previdência Social

A Previdência Social contribuiu, em 2007, para retirar da linha da pobreza milhares de pessoas, o que reafirma que essa instituição é um dos mais importantes instrumentos de redistribuição de renda do Estado Brasileiro, contribuindo assim para o sucesso das políticas de inclusão social do Governo.



a) Regime Geral de Previdência Social

O número de benefícios emitidos pela Previdência Social ultrapassou o quantitativo de 25 milhões, sendo que 22,0 milhões destes são previdenciários e acidentários, com um valor médio nominal, respectivamente, de R\$ 567,91 e R\$ 505,49. Os benefícios assistenciais atingiram três milhões, no valor de um salário mínimo. De janeiro a outubro de 2007, cerca de 5,8 milhões de benefícios haviam sido requeridos, dos quais 3,5 milhões (60,0%) por incapacidade laborativa. Foram realizadas, também, cerca de oito milhões de perícias médicas. O estoque de auxílio-doença permaneceu estável desde janeiro, ficando próximo de 1,5 milhão de benefícios.

No mesmo período, o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) gastou R\$ 148 bilhões (em valores correntes) com o pagamento de benefícios. A arrecadação do período foi próxima dos R\$ 110 bilhões. A arrecadação líquida nominal no ano de 2007 correspondeu a R\$ 140,4 bilhões, com despesas nominais de R\$ 185,2 bilhões, incluído nesse valor as despesas com a antecipação de pagamento de benefícios de até um salário mínimo, que foi realizada em dezembro de 2007. Em relação ao RGPS, a arrecadação previdenciária projetada para este exercício é de R\$ 157,1 bilhões, enquanto a despesa com benefícios previdenciários estimada será de R\$ 202,1 bilhões.

As medidas de gestão adotadas no âmbito de concessão e pagamento dos benefícios, associadas aos recordes constantes de arrecadação previdenciária, têm garantido o controle da necessidade de financiamento da Previdência Social. Em 2006, a necessidade de financiamento do RGPS cresceu 8,7% em relação a 2005 e, em 2007 (até outubro), diminuiu 0,5% na comparação com o mesmo período de 2006, fato esse inédito desde 1995.

Em 2007, todas as etapas e fases de convocação dos beneficiários relativas ao Censo Previdenciário, iniciadas no final de 2005, foram finalizadas. Houve o comparecimento de 16,6 milhões de beneficiários, correspondentes a 97% dos 17,2 milhões convocados. Os beneficiários que não compareceram dentro do prazo tiveram seu benefício cessado. Até o momento, chegou-se ao total de 82.332 benefícios cessados, gerando uma economia anual de R\$ 452 milhões. Ainda estão sendo ultimados os trabalhos relativos aos demais benefícios, alguns pendentes de tratamento pelos bancos e outros que são pagos no exterior. Está sendo realizado o processamento do batimento entre os dados obtidos no Censo Previdenciário e as bases da Receita Federal do Brasil, do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), do Sistema Informatizado de Óbitos (Sisobi) e do Sistema Único de Benefícios (SUB). Esse processamento, inicialmente, envolve um milhão de casos. Após a conclusão da atualização cadastral dos dados do benefício com o Censo Previdenciário, serão analisados todos os critérios quanto à correta manutenção dos benefícios.

Com o intuito de estimular o aumento da cobertura previdenciária, foi instituído o plano de alíquotas reduzidas para os contribuintes individuais. Até setembro de 2007, foi registrada a adesão de cerca de 452,3 mil contribuintes a esse novo plano, que reduziu, para os contribuintes individuais que trabalham por conta própria, de 20% para o 11% a alíquota aplicada ao salário-de-contribuição.

A Previdência Social mantém, atualmente, 2,9 milhões de benefícios de aposentadoria por invalidez, que correspondem à despesa mensal de 1,4 bilhão de reais. Para fins de cumprimento ao disposto na Lei nº 8.213, de 1991, foi elaborada uma proposta para a realização de avaliação médico-pericial dos segurados que se encontram aposentados por invalidez, pelo RGPS, há mais de dois anos. Com base nas conclusões deste estudo, espera-se obter informações que possibilitem a tomada de decisão para selecionar os casos a serem revistos sem a necessidade de convocar todos os beneficiários.

Com o objetivo de assegurar a manutenção de pagamentos de benefícios regulares, combatendo fraudes e pagamentos indevidos, o Ministério da Previdência Social e o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) aprovaram, em 2007, o Plano de Ação de Revisão de Benefícios com Indícios de Irregularidades, para cumprir a determinação governamental de assegurar rigor e celeridade na apuração das denúncias de possíveis fraudes na concessão de benefícios, enfocando ainda o aperfeiçoamento de rotinas, normas e sistemas.

Para ampliar a proteção previdenciária no campo de saúde do trabalhador, em fevereiro de 2007, foram regulamentados o Fator Acidentário Previdenciário (FAP) e o Nexo Técnico Epidemiológico (NTE), (Decreto nº 6.042), que representam uma nova percepção da Previdência em relação ao acidente do trabalho. Os resultados já aparecem em relação ao NTE, no qual se percebe o aumento do número de auxílio-doença acidentário (47,1% na comparação de outubro de 2007 com o mesmo período do ano anterior) e a diminuição do auxílio-doença previdenciário em 6,1% para o mesmo período. O FAP flexibilizará as alíquotas do Seguro Acidente do Trabalho (SAT), de modo a reduzir seu valor para aquelas empresas que invistam em prevenção e controle de acidentes do trabalho e, por seu lado, majorar para aquelas que apresentem níveis de acidentes acima da média verificada no seu setor de atividade. Com taxas menores de seguro, as empresas serão estimuladas a ampliar a prevenção dos acidentes do trabalho e reduzir o número de acidentes e doenças do trabalho.

No sentido de reduzir o número de acidentes e doenças do trabalho, que geram um custo considerável para a Previdência Social, em 2008, será rearticulado o Grupo Interministerial de Saúde e Segurança do Trabalho, que deve estabelecer campanhas permanentes e setoriais voltadas para a prevenção, mediante o diálogo social com trabalhadores e empresários. Com essa medida, pretende-se alcançar o aperfeiçoamento metodológico do Nexo Técnico Epidemiológico e a construção de políticas integradas de Reabilitação Profissional com foco na reinserção de trabalhadores acidentados, no estímulo às ações de formação, em estudos e pesquisas e na integração de diversos bancos de dados relacionados à área de saúde e segurança do trabalho.

O Governo criou, em 2007, o Fórum Nacional da Previdência Social (FNPS), com a finalidade de promover o debate entre os representantes dos trabalhadores, dos aposentados e pensionistas, dos empregadores e do Governo Federal, com vistas ao aperfeiçoamento e sustentabilidade dos regimes de previdência social e sua coordenação com as políticas de assistência social, além de subsidiar a elaboração de proposições legislativas e normas infralegais pertinentes. Os trabalhos desse Fórum foram de fundamental importância para a democratização das discussões sobre esse tema, bem assim para subsidiar a elaboração de medidas para o constante aperfeiçoamento da Previdência Social, dada a representatividade dos participantes.

Na área internacional, além do Acordo Multilateral de Seguridade Social do Mercosul, em vigor desde 1º de junho de 2005, os Ministros de Estados dos países ibero-americanos assinaram, em julho de 2007, a Declaração de Iquique, que aprova o texto do projeto do Acordo Ibero-Americano de Previdência Social. Essa Declaração foi submetida à aprovação dos respectivos Chefes de Estado na oportunidade da realização da XVII Cimeira Ibero-americana de Chefes de Estados e de Governos, no mês de novembro de 2007, na cidade de Santiago, Chile.

b) Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS)

Na busca permanente da melhoria dos processos de supervisão, acompanhamento e orientação dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), o Governo promoveu o aperfeiçoamento da legislação relativa à administração e gestão dos recursos dos RPPS, por intermédio da Resolução nº 3.244, de outubro de 2007, do Conselho Monetário Nacional. Nesse novo normativo



estão contemplados dispositivos como a exigência de elaboração de política de investimentos; a introdução de critérios de qualificação dos responsáveis pelos investimentos; e o conceito de governança corporativa.

Foram realizadas, em 2007, aproximadamente 400 ações de auditoria nos RPPS dos Estados e Municípios, contribuindo assim para um maior controle da gestão e para o equilíbrio atuarial e financeiro desses regimes. Para 2008, a meta é realizar o mesmo patamar de auditorias, notificando todos os Entes Federativos com problemas no equilíbrio financeiro e atuarial e desenvolvendo e implementando um sistema corporativo de planejamento e execução da auditoria direta.

O montante dos recursos aplicados no mercado financeiro para garantir a sustentabilidade desses regimes a médio e longo prazo deve atingir, até dezembro de 2007, a cifra de aproximadamente R\$ 30 bilhões, o que significa um incremento superior a 25% em relação a dezembro de 2006. Como diretriz para 2008, prevê-se a melhoria e o aperfeiçoamento do controle financeiro dos RPPS, com a implantação do novo Demonstrativo dos Investimentos e das Disponibilidades Financeiras, e do Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial (DRAA), com vistas a melhorar a qualidade das informações e certificação da autenticidade dos responsáveis; e a elaboração de propostas de atualização das normas de organização e gestão dos RPPS. Está prevista, também, a implantação do Cadastro Nacional dos Servidores Públicos (CNIS RPPS), conforme o art. 3º da Lei 10.887, de 2004, que tem como finalidade, entre outras, a efetivação da aplicação do teto remuneratório para o setor público (art. 37, XI da Constituição Federal), bem como a verificação de acumulação de cargos e o controle de óbitos.

c) Previdência Complementar

A Previdência Complementar, em 2007, foi objeto de um conjunto de ações com vistas à melhoria da gestão, resultando em redução do tempo médio de análise dos pedidos encaminhados pela sociedade civil para constituição de planos de previdência complementar e criação de fundos de pensão. Nesse campo, destacou-se o crescimento da previdência associativa, marcado, entre outros lançamentos, pelo surgimento do “Jusprev”, fundo de previdência complementar fechado que congrega 19 associações de classe, contemplando magistrados, promotores de justiça e procuradores.

Quanto à fiscalização, observou-se a melhoria do planejamento da ação fiscal, por meio do novo programa anual de fiscalização, estruturado com base em uma matriz de risco e impacto. A implantação completa da supervisão baseada em riscos ocorrerá nos próximos anos, permitindo que o Brasil utilize o que há de mais moderno no mundo em termos de metodologia de supervisão de previdência privada. Seja pela celeridade nas autorizações, seja pela eficiência na fiscalização, avançou-se na formação de um ambiente regulatório e supervisor adequado ao desenvolvimento da Previdência Complementar, com consequências positivas no campo social – pela segurança e complementação de renda dos participantes – e no campo econômico – pela geração de poupança interna com vocação para o investimento de longo prazo e para auxiliar o desenvolvimento do País.

d) Atendimento ao Cidadão

Está em implementação no INSS o Programa de Ações Prioritárias (PAP), que tem como principais objetivos acabar com o estoque de processos de benefícios, reduzir o tempo de espera entre o agendamento eletrônico e o atendimento nas Agências da Previdência Social (APS), acabando com as pequenas filas que persistem nas portas de algumas agências antes do horário de abertura.

Desde a implantação do atendimento por meio dos canais remotos, em 2006, os resultados apontam para uma redução de 84% das filas. Essa redução deve-se, entre outros motivos, à reformulação e ampliação do atendimento remoto, que em dezembro de

2005 contava com 280 posições de atendimento telefônico, atendia 2,5 milhões de chamadas/mês, e oferecia orientações sobre a legislação previdenciária, informações sobre a situação dos benefícios, disque-denúncia e ouvidoria. Em outubro de 2007, esse número passou para sete milhões de atendimentos mês, com capacidade para 10 milhões, incluindo a inserção de novos serviços, dentre eles o agendamento eletrônico do atendimento presencial, inclusive a marcação de perícias médicas.

Para tornar ainda mais eficaz o atendimento agendado, foi estabelecido o Plano de Redução dos Prazos da Agenda, cujo objetivo principal é reduzir o tempo de espera no agendamento para 30 dias, por meio das seguintes ações: readequação dos tempos de atendimento estipulados para cada serviço, com resolutividade imediata das solicitações de serviço; reconfiguração da agenda nas unidades de atendimento, a fim de abrir novas vagas e redirecionar as ofertas de vagas para os serviços mais procurados; e confirmação de comparecimento, também por meio telefônico. Em outubro de 2007, 72% das APSs estavam com o tempo médio de espera para atendimento de requerimentos de benefícios igual ou menor que 30 dias, enquanto que para realização de perícias médicas 89% dessas Agências estavam atendendo no prazo inferior a 30 dias.

A meta para 2008 é ter 100% das unidades atendendo por meio do agendamento eletrônico e com um tempo médio de espera de 30 dias. Para atingir essa meta as ações do Plano de Redução da Agenda terão continuidade e serão agregadas novas ações tais como a: implementação da ação “antecipação do agendamento” em todas as unidades; revisão das quantidades mínimas de oferta de vagas para o agendamento em cada APS; e implantação das novas funcionalidades no Sistema de Agendamento Eletrônico (SAE).

Durante o ano de 2007, foram inauguradas cinco Agências da Previdência Social de Benefícios por Incapacidade (APSBI), haja vista que esse tipo de benefício representa aproximadamente 60% dos novos requerimentos. Em 2008, deverão ser inauguradas outras cinco Agências dessa natureza.

A profissionalização da perícia médica continuou, em 2007, com a substituição integral dos médicos terceirizados por médicos peritos concursados. Dessa maneira, foi autorizada a nomeação de 250 médicos peritos aprovados em concurso público, realizado em 2006, sendo que 169 já foram nomeados. Por seu lado, a Ouvidoria-Geral da Previdência Social vem cumprindo importante papel de agente conscientizador e mobilizador da cidadania, permitindo ao beneficiário, assim como ao cidadão participar da gestão previdenciária ao exigir um atendimento mais digno e serviços de qualidade. Atuando, principalmente, a partir de cada uma das manifestações que são encaminhadas pelo público, na forma de reclamação, sugestão, denúncia ou elogio, a Ouvidoria procura oferecer uma resposta para as questões levantadas. A cada ano, cresce o número de usuários que buscam pelos serviços prestados pela Ouvidoria. Desde sua criação, em agosto de 1998 e até novembro de 2007, foram registradas 1.395.258 manifestações, das quais 93,5% foram solucionadas. No decorrer do exercício de 2007, entre os meses de janeiro a novembro, houve atuação diretamente na análise e processamento de 352.292 registros.

O processo de aprimoramento de gestão continuou em 2007, assim, a implantação do Novo Modelo de Gestão do INSS entrou em sua etapa de desenvolvimento, com os projetos do novo Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), que modernizará a tecnologia atualmente utilizada, integrará as bases de dados e permitirá o tratamento das informações dos segurados especiais. Além desse projeto, está em curso o desenvolvimento da primeira fase do Sistema Integrado de Benefícios (Sibe), que inclui o requerimento, agenda, perícia médica, concessão, revisão, atualização, recursos e monitoramento dos processos de benefícios, para substituir os sistemas utilizados atualmente, integrando as bases de dados para tornar mais ágeis os procedimentos e permitindo a implantação do reconhecimento automático de direitos, a partir dos dados constantes do CNIS. A conclusão e a implantação do CNIS está prevista para o 1º semestre de 2008 e a do Sibe para o 2º semestre de 2008.



Além da adaptação física das APSs, que resultou na adequação de mais de 40 Agências em 2007, a modernização do parque tecnológico é uma das prioridades governamentais para a melhoria do atendimento ao público, a segurança e a transparência do RPPS. A Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev) continuou a ação de modernização da infraestrutura tecnológica utilizada pela Previdência Social, optando por tecnologias de padrão aberto, viabilizando a concorrência entre fornecedores e a redução de custos; o desenvolvimento de novos sistemas de informação; e a reformulação e ampliação da rede de telecomunicações. Investiu também na melhoria dos processos produtivos da Empresa e na capacitação dos seus técnicos, tornando a oferta de serviços compatível com o fluxo constante de necessidades da Previdência Social.

A modernização do parque tecnológico do INSS alcançou um importante patamar neste ano. Foi modernizada a rede de comunicação com uma tecnologia que suporta a transmissão de dados, voz e imagens. Com esta mudança está sendo viabilizada a operação de 106 salas de videoconferência e a comunicação pela rede interna (Voz sobre IP) em 96 localidades. Houve avanço na modernização do parque de equipamentos, concluindo-se a substituição de 28 mil estações de trabalho e nove mil impressoras. Foi iniciada ainda a instalação do parque de digitalização de documentos que permitirá redução no tempo de recuperação e atualização da informação, acesso seguro e controlado e segurança do acervo.

9. Cultura

O exercício de 2007 fechou um ciclo de crescimento e de sedimentação de políticas de longo prazo em favor do setor cultural brasileiro. Constatou-se ganhos em diversos aspectos, como a transparência na ação pública, o crescimento da abrangência territorial dos investimentos; o fortalecimento do processo de planejamento e de monitoramento das ações de Governo, a ampliação das parcerias entre agentes públicos, a produção de dados do setor cultural para qualificar as ações desenvolvidas, e a priorização do cidadão em todos os projetos apoiados pelos instrumentos públicos de fomento.

O levantamento de dados relacionados com o setor cultural passou a ser realizado de modo sistemático no Brasil muito recentemente, trazendo novas reflexões e maior especificidade à ação governamental. O planejamento de Estado, atualmente, conta com base sólida de informações que permite o desenvolvimento de ações voltadas para populações e territórios particularizados. Os esforços em obter informações concretas sobre a realidade social e cultural dos brasileiros visaram solidificar a Política Pública de Informação Cultural. Estudos importantes foram fomentados no exercício de 2007, como o delineamento do Anuário de Estatísticas Culturais, instrumento de compilação e de divulgação das principais informações do setor no Brasil. Nesse diapasão, deve ser ressaltada a publicação pelo IBGE, em 2007, do Suplemento de Cultura da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), que detalha o número de equipamentos culturais existentes em 5.564 municipalidades do País. Esse rol de informações viabilizará políticas de curto e de médio prazo de grande impacto para o cidadão. Trata-se da primeira e mais completa investigação qualitativa e quantitativa sobre a gestão cultural nas cidades brasileiras.

O diálogo com a sociedade também se fortaleceu significativamente por intermédio do exercício de escuta social e do envolvimento crescente de importantes atores do setor na elaboração de ações voltadas para a Cultura. A partir desta orientação, foi realizado o 2º Seminário Políticas Culturais: Diálogo e Tendências, elaborado o Caderno de Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Cultura e constituídas as bases do Fórum Nacional de Direito Autoral. Nesse mesmo contexto, foram iniciados os trabalhos para instalação do Conselho Nacional de Políticas Culturais – órgão colegiado que tem por finalidade propor políticas públicas em articulação entre as esferas de governo e a sociedade civil –, com vistas ao desenvolvimento das atividades culturais no Brasil.

No campo internacional, foram fortalecidas as relações com a América Latina e com países como China, Canadá, Irã, França, Angola, Reino Unido, dentre outros. Merecem atenção especial as ações realizadas junto aos integrantes do Mercosul, visando à implantação do Selo Mercosul Cultural para livre circulação de bens culturais entre os membros do bloco. Outra iniciativa importante foi o protagonismo do Brasil na elaboração do Portfólio de Perfis e Projetos Culturais e na organização das reuniões técnicas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP. A posição brasileira sobre diversidade cultural consolidou-se e ganhou reconhecimento mundial. Tornou-se, inclusive, a principal referência dos países da América do Sul.

No campo interno, as ações governamentais têm buscado reconhecer as culturas populares, afrodescendentes, ciganas e indígenas. Em 2007, foram lançados o 1º Concurso Público de Inclusão Cultural da Pessoa Idosa, com 20 premiações concedidas; o 2º Edital de Culturas Populares, que beneficiou 260 iniciativas destinadas a fortalecer, promover ou recuperar aspectos tradicionais da expressão cultural brasileira. Está em andamento o 1º Edital de Culturas Ciganas, que premiará 20 projetos, e o 2º Edital de Culturas Indígenas, que contemplará 100 iniciativas. Espera-se o mesmo índice de participação da comunidade indígena registrado no 1º edital, quando foram recebidas 467 inscrições de diversos povos de todas as regiões do País. No que diz respeito à cultura negra, deve-se ressaltar a inauguração do Parque Memorial Quilombo dos Palmares, em Alagoas, que possibilitará o desenvolvimento de novas linhas de pesquisa sobre a história afro-brasileira.

Outra iniciativa governamental, os Pontos de Cultura, representa o reconhecimento pelo Estado da importância de iniciativas já existentes que, uma vez transformadas em Pontos, passam a contar com o apoio do Governo, visando ampliar o alcance de seus trabalhos e incrementar as ações em favor das comunidades em que estão inseridas. Existem, atualmente, 742 Pontos de Cultura implantados em todos os Estados da Federação, abrangendo cerca de 250 Municípios.

Na área do Livro e da Leitura, em 2007, foram adquiridos equipamentos de imagem, som e de informática, mobiliário e acervo bibliográfico para a instalação de 360 bibliotecas públicas em Municípios que ainda não as possuem. A disponibilização de acervos digitalizados pela Internet, por meio do projeto Biblioteca Nacional Digital, alcançou no referido exercício 15 mil títulos bibliográficos, um milhão de imagens e 9.100 arquivos sonoros com dois mil *gigabytes* de arquivos digitais armazenados.

No que concerne à Memória e Patrimônio Material, pode-se elencar a execução de 232 projetos de recuperação patrimonial em diferentes localidades do País, particularmente em sítios históricos de 13 Estados, em 2007. Desses, 77 foram realizados no âmbito do programa Monumenta, com recursos da ordem R\$ 69,4 milhões. O contexto de desenvolvimento das ações de recuperação do patrimônio foi aproveitado para a formação de 2.000 novos profissionais na arte do restauro, da organização e guarda de acervos e em turismo, fortalecendo as iniciativas governamentais voltadas para a geração de emprego e renda.

Os museus federais ganharam mais atenção em 2007, com maior investimento na recuperação e revitalização das instituições de memória. Os recursos destinados aos museus, considerando as parcerias firmadas durante o exercício, somaram cerca de R\$ 140 milhões. Pode-se elencar o Edital Mais Museus, que prevê a criação de museus em Municípios de até 50 mil habitantes e que não possuem museu instalado; a quarta edição do Edital de Modernização de Museus 2007/2008; o Edital Seminário Museus, Patrimônio, Memória e Sociedade; além dos prêmios Mário de Andrade, de incentivo à produção de dissertações, e Darcy Ribeiro, de apoio às boas práticas em educação em museus.

Na área do patrimônio imaterial, deve-se destacar o registro do frevo, do tambor de crioula do Maranhão e do samba do Rio de Janeiro, reconhecidos e consagrados como bens definitivos da expressão cultural brasileira.



No setor audiovisual, merece destaque a atuação da Ancine no apoio ao desenvolvimento de projetos cinematográficos, que viabilizou treze novas obras nacionais e permitiram a participação de sessenta e oito filmes de curta e de longa-metragens em 33 festivais internacionais. Outra forma importante de estimular a produção nacional é o Prêmio Adicional de Renda, instituído pela Lei 11.437, de 2006, iniciativa para melhoria do desempenho de mercado das empresas produtoras, distribuidoras e exibidoras de obras cinematográficas de longa-metragem de produção independente. Em 2007, quando aconteceu a terceira edição do Prêmio, 64 produtoras e exibidoras foram contempladas com valores globais de R\$ 8,4 milhões.

No que concerne aos segmentos de música, dança, teatro e circo, a presença do investimento público foi significativa, em 2007, beneficiando cerca de 370 projetos no transcorrer do exercício. O projeto Pixinguinha comemorou seu 30º aniversário, com 80 espetáculos em 16 Municípios selecionados.

As ações para o fortalecimento da Economia da Cultura foram priorizadas em 2007. A realização de feiras de negócios e de festivais, a promoção do artesanato tradicional e os investimentos em capacitação e profissionalização do setor cultural ganharam força durante esse exercício. Destaca-se na área de promoção de negócios, a Feira Música Brasil 2007, realizada no mês de fevereiro em Recife. As rodadas de negócio movimentaram cerca de R\$ 8 milhões em 450 reuniões ocorridas durante a Feira e 75 empresas tiveram seus planos de negócio avaliados pelo Sebrae. Na promoção do artesanato, a atividade cultural mais disseminada no País – segundo dados do IBGE –, a iniciativa “Promoção do Artesanato de Tradição Cultural (Promoart)” contou com recursos da ordem de R\$ 5 milhões. Vale frisar que o público-alvo é basicamente feminino e seu lançamento vem ao encontro das políticas voltadas para as mulheres, umas das prioridades do Governo.

Quanto ao fomento via Mecenato, deve-se ressaltar que a lei de incentivo fiscal representa o mais importante mecanismo de financiamento da cultura brasileira. A expansão dos recursos e sua distribuição são o binômio da democratização do acesso à fruição e à produção cultural. A expectativa de aumento em 20% dos recursos captados, em relação ao ano anterior, levou o Governo, por intermédio do Ministério da Cultura, a investir na modernização da gestão e dos processos, que tem como melhor exemplo a automação das reuniões da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC), que conferiu maior agilidade, segurança e transparência nos procedimentos de avaliação dos projetos culturais. O quadro a seguir mostra a distribuição da captação de recursos por área da cultura.

Quadro 9 – Recursos Captados pelo Mecenato
(Leis Rouanet e do Audiovisual)

Área	2006 (R\$ milhões)	2007 * (R\$ milhões)
Artes Cênicas	173,6	173,0
Artes Integradas	102,2	145,2
Artes Plásticas	79,5	101,2
Audiovisual	270,8	340,4
Humanidades	93,1	100,2
Música	150,8	246,6
Patrimônio Cultural	139,2	131,6
Total	1.009,2	1.238,2

Fonte: Salic e Ancine/MinC. (*) Estimativa de captação.

Para o ano de 2008, a necessária abordagem das conexões entre cultura e desenvolvimento se evidenciará no Programa Mais Cultura, ferramenta decisiva para a consolidação do pacto federativo e do Sistema Nacional de Cultura, que se centra em três objetivos principais. O primeiro objetivo, é ampliar o acesso dos brasileiros aos bens culturais e aos mecanismos de apoio público ao setor, visando promover a auto-estima, o sentimento de pertencimento, a cidadania e a diversidade cultural. Para que isso se concretize, foram definidas três linhas de atuação: o Fortalecimento das Ações Culturais da Sociedade, que prevê a ampliação do número de Pontos e de Pontões de Cultura e o investimento na capacitação e profissionalização de jovens nas diferentes áreas culturais; a Promoção do Acesso à Produção Cultural, que visa o aumento do acesso à produção cultural por intermédio de novos mecanismos e compreende a disponibilização dos produtos apoiados pela Lei Rouanet para escolas, bibliotecas e outros equipamentos culturais, a programação cultural específica para professores, o incentivo ao uso de TVs e rádios públicas como meio de acesso à cultura, e a criação do vale-cultura; e o Estímulo à Leitura, que busca ampliar o acesso dos brasileiros aos benefícios da leitura. Terá como meta zerar o *déficit* de Municípios sem bibliotecas públicas ainda neste exercício e promover a edição e distribuição de livros a preços populares.

O segundo objetivo será qualificar o ambiente social e os espaços das cidades, ampliando a oferta de equipamentos e meios de acesso à produção e à expressão cultural. Para isso, a atuação dar-se-á mediante a promoção do Direito à Cidade, por intermédio de duas linhas de atuação: a qualificação dos espaços culturais nas periferias, áreas degradadas e centros históricos; e a facilitação do acesso das periferias aos processos culturais dos centros urbanos. O terceiro objetivo será melhorar o ambiente econômico para investimentos em cultura, mediante o fomento direto à economia do setor, a fim de gerar oportunidades de negócio e de promover a capacitação artística, técnica e gerencial de trabalhadores, profissionais liberais, de micro, pequenas e médias empresas do mercado cultural brasileiro. Visa disponibilizar a concessão de microcréditos para pequenos empreendedores da área cultural e consolidar linhas de crédito específicas para pequenas e médias empresas do setor.

Em 2008, a constituição definitiva do Plano Nacional de Cultura e dos Sistemas Nacional e Federal de Cultura, além da implementação do Conselho Nacional de Políticas de Cultura, representarão um marco histórico para a elaboração de parcerias permanentes entre os Entes Federativos e o setor privado, o que resultará no estabelecimento de ações concretas em favor da cultura brasileira. Ainda neste exercício, a realização da II Conferência Nacional de Cultura (CNC), prevista para o segundo semestre, permitirá aos mais amplos e representativos segmentos do setor cultural avaliar os deslocamentos e a atuação da ação pública nas diversas áreas.

A política do audiovisual manterá, em 2008, seu objetivo de ampliar o público para o cinema brasileiro direcionando investimentos para setores-chave: distribuição, formação de público, aumento do número de salas de exibição e criação de circuitos comerciais paralelos. O grande objetivo dessa estratégia é aumentar a participação do cinema nacional no mercado interno e o fomento a projetos de curtas-metragens, roteiros e documentários orientados para públicos estratégicos – como o infanto-juvenil – e para regiões do País sem tradição de expressão audiovisual. Com o advento da TV Digital, a política do audiovisual estará norteadada, também, para a implementação de estratégias de produção, edição e programação de conteúdos para a Rede Pública de TV, valorizando a diversificação e a capacidade de veicular produtos independentes.

10. Esporte

Em 2007, o esporte se consolidou como política de Estado. As ações do Governo, por intermédio do Ministério do Esporte, estão contribuindo para que o esporte seja um importante instrumento para a redução da exclusão e vulnerabilidade social a que é submetida grande parcela da população brasileira.



Nesse sentido, destacam-se as ações do Programa Segundo Tempo. Desde 2003, quando do seu lançamento, o Programa beneficiou 2.161.644 crianças e adolescentes. Em 2008, está previsto um atendimento médio de 800 mil pessoas, gerando mais de 16 mil empregos em 4.846 núcleos, no âmbito do referido Programa. Já o Programa Esporte e Lazer da Cidade aplicou, em 2007, R\$ 401 milhões na implantação e modernização de infra-estrutura. Os núcleos de esporte recreativo e de lazer atingiram cerca de dois milhões de pessoas, das diversas faixas etárias, em 618 núcleos de 400 Municípios. Em sua dimensão científico-tecnológica, foram implantados 22 Centros de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer (Rede Cedes) junto às universidades. Para 2008, está prevista a continuidade do sistema de seleção pública de projetos, o que permitirá a implementação de mais 100 núcleos, beneficiando diretamente 400 mil pessoas. No referido exercício, também está prevista a implementação de 125 núcleos, beneficiando cerca de 12.500 jovens detentos e ex-detentos, em comunidade com altos índices de violência, e, em conjunto com o “Programa Mais Educação”, a implementação de outros 295 núcleos, beneficiando 118 mil pessoas. A previsão é de beneficiar, no total, cerca de 1,746 milhão de pessoas, em 912 núcleos, beneficiando a todas as faixas etárias.

Em 2007, por meio do Programa Inserção Social pela Produção de Material Esportivo, foram produzidos 800 mil artigos esportivos, que estão beneficiando cerca de 3,5 milhões de pessoas em comunidades em situação de risco social. Ao final do referido exercício, havia 93 unidades de produção em funcionamento. Além de sua atuação em território nacional, o Programa também vem assistindo, por meio da doação de material, instituições que atuam em comunidades carentes no exterior. No ano passado, foram doados 2.532 itens para 14 entidades, beneficiando 43.840 pessoas na Rússia, Inglaterra, Bolívia, Itália, Argentina, China, Equador, El Salvador, Cuba, Nicarágua e França. No âmbito desse Programa, em 2008, deverão ser criados 3.800 novos postos de trabalho para a produção de 1,2 milhão de artigos esportivos.

Ampliar e diversificar o financiamento para o esporte representa um desafio para o Poder Público. A Lei de Incentivos é uma iniciativa para atrair recursos privados. Estimativas apontam que é possível arrecadar mais de R\$ 300 milhões para o esporte, em 2008.

A realização dos Jogos Pan-americanos e Parapan-americanos de 2007 foi um marco para o País e está proporcionando ao esporte brasileiro e às suas instituições dirigentes, condições jamais vivenciadas no âmbito estrutural, técnico, científico, tecnológico, informacional e econômico. As conseqüências objetivas de realizar o maior evento esportivo das Américas coloca o esporte na agenda, capacitando o Brasil a pleitear eventos esportivos de maior magnitude. O sucesso desse empreendimento nos trouxe condições de sediar competições internacionais como os Jogos da Lusofonia, em 2008, mundiais de judô e de futsal, a final da Liga Mundial de Vôlei, em 2009, os Jogos Mundiais Militares, em 2011, a Copa do Mundo de Futebol, em 2014, e de postular o direito de sediar as Olimpíadas de 2016.

Para incrementar o acesso ao esporte de competição, pode-se citar iniciativas, como o programa Bolsa Atleta, que possibilita a atletas de várias categorias, apoio financeiro para garantir a manutenção pessoal mínima, buscando dar condições para que se dediquem ao treinamento esportivo e competições, melhorando assim seus resultados e ampliando as possibilidades de atletas de esportes com menor visibilidade. Até 2007, cerca de quatro mil atletas já foram contemplados. Como resultado, dentre os mais de 600 atletas da delegação brasileira nos XV Jogos Pan-americanos, 39 já contaram com o apoio desse programa. A perspectiva para o Bolsa Atleta é consolidar sua extensão em todo ciclo da carreira do atleta, atuando desde a base, passando pelo desenvolvimento e treinamento, chegando às principais conquistas e criando condições para a fase de encerramento da carreira.

No que tange a referida Copa do Mundo de 2014, o Governo envidou esforços das mais diversas áreas para atender às garantias

necessárias a fim de viabilizar a conquista de sediar o mundial. Para alcançar esse objetivo, construiu-se um esforço de coordenação de diversas áreas do Governo e da sociedade, propiciando as condições para atendimento dos requisitos definidos pela Federação Internacional de Futebol (Fifa). Os investimentos públicos e privados, que ensejam a realização de uma Copa, são oportunidades de atração de novos negócios para o País.

11. Energia – Luz para Todos

O denominado Luz para Todos é um programa que tem como objetivo levar o acesso à energia elétrica, gratuitamente, a todos os moradores do meio rural que ainda não dispõem desse serviço. O propósito do programa é que a energia seja utilizada não só para o conforto do beneficiado, mas principalmente como vetor de desenvolvimento social e econômico, promovendo a criação de trabalho e renda, e contribuindo para a redução dos índices da pobreza e da fome. Até 2007, já foram beneficiadas 7,1 milhões de pessoas. Nesse exercício, o Luz para Todos levou energia elétrica, gratuitamente, para 1.950.000 pessoas em todo o País, tendo entre esses beneficiários 770 mil assentados, 50 mil remanescentes de quilombos e 80 mil indígenas. Para 2008, estão previstos investimentos federais de aproximadamente R\$ 2,8 bilhões, para realizar 570 mil novas ligações, beneficiando a 2,9 milhões de pessoas.

As famílias atendidas, constituídas em sua maioria por trabalhadores rurais, que vivem da produção e comercialização de leite e derivados, da criação de peixes ou da agricultura de subsistência, passaram a utilizar sistemas de irrigação, resfriadores de leite e refrigeradores para a conservação de pescados. Além disso, a disponibilidade da energia elétrica possibilitou o início das atividades dos Centros Comunitários de Produção (CCP), em todo o País. Desde seu início, o Luz para Todos implantou 3,2 milhões de postes, 504 mil transformadores e 628 mil km de cabos elétricos. Na esteira desse processo, o segmento industrial de eletrodomésticos tem sido também incrementado.

12. Inclusão Digital

Sendo a exclusão digital fator recente e crítico para o agravamento da exclusão social, o Governo desenvolveu ações incisivas no âmbito do Programa Brasileiro de Inclusão Digital para reduzir o hiato digital, diminuindo o número de excluídos, promovendo a alfabetização digital e a capacitação, ampliando o acesso às Tecnologias de Informação e Comunicações, e igualando as condições de competitividade de parcelas da população no mercado de trabalho, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa.

O Governo Eletrônico e Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac), alcançou em 2007, 3.465 pontos de presença. Os pontos de presença do Gesac são disponibilizados às comunidades beneficiárias por meio de parcerias em diversas instituições governamentais e não-governamentais, viabilizando inclusive o atendimento a parcelas específicas da população como comunidades indígenas, ribeirinhas, quilombolas, extrativistas e populações de áreas protegidas ou vizinhas a Unidades de Conservação.

Para 2008, estão previstas ações no âmbito do Gesac que ampliam sua abrangência para vinte mil Pontos de Presença. A meta principal do projeto é a implantação de pelo menos um telecentro comunitário em cada Município do Brasil, fazendo com que as tecnologias de informação e comunicação estejam disponibilizadas para a população em todo o território nacional.

Outras ações planejadas para 2008 com vistas à inclusão digital contemplam: disponibilizar conectividade em banda larga à Internet para as escolas públicas; prover plataforma multisserviços para ações de inclusão digital das iniciativas governamentais e não-



governamentais; atender prioritariamente às comunidades em estado de vulnerabilidade social; ampliar a oferta dos serviços e recursos necessários à colaboração no combate às baixas taxas de inclusão digital; e acelerar a implantação do Projeto Cidades Digitais.

Uma inovadora medida do Governo consiste na disponibilização de acesso de banda larga (*backhaul*) em todos os 5.564 Municípios, nos próximos três anos. Juntamente com esse acordo as operadoras de telefonia fixa vão disponibilizar o acesso gratuito à banda larga a 55 mil escolas públicas das áreas urbanas. O acesso a banda larga nessas escolas representa cerca de 84% do número total de alunos no ensino público básico.

Para a formação de multiplicadores dos Centros de Recondicionamento de Computadores (CRCs), nos quais são realizadas atividades para a formação de jovens na montagem e manutenção de computadores, foram realizadas diversas ações para capacitação, em 2007, como a 6ª Oficina para Inclusão Digital, que envolveu mais de 1,6 mil participantes das diversas redes de telecentros, Pontos de Cultura, Casas Brasil e outras iniciativas de inclusão digital espalhadas por todo o País. Foi, também, criado o cadastro de telecentros do Observatório Nacional de Inclusão Digital, que permite o registro, acompanhamento, articulação e avaliação das iniciativas dos espaços públicos de inclusão digital em funcionamento no Brasil. Além disso, a população pode encontrar o telecentro mais próximo de sua casa com os mapas interativos do sítio.

13. Justiça e Segurança Pública

O Governo lançou, em agosto de 2007, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci). Esse Programa destina-se à prevenção, controle e repressão da criminalidade, atuando em suas raízes socioculturais, articulando ações de segurança pública e políticas sociais mediante a cooperação entre União, Estados e Municípios. Conciliar os esforços de políticas de segurança e de ações sociais demonstra a superação da dicotomia que vinha sendo perpetrada historicamente.

Estruturado em um conjunto de projetos, que se dividem em projetos estruturantes, com alcance nacional, e em projetos de caráter local, com abrangência em 11 regiões metropolitanas do País, selecionadas em razão dos altos índices de violência, o Pronasci pretende atuar na prevenção e no controle e repressão da criminalidade. São as 11 regiões: Alagoas, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Os projetos estruturantes visam modernizar as instituições de segurança pública e do sistema prisional, melhorar as condições de trabalho dos profissionais da segurança pública e do sistema prisional e enfrentar a corrupção policial e o crime organizado. Já os projetos de caráter local visam à reintegração dos territórios, devolvendo-lhes a paz, a integração dos jovens e das famílias e a segurança e a convivência pacífica. Objetiva-se resgatar a coesão social desses territórios e permitir às pessoas que neles vivem o sentimento de cidadania.

Em 2007, já foram iniciadas as seguintes ações do Pronasci: assinatura do primeiro contrato de financiamento do Plano Habitacional para Profissionais de Segurança Pública; realização de cursos de Polícia Comunitária para 22 mil alunos, incluindo policiais, bombeiros, guardas municipais e a própria sociedade; capacitação em Cursos de Sistema de Comando de Incidentes (SCI), em 14 Unidades da Federação, atingindo, de outubro a dezembro de 2007, a meta prevista de dois mil profissionais de segurança pública capacitados; e o credenciamento de 80 universidades para ministrarem cursos de especialização para capacitar mais de cinco mil profissionais de segurança pública em 2008.

Para 2008, das 11 áreas selecionadas para a efetivação dos projetos de caráter local do Pronasci, terão prioridade as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Entorno de Brasília, em razão de suas elevadas vulnerabilidades sociais. Da mesma forma, o Governo iniciará a construção dos primeiros estabelecimentos penais especiais para jovens e mulheres.

a) Sistema Único de Segurança Pública (Susp)

No ano de 2007, o processo de implantação e institucionalização do Susp atingiu sua maturidade, ao fundamentar o planejamento do Pronasci. Nesse contexto, os princípios e as diretrizes do Sistema foram traduzidos em um conjunto objetivo e claro de ações a serem implementadas nas regiões em situação crítica de violência no Brasil. Destacam-se as ações de segurança pública implementadas nos XV Jogos Pan-americanos. Essas ações envolveram, de forma integrada e inovadora, programas de ações preventivas, a preparação e o emprego da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP), de forma integrada com as forças de segurança do Estado do Rio de Janeiro, a implantação de infra-estrutura e sistemas vitais de suporte para segurança pública e o empreendimento de ações de inteligência, com a participação efetiva das comunidades residentes nas regiões de realização dos jogos, como a capacitação de 6.500 Guias Cívicos, entre outras ações.

No âmbito da infra-estrutura e dos sistemas de suporte para a segurança pública, destacam-se as implantações do centro de comando e controle, que aprimorou a capacidade de despacho de viaturas, localização de ocorrências referenciadas geograficamente e o monitoramento da cidade e locais de jogos, por meio de 1.500 câmaras; do sistema de radiocomunicação digital criptografado, possibilitando a comunicação segura e a interoperabilidade dos órgãos de segurança pública; de equipamentos e tecnologias antibombas (robôs, veículos especiais, roupas de proteção); da aquisição de bens e equipamentos (aeronaves, veículos, armamentos letais e não-letais, equipamentos de áudio, vídeo, proteção, perícia); e da capacitação de agentes públicos no manejo das ferramentas adquiridas.

No âmbito das ações de inteligência, destaca-se a reestruturação e modernização do Centro de Inteligência de Segurança Pública do Rio de Janeiro, que contribuiu para aumentar a capacidade de produção de inteligência policial no Estado, bem como a instalação de Sistema de Inteligência, e a capacitação de policiais na área de interceptação de sinais, visando melhorar a qualidade da prova produzida.

Valorizando a informação como principal ferramenta da ação policial, três sistemas de informações vêm sendo continuamente aperfeiçoados e modernizados: o Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal, o Observatório Democrático de Práticas de Prevenção à Violência e Criminalidade e o Sistema de Monitoramento da Implantação do Susp. O monitoramento constante da situação da segurança pública, agregado ao imenso volume de informações gerenciadas por tais sistemas, visa permitir não só a avaliação e divulgação dos resultados alcançados, como também o amadurecimento das políticas de segurança pública, criando subsídios para a correção de problemas identificados. Destaca-se também, a consolidação da FNSP como instrumento de cooperação federativa, que atua à luz do Susp e do Pronasci, por meio da estruturação de um grupo de elite composto pelas polícias dos Estados. Até a presente data, já foram formados 7.991 policiais militares de todo o País.

A Força Nacional de Segurança Pública está em ação, atualmente, nos Estados do Rio de Janeiro, Maranhão e na região do Entorno do Distrito Federal, auxiliando os Governos dos referidos entes em questões variadas inerentes à segurança pública. Para o ano de 2008, a prioridade é o estabelecimento de uma base física da corporação (aquartelamento) na capital federal, de modo



que exista um efetivo de 500 homens prontos para atuar em qualquer parte do país, com mobilidade e rapidez, pressupostos básicos para uma tropa dessa natureza, funcionando também como centro de treinamento. A propósito, a meta de treinamento do Pronasci é de cinco mil homens/ano das polícias estaduais, num total de 20 mil homens ao longo de quatro anos.

O Sistema Nacional de Informações de Justiça e Segurança Pública – Infoseg tem como objetivo integrar os sistemas dos órgãos que compõem as polícias, a justiça e os órgãos de fiscalização, agregando os bancos de dados e permitindo um efetivo compartilhamento das informações entre os Estados e os órgãos federais. Os acessos às informações da rede passaram de quatro milhões, em 2004, para 26 milhões, em 2007, por mais de 90 mil usuários distribuídos nos três poderes das esferas federal e estaduais. Outro fato marcante relacionado ao aprimoramento das atividades do Infoseg nos últimos anos foi a integração da rede a países do Mercosul. Essa rede já disponibiliza informações sobre narcotráfico, inquéritos policiais, processos judiciais criminais e mandados de prisão, além dos dados cadastrais e imagens de condutores, proprietários, veículos e multas, bem como informações sobre armas de fogo.

Já no aspecto de formação profissional, a Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp) promove o acesso democrático aos processos de educação em segurança pública, continuada e de qualidade, por duas vias: credenciamento de Instituições de Ensino Superior (IES) para a realização de cursos de especialização de gestão em Segurança Pública; educação a distância, para realização de cursos de atualização e aperfeiçoamento em temas essenciais à segurança pública.

Em 2007, foram credenciadas 65 IES para a promoção de 81 cursos de especialização que beneficiarão cinco mil profissionais. Os recursos envolvidos são de R\$ 18,6 milhões. Com relação ao ensino a distância, foram implantados 210 telecentros – ambientes físicos dotados de tecnologia constituídos por telesala, *web*-sala e ambiente para tutoria – nos quais os profissionais de segurança pública terão acesso a cursos específicos para a área. Em 2007, a Rede beneficiou 57 mil profissionais de segurança pública e foram aplicados R\$ 14,5 milhões.

Em 2007, o Governo, por intermédio do Fundo Nacional de Segurança Pública, repassou aos Entes Federados R\$ 148,1 milhões, sendo R\$ 103,9 milhões para os Estados e R\$ 44,2 milhões para os Municípios. No referido exercício, foram doados a esses entes R\$ 26,3 milhões para aquisição de equipamentos, além do investimento de R\$ 578,3 milhões nos mencionados Jogos Pan-americanos.

b) Sistema Penitenciário Federal

O Sistema Penitenciário Federal foi concebido com o intuito de desarticular o crime organizado nos sistemas penitenciários estaduais, por meio do isolamento de líderes e de outros presos de alta periculosidade. Em 2007, o funcionamento das duas primeiras unidades, ocorrido em Campo Grande/MS e Catanduvas/PR, teve impacto positivo nos sistemas estaduais. Não houve registro de nenhum incidente relevante relacionado à atuação de facções criminosas no interior de estabelecimentos penais dos Estados. No referido exercício, o Governo Federal investiu cerca de R\$ 27 milhões nas obras das unidades de Mossoró/RN e Porto Velho/RO. Essas unidades devem entrar em operação ainda em 2008.

A valorização e capacitação do servidor penitenciário se insere no rol de prioridades do Governo. Por meio de parceria com 17 Estados, foram viabilizados cursos de capacitação e mais sete escolas penitenciárias foram implantadas. Atualmente, já são 25 as Unidades da Federação que possuem estrutura própria de capacitação em serviços penais.

Em relação à reintegração do preso à sociedade, o Governo tem interagido de forma multidisciplinar com vários órgãos, fortalecendo parcerias, para que esse processo de reinserção também contribua para a redução dos índices de reincidência criminal. Nesse sentido, o trabalho conjunto dos Ministérios da Justiça e da Educação possibilitou a ampliação do Projeto Educando para a Liberdade para mais seis Estados, em 2007. Já o Plano Nacional de Saúde no Sistema Prisional (PNSSP) conta, atualmente, com 149 equipes cadastradas, em 10 Estados, que promoveram, no exercício passado, o atendimento de atenção básica à saúde dos presos e internos em 131 estabelecimentos penais. Cada equipe é constituída por médicos, enfermeiros, odontólogos, assistentes sociais, psicólogos e auxiliares de enfermagem e de consultório dentário.

Essa interação institucional também se reflete na geração de vagas no sistema prisional. Uma sólida política de financiamento aos Estados, cuja finalidade precípua é a citada geração de vagas, resultou na celebração de 19 contratos de repasse, em 2007, que viabilizarão 4.514 novas vagas, fruto de um investimento de aproximadamente R\$ 107 milhões. No referido exercício, como consequência de convênios celebrados em anos anteriores, foram criadas 4.184 vagas nos sistemas penitenciários locais.

Para 2008, o Governo planeja a criação de novos cargos de agentes penitenciários federais e de cargos técnico-administrativos e de apoio especializado, para operacionalizar as penitenciárias federais a serem inauguradas neste exercício, além da ampliação dos sistemas de informação, como o Sistema de Informações Penitenciárias (Infopen), cujo módulo de gestão deverá ser estendido a novos Estados, e a unificação das bases de dados de informações penitenciárias no País, para subsidiar a execução das políticas públicas relacionadas à área penitenciária. Também está prevista a implantação de ouvidorias do Sistema Penitenciário nos Estados que ainda não possuem esse mecanismo de controle. Na esteira dessa diretriz, o Governo buscará articulação com os Tribunais de Justiça a fim de fomentar a instalação e o fortalecimento dos conselhos de comunidade.

c) Combate à Criminalidade

Além das ações educativas e de prevenção, o Governo implementou uma série de ações para o combate à criminalidade. Neste contexto, o Ministério da Justiça, por intermédio da Polícia Federal (PF), realizou 179 operações contra o crime organizado no ano de 2007, reprimindo o tráfico de entorpecentes, contrabando, corrupção, lavagem de dinheiro, crimes contra o meio ambiente, fraudes em licitações, entre outros, deflagradas em todo o território nacional, resultando na prisão de 2.534 pessoas.

No citado período, o Governo investiu mais de R\$ 41 milhões no Plano Anual de Reaparelhamento Policial (Parp). Esse investimento é fundamental para o trabalho de combate à criminalidade executado pela PF, sendo adquiridos 1.850 coletes balísticos, 6.587.250 unidades de munições letais, 3 mil algemas de metal e 7 mil algemas descartáveis, 85 veículos utilitários, 170 veículos do tipo sedan, 3.602 computadores, 253 *notebooks* e 674 impressoras. Ainda em termos de investimentos, o Projeto Pró-Amazônia/Promotec contou com cerca de R\$ 100 milhões, destinados a equipar as diversas aéreas da PF, como a de inteligência policial, dotando-a das melhores soluções em nível mundial. Esses investimentos atenderam a área de radiocomunicação, adquirindo-se equipamentos para a expansão da rede das regiões Sul e Nordeste e proporcionando equipamentos de redes táticas a mais 15 Delegacias da PF. Finalizou-se a implantação da rede de radiocomunicação digital segura nas cidades de Brasília e região do Entorno, bem como na cidade do Rio de Janeiro, sendo iniciada sua implantação na cidade de São Paulo.

Em termos de recursos humanos, houve um acréscimo de 1.412 servidores ao efetivo da instituição, chegando ao total de 14.447 servidores, sendo 11.133 policiais federais e 3.141 servidores administrativos. Para os próximos anos, o Governo planeja a continuação



do reforço dos recursos humanos da PF, o que contribuirá, ainda mais, para o aumento da sua efetividade, eficiência e eficácia.

Ainda em termos de ações realizadas em 2007, cita-se a implementação do novo passaporte brasileiro, modelo de segurança em nível global. Foram implantadas mais 12 Delegacias Especiais de Polícia Marítima, bem como finalizada a construção de uma nova superintendência e criadas mais quatro adidâncias policiais – no Uruguai, na Bolívia, no Suriname e na França. Não menos importante, nesse ano, foram as obras de reforma da Superintendência Regional da Polícia Federal, no Rio de Janeiro, com o início da implantação do Centro Compartilhado de Inteligência Policial de Combate ao Crime Organizado (Cicor), assim como o início da implementação de outra unidade da mesma natureza na cidade de São Paulo.

No que diz respeito à Polícia Rodoviária Federal, foi dada continuidade à ampliação do quadro de servidores, sendo aberto, em 2007, concurso para preenchimento de 340 vagas de Policiais Rodoviários Federais a serem lotados nos Estados de Mato Grosso e do Pará, o que possibilitará um aumento da fiscalização e atuação mais efetiva no combate à criminalidade nestas regiões, devido ao incremento de policiais nos postos de fiscalização. Ainda em termos de recursos humanos, foram capacitados 2.460 servidores, por meio de ensino a distância.

Ressalte-se a efetiva participação da Polícia Rodoviária Federal na segurança dos Jogos Pan-americanos, seja por intermédio da vigilância das rodovias federais que dão acesso ao Rio de Janeiro, seja por meio das escoltas dos atletas do aeroporto à Vila Olímpica. Ainda em 2007, foram realizadas 835 operações especiais de combate ao crime nas rodovias federais, tendo como resultado a apreensão de quatro toneladas de cocaína, 42 toneladas de maconha, 1.383 armas de fogo, a destruição de mais de 251 mil pés de maconha e a detenção de 1.847 pessoas por tráfico de entorpecentes. Nas operações de combate aos crimes ambientais, foram recuperados mais de 11 mil animais silvestres e apreendidos mais de 90 mil metros cúbicos de madeira. No combate à exploração de crianças e adolescentes, destaca-se o encaminhamento de 428 crianças e adolescentes, vítimas de crimes, aos conselhos tutelares e delegacias, bem como a detenção de 253 pessoas envolvidas nesses crimes. Para 2008, destaca-se a continuação da construção da nova sede da Polícia Rodoviária Federal, a implantação do projeto de Sistemas de Tecnologias Integradas, a readequação do mobiliário dos postos e delegacias e a atuação da Polícia Rodoviária Federal no Pronasci, por meio de um novo modelo de atendimento às ocorrências nas regiões abrangidas pelo projeto.

Na área de inteligência, em 2008, serão aprofundadas as relações institucionais no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sinbin), bem como aperfeiçoadas as atribuições e a forma de atuação dos diferentes órgãos governamentais envolvidos na prevenção e repressão às atividades de organizações terroristas no País.

d) Combate à Pirataria

O Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual (CNCP), desempenhando o seu principal papel, que é o de catalisador para a mobilização de esforços do Estado e da sociedade com vista ao enfrentamento da pirataria, consolidou-se como referência nessa área na América Latina. O CNCP atua de forma diferenciada em relação a outras experiências de combate à pirataria, em âmbito mundial, tanto por abrigar em sua estrutura órgãos públicos e privados, quanto pela proposta de política pública voltada à contenção da oferta de produtos piratas e, paralelamente, à contenção da demanda por esses produtos. Em decorrência dessa mobilização, o ano de 2007 ficou marcado pelo registro de recordes em termos de mercadorias apreendidas – mais de R\$ 1 bilhão.

Nesse sentido, a quarta edição do Estudo Anual de Pirataria de *Software*, elaborado pelo *International Data Corporation (IDC)*, e divulgado pela *Business Software Alliance (BSA)*, em 15 de maio de 2007, aponta que o Brasil teve uma redução de quatro pontos percentuais na taxa de pirataria de *software*, passando de 64% para 60%. Ressalte-se que essa é a primeira vez, nos últimos 10 anos, que o índice apresenta uma queda tão acentuada. Revela, inclusive, que o Brasil foi o mercado que registrou a maior queda na taxa de pirataria na América Latina, e a maior queda no mundo.

Destaca-se, também, a reclassificação do Brasil em listas elaboradas pelo Governo norte-americano, conhecidas como *Special 301*, publicadas anualmente pelo Representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR), com base em informações fornecidas pelo setor privado daquele país (indústrias farmacêutica, de *software*, cinematográfica, editorial e fonográfica, dentre outras). Desde 2002, o Brasil vinha sendo incluído na “lista de países em observação prioritária” (*priority watch list*), categoria na qual são colocados os países com maior grau de deficiência na área. Em 2007, passou para a “lista de países em observação”. Apesar de considerar favorável a reclassificação, o Governo considera que a manutenção do País em qualquer lista da *Special 301* não corresponde aos padrões de proteção à propriedade intelectual consagrados na legislação nacional, plenamente compatível com os compromissos assumidos pelo Brasil em foros multilaterais.

Como meta para 2008, está previsto o aperfeiçoamento do Plano Nacional de Combate à Pirataria e a continuação do processo de mobilização e articulação institucional, pública e privada, para divulgação e sensibilização mais ampla dos problemas de cada setor afetado pela pirataria.

e) Reforma e Modernização do Poder Judiciário

O Governo tem acompanhado e atuado ativamente na tramitação e aprovação dos projetos de reforma da legislação processual pelo Congresso Nacional. Em 2007, os esforços dedicados à aprovação dos projetos de lei referentes à reforma infraconstitucional obtiveram os seguintes resultados: sanção da Lei nº 11.441, pela qual divórcios, separações, inventários e partilhas poderão ser registrados em cartórios, por meio de escritura pública, sem a necessidade de passar pelo Poder Judiciário, desde que não haja conflito entre as partes; sanção da Lei nº 11.495, que trata da rescisória trabalhista, exigindo depósito prévio para essa ação. O depósito tem o escopo de filtrar as ações rescisórias, pois será revertido em multa se a mesma for julgada improcedente pelos membros do tribunal; sanção da Lei nº 11.496, que reduz as possibilidades de embargos ao Tribunal Superior do Trabalho.

f) Democratização do Acesso à Justiça

É sabido que a formação jurídica tradicional prepara o profissional para o conflito. Essa cultura precisa ser alterada, criando um novo paradigma voltado para a pacificação social. Para tanto, o Governo está preparando uma proposta concreta de composição e conteúdo programático dos cursos de formação em direitos humanos e técnicas de composição e mediação de conflitos. Paralelamente, estão sendo articuladas ações para a inclusão de disciplinas e práticas de composição e mediação de conflitos junto aos cursos de Direito, objetivando atuar na formação dos futuros bacharéis. Estuda-se, ainda, a forma de criar incentivos e critérios de avaliação dos cursos de Direito, como forma de induzir a formação jurídica voltada à pacificação social e não ao conflito.

Em 2007, no âmbito da democratização do acesso à justiça, devem ser ressaltados os 372.689 atendimentos de assistência jurídica gratuita efetuadas pelo Governo, por intermédio da Defensoria Pública da União, em todo o território nacional. Para 2008,



pretende-se consolidar a assistência jurídica integral e gratuita em todas as capitais estaduais, além de promover a interiorização dos serviços prestados, propiciando um aumento sensível do número de atendimentos, democratizando o acesso à justiça.

Sob a ótica do Pronasci, espera-se contribuir, de forma decisiva, para a inclusão dos milhões de cidadãos brasileiros que se encontram à margem do sistema de justiça. As ações propostas nesta área pelo Governo Federal apontam para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito e de seu caráter republicano.

g) Cooperação Jurídica Internacional

No que tange à cooperação internacional em material civil, o Governo atuou intensamente nas negociações da Convenção da Haia sobre Alimentos, que permitirá, nos próximos anos, maior eficiência na cobrança de pensões alimentícias em diversos países. Ampliou-se também a utilização das redes de cooperação, a exemplo da Rede Ibero-americana de Cooperação Judicial (IberRed), como forma mais ágil de obter o cumprimento dos pedidos de cooperação.

Em 2008, está prevista a publicação do Manual de Cooperação Jurídica Internacional, cuja finalidade é tornar acessível ao público o conteúdo dos instrumentos de cooperação internacional, bem como orientações específicas sobre cada país. Com a disseminação das informações contidas no Manual, as autoridades brasileiras terão mais facilidade em elaborar pedidos de cooperação jurídica internacional encaminhados ao exterior, de modo a aumentar a probabilidade de sucesso no cumprimento das medidas solicitadas, como rastreo e bloqueio de contas bancárias.

Além disso, em 2007, o Governo Federal concluiu as negociações de seis Tratados de Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal: Honduras, México, Panamá, Bélgica, El Salvador e Nicarágua. Está prevista a finalização, em 2008, das negociações de Tratado sobre Cooperação Jurídica Internacional em Matéria de Alimentos com os Estados Unidos da América.

h) Defesa do Consumidor e da Ordem Econômica

O ano de 2007 marcou a ampliação da utilização de duas ferramentas essenciais ao combate a ilícitos antitruste, o programa de leniência e a busca e apreensão franqueada pelo Poder Judiciário. No tocante ao programa de leniência – que permite à autoridade iniciar investigações robustas com base em informações de partícipes de ilícitos –, destaca-se o fato de que, até o ano de 2006, o Governo havia negociado dois acordos de leniência, simultaneamente, enquanto que, em 2007, foram negociados nove acordos simultâneos.

Por sua vez, o número de mandados de busca e apreensão cumpridos é crescente, passando de um total de onze, entre 2003 e 2005, para oitenta e quatro mandados cumpridos, em 2007. O aumento de operações de busca e apreensão deve-se tanto ao sucesso do programa de leniência, quanto à postura mais ativa do Governo nas investigações de práticas lesivas. Ressalte-se, também o combate a práticas anticompetitivas em licitações, como um esforço do Governo para manter o ambiente de compras públicas competitivo. Esse trabalho foi de extrema importância para garantir a concorrência efetiva, por exemplo, no leilão de concessão da usina hidrelétrica de Santo Antônio (Rio Madeira), ocorrido em 2007.

Serão concentrados esforços, em 2008, para a aprovação do Projeto de Lei nº 5.877, de 2005, que trata da reformulação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. O Projeto, se aprovado, proporcionará benefícios diretos ao ambiente concorrencial

brasileiro, entre outros dispositivos, ao promover a unificação das atribuições dos órgãos da concorrência e aperfeiçoar o atual sistema de notificação de atos de concentração.

Na área de proteção e defesa do consumidor, o Governo realizou diversas ações importantes nos seus principais eixos de atuação, em 2007, como a capacitação de técnicos do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC); integração dos órgãos do SNDC; a advocacia do consumidor; e a fiscalização e articulação internacional. No âmbito da capacitação, o Governo implantou a Escola Nacional de Defesa do Consumidor – ENDC. A Escola, em seu primeiro ano de funcionamento, realizou três cursos avançados e oito cursos básicos itinerantes em todas as regiões do Brasil, capacitando mais de 650 técnicos. Com respeito à integração dos órgãos do SNDC, 2007 foi o ano de consolidação do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (Sindec). Avançou-se na implementação de soluções para melhorar a qualidade da informação e para aprimorar a articulação entre os órgãos. Deu-se, também, um forte impulso no processo de municipalização do Sindec, estando o Sistema implantado em 65 Procons de 86 cidades, realizando uma média mensal superior a 50 mil atendimentos, processados por mais de 1.400 técnicos.

14. Prevenção Quanto ao Uso de Drogas

O consumo de drogas e seu impacto na vida da população se mostra, desde sempre, como uma questão complexa e que perpassa todos os setores da sociedade. A necessária integração das políticas setoriais com a política nacional, a descentralização das ações e o estabelecimento de parcerias com a comunidade científica e organizações sociais continuam a pautar as ações do Governo nesta área.

O Brasil vem se dedicando ao aumento da cooperação internacional e da produção de conhecimento científico sobre o tema. Nesse sentido, merece destaque a criação da Rede de Pesquisa sobre Drogas – projeto de cooperação entre Brasil e Portugal – que busca democratizar o acesso de cientistas de todas as regiões do País à formação especializada e ao financiamento de projetos de relevância para a Política Nacional sobre Drogas.

Desde 2003 o Governo trabalha, também, para a revisão dos marcos políticos e legais sobre o tema. O primeiro passo para a construção dessa nova agenda foi o realinhamento da Política Nacional sobre Drogas, publicada em 2005, após um processo democrático que contou com a ampla participação popular. Outro importante passo foi a sanção da nova lei sobre drogas, em agosto de 2006, que teve como maior avanço a diferenciação entre traficantes e usuários.

O I Levantamento Nacional sobre os Padrões de Consumo de Álcool na População Brasileira, divulgado em agosto de 2007, confirmou que o álcool é a droga mais consumida pelos brasileiros e está diretamente relacionado aos altos índices de violência e acidentes de trânsito registrados no País. Assim, foi publicada em 2007 a Política Nacional sobre o Álcool. Essa Política prevê medidas para diminuir o impacto negativo do consumo de bebidas, como também para a definição das estratégias, como, por exemplo, a harmonização e aperfeiçoamento da legislação que envolve a venda e a publicidade de bebidas alcoólicas, a ampliação do acesso ao tratamento e à reinserção social de usuários e dependentes de álcool, as ações de prevenção ao consumo excessivo de álcool entre populações vulneráveis, como indígenas e assentados da reforma agrária, e medidas referentes à associação entre o álcool e o trânsito, e suas consequências.

No que se refere à relação entre drogas e violência, o Governo, por intermédio da Secretaria Nacional Antidrogas (Senad), está coordenando duas importantes ações de prevenção desenvolvidas com recursos do Pronasci. A primeira, é a capacitação de 60



mil conselheiros comunitários municipais, ao longo de quatro anos, para que desenvolvam ações de prevenção entre a comunidade das 11 regiões metropolitanas brasileiras mais violentas. A segunda, é a ampliação da estrutura física e da capacidade de atendimento do Serviço Nacional de Orientações e Informações sobre a Prevenção do Uso Indevido de Drogas – Viva-Voz, que passará das atuais 12 horas diárias de funcionamento para 24h, incluindo finais de semana e feriados, aumentando assim o acesso da população a esse importante serviço de atendimento telefônico gratuito. Em 2008, além de diversas pesquisas para conhecimento das especificidades sobre o uso de drogas, será ampliado o Viva-Voz, implementada a Política Nacional e realizados cursos de capacitação para profissionais que atuam nessa área.



IV - INFRA-ESTRUTURA

2008

Em janeiro de 2007, foi lançado o mencionado PAC que, além de medidas de incentivo ao desenvolvimento econômico, estímulo ao crédito e ao financiamento, constitui-se em um conjunto de projetos de investimento em infra-estrutura. As metas propostas pelo PAC envolvem expansão significativa do investimento público e indução ao investimento privado. Essa carteira, composta de projetos nos setores de energia, logística e infra-estrutura social (transporte urbano, saneamento e habitação), já apresenta resultados na expansão da capacidade produtiva nacional com impactos na elevação da produtividade sistêmica da economia.

1. Energia

Em 2007, o Brasil confirmou a retomada do ciclo de crescimento da economia, ensejando diversas ações, notadamente as contidas no PAC, para garantir o suprimento de recursos energéticos com modicidade tarifária, compatível com o comportamento da economia. O aumento da demanda por energia intensificou leilões de energia nova, ampliação de linhas de transmissão e da malha de gasodutos. Em outra frente, o Governo realizou a Nona Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios, prosseguindo na trajetória de aumento da produção de petróleo e gás.

Em relação à produção de energia sustentável, merece destaque a ampliação dos investimentos em biocombustíveis. Na esteira desse processo, as políticas de inclusão social foram ampliadas com a incorporação crescente de pequenos agricultores na cadeia produtiva do biodiesel.

As perspectivas para 2008 estão alinhadas à continuidade do aumento da oferta energética do País, com o fortalecimento do planejamento estratégico do setor que propicie aumento dos investimentos de forma a assegurar a infra-estrutura energética necessária ao desenvolvimento econômico sustentável do País.

Em 2007, concluiu-se o Plano Nacional de Energia 2030 e a Matriz Energética Nacional 2030, documentos que, juntos, fornecem estratégias de desenvolvimento, bem como os investimentos em energia necessários para a expansão da oferta interna de energia até 2030. Além do Plano Decenal de Energia 2007-2016, também foram iniciados os trabalhos para o Plano Decenal de Energia em sua versão 2008-2017, provendo uma visão de futuro que propicia investimentos em energia no médio e longo prazo de uma forma sem precedentes na história do setor. No citado exercício, também foi feita atualização e aperfeiçoamento do Balanço Energético Nacional.

a) Energia Elétrica

Em consonância com o PAC, o Governo, por intermédio do Ministério de Minas e Energia (MME) programou, para 2008, um conjunto de ações para garantir a expansão do sistema elétrico em conformidade com as taxas de crescimento do PIB previstas para o horizonte 2008/2011. Nesse contexto, uma das prioridades é a integração energética entre as regiões elétricas brasileiras, estando prevista, em 2008, a interligação dos Estados de Rondônia e Acre ao Sistema Interligado Nacional – SIN, por meio da linha de transmissão Jauru/Vilhena, o que proporcionará a expressiva economia na Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis – CCC, da ordem de R\$ 1,5 bilhão. Na perspectiva da segurança do suprimento de energia elétrica, serão licitados, neste exercício, cerca de 3.000 km de linhas de transmissão, contemplando o sistema de transmissão associado à Usina Hidrelétrica (UHE) Santo Antônio, no Rio Madeira.

No campo da geração, foi leiloadada, em dezembro de 2007, a UHE Santo Antonio, de 3.150 MW, cujo início de operação acontecerá até o final de 2012. Além disso, com o objetivo de diversificar as fontes de geração de energia elétrica, será dada continuidade ao processo de construção da usina termonuclear de Angra III e outorgadas usinas de geração para mais 3.000 MW médios. A previsão de investimentos para o ano de 2008 em geração é de R\$ 20,39 bilhões, sendo R\$ 7,83 bilhões em usinas hidrelétricas (UHEs) e pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), R\$ 5,26 bilhões em usinas termelétricas, incluindo Angra III, e R\$ 7,29 bilhões com usinas do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa).

Além disso, o Governo vem buscando novas fontes alternativas de geração de energia elétrica, pautadas por mecanismos de desenvolvimento sustentável, em consonância com o Protocolo de Quioto. Destaques nesse sentido para o mencionado Proinfa e o Programa de Incentivo à Indústria Nacional de Bens e Serviços para os Setores de Petróleo e Gás Natural (Prominp), que fomentam o setor produtivo no desenvolvimento de fontes alternativas de energia e atraem novos investimentos.

a.1) Leilões de Geração e de Linhas de Transmissão

Em 2007, foram realizados três leilões de energia nova, com comercialização de 3.802 MW médios e, em dezembro foi realizado o referido leilão de concessão da UHE Santo Antonio, de 3.150 MW, com deságio de 35% no valor do MW/hora, resultando no preço final de R\$ 78,77 por MW/hora. Também foi realizado um leilão, com 1.930 km de novas linhas de transmissão, com deságio médio de 54,9%. Está programado para 2008, o leilão da UHE Jirau.

a.2) Expansão da Geração e de Linhas de Transmissão

A capacidade de geração de energia elétrica, ao final de 2007, alcançou 106.202 MW, incluindo a energia importada. Nos últimos cinco anos, a capacidade de produção do sistema elétrico aumentou 23,2%, correspondendo a 18.639 MW. Esse acréscimo é composto por 10.371 MW de fontes hidrelétricas, 8.262 MW de fontes termelétricas e outras fontes. Destaque, no exercício passado, para a conclusão da II Etapa da UHE Tucuruí, com mais 1.125 MW, UHE Campos Novos, com 880 MW, UHE Itaipu, com a entrada em operação da unidade geradora 18ª, de 700 MW, UHE Capim Branco II, com 210 MW, Usina Termoelétrica (UTE) Termorio, com mais 330,7 MW e as usinas do Proinfa – Etapa I, que totalizam 242 MW.

No âmbito do PAC, em 2007, na área de geração de energia elétrica, considerando o processo de licenciamento ambiental e as autorizações de entrada em terras indígenas para a realização de estudos, foram obtidas as licenças ambientais de 18 UTEs, nove UHEs e dois PCHs, bem assim 12 autorizações de acesso a terras indígenas para estudos de bacias hidrográficas. Foram iniciadas as obras de 15 UHEs, 16 UTEs e 10 PCHs, entre elas a UHE Simplício, UHE Dardanelos e UHE Estreito e foram concluídas, dois UTEs, em 2007.

O sistema de transporte de energia elétrica alcançou, ao final de 2007, a extensão de 87.235 km. Entre 2003 e 2007, foram construídos 14.729 km de linhas de transmissão, com incremento de 20,3%, em relação a 2002. Esse crescimento proporcionou uma maior integração dos subsistemas elétricos, ampliando a capacidade de transferência de energia elétrica entre as regiões, com aproveitamento da diversidade hidrológica do País, garantindo as condições necessárias para o suprimento de eletricidade com a qualidade e a confiabilidade requeridas pela sociedade.

Entre as obras de transmissão, concluídas em 2007, no âmbito do PAC, destaca-se a entrada em operação de 850 km de Linhas de Transmissão (LT), dentre elas a LT 230 kV Barra Grande – Lages – Rio do Sul. Ainda em relação ao PAC, na área de transmissão de energia elétrica, foram obtidas 15 licenças ambientais, sendo cinco Licenças Prévias (LP), cinco Licenças de Instalação (LI) e cinco Licenças de Operação (LO). Entre as LTs integrantes do PAC, cinco tiveram suas obras iniciadas em 2007, como a LT Desterro-Palhoça e a Interligação N-S III, e cinco foram concluídas.

a.3) Planejamento do Setor Elétrico

Em prosseguimento ao processo de retomada do planejamento do setor elétrico, o Governo, por intermédio do Grupo Eletrobrás e seus parceiros privados e do MME, por meio da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), realiza estudos de inventário hidrelétrico das bacias hidrográficas Branco, Aripuanã, Jarí, Araguaia, Tapajós, Itacaiaunas, Sucunduri, Trombetas e Juruena, com potencial estimado a inventariar de cerca de 32.000 MW, até 2010. Até o primeiro trimestre de 2009, está previsto ser concluída a maior parte desse potencial – cerca de 31.850 MW. Além dos inventários, estão sendo desenvolvidos estudos de viabilidade dos aproveitamentos Hidrelétricos de Belo Monte, Marabá, Tabajara, Teles Pires e Apicás, que totalizam cerca de 17.300 MW. Esses aproveitamentos estão inseridos no PAC, sendo 17.785 MW, com conclusão prevista até o segundo semestre de 2009.

a.4) Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia – Proinfa

A implementação do Proinfa, por meio da contratação de energia de Produtores Independentes (PIEs) de fontes alternativas, eólica, pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e biomassa, tem permitido o aumento da oferta de energia elétrica, a redução da emissão de gases de efeito estufa, nos termos do Protocolo de Quioto, e contribuído para o desenvolvimento sustentável. O investimento total do Programa é da ordem de R\$ 11 bilhões sendo os bancos públicos federais (BNDES, BASA, CEF, BB e BNB) os principais agentes financiadores.

Após a realização de duas chamadas públicas, foram contratados pela Eletrobrás os 3.300 MW estipulados pela legislação, sendo 1.423 MW de usinas eólicas, 1.191 MW de pequenas centrais hidrelétricas e 685 MW de biomassa, perfazendo um total de 144 empreendimentos, com data limite para entrada em operação de 30 de dezembro de 2008. Desses empreendimentos, 39 já estão em operação, somando 964 MW; 61 estão em construção, somando 1.001 MW; e 24 estão com EPCs (Engenharia, Fornecimento e Construção) contratadas (732 MW) e ainda não iniciaram a construção (513 MW). Esse resultado sinaliza que 82% do Proinfa já está viabilizado.

Dando continuidade à inserção das fontes alternativas renováveis na matriz brasileira, em junho de 2007, foi realizado o 1º Leilão de Compra de Energia Proveniente de Fontes Alternativas, resultando no acréscimo de uma potência instalada total de 638,64 MW em novas usinas ao Sistema Interligado Nacional (SIN), a partir de 2010, sendo 541,9 MW provenientes de termelétricas movidas à biomassa e 96,74 MW de PCHs.

a.5) Regulação e Fiscalização do Setor Elétrico

O Governo tem atuado na busca da estabilidade do marco regulatório, por meio da definição das regras técnicas e econômicas para os serviços de energia elétrica, da fiscalização de seu cumprimento, sob a ótica técnica, comercial e econômico-financeira,

da mediação de conflitos e da operacionalização das decisões da União relativas a concessões para os serviços de energia elétrica. Para o biênio 2007-2008, foi elaborado o Plano de Metas Bienais, enfatizando os compromissos com a coerência dos regulamentos do setor, a modicidade tarifária, o aprimoramento metodológico para revisão tarifária, a transparência e o fortalecimento dos instrumentos de diálogo com a sociedade.

Em 2007, no que diz respeito à regulamentação, destacam-se as revisões e reajustes tarifários das distribuidoras de energia elétrica. Com a realização do 2º ciclo de revisão tarifária das distribuidoras, período 2007/2010, foram feitas revisões em sete distribuidoras em 2007, e mais trinta e sete estão previstas para o exercício de 2008. Quanto ao reajuste tarifário anual, a meta realizada foi relativa a cinquenta e sete distribuidoras, em 2007, e para este exercício a meta é alcançar vinte e sete distribuidoras.

Quanto ao segmento de transmissão, iniciou-se o primeiro ciclo de revisão tarifária, que promoveu a revisão de dez transmissoras, em 2007. Está previsto, para 2008, o aprimoramento da regulamentação dos critérios para composição da rede básica do SIN e do acesso e uso das redes de transmissão e distribuição, dentre outros temas relevantes para o setor elétrico.

No âmbito da fiscalização dos serviços de energia elétrica, até o mês de novembro de 2007, foram realizadas 1.497 fiscalizações e está programado, para o próximo exercício, a realização de 2.046 fiscalizações de instalações e serviços de geração, transmissão e distribuição. Quanto aos aspectos técnico e comercial, serão priorizados a prevenção de condutas irregulares e o acompanhamento do atendimento a consumidores livres e de baixa renda, e do programa de universalização no uso da energia elétrica.

Na área econômico-financeira, destaca-se a fiscalização da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC), que resulta em ações corretivas e efetivas com vistas ao uso mais eficiente dos combustíveis nas usinas termelétricas dos sistemas isolados. A exemplo do resultado obtido em 2007, que reduziu os gastos com a CCC em aproximadamente 36% em relação ao apurado no exercício de 2006, resultando em benefício direto a todos os consumidores do País. As ações de fiscalização para 2008 têm como uma das suas principais diretrizes a busca pela modicidade tarifária.

Os serviços da Central de Tele Atendimento aos Consumidores da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), bem como as atividades desenvolvidas, por delegação, pelas agências estaduais conveniadas, proporcionaram um total de atendimento médio de um milhão e trezentas mil solicitações por ano. No sentido da ampliação da transparência dos atos da Aneel, destacam-se, em 2007, a realização das audiências públicas, como sustentação ao processo de regulação, a abertura das informações das contas de energia elétrica, com a publicação da cartilha “Por Dentro da Conta de Luz” e a seqüência dada às reuniões públicas de diretoria transmitidas ao vivo para todo o País, pela Internet.

b) Petróleo, Gás e Biocombustíveis

No âmbito do PAC, as áreas de Petróleo e Gás Natural em seus eixos de produção e exploração de petróleo, modernização e ampliação do parque de refino e produção de gás natural obtiveram os seguintes resultados globais: 26 obras foram iniciadas e 11 empreendimentos foram concluídos ou tiveram início de operação no ano de 2007, dentre eles as plataformas P-52 e P-54 e os gasodutos Cacimbas-Vitória e Carmópolis-Pilar.

Em relação ao processo de licenciamento ambiental foram obtidas 41 licenças sendo 13 Licenças Prévias (LP); 16 Licenças de

Instalação (LI) e 12 Licenças de Operação (LO). Na área de Biocombustíveis entraram em operação 30 novas unidades de produção, sendo 14 de biodiesel e 16 de álcool.

Em 2007, a produção média brasileira de petróleo foi de 1,83 milhão de barris por dia e a de gás natural de 49,2 milhões de m³ por dia. Com o objetivo de ampliar a oferta desses produtos, seis novas plataformas entraram em operação, o que permitiu uma oferta adicional, em dezembro de 2007, da ordem de seis milhões de m³ por dia de gás natural e de 185 mil barris por dia de petróleo. Em 2008, deverão ser iniciadas as operações das seguintes novas plataformas de petróleo e gás natural:

- i) plataforma PRA-1, que será parte fundamental do Plano Diretor de Escoamento e Tratamento de Óleo da Bacia de Campos e permitirá o escoamento e o tratamento do óleo proveniente de grandes projetos de produção naquela bacia;
- ii) plataforma P-51, no Campo de Marlim Sul, na Bacia de Campos;
- iii) FPSO Cidade de Niterói (navio de exploração e armazenamento de petróleo ou gás e escoamento da produção por outros navios), no Campo de Marlim Leste (área de Jabuti), na Bacia de Campos; e
- iv) implantação da FPSO São Mateus no Campo de Camarupim, na Bacia do Espírito Santo.

b.1) Marco Legal do Setor Petróleo e Gás

A partir da confirmação da nova província petrolífera de Tupi, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), considerando a importância dessa descoberta e com vistas à preservação dos interesses nacionais, requereu a realização de estudos pelo MME de possíveis alterações no marco legal desse setor. Tais mudanças deverão contemplar um novo paradigma de exploração e produção de petróleo e gás natural no País, introduzido pela descoberta da nova província petrolífera, tendo como premissa o respeito aos contratos em vigor.

O desenvolvimento do setor do gás natural demanda um arcabouço legal que possibilite a criação de um mercado competitivo e garanta investimentos na expansão da infra-estrutura de transporte e armazenamento. Nesse sentido, ao longo de 2007, o Ministério de Minas e Energia acompanhou a tramitação do Projeto de Lei do Gás que dispõe sobre a movimentação, estocagem e comercialização de gás natural.

b.2) Infra-estrutura de Transporte de Gás Natural

O Governo monitorou, durante o ano de 2007, a ampliação da malha de gasodutos em todo o território nacional. A situação da malha, nesse ano, foi a seguinte: de um total de 4.548 km, 1.436 km estão em fase de construção ou testes, 2.480 km encontram-se em fase de projeto ou de licenciamento ambiental e 632 km foram concluídos. A malha atual, em operação, é de 6.243 km.

Em 2008, serão iniciadas as obras dos gasodutos Gasduc III (RJ), Japeri–Reduc (RJ), Caraguatatuba–Taubaté (SP), Gaspal II (SP), Gasan II (SP), Paulína–Jacutinga (SP), Gasbel II (MG/RJ), Pilar–Ipojuca (AL/PE) e Cacimbas–Catu (Perna Norte do Gasene) (ES/BA). Além disso, deverão ser concluídas as obras de construção e montagem do trecho Taubaté–Japeri (SP) do Gasoduto

Campinas–Rio (SP/RJ), do Gasoduto Coari–Manaus (AM), do GLPDuto Urucu–Coari (AM), do trecho Catu–Itaporanga (BA/SE) do Gasoduto Catu–Carmópolis (BA/SE) e do Gasoduto Cabiúnas–Vitória (RJ/ES).

b.2.1) Implantação de Terminais de Gás Natural Liquefeito (GNL)

A Resolução CNPE nº. 04, de 2006, definiu como prioritária e emergencial a implementação de Projetos de Gás Natural Liquefeito – GNL. Compostos pela importação de gás natural na forma criogênica, armazenamento e regaseificação, bem como a infra-estrutura necessária, esses projetos objetivam facilitar o ajuste da oferta às características do mercado, seja por meio de oferta firme e regular para demanda industrial, residencial e automotiva, seja pela oferta flexível para termelétricas. Estão sendo implantados dois terminais de GNL, localizados, no Porto de Pecém (CE) e na Baía de Guanabara (RJ), cujas capacidades de regaseificação são, respectivamente, de seis e 14 MMm³/dia de gás natural. No segundo trimestre de 2008, está prevista a entrada em operação desses dois terminais.

b.2.2) Plano de Antecipação da Produção de Gás Natural na Região Sudeste (Plangás)

O Plangás é constituído de projetos de exploração, produção, processamento, e infra-estrutura de transporte de gás natural. Ao longo de 2007, foram iniciados os processos de licenciamento ambiental dos campos de Uruguá-Tambaú e Mexilhão (Bacia de Santos) e Camarupim (Bacia do Espírito Santo), bem assim dos empreendimentos ligados ao setor de abastecimento: terminal de Cabiúnas (RJ), ampliação da Refinaria Duque de Caxias – Reduc (RJ) e adaptação dos terminais de Ilha Redonda e Ilha Comprida (RJ). Além disso, foram iniciadas as obras nos campos de Merluza – Lagosta e Canapu (Bacia de Santos) e na Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbas (ES). Destaca-se também a assinatura, em novembro de 2007, do contrato de construção e montagem da unidade de gás natural da Refinaria Presidente Bernardes, em Cubatão.

b.3) Refino, Abastecimento e Petroquímica

O Governo, por intermédio da Petrobras, está investindo na melhoria da qualidade das refinarias para aumentar a produção e o valor agregado dos derivados produzidos. Está investindo, também, no abastecimento. Assim, no âmbito do Programa de Modernização e Expansão da Frota (Promef), foram contratados, em 2007, a construção, em estaleiros nacionais, de vinte e três navios de grande porte.

No setor de petroquímica, destaca-se o início das obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) e da Petroquímica Suape. O Comperj produzirá derivados convencionais e petroquímicos básicos, otimizando o uso de petróleo nacional. A Petroquímica Suape produzirá 550 mil toneladas por ano de PTA (ácido teraftálico purificado), devendo entrar em operação em 2009. Na indústria petroquímica, os investimentos totalizam R\$ 7,36 bilhões entre 2007 e 2010, com destaque para os empreendimentos da Petrobras, por meio da Petroquisa. Em 2008, a Petroquímica Paulínia (SP) deverá iniciar suas atividades.

Ainda neste ano, será iniciada a construção e a montagem da Refinaria Abreu e Lima, no Estado de Pernambuco. Essa refinaria destina-se a processar petróleos pesados e extrapesados, e estará concluída ao final de 2010. O dique-seco do Estaleiro Rio Grande, no Rio Grande do Sul, estará concluído em 2008. Esse dique será destinado a construir e reparar cascos de navios superpetroleiros e plataformas de produção de petróleo. Em Pernambuco, as obras do Estaleiro Atlântico Sul e de seu dique-seco, que será o maior do hemisfério sul, terão continuidade rumo à conclusão em 2009.

b.4) Nona Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios

A Nona Rodada de Licitações foi realizada com sucesso, em novembro de 2007, e contou com a oferta de duzentos e setenta e um blocos. Da totalidade desses blocos, cento e dezessete (43%) foram arrematados por trinta e seis empresas, sendo vinte e duas de capital nacional. Destaque-se que sessenta e sete empresas foram habilitadas para o certame. Como resultado, houve a arrecadação de R\$ 2,2 bilhões a título de Bônus de Assinatura, que é valor recorde em comparação com as demais rodadas já realizadas no Brasil. Em relação ao Programa Exploratório Mínimo, estimam-se investimentos de R\$ 1,4 bilhão na execução dos trabalhos de prospecção nesses blocos nos próximos quatro anos.

Para 2008, está prevista a retomada e conclusão da Oitava Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios. Essa Rodada foi planejada para ofertar áreas com maior potencial para gás natural, de modo a atender à crescente demanda desse energético, bem como para diminuir a dependência externa do mesmo.

Também, em 2008, é prevista a realização da Terceira Rodada de Licitações de Campos Marginais – alguns campos de petróleo e gás natural –, que são considerados marginais por empresas de grande porte, mas que podem vir a ser de interesse de empresas de menor porte. Os empreendimentos decorrentes dessa Rodada, ao mesmo tempo em que demandarão bens e serviços locais, irão gerar empregos e distribuição de renda.

b.5) Aumento das Reservas de Petróleo e Gás

No início de 2007, as reservas nacionais de petróleo e gás natural eram da ordem de 12,2 bilhões de barris e de 347,9 bilhões de m³, respectivamente. Em novembro de 2007, a Petrobras anunciou a confirmação da descoberta da mencionada Reserva de Tupi, que se vislumbra ser o maior campo de petróleo e gás já descoberto no País, capaz de aumentar, sozinho, as reservas nacionais em até 50%. Confirmado esse fato, o Brasil entrará no seleto grupo de grandes produtores mundiais. A acumulação de petróleo leve e gás de Tupi poderá alcançar volumes entre cinco e oito bilhões de barris equivalentes de petróleo, localizados em profundidades de cinco a sete quilômetros. Essa descoberta se dá em seqüências sedimentares do pré-sal, na bacia de Santos, no litoral sudeste do País. A acumulação é parte de uma nova província petrolífera que pode se estender por uma área de 800 km por 200 km de extensão, nas bacias de Santos, Campos e Espírito Santo.

b.6) Regulação e Fiscalização do Setor Petróleo, Gás e Biocombustível

A Agência Nacional de Petróleo e Biocombustíveis (ANP) controlou e monitorou, direta e indiretamente, em 2007, mais de quatrocentas concessões na plataforma continental e em terra, de forma a garantir o cumprimento de programas exploratórios e da produção. Em 2008, a ANP deverá controlar cerca de 785 concessões (350 campos de produção e aproximadamente 435 blocos exploratórios).

Foram realizadas 23.262 ações de fiscalização, em 2007, sendo que 15% desse quantitativo foi decorrente do trabalho desempenhado pelos órgãos conveniados, totalizando 3.534 ações. Esse resultado representou um aumento de 22% em relação ao mesmo período de 2006. Para 2008, o objetivo é realizar 25 mil ações de fiscalização no mercado de distribuição e revenda de combustíveis.

Em 2007, foram monitoradas 157.128 amostras de combustíveis, até o mês de novembro. Verificou-se uma melhora significativa nos índices de qualidade, notadamente do álcool etílico hidratado cujo índice de não-conformidade de 12,6%, em 2002, caiu para 3,2% em 2007. No que se refere ao índice de não-conformidade do diesel, foi observada a sua contínua redução, mesmo com a entrada de biodiesel no mercado nacional para revenda em postos de B2, o que resultou em um índice de 1,8%, em 2007, comparado ao de 5,9%, em 2002.

b.7) Biocombustíveis

b.7.1) Biodiesel

O Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) vem contribuindo para colocar o Brasil na vanguarda do desenvolvimento de uma política energética sustentável. Os investimentos na cadeia produtiva e a produção de biodiesel estão em ritmo acelerado. Em 2007, a produção suplantou 400 milhões de litros e registrou crescimento superior a 400% em relação a 2006. Merece destaque a inserção de pequenos agricultores na cadeia produtiva do biodiesel, resultando na inclusão de mais de 100 mil famílias, em 2007, gerando mais emprego e renda na agricultura familiar brasileira. A esses benefícios soma-se a redução das importações de derivados de petróleo, com ganhos na balança comercial da ordem de US\$ 500 milhões/ano com a adição de 2% de biodiesel ao óleo diesel – denominada mistura B2.

Esses resultados foram alcançados graças aos leilões públicos de biodiesel promovidos pelo Governo, entre o final de 2005 e meados de 2007, o que proporcionou considerável avanço na curva de aprendizado em todos os elos da cadeia produtiva, mesmo na fase em que não havia obrigatoriedade legal da mistura B2. Em novembro de 2007, foram realizados dois leilões voltados ao suprimento das necessidades de biodiesel para o primeiro semestre de 2008, uma vez que, a partir de janeiro de 2008, a mistura B2 passou a ser obrigatória em todo o território nacional.

O volume necessário de biodiesel para atendimento dessa demanda será da ordem de 800 milhões de litros anuais. No final de 2007, o CNPE também autorizou a realização de leilões para formação de estoques de segurança visando garantir o suprimento de biodiesel nos primeiros meses de 2008. Estão previstos, para 2008, leilões adicionais para atender as necessidades da mistura obrigatória B2 no segundo semestre do ano e para o desenvolvimento do mercado para uso do biodiesel em misturas superiores a 2%, tendo em vista que já se encontram em fase conclusiva os testes veiculares destinados à extensão da garantia dos motores também para o uso da mistura B5. Complementando esses avanços, em 2008, deverão ser incorporadas quinze novas unidades produtivas, estimando-se que a produção nacional de biodiesel ultrapasse a marca de um bilhão de litros em 2008.

b.7.2) Etanol

Em 2007, o Brasil avançou no sentido de consolidar sua posição de destaque na produção, utilização e exportação de etanol. Em março de 2007, foi assinado acordo de cooperação com os Estados Unidos com o objetivo de promover o desenvolvimento desse biocombustível na América Latina, mediante esforço conjunto. Além disso, Brasil e Estados Unidos pretendem avançar na cooperação tecnológica rumo à segunda geração de biocombustíveis, com o domínio das técnicas de hidrólise da celulose, o que propiciará ganhos significativos com o aumento da produtividade do etanol por hectare cultivado.

Em novembro de 2008, o Brasil sediará o Fórum Internacional de Biocombustíveis. Nessa conferência internacional, Brasil, China, Índia, Estados Unidos, África do Sul e União Européia trabalharão conjuntamente para estabelecer padrões comuns para o etanol visando sua transformação em *commodity* energética. Também em 2008, deverão ser incorporadas vinte e seis novas usinas, estimando-se que a produção nacional de etanol ultrapassará a marca dos atuais 21 bilhões de litros já na próxima safra 2008/2009. Ainda em 2008, está previsto o início das obras do alcoolduto entre Senador Canedo (GO) e o terminal de São Sebastião (SP), o que contribuirá para melhorar ainda mais a competitividade do etanol brasileiro.

c) Geologia e Recursos Minerais

Em 2007, teve continuidade a implementação de programas e ações para uma maior eficiência na gestão dos recursos minerais nacionais e para a aquisição de informações geológicas e geofísicas do território, com o objetivo de promover o desenvolvimento da indústria mineral.

Em 2008, estão previstos o início dos estudos para a elaboração do Plano Duodecenal de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, a implantação do Conagem (Conselho Nacional de Geologia, Mineração e Transformação Mineral), órgão colegiado consultivo para a proposição de políticas públicas setoriais e a implantação do Plano Nacional de Extensionismo Mineral, de forma a apoiar e fomentar a pequena mineração.

No segmento de conhecimento geológico, foram realizadas ações que objetivaram a geração e difusão do conhecimento geológico e hidrogeológico do território nacional, tendo sido realizados levantamentos nas escalas 1:100.000 e 1:250.000, e cobertura com aerogeofísica de alta resolução, visando facilitar e induzir o investimento privado em prospecção e pesquisa mineral. Neste exercício, com a abertura de crédito extraordinário havido em 2007 e a implementação de projeto especial voltado para a região Amazônica, está programada a execução de 432.213 km² de levantamentos geológicos e 644.270 km² de levantamentos aerogeofísicos. Para a região do Semi-árido nordestino os levantamentos hidrogeológicos serão prioritários.

As ações de modernização do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, implementadas em 2007, proporcionaram resultados significativos para o setor mineral. Foi intensificado o foco nas outorgas minerais, tendo sido desenvolvidos três sistemas que operam totalmente em ambiente de rede, garantindo-se segurança, transparência e agilidade na emissão de títulos minerários. As ações de modernização da gestão mineral têm elevado o nível de confiança do investidor, aumentando expressivamente o número de novos requerimentos de pesquisa. Em 2007, esse número ultrapassou a casa dos 22 mil novos requerimentos, ante um total de aproximadamente 7.700 requeridos no ano de 2002. Também como reflexo dessa modernização, o prazo de emissão dos alvarás de pesquisa, que era de quatro anos em 1999, diminuiu para três meses, no máximo, em 2007.

2. Transportes

O Governo retomou o processo de planejamento integrado de transportes a médio e longo prazo, tendo concluído em 2007 a 1ª versão do Plano Nacional de Logística e Transportes – PNLT, cujo relatório executivo foi colocado na íntegra à disposição da sociedade brasileira, no sítio eletrônico do Ministério dos Transportes (MT). Foi também iniciado o processo de institucionalização do PNLT com a atualização e reavaliação das perspectivas dos Estados, mediante a realização de reuniões em todas as 27 Unidades da Federação, com a presença dos setores governamentais e setores privados envolvidos, incluindo usuários, operadores de transportes,

entidades do setor agrícola, industrial e de serviços e meio acadêmico. Esse trabalho fortalece a capacidade do Governo de promover a oferta permanente de infra-estrutura e serviços que favoreçam o deslocamento de pessoas e bens no sistema nacional de transportes, sob sua jurisdição, observando os aspectos de segurança, de regularidade, confiabilidade e a redução de custos para o usuário.

Em 2008, está prevista a consolidação de um conjunto de projetos e ações tais como a estruturação de corredores estratégicos de transportes, o estímulo a maior participação dos modais aquaviário e ferroviário na matriz de transportes, o apoio ao desenvolvimento da indústria do turismo e a consolidação da ligação do Brasil com os países limítrofes, fortalecendo a integração física na América do Sul com vistas a atender com eficiência a demanda decorrente do crescimento econômico do País, principalmente do comércio exterior, reduzir os níveis de ineficiência, contribuindo para a diminuição do número de acidentes, tempos de viagem e custos de transportes.

Com a mencionada criação do PAC, na área de transporte os investimentos desse Programa, especialmente em logística de transportes, estão orientados para a manutenção, recuperação e ampliação da infra-estrutura do País, diversificando os modais para um maior equilíbrio da matriz de transportes.

No modal rodoviário, o PAC abrange toda a malha viária federal de forma a conferir à mesma adequada trafegabilidade, uma vez que assegura recursos para sua manutenção e expansão da capacidade das rodovias estratégicas para o escoamento da produção, para o turismo e para a integração nacional e com a América do Sul. Integram o PAC grandes projetos de construção, duplicação, pavimentação e adequação, além dos acessos terrestres aos portos.

No modal ferroviário, entre diversos projetos, deverá ser objeto de programa específico a eliminação de pontos de estrangulamento, decorrentes das interferências com os aglomerados urbanos, a ser realizado em parceria com os respectivos concessionários. Na Ferrovia Norte-Sul deverão ser completados os trechos Araguaína – Palmas, no Estado do Tocantins e Anápolis – Uruaçu, em Goiás, nos próximos anos. A ferrovia Transnordestina se constituirá em nova fronteira de desenvolvimento para o Semi-árido nordestino, e igualmente relevantes serão a variante de Guarapuava (PR), o trecho da Ferronorte entre Alto Araguaia (MT) e Rondonópolis (MT) e o Ferroanel de São Paulo, em seu tramo norte, que permitirá a integração das ferrovias Ferronorte, Novoeste e Ferroban aos portos de Santos (SP) e de Itaguaí (RJ).

As hidrovias terão sua utilização potencializada pela realização de investimentos em sinalização e balizamento, dragagem e derrocamento, de modo a permitir a navegabilidade em condições econômicas e seguras. As melhorias na hidrovia do São Francisco, entre Ibotirama e Juazeiro, na Bahia, conjugadas ao porto de Juazeiro e à ligação ferroviária Juazeiro-Salvador, permitirão o escoamento de parcela significativa da produção de grãos do oeste baiano. Quanto à navegação do Tocantins em direção aos portos do Pará será viabilizada com o término das obras das eclusas de Tucuruí (PA). A capacidade da hidrovia Paraná – Paraguai está sendo ampliada para atender a demanda existente. Na Amazônia, 40 novos terminais hidroviários estão sendo construídos.

A modernização e expansão da marinha mercante, mediante a ampliação dos recursos destinados ao financiamento da construção de embarcações e estaleiros, deverão servir de importante estímulo à navegação de cabotagem, atualmente incipiente, frente ao potencial que representa a nossa costa, seja para o mercado interno, seja para concentração de cargas visando a exportação.



a) Transporte Rodoviário

No setor de infra-estrutura de transporte rodoviário, além das referidas ações, o Governo prioriza os investimentos destinados à melhoria das condições e à redução dos pontos de estrangulamento e esse esforço se traduz na estruturação de corredores estratégicos de transportes. Como condição necessária para esse desenvolvimento, na área institucional está em execução o processo de modernização e o aperfeiçoamento da estrutura do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT), com o objetivo de habilitá-lo a agilizar, tomar decisões e a realizar o monitoramento de conformidade das obras.

Em 2007, foram adotadas diversas iniciativas para a reabilitação estrutural das rodovias federais, conforme detalhamento que se segue.

a.1) Conservação, Restauração e Manutenção (Crema)

O Programa Crema deu um novo enfoque para as atividades no setor, ao implementar a sistemática de terceirização da conservação, da restauração e da manutenção das rodovias. Durante o ano de 2007, foram executados 850 quilômetros de restauração e 5.061 quilômetros de conservação em rodovias pavimentadas. A meta é que se tenha, até 2010, aproximadamente 30 mil km de rodovias contratadas e mantidas através desse Programa.

a.2) Programa Integrado de Revitalização (PIR-IV)

Durante o ano de 2007, foram recuperados cerca de 2.400 quilômetros e conservados 13.700 quilômetros no âmbito desse Programa, que prevê a realização de obras de recuperação e dos serviços de manutenção e de conservação rotineira, com vida útil de até quatro anos.

a.3) Sinalização nas Rodovias Federais (Pro-Sinal)

O Programa tem como objetivo melhorar a sinalização da malha, garantindo orientação adequada aos usuários e maior segurança ao trânsito, contemplando 48 mil quilômetros de rodovias. No período de julho de 2006 até dezembro de 2007 foram executados 55% do programa, aproximadamente 26,4 mil km, e sua conclusão está prevista para julho de 2008.

a.4) Plano Diretor Nacional Estratégico de Pesagem

O objetivo desse Plano é a implantação de um dispositivo eficiente de controle de cargas nas rodovias para coibir os excessos e garantir a vida útil dos pavimentos. Estão propostas em cinco anos 148 localizações de Postos de Pesagem de Veículos com equipamentos fixos e 72 bases para equipamentos móveis, com a operação de 220 balanças (fixas e móveis) em todo o País. Até o momento existem 78 postos, sendo, em operação, 11 balanças fixas e 33 balanças móveis.

a.5) Investimentos na Adequação e Construção de Rodovias

A construção e adequação das rodovias estratégicas para o escoamento de safra, ampliação da fronteira agrícola e integração nacional, continuarão a ser priorizadas, em 2008, com o objetivo de superar gargalos operacionais. Destacam-se as seguintes obras:

Região Norte

- BR-230/PA – pavimentação de 835 km da Divisa TO/PA – Marabá – Altamira – Medicilândia – Rurópolis, sendo que no subtrecho Marabá – Altamira (485 km) a obra está contratada, no subtrecho Altamira – Medicilândia (94 km) as obras foram iniciadas em junho/2007 e concluídos 51 km de terraplanagem e 20 km de pavimentação, e no subtrecho Medicilândia – Rurópolis (256 km) a licitação da obra deverá ocorrer no 2º semestre de 2008;
- BR-156/AP – pavimentação de 309 km entre Ferreira Gomes – Oiapoque, incluindo a construção da ponte internacional, sendo que no subtrecho Igarapé do Breu – Calçoene (85 km) executados 5 km de pavimentação e concluídas cinco pontes e no subtrecho Calçoene – Oiapoque (224 km) o projeto executivo está sendo elaborado;
- BR-364/AC – construção e pavimentação de 339 km entre Sena Madureira e Cruzeiro do Sul, sendo que no subtrecho Sena Madureira – Feijó (215km) já foram executados 7 km de terraplenagem e iniciada a execução de três pontes, e no subtrecho Tarauacá – Rio Liberdade (124 km) foram concluídos 93 km de pavimentação e 4 obras de artes e está em execução a sinalização, a ser concluída em 2008;
- BR-163/PA – pavimentação da Divisa de MT/PA – Rurópolis – Santarém/PA, incluindo o acesso a Miritituba/PA (BR-230/PA), com 947 quilômetros de extensão, sendo que no subtrecho Santarém – Rurópolis (213 km) foram retomadas as obras em junho de 2007 pelo 8º Batalhão de Engenharia do Exército (BEC), tendo sido executados 14 quilômetros de terraplenagem com o apoio do 9º BEC, devendo estar concluídos 15 quilômetros de capa asfáltica no primeiro semestre de 2008, no acesso a Miritituba (33 km) foi iniciada mobilização pelo 9º BEC, em novembro de 2007, e no subtrecho Rurópolis – Divisa MT/PA (799 km) foi retomada, em outubro de 2007, a construção da ponte sobre o rio das Arraias, com 162m de extensão;
- BR-319/AM – restauração e pavimentação Manaus/AM – Porto Velho/RO, com 680 km, incluindo a construção da ponte sobre o rio Madeira/RO, sendo que no subtrecho Rio Careiro Castanho (KM 178) – KM 383 as obras foram iniciadas pelo 6º BEC, em agosto de 2007, estando prevista a pavimentação de 15 km até junho de 2008, no subtrecho KM 383 – Humaitá (296 km) está em elaboração o projeto executivo, no subtrecho Humaitá- Divisa AM/RO (175 km) as obras foram iniciadas pelos 5º e 7º BEC, no subtrecho Divisa AM/RO – Porto Velho/RO (18 km) estão em execução obras de restauração da rodovia e foi aprovado, em outubro de 2007, o projeto executivo da ponte sobre o rio Madeira, com 700 m de extensão.

Região Nordeste

- BR-101/Nordeste (RN/PB/PE/SE/BA) - Duplicação e Adequação de Capacidade entre Natal/RN e Entroncamento BR-324, em Feira de Santana/BA, sendo que no Rio Grande do Norte (81 km) estão sendo executadas obras de duplicação em todo o trecho e de restauração em 35 km. O 1º BEC está executando as obras do perímetro urbano de Natal até o acesso a Arêz, na Paraíba (129 km), dos três subtrechos em execução, o 2º BEC está executando o subtrecho de Lucena à divisa PB/PE e em Pernambuco (195 km), dos três subtrechos em execução, o 3º e 4º BEC está executando o subtrecho divisa PE/PB até Iguarassú. Os demais trechos, do Rio Grande do Norte até Pernambuco, estão sendo executados por empresas privadas. Em Sergipe, encontram-se em andamento as obras do km 77,3 ao km 91,6, na travessia urbana de Aracaju;

- BR-230/PB – duplicação de 112 km entre João Pessoa e Campina Grande, sendo que 92 km estão concluídos e 20 km em execução com previsão de conclusão até o primeiro semestre de 2008;
- BR-116/BA – construção de ponte sobre o rio São Francisco na Divisa PE/BA – Ibó (980m de extensão), sendo que as obras de superestruturas foram concluídas em dezembro de 2007 e a conclusão da obra está prevista para o primeiro semestre de 2008;
- BR-135/PI – pavimentação de 134 km entre Jerumenha – Bertolínea - Eliseu Martins, sendo que no subtrecho Jerumenha – Bertolínea (87km) foi concluída a licitação das obras e no subtrecho Bertolínea – Eliseu Martins (47km) será licitado o projeto executivo e contratados estudos ambientais no primeiro semestre de 2008;
- BR-135/BA - construção da Divisa PI/BA – Divisa BA/MG, com 294km, sendo que já foram concluídos 126 km, estão em obras 57 km, dos quais 10 km estarão concluídos no primeiro semestre de 2008. Existem ainda 69 km a implantar e 42 km a adequar;
- BR-135/MA – duplicação do acesso rodoviário ao porto de Itaqui, com 18 km de extensão, devendo a obra ser licitada em março de 2008;
- BR-222/CE – duplicação Caucaia – Entroncamento acesso ao Porto do Pecém, com 34 km, estando a obra contratada com licença prévia do órgão ambiental estadual, estando prevista a retomada das obras no primeiro trimestre de 2008, em função da identificação de área indígena na faixa de domínio da rodovia fato que suscitou nova solicitação de licenciamento ambiental ao Ibama;
- Via Portuária de Salvador – construção, em pista dupla, da Via Expressa de acesso ao Porto de Salvador com 7 km de extensão, estando o projeto básico em execução pelo Estado da Bahia.

Região Centro-Oeste

- BR-158/MS/SP – construção da ponte Paulicéia/SP – Brasilândia/MS, com 1.700m, tendo sido assinado, em agosto de 2007, convênio entre o DNIT e o Governo do Estado de São Paulo para a conclusão das obras, cujo término está previsto para agosto de 2008;
- BR-163/364/MT – duplicação de 385 km entre Rondonópolis – Cuiabá – Posto Gil, estando em execução um trecho intermediário na Serra de São Vicente, com 17 quilômetros, dos quais 9 km já duplicados e prevista para agosto de 2008 a conclusão desse subtrecho. A licitação para a contratação dos estudos ambientais do subtrecho Rondonópolis – Posto Gil está prevista para o primeiro semestre de 2008;
- BR-158/MT – pavimentação de 515 km entre Ribeirão Cascalheira e a Divisa MT/PA, sendo que no subtrecho Divisa PA/MT – Entroncamento BR-242 (270 km) foi aprovado o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto no Meio Ambiente (EIA/RIMA);
- BR-364/MT – pavimentação de 185 km entre Diamantino e Campo Novo dos Parecis, sendo que no subtrecho Diamantino – Parecis (62 km) estão concluídos 43 km, e em execução os 19 km restantes e a ponte sobre o rio Preto, no subtrecho Parecis – Km

720 (44 km) foram pavimentados 12 km, devendo os 32 km restantes ser concluídos em 2008, e no subtrecho Km 720 – Ita Norte o processo licitatório do projeto executivo deve ser contratado no primeiro semestre de 2008;

- BR-163/MT – pavimentação de 53 km entre Guarantã do Norte/MT até a divisa MT/PA, incluindo a travessia urbana de Guarantã, sendo que nessa travessia está concluída a pavimentação de 5 km de vias marginais e em relação ao restante do trecho, o projeto executivo encontra-se em elaboração, com previsão de lançamento do edital para o primeiro trimestre de 2008;

- BR-060/GO/DF – duplicação de 93,5 km entre Brasília/DF – Anápolis/GO – as obras de duplicação estão concluídas no trecho do Distrito Federal, faltando somente a construção de dois viadutos e obras complementares. O trecho goiano, com 62 km foi inaugurado;

- BR-153/GO – duplicação e restauração com 187 km de extensão entre Aparecida de Goiânia e Itumbiara – foram concluídos 71 km de pista nova, estando em execução 13 km; na pista antiga, foram restaurados 30 km e a conclusão da obra está prevista para dezembro de 2008;

- BR-070/GO – duplicação de 17 km entre a Divisa DF/GO – Águas Lindas/GO – obra iniciada nas vias marginais em agosto de 2007 e a conclusão do projeto executivo está prevista para fevereiro de 2008;

- BR-242/MT – pavimentação e construção de 314 km entre Ribeirão Cascalheira – Sorriso – previsto o lançamento do edital de licitação dos estudos técnicos no primeiro semestre de 2008;

Região Sudeste

- Arco Rodoviário do Rio de Janeiro, subtrecho da BR-101 – duplicação Santa Cruz – Mangaratiba, incluindo o acesso ao porto de Itaguaí, com 26 km – estão em execução obras de pavimentação e as pontes sobre o rio Guandu e sobre os canais de Itá e São Fernando, bem assim o início do viaduto do trevo entroncamento BR-101 – acesso ao porto; o subtrecho da BR-493, com 100 km, encontra-se em fase de licenciamento ambiental e conclusão do projeto básico pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, tendo sido em outubro de 2007, assinado convênio de delegação para execução das obras;

- BR-101/ES – adequação de capacidade de 182 km de Vitória à Divisa ES/RJ (incluindo Contorno de Vitória) – no subtrecho Vitória – divisa ES/RJ (156 km) o edital de licitação do EVTE, EIA/RIMA e do projeto executivo deve ser publicado no primeiro semestre de 2008, no Contorno de Vitória (26 km) as obras devem ser contratadas em 2008;

- BR-381/MG – duplicação Belo Horizonte – Ipatinga e Adequação Ipatinga – Governador Valadares, incluindo construção do Contorno de Belo Horizonte – subtrecho Betim – Ravena (em pista dupla) – os projetos executivos serão licitados no primeiro semestre de 2008 e as obras até o final deste ano;

- BR-153/MG e BR-365/MG – duplicação dos trechos: BR-153 entre a Divisa GO/MG e o entroncamento com a BR-365 (56 km), e da BR-365- entroncamento com a BR-153 até Uberlândia (95 km), com extensão total de 151 km, sendo que no subtrecho da BR-153 as obras estão em andamento, com previsão de conclusão para o primeiro semestre de 2008 e no subtrecho da BR-365 as obras também estão em andamento na travessia de Uberlândia;

- BR-050/MG – duplicação Araguari – Uberaba – Uberlândia, com 135 km de extensão, sendo que no subtrecho Uberlândia – Uberaba as obras estão em conclusão; no subtrecho Uberlândia – Araguari foi concluído o projeto executivo e elaborados os estudos ambientais, prevendo-se para o final do primeiro semestre de 2008 o lançamento do edital para execução da obra;
- BR-262/MG – duplicação de Betim a Nova Serrana, com 90 km de extensão – o novo edital de licitação das obras será elaborado em 2008;
- BR-265/MG – pavimentação de 136 km entre Ilicínea e São Sebastião do Paraíso, obras estão em andamento, concluídos 31 km de pavimentação e quatro pontes;
- Rodoanel de São Paulo/SP – Trecho Sul com 61,5km a partir da rodovia Régis Bittencourt, interligando o Trecho Oeste com as rodovias Anchieta e Imigrantes – as obras estão em execução por meio de convênio com o Governo do Estado de São Paulo;
- BR – 158/MS/SP – construção da ponte Paulicéia/SP – Brasilândia/MS, com 1.700m, tendo sido assinado, em agosto de 2007, convênio entre DNIT e o Governo do Estado de São Paulo para a conclusão das obras, cujo término está previsto para agosto de 2008.

Região Sul

- BR-101-SUL (SC/RS) – duplicação de 348 km de Palhoça/SC a Osório/RS, sendo que em Santa Catarina (249 km), as obras estão em andamento com conclusão de 54 km de pavimentação e 27 obras de arte especiais; no Rio Grande do Sul (88,5 km), obras também estão em andamento. A previsão de conclusão das obras nos dois Estados é para final de 2008;
- BR-116/448/RS – Programa Via Expressa (região metropolitana de Porto Alegre) - conjunto de obras para desafogar a região metropolitana de Porto Alegre – serão concluídas em 2008 as licitações diversos estudos técnico-ambientais para a realização de trechos relativos as BRs 116 e 448;
- BR-386/RS –duplicação de 38 km de Tabaí a Estrela – em elaboração o projeto executivo e em andamento o processo de licitação para contratação do EIA/Rima;
- BR-392/RS – duplicação de 77 km de Pelotas a Rio Grande, inclusive Contorno de Pelotas – foi contratada a obra de Pelotas a Rio Grande (52 km), com a aprovação do detalhamento do novo projeto executivo; para o Contorno de Pelotas (25 km) já foram contratados os estudos de impacto ambiental e o projeto executivo, com previsão de entrega no primeiro semestre de 2008;
- BR-158/RS – construção e pavimentação de 68 km, de Santa Maria a Rosário do Sul – obra em andamento, com 34 quilômetros concluídos, estando prevista a conclusão de 34 km em setembro de 2008;
- BR-470/SC – duplicação de 62 km no trecho Navegantes – Blumenau – Entroncamento Acesso a Timbó – o EVTE, o EIA/Rima e o projeto executivo deverão ser contratados no primeiro semestre de 2008;
- BR-280/SC – duplicação de 65 km entre São Francisco do Sul e Jaraguá do Sul – a licitação das obras está prevista para o segundo semestre de 2008;

- BR-282/SC – construção e pavimentação de 133 km entre Lages – São José do Cerrito - Campos Novos e São Miguel do Oeste – Paraíso – Fronteira Brasil/Argentina, por meio de convênio com o Estado de Santa Catarina. No subtrecho Lages e São José do Cerrito (32km) as obras estão em fase de conclusão; no subtrecho São José do Cerrito a Campos Novos (71 km) já foram pavimentados 20 km e há a previsão de conclusão das obras no primeiro semestre de 2008; e no subtrecho São Miguel – Paraíso – Fronteira Brasil/Argentina (30 km) obras iniciadas, com conclusão para o 2º semestre de 2008;
- BR-153/PR – construção e pavimentação de 83 km entre Ventania – Alto do Amparo – as obras estão em andamento, com conclusão de 40 km de pavimentação;
- Construção da Segunda Ponte Internacional sobre o Rio Paraná, entre Foz do Iguaçu e Porto Meira/Paraguai, com 720 metros de extensão, incluindo acessos e postos de fronteira - o edital do projeto executivo será relançado em abril de 2008 e a conclusão dos estudos ambientais está prevista para junho de 2008;
- BR-116/PR – Divisa SP/PR a Curitiba, inclusive Contorno Leste de Curitiba – as obras complementares estão em andamento, com previsão de conclusão para março de 2008.

a.6) Concessões Rodoviárias

Na área de concessões rodoviárias, 2007 foi um ano de extrema relevância e que representou a definição de um novo paradigma para o setor. Foram publicados os estudos e os editais da 2ª etapa de concessões rodoviárias, em 16 de agosto de 2007, e realizada a licitação na modalidade leilão, em 09 de outubro de 2007, na Bovespa. O Leilão foi do tipo menor tarifa, chegando a deságios de 65,42% do preço de referência estabelecido em estudos. Ao todo, 2.600,8 quilômetros de rodovias federais foram concedidos para a exploração da iniciativa privada nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná e Santa Catarina. A concessão compreende a execução dos serviços de recuperação, manutenção, monitoração, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração dos seguintes lotes rodoviários:

- BR-153: Divisa MG/SP - Divisa SP/PR (321,6 km);
- BR-116: Curitiba - Divisa SC/RS (412,7 km);
- BR-393: Divisa MG/RJ - Entr. BR-116, Via Dutra (200,4 km);
- BR-101: Divisa ES/RJ - Ponte Rio-Niterói (320,1 km);
- BR-381: Belo Horizonte - São Paulo (562,1 km) - Rodovia Fernão Dias;
- BR-116: São Paulo - Curitiba (401,6 km) - Rodovia Régis Bitencourt;
- BR-116/376/101: Curitiba - Florianópolis (382,3 km).

No ano de 2007, realizaram-se revisões dos Programas de Exploração das Rodovias, e foi autorizada a execução de uma série de obras adicionais nas concessões rodoviárias federais existentes. Esses novos investimentos, em volume aproximado de R\$ 35 milhões, têm como objetivo garantir o deslocamento seguro e íntegro dos usuários, bem como facilitar o acesso e impulsionar o desenvolvimento econômico de regiões lindeiras à rodovia. Em 2008, além de dar continuidade às ações de fiscalização, incluindo as novas concessões, pretende-se implementar a 3ª etapa do Programa.

b) Transporte Ferroviário

No modal ferroviário, conforme mencionado, deverá ser desenvolvido, no âmbito do PAC, um programa específico para a implantação e adequação de contornos ferroviários e passagens urbanas. Durante o ano de 2007, foram realizadas diversas ações nesse sentido, como a continuação da construção dos contornos ferroviários de São Félix-BA e Cachoeira-BA, o início das obras de construção dos contornos ferroviários de Campo Belo-MG, São Francisco do Sul-SC e Joinville-SC, a conclusão da iluminação definitiva da ponte rodoferroviária sobre o Rio Paraná na divisa SP/MS em Rubinéia-SP, a continuação da construção de transposição de linha férrea nos municípios de Valentim Gentil-SP e Simões Filho-BA, a continuação do prolongamento de trecho de rebaixamento da linha férrea em Maringá-PR, a conclusão de transposição de linha férrea no Município de Matão-SP, e a construção da passagem superior sobre a linha férrea no Município de Alagoinhas-BA.

Estão ainda em andamento os projetos executivos dos contornos ferroviários de Santo Amaro-BA, Alagoinhas-BA, Camaçari-BA, Londrina-PR e do Terminal Intermodal de Campo Grande-MS, além das ações de desapropriação e início das obras da Ferrovia Transnordestina.

A Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. inaugurou 108 quilômetros de ferrovia no Estado do Tocantins, chegando com os trilhos da Norte-Sul ao Município de Araguaína, onde foi construído um pátio ferroviário com uma área de 348 mil m². Foi ainda iniciada a implantação dos 358 quilômetros seguintes, ligando o Pátio de Araguaína a Palmas, onde serão construídos os pátios de Colinas do Tocantins e de Guaraí, cuja conclusão está prevista para o segundo semestre de 2008.

Para o exercício de 2008 está prevista a inauguração do trecho Araguaína-Guaraí, com 210 km. No tramo sul, a Valec irá retomar as obras no trecho ferroviário Campo Limpo-Ouro Verde de Goiás, com 40 km, e iniciará a construção de 228 km da Ferrovia Norte-Sul, no trecho Ouro Verde de Goiás-Uruaçu, bem como do ramal ligando a ferrovia ao Porto Seco de Anápolis.

Merece ser registrado também que, em outubro de 2007, foi realizado na Bovespa o leilão da subconcessão do direito de exploração comercial da Ferrovia Norte-Sul nos próximos trinta anos, ficando o vencedor do certame licitatório responsável pela operação, conservação, manutenção, monitoração, melhoramentos e adequação deste trecho ferroviário.

c) Transporte Marítimo e Hidrovias

Em 2007, destaca-se a continuidade da construção de 55 terminais hidroviais nos Estados do Amazonas, Pará e Maranhão,

para atendimento de uma população estimada em 3,2 milhões de habitantes, cujo meio principal de locomoção para centros urbanos em busca de hospitais, educação, comércio e escoamento da produção agrícola local baseia-se no transporte fluvial.

No que se refere a outorgas na área dos serviços de transporte, foram emitidas oitenta e seis autorizações para novas empresas de navegação. Na área da infra-estrutura portuária, importa destacar a aprovação de projetos de implantação de arrendamentos nos Portos de Itaguaí, Imbituba, Itajaí, Vitória, Porto Alegre e São Francisco do Sul, que resultarão em investimentos da ordem de R\$ 482,4 milhões, bem assim as autorizações para a construção e exploração de doze terminais de uso privativo, na modalidade de uso misto, que importarão em investimentos da ordem de R\$ 1,3 bilhão e num acréscimo da oferta da infra-estrutura para movimentação de cerca de 80 milhões de toneladas. Foram também executadas obras nos portos de Maceió/AL, Itajaí/SC, São Francisco do Sul/SC, Rio Grande/RS, Suape/PE e supervisionados convênios nos portos marítimos.

c.1) Infra-Estrutura Portuária

Refletindo a prioridade atribuída pelo Governo ao setor, foi criada, em 2007, a Secretaria Especial de Portos da Presidência da República (SEP/PR), que tem como objetivo priorizar as ações necessárias para uma maior eficiência e eficácia na formulação de políticas e diretrizes para o desenvolvimento do setor de portos marítimos, e promover a execução e avaliação de medidas, programas e projetos de apoio ao desenvolvimento da infra-estrutura portuária marítima. Cabe ainda à SEP/PR a participação no planejamento estratégico do setor de portos marítimos e da infra-estrutura portuária marítima, a aprovação dos planos de outorgas e o desenvolvimento da infra-estrutura dos portos, visando a segurança e a eficiência do transporte aquaviário de cargas e de passageiros.

No âmbito do PAC foram contempladas, em 2007, diversas ações na área de infra-estrutura portuária, destacando-se a ampliação e melhoria dos acessos terrestres ao Porto de Santos, com a implantação das Avenidas Perimetrais, (na margem esquerda, com 9,2 km, em fase final de projeto e licenciamento ambiental, e na direita, com 5,0 km), em obras; as dragagens de aprofundamento dos canais de acesso e bacias de evolução dos portos de Itaguaí/RJ (em licitação), Santos/SP (em fase de conclusão do EIA-Rima), Itaquí (obras a serem iniciadas) e Rio Grande, Itajaí, Vitória, Recife, Rio de Janeiro, Suape, São Francisco do Sul, Aratu e Fortaleza (em fase de elaboração do projeto básico); a contenção do Cais do Porto de Vitória/ES; a construção da Rampa *Roll-on Roll-off* e do Píer 400, no Porto de Vila do Conde/PA; a repotencialização do sistema de atracação do Terminal Salineiro de Areia Branca/RN; a recuperação dos Berços 101 e 102 e Construção da Retroárea dos Berços 100 e 101 do Porto de Itaquí; a construção do Berço 100 e alargamento do Cais Sul do Porto de Itaquí; a construção do acesso rodoferroviário ao Porto de Suape/PE; a construção dos Berços 401-A e 201 do Porto de São Francisco do Sul, sendo este por intermédio do 10º BEC; e a ampliação dos Molhes do Porto do Rio Grande.

Foram realizadas ações de implantação do sistema denominado *ISPS Code – International Ship and Port Facility Security Code*, com destaque para a “Declaração de Cumprimento” obtida pelo porto do Rio de Janeiro, integrante da Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ e nos portos de Ilhéus, Aratu e Salvador, da Companhia das Docas do Estado da Bahia (Codeba).

Vale destacar, também, a criação e regulamentação, por intermédio da Medida Provisória nº 393, de 2007, convertida na Lei nº 11.610, de dezembro de 2007, do Programa de Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária, que estabeleceu uma nova sistemática para a contratação de serviços de dragagem, que aduzirá maior economia e transparência para o setor portuário brasileiro. Por essa sistemática, é permitida a contratação de serviços de natureza contínua por resultados, visando o aprofundamento

dos canais de acesso e bacias de evolução e, posteriormente, sua manutenção por 5 anos. Na primeira etapa, foram incluídos nessa nova sistemática os seguintes portos: Santos, Rio Grande, Itaguaí, Itaquí, Itajaí, Vitória, Recife, Rio de Janeiro, Suape, São Francisco do Sul, Aratu e Fortaleza, todos pertencentes ao PAC.

Para 2008, será dada continuidade às obras do PAC, bem como serão implementadas ações para a consolidação e institucionalização de um Plano Diretor Portuário, o estudo da composição das tarifas e custos portuários, o que irá propiciar a redução dos custos praticados e uma maior competitividade entre os portos, a formulação de políticas para o setor portuário e a implantação de programas de treinamento, requalificação e valorização do trabalhador portuário.

Com relação à área de proteção e de meio ambiente, serão efetuadas diversas ações, destacando-se a criação, em cada Porto, de uma unidade de gestão ambiental, com o objetivo de assegurar o desenvolvimento de uma política e mentalidade de gestão ambiental integrada ao meio portuário, o desenvolvimento e a implantação de Programas de Capacitação Técnica Integrado para o treinamento prévio do exercício das atividades portuárias, o treinamento preventivo contra acidentes de trabalho e exposição a riscos de saúde e a capacitação técnica quanto à qualificação profissional nos aspectos de gerenciamento ambiental e controles de vetores e ações de saúde, como o desenvolvimento e a implementação de Planos de Contingência a Pandemia de Influenza Aviária nos portos e Planos de Controle de vetores de doenças, como pragas urbanas (pombos, ratos), focos de mosquitos e tratamento de resíduos sólidos.

d) Fomento à Indústria Naval

Em relação ao Fomento à Indústria Naval e à Marinha Mercante, o Governo deu continuidade aos trabalhos de aprimoramento dos procedimentos para a concessão de financiamentos de projetos prioritários de construção e reparação de embarcações e construção e modernização de estaleiros. Merece destaque a inclusão no PAC do Programa de Fomento ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Construção Naval.

Com o fomento à construção de embarcações em estaleiros nacionais, a indústria naval brasileira consolida cada vez mais seu crescimento, com a ampliação e modernização de estaleiros e a implantação de novas áreas industriais com impactos significativos na geração de empregos diretos e indiretos. Em 2007, foram entregues 21 embarcações e outras 46 outras estão em andamento, com valores de financiamento de R\$ 330 milhões e R\$ 1,73 bilhão, respectivamente.

Foi concedida, pelo Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante - CDFMM, prioridade de financiamento para construção de embarcações de maior porte, totalizando financiamentos de cerca de R\$ 3,3 bilhões para os próximos anos, a serem utilizados na construção ou modernização de 156 embarcações e seis estaleiros. Existem 47 obras já contratadas, entre elas a construção de 23 novos petroleiros, que irão compor a frota da Transpetro. Para viabilizar o atendimento à demanda de financiamento do setor, foi formalizada entre a União e o BNDES a previsão de utilização suplementar de recursos de outras fontes nos anos em que a arrecadação do Fundo da Marinha Mercante (FMM) não for suficiente para fazer face à demanda de recursos para projetos priorizados pelo CDFMM.

e) Cooperação do Exército Brasileiro

As organizações militares de engenharia do exército tiveram detacada participação em importantes obras voltadas para a

melhoria da infra-estrutura de transportes no País e na retomada do planejamento estratégico na área de transportes, com destaque para o Plano Nacional de Logística e Transporte e o Programa Nacional de Pesagem de Veículos, em convênio com o Ministério dos Transportes, por intermédio do Centro de Excelência em Engenharia de Transportes (Centran). Além das obras já mencionadas, foi concluída a construção da BR-030, no Estado de Minas Gerais, a continuação da construção do complexo aeroportuário de São Gonçalo do Amarante/RN e a recuperação dos aeroportos de São Luis /MA e de Porto Velho/RO. Na Amazônia, houve prosseguimento da citada pavimentação da BR 163 Cuiabá/MT-Santarém/PA. No projeto de integração do Rio São Francisco com as bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional, estão em execução a construção do canal de aproximação do eixo leste e da barragem de areias e a construção do canal de aproximação do eixo norte e da barragem de Tucutu.

3. Aviação Civil e Infra-estrutura Aeroportuária

O estágio atual da economia brasileira se reflete, positivamente, no movimento registrado nos sessenta e sete aeroportos administrados pela Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária (Infraero), além das oitenta unidades de apoio à navegação aérea e trinta e dois terminais de logística de carga. Em 2007, verificou-se crescimento do movimento de passageiros de 8,7%, em relação a 2006, chegando a aproximadamente 111 milhões de passageiros. Para 2008, estima-se um crescimento da ordem de 9,5% no movimento, podendo alcançar a marca de 121,6 milhões de passageiros. O movimento nos terminais de logística de carga da Infraero também vem apresentando incremento, chegando a cerca de 648 mil toneladas de cargas importadas e exportadas em 2007, com perspectiva de alcançar o montante de 672,7 mil toneladas em 2008.

No que se refere à infra-estrutura aeroportuária, a capacidade instalada está sendo ampliada e modernizada continuamente. Os recursos para investimentos são direcionados prioritariamente para duas categorias básicas: operações e segurança. Foram investidos, em 2007, mais de R\$ 306 milhões em obras de expansão e adequação, dos quais R\$ 149 milhões correspondem a parte do aporte de capital de R\$ 565,11 milhões realizado pela União na Infraero. Destacam-se os seguintes investimentos realizados em 2007:

- Aeroporto Internacional de Congonhas: conclusão da 2ª etapa da reforma e modernização do terminal de passageiros, conector, sistema viário, sistema de pistas e pátio de aeronaves e a recuperação do pavimento da pista principal (R\$ 43,3 milhões);
- Aeroporto Santos-Dumont no Rio de Janeiro: reforma e ampliação do terminal de passageiros e do sistema de pista e pátios (R\$ 121,9 milhões);
- Aeroporto Internacional de João Pessoa – Presidente Castro Pinto: conclusão das obras e serviços de reforma e ampliação do terminal de passageiros e reforma com reforço da pista de pouso, das pistas de rolamento, dos pátios de estacionamentos de aeronaves e obras complementares (R\$ 17,5 milhões);
- Aeroporto Internacional de Corumbá/MT: recuperação do pátio de aeronaves, implantação do sistema de macrodrenagem, do balizamento noturno no pátio de aeronaves, da sinalização vertical luminosa do sistema de pistas e do sistema separador de água e óleo na rede coletora de drenagem (R\$ 4,9 milhões);
- Aeroporto Internacional de Campinas/Viracopos: execução de obras e serviços de infra-estrutura e manutenção (R\$ 6,3 milhões).

Também merecem destaque os demais empreendimentos que foram desenvolvidos em 2007, com conclusão prevista para os próximos exercícios:

- Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos/Governador André Franco Montoro: implantação, adequação, ampliação e revitalização do sistema de pátios e pistas, e revitalização do sistema de macrodrenagem. A conclusão do empreendimento está prevista para 2008;
- Aeroporto Internacional Pinto Martins – Fortaleza: construção do terminal de cargas e da torre de controle/DTCEA, reforço do pátio de aeronaves e da pista de taxiamento. A conclusão do empreendimento está prevista para 2008;
- Aeroporto Internacional de Boa Vista: reforma e ampliação do terminal de passageiros, reurbanização do acesso, e construção de edificações complementares. A conclusão do empreendimento está prevista para 2008;
- Aeroporto de Vitória – Eurico Aguiar Salles: construção de novo terminal de passageiros, de torre de controle, de sistema de pistas e de central de utilidades. A conclusão do empreendimento está prevista para 2009;
- Aeroporto Internacional de Macapá: construção de novo terminal de passageiros. A conclusão do empreendimento está prevista para 2009;
- Aeroporto de Goiânia: construção de novo terminal de passageiros, de pátio de aeronaves, de pistas de táxi, de sistema viário interno, de infra-estrutura de utilidades e do estacionamento de veículos. A conclusão do empreendimento está prevista para 2009;
- Novo sítio aeroportuário no Rio Grande do Norte, em São Gonçalo do Amarante: execução de desmatamento, terraplenagem, pavimentação, drenagem, proteção vegetal, sinalização horizontal e infra-estrutura dos sistemas de auxílio e proteção ao voo. A conclusão desta etapa do empreendimento está prevista para 2009;
- Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro – Galeão/ Antônio Carlos Jobim: recuperação e revitalização dos sistemas de pistas e pátios. A conclusão do empreendimento está prevista para 2010.

Foram ainda realizados investimentos sociais na manutenção de sessenta e dois projetos, que atendem a mais de 15 mil pessoas do entorno dos aeroportos. Para o exercício de 2008, além de executar os R\$ 416,11 milhões relativos ao aporte de capital da União, o montante de investimentos da Infraero deverá alcançar a cifra de R\$ 1,723 bilhão.

No que se refere às atividades de fiscalização da aviação civil, a meta da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), prevista para 2007 (6.500 missões), foi superada em mais de 62%, chegando a um total de 10.540 missões representando intensa fiscalização nos aeroportos, tanto no que se refere a serviços prestados pela infra-estrutura aeroportuária quanto àqueles ofertados pelas companhias aéreas. Ainda nesse exercício, foram realizados diversos eventos para capacitação e formação de inspetores e técnicos da aviação civil, com destaque nos Programas de Treinamento em Segurança da Aviação Civil, desenvolvidos em atendimento aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil junto à Organização da Aviação Civil Internacional (OACI).

Na área de *safety* (vigilância/segurança operacional), o Brasil foi o primeiro país credenciado pela referida Organização para ministrar o curso de *Safety Management System* – SMS, implementando os dois primeiros cursos para profissionais de diversos setores da aviação civil, com destaque para o curso de treinamento de Inspectores Governamentais em Segurança Operacional. Por meio desse curso foram capacitados quarenta profissionais da Anac para a condução do processo de certificação das organizações de treinamento em aviação civil internacional.

Também em 2007, a Anac deu continuidade ao processo de compra da aeronave de instrução AMT-600 GURI, integralmente produzida no Brasil pela empresa Aeromot, para incentivar a indústria aeronáutica de bandeira brasileira e modernizar a frota de aeronaves das unidades de instrução profissional da aviação civil, possibilitando a redução do preço das horas de voo nos aeroclubes, com a finalidade de fomentar a formação de pessoal especializado para o Sistema de Aviação Civil. Duas aeronaves foram recebidas no período, de um total de 15 aviões.

Atendendo às diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Aviação Civil – Conac, um conjunto de projetos na área de regulação e fiscalização continuarão a ser desenvolvidos no exercício de 2008. Os projetos foram agrupados em grandes objetivos, quais sejam: desenvolvimento institucional, capacitação profissional, transporte aéreo, infra-estrutura aeroportuária e meio ambiente, fortalecimento da indústria aeronáutica, fatores humanos na aviação, canais de comunicação com a sociedade, segurança da aviação civil, responsabilidade civil e defesa do consumidor, e quadro próprio de pessoal.

4. Comunicações

a) TV Digital

Em 2007, iniciaram-se as transmissões da TV Digital aberta no País, marcando um importante avanço nas comunicações brasileiras. As primeiras transmissões em sinal digital aberto começaram oficialmente no dia dois de dezembro, em São Paulo. As demais capitais serão atendidas pela nova plataforma a partir de 2008. O Governo manteve investimentos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico de soluções que permitam utilizar essa nova plataforma digital para oferta de serviços e aplicações interativos de interesse público e de tecnologias de acessibilidade voltadas ao público portador de deficiências ou com limitações de outra natureza.

O sistema educacional brasileiro deverá ser significativamente beneficiado com a perspectiva de se explorar a interatividade na TV, que incrementará a qualidade e a efetividade do ensino a distância nos níveis básico e superior. A conectividade das escolas públicas e a oferta de serviços interativos na TV digital serão objetivos primordiais, a partir de 2008.

b) Serviços Postais

Em 2007, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) inaugurou 147 novas agências de atendimento, totalizando 12.252 agências distribuídas pelo País, e a rede de distribuição domiciliária e unidades distribuidoras de objetos postais se expandiram para 936 centros de distribuição. A ECT conta com, pelo menos, uma agência em cada um dos 5.565 Municípios brasileiros. Não obstante, o atendimento postal tem como meta a universalização dos serviços postais básicos nos distritos com mais de 500 habitantes. Com esse objetivo, 81 novos distritos passaram a ter a presença da ECT, totalizando 1.395 distritos atendidos pelos

serviços postais. Em 2008 continuarão as instalações de unidades de atendimento para que o serviço postal básico chegue a todos os 1.537 distritos com população igual ou superior a 500 habitantes.

Durante o ano de 2007, os Correios deram continuidade às substituições de suas antigas unidades por Agências de Correio Comunitárias (AGC), oferecendo todos os serviços postais básicos a 5.852 localidades. Até novembro de 2007, houve a substituição por AGCs em 3.440 unidades da meta global de 3.694 unidades.

A ECT também tem uma participação expressiva no comércio exterior. As Exportações por Remessas Postais, nas quais se insere o Exporta Fácil, sistema simplificado de exportações por remessas postais, possibilita que milhares de empresas, principalmente as microempresas e empresas de pequeno porte nacionais, possam ter acesso ao mercado externo, realizando remessas de seus produtos pela via postal. Com a facilitação do despacho aduaneiro e a redução dos custos de embarque no processo exportador de remessas até o limite de US\$ 20.000,00, por meio da Declaração Simplificada de Exportação (DSE), abre-se espaço para o crescimento de pequenos empreendedores no comércio internacional e amplia a base exportadora e os resultados da balança comercial, contribuindo, assim, para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Por seu lado, o Importa Fácil simplifica a importação de medicamentos, além de beneficiar as entidades científicas que podem trazer para o País material de pesquisa, arcando com menores custos e sem burocracia. Em 2008, serão desenvolvidos projetos para assegurar a expansão das redes logísticas do serviço Exporta Fácil. A ECT espera oferecer aos exportadores brasileiros o acesso à logística de exportação de carga consolidada (contêiner) por via aérea e por via marítima, criando mais oportunidades de vendas no exterior com mais dinamicidade.

c) Radiodifusão e Emissoras Comunitárias

O Governo continua com o compromisso de ampliar as rádios e TVs comunitárias, perseguindo a meta de que cada Município disponha de pelo menos uma emissora. No ano de 2007, foi concedido um total de 449 outorgas de serviço de radiodifusão. Dentre essas, 295 de rádios comunitárias, 64 de rádio FM comercial, 5 de rádio FM educativa, 2 de TV educativa, 38 de retransmissão de TV e, ainda, 10 consignações de radiofrequências relativas ao serviço de TV Digital.

5. Saneamento

a) A Retomada dos Investimentos

O PAC contempla R\$ 40 bilhões em investimentos para o setor de saneamento básico, para o período 2007-2010, conforme discriminado no quadro que se segue. Desse total, R\$ 12 bilhões são provenientes do Orçamento Geral da União, R\$ 20 bilhões referem-se às disponibilidades de financiamentos com recursos do FAT e FGTS, e R\$ 8 bilhões deverão ser aportados como contrapartida dos proponentes (Estados, Municípios ou prestadores de serviços de saneamento). Trata-se de um montante anual médio de R\$ 10 bilhões, bastante representativo para o setor. Essa prioridade de investimentos do Governo guarda consonância com a iniciativa da ONU, que declarou o ano de 2008 como o “Ano Internacional do Saneamento”, pautando, assim, o saneamento na agenda de desenvolvimento mundial como ação fundamental da infra-estrutura urbana, com forte repercussão nos aspectos econômicos e de justiça social.

Quadro 10 – Recursos previstos para o PAC/Saneamento, 2007-2010

Fonte de Recursos	Objetivos	Órgão Gerenciador	Investimento (R\$ bilhões)
OGU	Saneamento integrado em favelas e assentamentos precários em Regiões Metropolitanas	MCidades	4
	Abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e manejo de águas pluviais em cidades de médio e grande porte	MCidades	4
	Saneamento em municípios com população até 50.000 habitantes	Funasa	4
	Subtotal		12
FGTS / FAT	Financiamentos a Estados, Municípios e Prestadores Públicos de serviços de saneamento	MCidades	12
	Financiamento a Prestadores Privados e Operações de Mercado	MCidades	8
	Subtotal		20
Contrapartida de Estados, Municípios e Prestadores			8
Total			40

Fonte: Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental/ Ministério das Cidades

Os recursos previstos no PAC deverão, ainda, alavancar outros investimentos nas esferas municipais e estaduais por parte de seus respectivos prestadores públicos de serviços de saneamento. A partir de reuniões realizadas entre o Governo Federal, Estados, Distrito Federal e Municípios, em 2007, foram selecionados 874 empreendimentos de abastecimento de água, esgotamento sanitário e saneamento integrado em regiões metropolitanas e cidades pólo com população superior a 150 mil habitantes, no âmbito das 27 Unidades da Federação.

Para os Municípios com população entre 50 mil e 150 mil habitantes, a seleção dos empreendimentos a serem apoiados por recursos do Orçamento Geral da União (OGU) na esfera do PAC se deu com base em critérios técnicos e objetivos, tais como a taxa de mortalidade infantil, o *déficit* absoluto de abastecimento de água e esgotamento sanitário na área urbana, e a capacidade de endividamento/pagamento.

No âmbito do PAC – Saneamento já foram firmados 734 contratos que totalizam o montante de R\$ 10,9 bilhões, sendo R\$ 3,7 bilhões com recursos onerosos (276 contratos) e R\$ 7,2 bilhões (458 contratos) com recursos do Orçamento da União, que irão beneficiar 572 municípios.

Em 2007, também foram desenvolvidas ações de saneamento ambiental para prevenção e controle de agravos, direcionadas aos municípios com população de até 50 mil habitantes e grupos populacionais específicos (comunidades remanescentes de quilombos, reservas extrativistas, assentamentos da reforma agrária e populações ribeirinhas). Essas ações têm por objetivo a ampliação do acesso dessas populações historicamente excluídas do acesso ao saneamento básico.

Os recursos do PAC previstos para serem aplicados nos municípios com população de até 50 mil habitantes (R\$ 4 bilhões) referem-se à implementação de ações de abastecimento de água, esgotamento sanitário, e melhorias sanitárias domiciliares, além de ações de melhorias habitacionais para controle da doença de chagas e manejo ambiental, e drenagem urbana para controle da malária.

Os esforços serão concentrados para atender as principais metas do PAC, voltadas às ações de saneamento ambiental para prevenção e controle de agravos, especialmente: 200 Municípios com as maiores taxas de mortalidade infantil (média do triênio de 2003 a 2005); 1.368 Municípios que apresentam elevado fator de risco à saúde devido às condições sanitárias e ambientais; 20 municípios localizados na calha do rio São Francisco (previsão de ações destinadas ao abastecimento e esgotamento sanitário); 380 comunidades remanescentes de quilombos (meta de beneficiar 45 mil famílias com serviços de saneamento, abastecimento de água e solução adequada do destino de dejetos); 622 Municípios localizados em área de alto risco de transmissão da doença de chagas, (35 mil famílias nos Estados da Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, com ações de restauração e de reconstrução de moradias); 30 Municípios da Amazônia legal com maior número de casos de malária (ações de manejo ambiental e drenagem urbana); e 75 mil famílias de localidades de até 2.500 habitantes (beneficiadas com ações de abastecimento de água e com solução adequada de esgotamento sanitário).

Em 2007 foram pactuados recursos da União da ordem de R\$ 19,1 bilhões, sendo R\$ 11,5 bilhões em financiamentos e R\$ 7,5 bilhões oriundos do OGU.

O quadro a seguir apresenta os valores históricos dos empréstimos e desembolsos realizados pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) com iniciativas de saneamento, no período de 1995 a 2007.

Quadro 11 – Investimentos FGTS - Saneamento

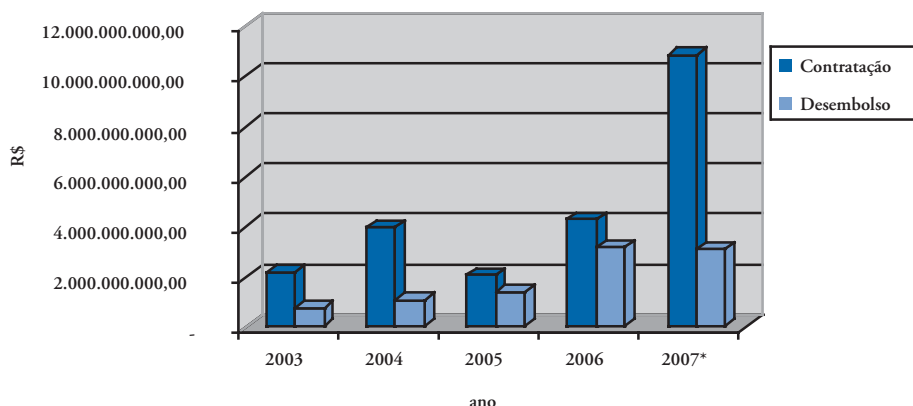
Ano	Empréstimo (R\$)	Desembolso (R\$)
1995	71.818.200,00	4.709.200,00
1996	735.794.000,00	132.573.600,00
1997	557.998.000,00	432.376.900,00
1998	1.357.600.000,00	906.915.600,00
1999	2.376.184,00	487.217.500,00
2000	16.656.400,00	270.160.000,00
2001	-	111.436.500,00
2002	254.234.656,76	118.182.600,00
2003	1.637.138.867,16	119.025.437,76
2004	2.146.760.771,94	317.266.292,15
2005	44.153.062,77	547.968.773,94
2006	1.445.334.815,34	858.143.754,07
2007*	2.129.900.000,00	1.102.493.330,00

Fonte: Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental/Ministério das Cidades

* 2007: dados preliminares e sujeitos a revisão.

O gráfico a seguir apresenta a evolução dos investimentos em saneamento, onde podem ser observados os valores contratados e desembolsados de recursos federais (onerosos e orçamentários) de janeiro de 2003 a dezembro de 2007. Essa evolução demonstra a trajetória de retomada dos investimentos no setor iniciada em 2003.

Gráfico 6 – Evolução dos Investimentos em Saneamento



Fonte: Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental/ Ministério das Cidades

* 2007: dados preliminares e sujeitos a revisão.

b) Novo Marco Legal para o Setor de Saneamento

A aprovação da Lei nº 11.445, de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico, foi importante etapa para o estabelecimento de novos marcos para o setor. Para a efetiva implementação desse normativo, em 2008, planeja-se a elaboração do Plano Nacional de Saneamento Básico, o incentivo aos Municípios para a elaboração de seus respectivos Planos de Saneamento, o incentivo à institucionalização e à gestão associada dos serviços, especialmente à formação de consórcios públicos, com vistas à economia de escala e à sustentabilidade dos serviços públicos de saneamento básico, e o estabelecimento de parcerias com o setor privado.

Além dessas frentes prioritárias, o esforço na busca da qualificação do gasto público também se constitui em uma meta a ser perseguida em 2008. Nesse sentido, buscar-se-á apoiar iniciativas voltadas à melhoria da gestão, com vistas à continuidade e à qualidade dos serviços de saneamento. Na esfera da Rede Nacional de Extensão Tecnológica em Saneamento – Recesa, iniciada em 2007, espera-se, capacitar cerca de dois mil técnicos do setor. Em complementaridade, procurar-se-á propiciar às comunidades beneficiadas por ações de saneamento básico o acesso a processos produtivos educativos, visando dar continuidade, integração e sustentabilidade às ações mediante iniciativas de educação ambiental em saneamento.

6. Habitação

A questão habitacional constitui peça central da política federal de inclusão social dos setores mais vulneráveis da população, na qual o acesso universal à habitação digna e aos serviços básicos de saneamento são fundamentais para a promoção da cidadania. Não obstante esteja ainda em consolidação o arranjo institucional do setor, o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS conta, atualmente, com a adesão de todos os Estados da Federação e mais de cinco mil Municípios, configurando a retomada do processo de planejamento e a criação de um ambiente com novas condições institucionais para fortalecimento da atuação dos Governos Federal, Estaduais e Municipais.

Peça central desta estratégia, o Plano Nacional de Habitação, em desenvolvimento, irá orientar o planejamento de longo prazo do Governo Federal para os próximos 16 anos. O Plano objetiva estabelecer diretrizes e metas físico-financeiras, linhas de

financiamento, áreas prioritárias de intervenção, instrumentos de articulação entre planos, programas e ações dos diversos entes, além de fomentar a produção de mercado e aperfeiçoar o funcionamento da cadeia produtiva, orientando a atuação do conjunto de atores públicos, privados e demais agentes sociais envolvidos no setor.

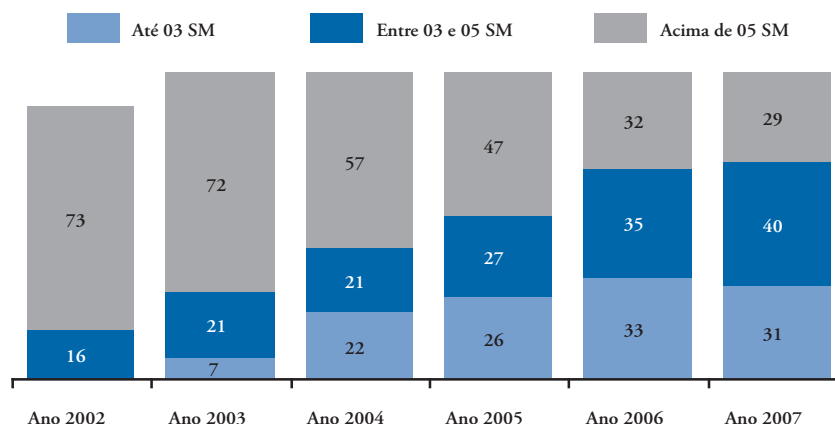
Para o período 2007-2010, o PAC prevê aporte de recursos significativo para a área habitacional. Serão destinados no quadriênio, recursos do OGU, do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, do FGTS, do Fundo de Arrendamento Residencial – FAR e do Fundo de Desenvolvimento Social – FDS, da ordem de R\$ 55,9 bilhões, incluindo contrapartidas estimadas de R\$ 9,3 bilhões.

Em 2007, foi definida a alocação de R\$ 8,46 bilhões do OGU em projetos de saneamento integrado e urbanização de assentamentos precários em grandes complexos, tais como: Rocinha, Manguinhos e Alemão, no Rio de Janeiro; Heliópolis e Paraisópolis, em São Paulo; Guarituba/Curitiba, no Paraná; Vila Dique e Nazaré/Porto Alegre, no Rio Grande do Sul; Maciço do Morro da Cruz/Florianópolis, em Santa Catarina; Estrutural, no Distrito Federal; além de erradicação de palafitas e habitações em áreas de risco, nos Municípios de Rio Branco (AC); Manaus (AM); Macapá (AP); Belém, Ananindeua, Santarém, Marabá e Castanhal (PA); Porto Velho (RO); Lauro de Freitas (BA); Fortaleza (CE); João Pessoa (PB); região metropolitana de Recife (PE); Baixada Santista (SP) e 72 outros Municípios de grande porte em todos os Estados.

Com recursos do FNHIS, em 2007, foram contratados R\$ 650 milhões para urbanização de 146 assentamentos precários, R\$ 304,4 milhões para provisão habitacional, R\$ 35,7 milhões para elaboração de planos habitacionais pelos Municípios e R\$ 9,7 milhões na contratação de assistência técnica. Desde 2006, ano em que entrou efetivamente em operação, o FNHIS vem alocando R\$ 1 bilhão/ano, mesmo montante previsto por ano até 2010, destinado a atender as necessidades habitacionais da população em situação de vulnerabilidade social.

A necessidade de focar a aplicação dos recursos disponíveis das diversas fontes no atendimento de famílias na faixa de renda, até cinco salários mínimos, resultou na ampliação dos investimentos, na revisão dos programas e diretrizes de aplicação dos recursos do FGTS, a maior fonte de recursos do setor habitacional. O incremento nos subsídios e as demais medidas adotadas possibilitaram inverter uma tendência histórica de aplicação dos recursos do FGTS, ampliando significativamente o acesso à moradia às famílias com menor poder aquisitivo, conforme apresentado no gráfico que se segue.

Gráfico 7 – % de Investimento Habitacional por Faixa de Renda
RECURSO FGTS



Fonte: Ministério das Cidades e Caixa Econômica Federal. Informações atualizadas até 28/12/2007.

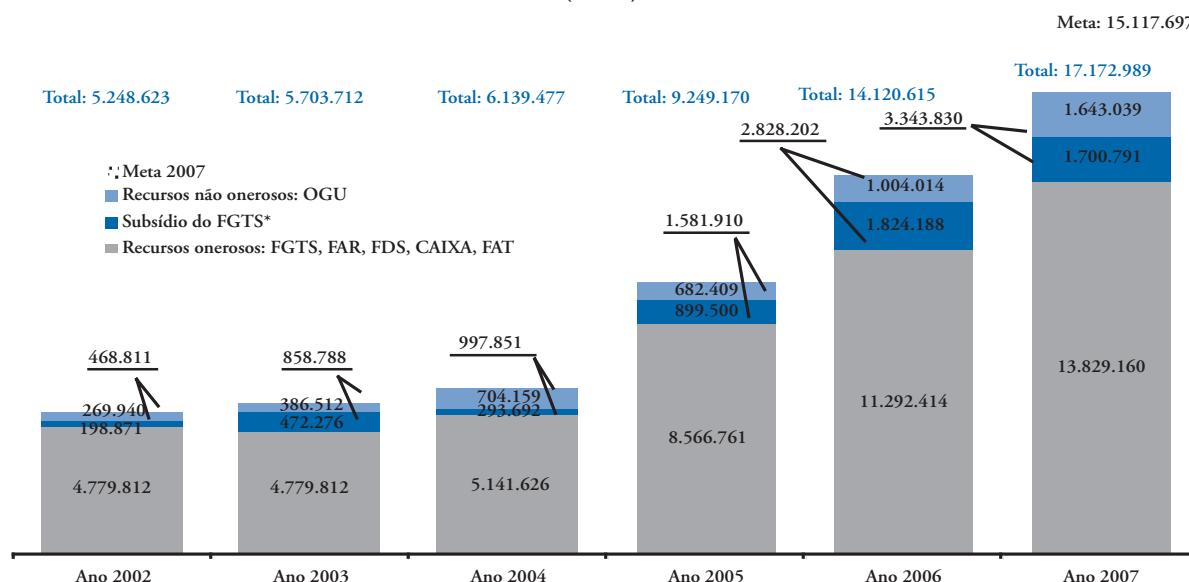
No âmbito do FGTS, destaca-se em 2007 a retomada das operações do Pró-Moradia, programa voltado a oferecer acesso à moradia adequada para a população em situação de vulnerabilidade social por intermédio de concessão de financiamento ao setor público. Foram selecionadas propostas que totalizam R\$ 650 milhões. Para tanto, foi necessário alterar a legislação para ampliar os limites para contratação de operações de crédito com o setor público voltadas ao atendimento da população em assentamentos precários (Resolução CMN nº. 3.438).

No sentido de melhorar as condições de aplicação dos recursos do FGTS, foram ainda adotadas as seguintes medidas: a redução e a unificação das taxas de juros da área de Habitação Popular em 6% ao ano (até então se praticavam taxas de 8% e 9,39% ao ano); a redução da taxa de juros para 5% ao ano nas operações do Pró-Moradia; a partir de 2008, os trabalhadores detentores de contas vinculadas do FGTS serão beneficiados com redução de 0,5% ao ano; e, por fim, o prazo máximo de amortização dos financiamentos para pessoas físicas foi ampliado de 20 para 30 anos.

A parceria estabelecida em 2007 com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, por intermédio do financiamento ao setor público de Projetos Multissetoriais Integrados (PMI), custeados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT representa importante adição de recursos para o setor. Essa linha financia ações integradas voltadas à urbanização e implantação de infra-estrutura básica e social em áreas de baixa renda, tendo sido selecionados 16 projetos, no referido exercício, compreendendo investimentos da ordem de R\$ 1,1 bilhão.

Como consequência dessas e de outras ações do Governo, no período 2003/2007 é visível o incremento nos investimentos para o setor habitacional, em especial para os segmentos com renda de até cinco salários mínimos. De janeiro de 2003 até dezembro de 2007, foram investidos R\$ 52,4 bilhões em habitação com recursos do FGTS, OGU, FNHIS, FAT, FDS, FAR e da Caixa Econômica Federal, contemplando quase 2,6 milhões de famílias, sendo que 78% dessas famílias têm a mencionada renda mensal, conforme gráfico que se segue.

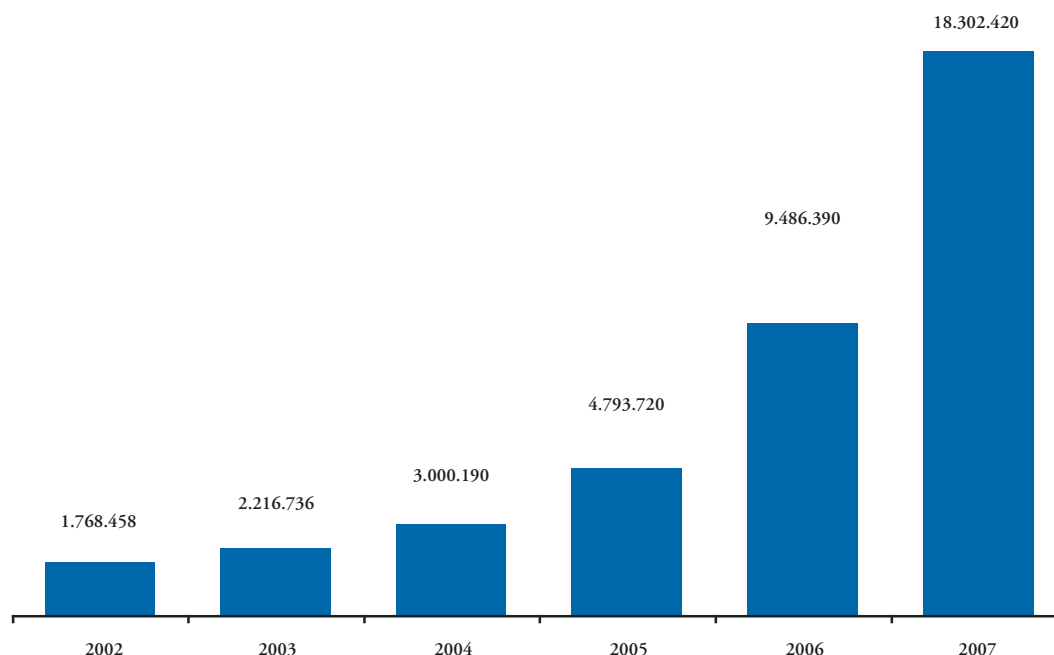
Gráfico 8 – Evolução dos Investimentos em Habitação
(em R\$)



Fonte: Ministério das Cidades e Caixa Econômica Federal. Informações até 28/12/2007.

A provisão habitacional para os segmentos de maior renda também mereceu atenção por parte do Governo nos últimos anos. Foram criados e aperfeiçoados diversos instrumentos jurídicos visando impulsionar a oferta de crédito pelos agentes financeiros e incentivar o mercado da construção civil, dando maiores garantias jurídicas ao empreendedor e ao comprador de imóvel. Destacam-se as Leis nºs. 10.931 e 11.033, de 2004, e a nº 11.196, de 2005, que tratam do patrimônio de afetação, de incorporações; de crédito imobiliário, do Fundo de Locação Imobiliária, de recursos previdenciários como colateral em financiamento imobiliário e de isenção ou redução de Imposto de Renda sobre ganho de capital na alienação de imóveis e sobre rendimentos de títulos representativos de créditos imobiliários. Ainda no sentido de estimular o setor da construção civil, mobilizar os agentes financeiros, ampliar o financiamento habitacional e gerar mais empregos, a partir de 2004, foram aperfeiçoadas diversas normas do Conselho Monetário Nacional visando ampliar o financiamento imobiliário para a classe média. A alteração nas normas que tratam do direcionamento dos recursos captados em caderneta de poupança para operações de crédito imobiliário, resultaram numa forte expansão do crédito em 2007, dez vezes superior ao verificado em 2002. Foram também estabelecidas medidas de incentivo à concessão de financiamento para imóveis de mais baixo valor a taxas de juros menores. Nos últimos 12 meses, superando a meta de R\$ 11 bilhões fixada para 2007, foram contratados R\$ 18,3 bilhões, beneficiando, 196 mil famílias.

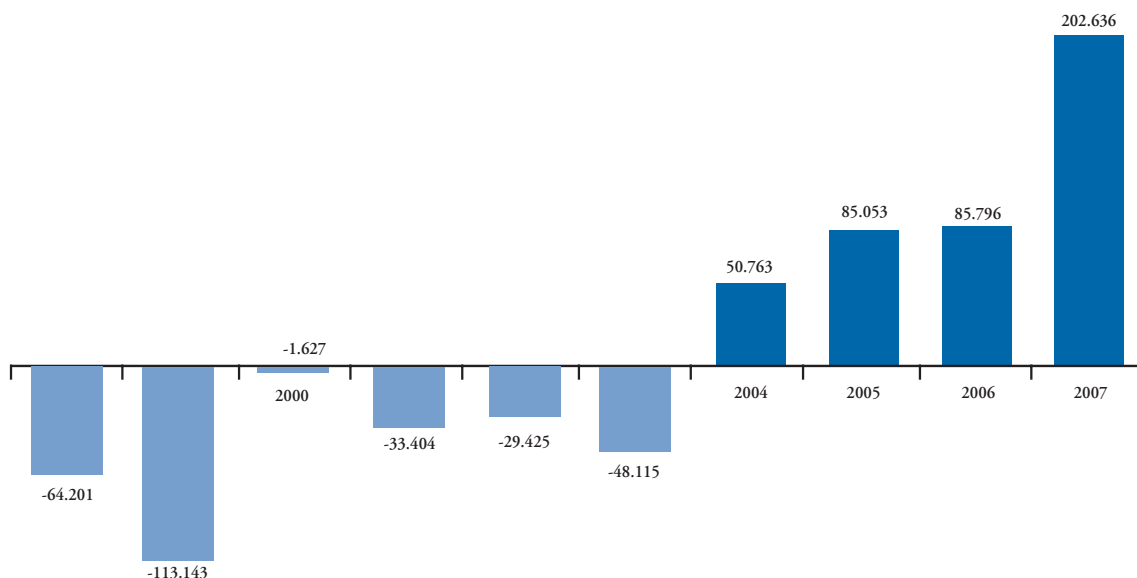
Gráfico 9 – Evolução dos Investimentos em Habitação – SBPE 2002-2007
(em R\$ mil)



Fonte: Abecip. Informações atualizadas até 28/12/2007.

Foram adotados também benefícios fiscais para a construção civil, como a redução das alíquotas ou até a eliminação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos produtos da cesta básica de material para a construção civil, como tubos e conexões de plástico, barras de concreto, portas e janelas, que estão agora com taxa zero. Essa nova estratégia impactou o nível de emprego na construção civil e no mercado de moradia. O emprego formal na construção civil saiu de um patamar negativo para um patamar positivo de 2004 em diante (50.765 em 2004, 85.053 em 2005, e 85.796 em 2006), com a indicação de alcançar em 2007 mais que o dobro do verificado no ano anterior.

Gráfico 10 – Evolução do Nível de Emprego Formal na Construção Civil



Dados de 2007 dos meses de janeiro a novembro.

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – CAGED. Informações atualizadas até novembro de 2007.

Em 2008, os desafios e metas específicos para o setor habitacional são a consolidação do sistema nacional de habitação de interesse social (SNHIS); a ampliação das fontes de recursos para subsídios e harmonização das diretrizes e instrumentos; a implantação de política de oferta de solo urbanizado e regularizado de interesse social, com abrangência metropolitana e/ou regional; a implementação de sistema nacional de informação e indicadores habitacionais, com a consolidação de instrumentos de geoprocessamento; e a consolidação e ampliação do mercado privado para atendimento às faixas de renda média e média baixa.

7. Planejamento Territorial Urbano

O Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257, de 2001, constitui a base da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. Para cumprir a sua missão de assegurar o direito às cidades, o Governo, por intermédio do Ministério das Cidades, atua juntamente com os Estados, Municípios e a sociedade civil na implementação dos princípios e instrumentos do Estatuto.

A pesquisa sobre o processo de elaboração dos Planos Diretores municipais em todo o Brasil, realizada entre 2006 e 2007, apontou que 92,5% dos Municípios com obrigatoriedade de elaborar seus Planos Diretores tinham seus Planos aprovados, em aprovação ou em processo de elaboração, o que pode se constituir numa base importante para a retomada do planejamento nas nossas cidades.

No âmbito do Programa Papel Passado, que promove a regularização fundiária em áreas urbanas, foram aplicados, em 2007, cerca de R\$ 9,8 milhões em ações que envolvem a elaboração de planos municipais de regularização fundiária e atividades de regularização, por intermédio de parcerias com Governos Estaduais, Prefeituras, entidades privadas sem fins lucrativos e defensorias públicas.

Com o intuito de desburocratizar os processos de regularização fundiária e de provisão habitacional em áreas da União, o Governo declarou serem de interesse do serviço público diversas áreas para o desenvolvimento de projetos sociais. Em 2007, foram publicadas nove Portarias de Declaração de Interesse do Serviço Público, reservando cerca de 317 mil m² de área disponível para construção de moradias. Desde 2003, foram iniciados os processos de regularização fundiária em 319 assentamentos localizados em áreas públicas federais, alcançando mais de 384 mil famílias, num esforço conjunto com Estados e Municípios, no sentido de garantir a posse da terra e o direito à moradia digna.

No aspecto normativo, vale destacar a aprovação de duas leis importantes. A Lei nº 11.481, de maio de 2007, que, entre outros dispositivos, retira os principais entraves jurídicos e aperfeiçoa a legislação patrimonial simplificando os processos de entrega de títulos, além de criar os instrumentos para a alienação e transferência de imóveis ociosos para projetos habitacionais de interesse social, em áreas da União. A Lei nº 11.483, de maio de 2007, ao dispor sobre o término do processo de liquidação e extinção da Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA, viabiliza a utilização do seu patrimônio em programas de regularização fundiária, de provisão habitacional de interesse social e de reabilitação de áreas urbanas. Também encontra-se em construção um novo marco regulatório da política urbana, por intermédio de um projeto de lei que está em tramitação na Câmara dos Deputados, que revisará a Lei nº 6.766, de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano.

As ações do Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais, em 2007, estiveram focadas no fortalecimento da agenda de articulação federativa, resultando em vários acordos de cooperação nos principais centros do País, como a Reabilitação do Centro Antigo de Salvador, da área portuária do Rio de Janeiro e do Projeto Recife-Olinda. Também estão em construção parcerias com os Governos Estaduais da Bahia, de Minas Gerais e de Pernambuco. Finalmente, ressalta-se a alienação de sete imóveis do INSS para produção de habitação de interesse social, nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Vitória e Porto Alegre.

Em 2008, prevê-se o apoio aos Municípios na gestão dos planos diretores municipais, especialmente aqueles com vocação turística e os localizados na área de influência de empreendimentos do PAC. No âmbito da regularização fundiária, em 2008, as metas estão voltadas para a ampliação do apoio aos Municípios na implementação do Programa Papel Passado e para a disponibilização de imóveis vagos para a habitação e regularização de interesse social.

8. Mobilidade Urbana

No âmbito dos sistemas motorizados, ressaltam-se o apoio à implantação de corredores estruturais de transporte coletivo urbano e às intervenções viárias em benefício dos sistemas já existentes. São projetos que objetivam deslocamentos mais rápidos, confortáveis e seguros para a população. Destaca-se o apoio à implantação do Corredor Expresso de Transporte Coletivo Urbano – Trecho Parque Dom Pedro II – Cidade de Tiradentes em São Paulo, que beneficiará, diretamente, cerca de 1,5 milhão de pessoas. A obra contou com recursos federais, em 2007, da ordem de R\$ 74,6 milhões.

Destaca-se ainda o Programa de Financiamento à Infra-estrutura da Mobilidade Urbana – Promob, operacionalizado pelo BNDES com recursos do FAT. Foram aprovados, em 2007, 106 projetos que totalizam investimentos de R\$ 166,80 milhões, dos quais R\$ 25,36 milhões compreendem a contrapartida dos proponentes.

Em 2007, no âmbito do PAC, foram destinados R\$ 10,5 milhões para apoiar a elaboração de planos de mobilidade urbana nas

grandes aglomerações urbanas. Essa ação orientará os futuros investimentos do Governo no setor, visando uma política mais ampla de mobilidade, integrada às políticas de ocupação e uso do solo, e orientada por um planejamento em rede, que considera as potencialidades dos diversos modos de deslocamento.

As ações do Governo para implantação, modernização e recuperação de sistemas metroferroviários, tiveram, em 2007, recursos do PAC disponibilizados no montante de R\$ 267,7 milhões, para os seguintes projetos: implantação do trecho Rodoviária – Camaragibe (TIP-Timbi) e modernização do trecho Rodoviária – Recife-Cabo do Sistema de Trens Urbanos de Recife; implantação do trecho Eldorado – Vilarinho e do Sistema de trens urbanos de Belo Horizonte; implantação dos trechos Sul e Oeste do sistema de trens urbanos de Fortaleza; implantação do trecho Lapa – Pirajá do Metrô de Salvador; e modernização do trecho Calçada – Paripe do sistema de trens urbanos de Salvador. Foram também disponibilizados R\$ 12,2 milhões para a recuperação dos sistemas de trens urbanos de Natal, João Pessoa e Maceió. Destaca-se, ainda, no âmbito do sistema metroferroviário as obras de reforma, modernização e de Acessibilidade da Estação Mercado e Revitalização de seu Entorno (Praça Revolução Farroupilha), em Porto Alegre.

Para o exercício de 2008, está prevista a aplicação de R\$ 451,4 milhões para projetos em transporte metroferroviário programados para os sistemas de Salvador, de Fortaleza, de Belo Horizonte, de Recife, todos no âmbito do PAC, e para o programa de recuperação dos sistemas de Natal, João Pessoa e de Maceió.

9. Trânsito

O Governo, por intermédio do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), desenvolveu ações destinadas a reduzir o número de acidentes e aumentar a segurança no trânsito, em 2007, entre as quais se destacam: as campanhas de conscientização e de informação à população; o início da implementação do Sistema Nacional de Identificação Automática de Veículos (Siniav), a conclusão da implantação do Registro Nacional de Infrações de Trânsito (Renainf) e o fortalecimento do Sistema Nacional de Trânsito, por meio da realização de cursos de capacitação, congressos, seminários e distribuição de material técnico.

Ainda em 2007, foi concluída a reformulação do Registro Nacional de Acidentes e Estatísticas de Trânsito (Renaest) e iniciada a fase de treinamento dos representantes de órgãos de trânsito estaduais e municipais para a utilização desse sistema, que representa um avanço importante na consolidação dos dados de acidentes e estatísticas de trânsito. Também foi concluída a implantação do Registro Nacional de Infrações de Trânsito, integrando as ações dos órgãos de autuação nas 27 Unidades da Federação.

Em 2008, será dada continuidade à implementação do Siniav e realizados os Exames Nacionais de Instrutores de Trânsito (Enit) e de Examinadores de Trânsito (Enet). Serão ainda promovidos cursos destinados aos profissionais do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e o VIII Prêmio Denatran de Educação para o Trânsito. Prevê-se a realização de oito campanhas educativas de utilidade pública nos períodos do ano de maior ocorrência de acidentes de trânsito e a disponibilização aos órgãos e entidades do SNT de estatísticas que representem a realidade do trânsito no País, por meio do Renaest.



V - POLÍTICA EXTERIOR E SOBERANIA

2008

1. Política Exterior

O fortalecimento da integração sul-americana permanece como objetivo prioritário da atuação externa brasileira. Continuou intenso o intercâmbio de visitas bilaterais entre os mandatários sul-americanos, com a conclusão de inúmeros acordos e medidas concretas de aproximação. Em 2007, o Presidente da República visitou Argentina, Bolívia, Chile, Equador, Guiana, Paraguai, Uruguai e Venezuela. Visitaram o Brasil os Presidentes de Argentina, Bolívia, Equador e Venezuela.

O Mercosul constitui um dos alicerces do projeto de integração regional. Em janeiro, o Brasil sediou a 32ª Reunião do Conselho do Mercado Comum do Mercosul, quando houve a inauguração das instalações da Comunidade Sul-Americana de Nações/União das Nações Sul-Americanas (Unasul), no Rio de Janeiro. O Parlamento do Mercosul, que teve sua sessão inaugural em maio de 2007, aumentará a segurança jurídica do processo de integração. Tiveram início, em 2007, as atividades do Instituto Social do Mercosul, do Observatório da Democracia do Mercosul e do Instituto Mercosul Formação. O Conselho do Mercosul aprovou, em junho de 2007, decisão sobre “Pagamentos em Moedas Locais”, visando criar mecanismos de integração financeira no Bloco que estimulem o comércio e reduzam os custos das transações entre os Estados Partes. O Banco Central estima o início das operações dessa nova sistemática em abril de 2008, inicialmente entre o Brasil e a Argentina.

No combate às assimetrias no âmbito do Mercosul, destaca-se a aprovação dos 16 primeiros projetos do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem). Esse Fundo tem como objetivo beneficiar as economias menores e as regiões menos desenvolvidas dos Estados Partes, com montante fixado em US\$ 100 milhões anuais. O Brasil, que aporta 70% do orçamento total do mecanismo, efetuou o depósito integral de suas contribuições relativas aos anos de 2006 e 2007.

A assinatura da ata fundacional do Banco do Sul, em Buenos Aires, em 9 de dezembro de 2007, permite garantir a alocação de recursos financeiros em projetos que beneficiem a América do Sul, como alternativa a financiamentos de instituições de fora da região. Também foi negociada a incorporação do Brasil como membro pleno especial da Corporação Andina de Fomento (CAF), possibilitando ao País participar da gestão e da decisão quanto à concessão de financiamentos por essa Instituição.

A integração da infra-estrutura física da América do Sul é requisito fundamental para que o continente possa inserir-se na economia mundial, além de gerar oportunidades de comércio intra-regional. Destaca-se a realização, em abril, da 1ª Cúpula Energética Sul-Americana, em Isla Margarita, Venezuela, que decidiu avançar na elaboração de propostas de Diretrizes da Integração Energética, Plano de Ação e Tratado Energético sul-americanos, a serem apresentadas por ocasião da próxima Cúpula da Unasul. Também destaca-se o lançamento do Corredor Interoceânico Brasil-Chile-Bolívia, cujas obras deverão ser concluídas em 2008.

Em outubro de 2007, os embaixadores brasileiros na América do Sul, Ministros de Estado e os presidentes da Petrobras, Eletrobrás, Itaipu e BNDES analisaram a agenda de acordos bilaterais e multilaterais assinados desde o início do Governo e que se encontram em fase de implementação, tendo sido criado um Comitê Gestor de Acompanhamento de Compromissos relativos à integração sul-americana.

Ainda em 2007, foi negociado o Acordo de Livre Comércio Mercosul-Israel, o primeiro acordo da espécie extra-regional do Mercosul. Nessa mesma linha, também estão sendo negociados acordos de comércio preferencial com a União Aduaneira da

África Meridional (Sacu) e o Conselho de Cooperação do Golfo (GCC). Além disso, foi realizada, em Pretória, reunião técnica Mercosul-Índia-Sacu, com vistas à negociação de acordo comercial trilateral.

Em julho de 2008, o Brasil assumirá a Presidência Pro Tempore do Mercosul e continuará apoiando medidas em benefício das regiões menos desenvolvidas do Bloco. Pretende-se, também, tratar das negociações do Acordo de Associação com a União Européia, do Convênio de Cooperação Econômica com a Rússia e de consultas internas sobre eventual interesse em negociações comerciais com a Coreia do Sul. Deverá entrar em operação o “Banco de Medicamentos do Mercosul”, que permitirá aos Estados Partes trocarem informações sobre preços e reduzir o custo de aquisição de medicamentos pelos Governos. A prioridade da cooperação técnica continuará sendo a América do Sul, com ênfase para Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai, países nos quais tem aumentado de modo significativo a demanda por projetos nos setores de agropecuária e saúde.

A ampliação das relações com os países da região da América Central e do Caribe tem sido constante, traduzindo-se pelo notável incremento nas transações comerciais, pelo desenvolvimento de grande número de projetos de cooperação técnica, pelo aumento dos investimentos brasileiros e pela intensa atividade de visitas políticas do mais alto nível. Destaca-se a instalação, em março de 2007, da Comissão Binacional entre o Brasil e o México.

Serão intensificadas, em 2008, as reuniões de consultas políticas com países da América Central, Caribe e México. O Presidente da República deverá realizar visitas ao Haiti, República Dominicana, Cuba e El Salvador. O Brasil participou ativamente, em 2007, de mecanismos de concertação, consulta e cooperação regionais, bem como de foros de diálogo birregionais. No âmbito do Grupo do Rio, foi dedicada especial atenção ao apoio à Guiana na organização da 19ª Cúpula, realizada em março, em Georgetown. Em maio de 2008, o Brasil participará da 5ª Cúpula América Latina e Caribe-União Européia, a realizar-se em Lima, Peru.

No marco da intensificação das relações com os países africanos, o Presidente da República realizou sua sétima viagem à África, em outubro de 2007. Na ocasião visitou Burkina Faso, Congo, Angola e África do Sul. Em Pretória, África do Sul, o Presidente da República participou da 2ª Cúpula do IBAS (Índia, Brasil e África do Sul). Visitaram o Brasil em 2007, os Chefes de Estado ou de Governo do Benin, Guiné-Bissau, Moçambique, Senegal e o Presidente da Comissão da União Africana. O Governo brasileiro buscou fortalecer os laços com a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Em março de 2007, o Secretário-Executivo da CPLP visitou o Brasil. Em abril e maio do ano passado, foram realizadas as primeiras eleições presidenciais no Timor Leste após sua Independência. Em coordenação com a CPLP, o Brasil apoiou a organização do pleito, enviando juizes, militares e observadores.

O Governo brasileiro continuará a dar impulso à cooperação Sul-Sul e seguirá fortalecendo o IBAS como foro de articulação de interesses compartilhados entre Índia, Brasil e África do Sul. Em 2008, prevê-se maior estímulo ao diálogo e intercâmbio entre a América do Sul e o continente africano, bem como maior aproximação com a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC).

A troca de visitas, no ano de 2007, entre os Presidentes do Brasil e dos Estados Unidos, fortaleceu o diálogo estratégico sobre temas globais entre os dois países. Foram detalhados projetos em benefício do Haiti e de países africanos, bem assim discutidos os esforços para concluir a Rodada Doha e fazer avançar a reforma da ONU. Para incremento das relações econômicas bilaterais, foi criado o Fórum de *Chief Executive Officer* – CEOs Brasil – EUA.

Durante a visita do Presidente dos Estados Unidos ao Brasil, foi assinado o Memorando de Entendimento sobre Biocombustíveis com os Estados Unidos, para promover a cooperação bilateral, o desenvolvimento do setor em terceiros países e de um mercado global de biocombustíveis. Foi lançado o Fórum Internacional de Biocombustíveis, em Nova York, em março, por Brasil, África do Sul, China, Comissão Européia, Estados Unidos e Índia, tendo por objetivo estabelecer diálogo de alto nível e coordenar posições sobre o assunto. Está prevista para realizar-se no Brasil, em novembro de 2008, a Conferência Internacional de Biocombustíveis, que deverá lançar as bases para a consolidação do mercado internacional de biocombustíveis. Ainda em relação à cooperação em biocombustíveis, o Brasil firmou memorandos de entendimentos bilaterais sobre essa matéria com diversos países, em especial com países da América Latina, Caribe e África.

Em julho de 2007, ao final da Cúpula de Lisboa, foi lançada a Parceria Estratégica Brasil – União Européia, com as seguintes áreas prioritárias: meio ambiente, biocombustíveis e ciência e tecnologia. O momento atual é de estruturação da referida parceria, com a possibilidade de inclusão de novas áreas temáticas, tais como diálogo sobre consumo e tráfico de drogas e investimentos. O Brasil recebeu diversas visitas de líderes europeus, incluindo a do Papa, por ocasião da Conferência Episcopal Latino-Americana, em Aparecida do Norte, São Paulo. Em setembro, o Presidente da República realizou visita aos Países Nórdicos (Finlândia, Suécia, Dinamarca e Noruega) e à Espanha. Durante a viagem, foram realizados seminários com o objetivo de divulgar oportunidades de negócios no Brasil. Para 2008, encontra-se em pauta a elaboração do Plano de Ação Conjunto Brasil – União Européia.

Com os países da Ásia, o Brasil promoveu o lançamento do Ano do Intercâmbio Brasil – Japão. Em junho, durante visita de Estado do Presidente da República à Índia, foram assinados acordos de cooperação em educação e co-produção audiovisual com aquele país e criado o Fórum de CEOs para estimular os negócios bilaterais. O Brasil sediou, em agosto de 2007, a 3ª Reunião Ministerial do Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (Focalal), com a presença de 33 países, 22 Ministros de Estado (15 latino-americanos e sete da Ásia), ocasião em que se organizou, em paralelo, encontro de trabalho entre o Mercosul e a Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean). Em setembro, o Presidente do Cazaquistão realizou visita de Estado ao Brasil, na primeira visita de um Chefe de Estado da Ásia Central à América do Sul. Estão previstas diversas visitas de alto nível, em 2008, para países como China, Cingapura, Índia, Indonésia, Japão, Malásia, Timor Leste e Vietnã. Serão implementadas, neste exercício também, as ações previstas para a celebração do Centenário da Imigração Japonesa e para a II Reunião da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e de Coordenação, a ser realizada no País.

Em janeiro de 2007, durante a conferência organizada pelo Governo francês para angariar recursos à reconstrução do Líbano, o Brasil anunciou contribuição no montante de até US\$ 1 milhão, com vistas a financiar projetos e atividades de cooperação técnica naquele país. Além disso, em 27 de novembro, o Brasil se fez representar na Conferência de Annapolis (EUA) para a paz no Oriente Médio. O convite ao Brasil expressou o reconhecimento do papel do País na discussão dos grandes temas da agenda internacional. Na Conferência de Doadores para os Territórios Palestinos, em dezembro, em Paris, o Brasil anunciou contribuição para atividades de cunho humanitário nos Territórios Palestinos e para o fortalecimento institucional da Autoridade Nacional Palestina.

Nas Nações Unidas, o ano de 2007 foi marcado por ímpeto renovado no que diz respeito à reforma da Organização. O Brasil manteve a cooperação com os seus parceiros no G-4 (Alemanha, Índia e Japão) e reiterou a importância da inclusão de países em desenvolvimento entre os membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU. Em 2008, o Brasil dará continuidade aos esforços por uma reforma abrangente da Organização, que inclua decisão sobre a ampliação do Conselho de Segurança. Em

novembro, o Brasil foi reeleito para mandato de três anos no Conselho Econômico e Social (Ecosoc), como o país mais votado da América Latina e Caribe. O Secretário-Geral da ONU visitou o Brasil para cumprir programação em Brasília, São Paulo e Pará, oportunidade em que acompanhou os esforços que o País tem envidado para mitigar os efeitos da mudança do clima, promover o desenvolvimento sustentável e alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, notadamente no combate à fome e à pobreza.

O Presidente da República participou, em 2007, das sessões do diálogo ampliado da Cúpula do G-8, em Heiligendamm, Alemanha. O Governo brasileiro destacou as oportunidades para colaboração com o G-8 nos campos de investimentos, pesquisa e inovação, mudança do clima, energia e desenvolvimento.

O Brasil organizou no Rio de Janeiro, em setembro, Reunião Ministerial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para discutir os desafios da governança internacional. Por ocasião da abertura da 62ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York, em setembro de 2007, o Presidente da República lançou a proposta de que a ONU promova, vinte anos após a Rio-92, nova Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio+20) e ofereceu o Brasil como sede. Em dezembro, o Brasil teve participação ativa na 13ª Conferência das Partes na Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima, em Bali, Indonésia, na qual defendeu o uso das energias renováveis e incentivos positivos aos países que evitam o desmatamento. O tema da mudança do clima continuará tendo tratamento prioritário em 2008.

O Brasil manteve intensa atuação no âmbito das negociações da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), tendo exercido estreita coordenação com outros países em desenvolvimento para a consecução do objetivo de chegar-se a um resultado equilibrado e à altura do mandato da Rodada do Desenvolvimento, sobretudo na área agrícola. Na condição de coordenador do G-20, o Brasil continuou a promover a unidade do Grupo na fase final das negociações comerciais e promoveu duas reuniões ministeriais, nos meses de junho e novembro de 2007, em Genebra. Em 2008, o Brasil manterá o alto nível de prioridade atribuído à Rodada Doha, na Organização Mundial do Comércio (OMC), e trabalhará para que as modalidades negociadas sejam concluídas no curto prazo, a fim de que os resultados das negociações possam ser implementados a partir de 2009. Em abril de 2008, o Brasil participará da 12ª Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), a realizar-se em Acra, Gana, quando se espera progresso efetivo nas negociações da Rodada de São Paulo do Sistema Global de Preferências Comerciais entre Países em Desenvolvimento (SGPC).

Em 2007, foram realizadas ações voltadas ao apoio às comunidades brasileiras no exterior, especialmente as mais carentes e vulneráveis que vivem na Bolívia e no Paraguai. Está em curso amplo programa de modernização, que inclui o Portal Consular, lançado em abril, o Sistema Consular Informatizado e o Sistema de Controle e Emissão do Novo Passaporte Brasileiro. Em 2008, continuará sendo priorizada a política de apoio a comunidades brasileiras mais carentes na América do Sul, com sua ampliação ao Suriname e outras localidades nas Guianas. Serão implementados programas específicos para apoiar os brasileiros nos Estados Unidos e aprimorar o atendimento consular na Europa. Em junho de 2008, será realizada em Tóquio uma grande conferência para examinar a situação dos brasileiros que vivem no Japão.

Foram abertas novas embaixadas em Colombo no Sri Lanka, Gaborone em Botswana, Lusaca em Zâmbia e Nassau nas Bahamas; novo Consulado-Geral em Vancouver (Canadá); e realizadas Missões à Organização de Aviação Civil Internacional (Oaci), em Montreal (Canadá), e à Conferência do Desarmamento (Genebra). Ainda em 2007, foram criadas embaixadas em Bamako (Mali), Bratislava (Eslováquia), Brazzaville (República do Congo), Liubliana (Eslovênia), Nouakchott (Mauritânia), Castries (Santa

Lúcia) e Uagadugu (Burkina Faso). Esses novos postos serão efetivamente instalados em 2008, quando também deverão ser abertas embaixadas em Baku (Azerbaijão), Saint George (Bermudas) e Mascate (Omã), e o Consulado-Geral em Atlanta (Estados Unidos). Em janeiro de 2008, foram criados os Consulados-Gerais na Cidade do México (México) e em Caracas (Venezuela). No ano de 2007, o Governo brasileiro avançou no propósito de regularizar suas dívidas com Organismos Internacionais. O estoque da dívida, de cerca de R\$ 475 milhões no início do exercício, reduziu-se para perto de R\$ 170 milhões. Esse empenho do Governo fortalece a posição do País nos mais importantes foros multilaterais.

O Governo brasileiro continuou empenhado em promover a cultura nacional no exterior. Foram realizadas Semanas de Cinema Brasileiro em vários países, tais como Argentina, Burkina Faso, Canadá, China, Espanha e Grã-Bretanha. Em 2007, foi aberto o Centro de Estudos Brasileiros “Celso Ortega Terra” em Porto Príncipe, Haiti. No âmbito da Ação de Difusão da Língua Portuguesa e da Cultura Brasileira no Exterior, deverá ser ampliada, em 2008, a Rede Brasileira de Ensino no Exterior com a abertura de dez novos Centros de Estudos Brasileiros – quatro na América Central e Caribe e seis na África.

2. Soberania

A elaboração da proposta de estratégia nacional de defesa e de atualização da Política de Defesa Nacional, vinculada à estratégia nacional de desenvolvimento de longo prazo, abrangendo todos os aspectos de organização, operação e aparelhamento das Forças Armadas, vem sendo tratada, desde setembro de 2007, no âmbito do “Comitê Ministerial de Formulação da Estratégia Nacional de Defesa”. O referido Comitê é presidido pelo Ministro de Estado da Defesa e coordenado pelo Ministro Extraordinário de Planejamento de Longo Prazo, com a participação de outros órgãos governamentais. O Governo tem utilizado as Forças Armadas, em ações voltadas para o desenvolvimento nacional e em iniciativas de apoio à sociedade civil, sem comprometimento de sua missão principal de manutenção da soberania e da integridade territorial. Atuação prioritária é conferida à Amazônia, onde a ação permanente das Forças Armadas em favor da integração regional e nacional e do desenvolvimento social se revela na sua plenitude. Nesse sentido, destaca-se a atuação das Forças Armadas e do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – Censipam, que a partir de 2008, unirão esforços no Projeto de Implantação do Sistema de Cartografia da Amazônia com vistas a aprofundar o conhecimento sobre a Amazônia brasileira e a promover o suporte a projetos de infra-estrutura a serem implantados na região. O projeto prevê a geração de informações estratégicas para monitoramento regional e para a segurança nacional, com especial ênfase nas áreas de fronteira.

Manteve-se a realização de exercícios de adestramento combinados, envolvendo as três Forças, possibilitando a elevação do grau de integração entre elas e, principalmente, dinamizando a eficiência operacional dos meios militares brasileiros. Importante ressaltar que essas operações sempre foram direcionadas para as faixas prioritárias do território brasileiro no combate aos delitos transnacionais, como é o caso da Amazônia. Além disso, durante a realização dessas operações, os meios de comunicação, comando e controle das Forças Armadas são intensivamente testados quanto aos atributos de segurança e efetividade. Para 2008, estão previstas diversas operações militares pelos diversos Comandos Militares. Ressaltam-se, ainda, os benefícios obtidos pelos moradores das regiões onde essas operações são implementadas, pelo intercâmbio com a formação cidadã dos militares que delas participam.

No que se refere às relações com outros países, diversas reuniões bilaterais foram realizadas com os Estados-Maiores de diversos países e operações multinacionais implementadas – a exemplo da Operação Felino, ocorrida em outubro de 2007. Essas ações exitosas proporcionaram avanços significativos no relacionamento e, sobretudo, no aumento da confiança mútua entre os

participantes. Destaca-se a assinatura de Acordos de Cooperação no Domínio da Defesa com a Bolívia, Chile, El Salvador, Equador, Honduras e Paraguai; a assinatura do Protocolo de Cooperação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no Domínio da Defesa; as atividades de Cooperação Técnico-Militar com a Guiné-Bissau e com o Timor Leste; e o início da participação brasileira nas missões das Nações Unidas no Nepal (UNMIN) e na África Ocidental (Unowa). O Reino Unido, a França, os Estados Unidos da América e a China também se destacaram no conjunto dos países com os quais foram intensificadas as relações na área de defesa e cooperação tecnológica.

A presença brasileira em Operações de Manutenção da Paz da ONU, especialmente no Haiti, tem contribuído para a inserção do Brasil no cenário internacional. As tropas brasileiras que participam da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), composta por 1.200 soldados, vêm garantindo a segurança e a estabilidade da população haitiana. A Companhia de Engenharia do Exército Brasileiro, além do apoio às tropas da ONU, vem realizando obras em apoio à população do Haiti, como a construção e recuperação de estradas e vias públicas, a perfuração de poços artesianos, a melhoria das condições de segurança nas operações do Aeroporto de Porto Príncipe, e a urbanização de locais públicos, dentre outros trabalhos de ajuda humanitária. Para prover apoio logístico ao contingente brasileiro da Minustah, o Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais no Haiti realizou 26 operações de ajuda humanitária, destinadas à distribuição de alimentos, medicamentos, roupas, calçados, material escolar e brinquedos doados por instituições brasileiras a hospitais e orfanatos da região metropolitana de Porto Príncipe.

Em 2007, foi concluído o Centro Combinado de Preparação de Forças para Operações de Paz, objetivando maior racionalização no emprego dos recursos, o desenvolvimento da doutrina desse tipo de operação e o adestramento específico dos militares que participam de missões de paz. Em 2008, as Forças Armadas do Brasil prosseguirão integrando a Minustah. A convite do Secretariado da ONU, um General brasileiro seguirá no comando do componente militar da Minustah até janeiro de 2009.

Outras ações do Governo, por intermédio do Exército Brasileiro, realizadas em 2007, que merecem ser ressaltadas foram a continuidade do Projeto de implantação da 2ª Brigada de Infantaria de Selva – São Gabriel da Cachoeira/AM, com conclusão prevista para o ano de 2012; a adequação e instalação das organizações militares à estrutura quaternária adotada pelas brigadas blindadas; e o apoio aos Jogos Pan-americanos do Rio de Janeiro. Para 2008, serão iniciadas a construção do 9º Batalhão de Polícia do Exército em Campo Grande-MS, e a instalação do 8º Batalhão de Polícia do Exército, na cidade de São Paulo.

Com sua área de abrangência ampliada, desde 2006, passando a ocupar 32% do território nacional e atingindo cerca de oito milhões de pessoas, o Programa Calha Norte (PCN) atua em 194 municípios de seis Estados da Federação. Em 2007, foram celebrados convênios com Estados e Municípios integrantes do Programa, no valor aproximado de R\$ 240 milhões, referentes a obras que serão executadas ao longo deste exercício, possibilitando o atendimento a demandas essenciais da população amazônica nas áreas de educação, saúde, saneamento básico e infra-estrutura da população amazônica.

No conjunto das ações da vertente militar do PCN, as principais realizações, no ano de 2007, foram a implantação de infra-estrutura no Quartel e Vila Militar do 3º Batalhão de Infantaria de Selva em Barcelos (AM); a construção de Próprios Residenciais Nacionais; a construção de Prédio da Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental em Manaus (AM); o melhoramento de infra-estrutura de Vilas Militares nos Estados do Amazonas e Pará; as obras de melhoria e complementação em instalações de Pelotões Especiais de Fronteira; e a construção de Lanchas de Ação Rápida.

Para 2008, prevê-se um melhor atendimento às demandas da área militar para a região amazônica, sobretudo na implantação de Unidades Militares da Marinha, do Exército e Aeronáutica, bem como o apoio aos pólos irradiadores do desenvolvimento socioambiental sustentável.

Em 2007, foram adquiridos para o Exército materiais de emprego militar, tendo como prioridade as estruturas blindadas, as de infantaria leve e de selva, as de operações especiais e a estrutura de força de paz. Nesse exercício, 64.100 jovens foram selecionados para cumprir o serviço militar obrigatório. O Plano Geral de Incorporação, relativo ao ano de 2008, prevê a prestação do serviço militar inicial por cerca de 75 mil jovens. Dos que prestaram o serviço militar, em 2007, 21 mil receberam formação profissional no âmbito do Projeto Soldado-Cidadão, desenvolvido pelo Ministério da Defesa. Em 2008, esse número será mantido, com o aperfeiçoamento do programa.

O Projeto Rondon realizou seis operações – Amazônia Oriental, Amazônia Ocidental, Rio Grande do Sul, Nordeste, Inverno e Centenário da Comissão Rondon – em 128 Municípios, de 12 Estados. O projeto permitiu o envolvimento voluntário de cerca de dois mil "rondonistas" (estudantes e professores universitários) no processo de desenvolvimento sustentável de mais de 250 comunidades carentes e contribuiu para o desenvolvimento da cidadania, consolidando o sentimento de responsabilidade social.

No início de 2008, serão realizadas três operações – Grão-Pará, Verão e Rio Grande do Sul – em 90 Municípios de 11 Estados. Participarão, inicialmente, 1.400 rondonistas, que desenvolverão atividades nas áreas de cidadania, bem-estar, gestão pública e desenvolvimento local sustentável. Para o mês de julho do referido ano estão previstas operações nos Estados do Pará, Minas Gerais e na região do Vale do Ribeira, nas quais participarão outros 1.300 rondonistas.

Em relação à Marinha, no ano de 2007, foi dado prosseguimento à construção da Corveta Barroso. Dotada de sistema de combate integralmente concebido, desenvolvido e produzido por empresas brasileiras sua incorporação à Armada está prevista para março de 2008. Manteve-se, também, a continuidade do programa de revitalização do Arsenal da Marinha no Rio de Janeiro, com vistas a recuperar a sua capacidade plena até 2017. Prosseguiu-se, também, com a modernização do Navio-Aeródromo São Paulo, principal meio para execução do controle de área marítima, de operações de ataque e de defesa aeroespacial. Também, em 2007, foram adquiridos o Navio Hidroceanográfico Cruzeiro do Sul e o Navio de Desembarque de Carros de Combate Garcia D'Ávila.

Além do projeto de construção de doze Navios-Patrolha Oceânicos em estaleiros nacionais, espera-se, em 2008, dar início ao anteprojeto de desenvolvimento de um míssil antinavio; à construção de embarcações destinadas ao Sistema de Segurança do Tráfego Aquaviário; e à aquisição de Helicópteros de Múltiplo Emprego e de viaturas blindadas de transporte de pessoal sobre rodas para o Corpo de Fuzileiros Navais. Quanto à modernização das unidades operativas já existentes, pretende-se iniciar o programa de modernização das Fragatas Classe *Greenhalgh*, Corvetas Classe Inhaúma e do Navio Desembarque Doca Ceará, além da modernização de helicópteros de ataque e de navios-hidrográficos.

O Programa Nuclear da Marinha constitui-se em um programa de interesse nacional, com desdobramentos que incluem aplicações civis voltadas para a geração de energia, e que traz benefícios significativos para o desenvolvimento tecnológico do País, além de gerar empregos na indústria, universidades e institutos de pesquisa.

Nesse sentido, prossegue a implantação do Ciclo do Combustível Nuclear e do Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica (Labgene), com destaque para a produção, em escala laboratorial, de Hexafluoreto de Urânio (UF₆) e o enriquecimento de urânio

para às usinas nucleares de Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro. O Centro Tecnológico da Marinha, em São Paulo, é responsável pelas produções pioneiras, em escala laboratorial, de matéria-prima utilizada em blindagem balística leve e, em escala semi-industrial, de combustível nuclear avançado empregado nas usinas nucleares modernas, bem como pela produção de cerâmicas destinadas aos setores industrial e petrolífero. Em 2007, esse Centro prosseguiu construindo e comissionando ultracentrífugas para enriquecimento isotópico de urânio, que produzirão os elementos combustíveis para utilização nas usinas nucleares de Angra. A partir de 2008, serão retomadas as atividades para o desenvolvimento do ciclo do combustível e do protótipo do reator para o submarino de propulsão nuclear. Tais atividades representarão importante acréscimo de poder dissuasório à defesa naval do País, além de possibilitar a inserção do Brasil no seleto grupo de detentores dessa tecnologia estratégica, utilizada em diversos setores, cujo conhecimento não é compartilhado.

No ano de 2007, com o propósito de contribuir para a segurança da navegação aquaviária, para a salvaguarda da vida humana no mar e nas hidrovias interiores e para a prevenção da poluição ambiental causada por embarcações, plataformas e suas instalações de apoio, a Marinha realizou mais de 43 mil inspeções e vistorias em embarcações nacionais e estrangeiras, incluindo plataformas de exploração e produção de petróleo. Para proporcionar a necessária integração entre os segmentos interessados no tráfego marítimo, em consonância com as resoluções adotadas no âmbito da Organização Marítima Internacional, encontra-se em implantação o Centro Nacional de Dados para Identificação e Acompanhamento de Navios a Longa Distância. As informações captadas e consolidadas por esse centro subsidiarão o gerenciamento das atividades marítimas.

O projeto de construção da nova Estação Científica do Arquipélago de São Pedro e São Paulo entrou em fase de execução no ano de 2007. As edificações foram instaladas em local considerado mais abrigado das fortes ondas que assolam o Arquipélago, de forma que, no decorrer de 2008, sejam oferecidas melhores condições de conforto e, principalmente, segurança aos pesquisadores que integram as expedições científicas naquela remota região.

A Operação Antártica XXVI, iniciada em outubro de 2007, prestará apoio logístico a dezenove projetos de pesquisa nas áreas científica e ambiental e viabilizará o desenvolvimento, na Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), de diversas atividades relacionadas ao Ano Polar Internacional, que se estenderá até março de 2009.

Estão previstas 272 operações navais, em 2008. Além do preparo e emprego do poder naval e das ações de fundo social nos mais distantes pontos do território nacional, diversas dessas operações envolvem unidades operativas de outras Marinhas, possibilitando estreitar os laços de amizade com países amigos.

No que se refere à Aeronáutica, foi dado prosseguimento ao plano de recuperação operacional da Força Aérea Brasileira (FAB), destinado à aquisição e modernização de aeronaves de diversas categorias. A FAB voou mais de 160 mil horas, adestrando suas tripulações, salvando vidas e patrulhando nossos céus, no rumo de uma capacitação operacional consentânea com a dimensão e papel internacional do Brasil, em particular no cenário sul-americano.

As atividades subsidiárias de alto valor para populações isoladas ou submetidas às catástrofes da natureza que são realizadas por aeronaves da FAB, têm levado a solidariedade do povo brasileiro aos cidadãos do Peru, da Bolívia e da Nicarágua, vitimados por fenômenos naturais. Em território nacional, teve continuidade em 2007, o apoio à Amazônia, por meio dos vôos do Correio Aéreo Nacional (CAN) e do atendimento médico-odontológico a populações ilhadas na região.

A amplitude da atuação do Governo, por intermédio do Comando da Aeronáutica, manifesta-se também no campo da ciência e tecnologia, de crucial importância para o País, não só pela ótica da defesa nacional pelo caráter dual de muitas frentes de pesquisa, que possibilitam oferecer à sociedade importantes inovações tecnológicas. Em particular, cumpre destacar a implantação do maior túnel de vento pulsado hipersônico da América Latina, o “T3”, em fase de qualificação no Comando-Geral de Tecnologia Aeroespacial (CTA), em São José dos Campos – SP.

A reativação do segmento tecnológico-industrial da defesa no Brasil, realizada em 2007, permitirá aliar a excelência de centros de ensino e pesquisa, como o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e o CTA, às enormes potencialidades do parque industrial brasileiro, possibilitando às Forças Armadas incluírem em seus inventários equipamentos modernos e eficazes, concorrendo para seu adequado aparelhamento, incorporarem novas tecnologias e criarem novas vagas no mercado de trabalho.

Prevê-se para 2008, que as atividades de adestramento e as responsabilidades operacionais da FAB sejam cumpridas de modo mais eficaz e seqüenciado. A recuperação do estoque de peças de reposição para aeronaves, o prosseguimento de pesquisas de tecnologia de ponta e a intensificação de exercícios de adestramento e intercâmbio com Forças Aéreas de países amigos, em particular os da América do Sul, concorrerão, certamente, para o alcance de superiores níveis de prontidão e eficácia operacional.

No âmbito do controle do espaço aéreo, em 2007, foram destinados mais de R\$ 675 milhões para ações relacionadas a esse setor, dentre as quais, destacam-se: operação, manutenção e modernização do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (Sisceab); investigação e prevenção de acidentes aeronáuticos; e manutenção dos sistemas de proteção ao voo. Merece registro, ainda, a criação do primeiro curso de mestrado profissional em segurança de voo da América Latina, no ITA, que possibilitará a formação e o aprimoramento de recursos humanos altamente especializados.

Para 2008, planeja-se a continuidade das medidas para o controle do espaço aéreo, como o decisivo aumento no número de controladores de tráfego aéreo, o redimensionamento das áreas de cobertura e o acelerado reequipamento do Sisceab. Trabalha-se, assim para a superação das dificuldades identificadas no transporte aéreo. Deve ser ressaltado que o modelo do Sisceab, que integra movimentos aéreos de diferentes naturezas, representa economia e eficiência, tendo sido objeto de acurado estudo por outros países.



Foto: Cláudia Ferreira

VI - DEMOCRACIA E DIÁLOGO

2008

1. Articulação com a Sociedade Civil

O diálogo responsável e qualificado com todos os segmentos da sociedade civil, buscando a construção de consensos e atuando de forma democrática para o equacionamento de conflitos, é um dos traços mais marcantes e inovadores do Governo. A ampliação dos espaços republicanos e democráticos de diálogo tem dado consequência prática ao princípio constitucional da democracia participativa. Esse diálogo está sendo fundamental para a construção de um novo País.

Em 2007, o Governo realizou inúmeros encontros, reuniões ou atividades com entidades e personalidades da sociedade civil. Nesse período, foram realizados encontros com dirigentes e representantes de organizações da sociedade civil nacional e internacional, como centrais sindicais, entidades empresariais, organizações religiosas, movimentos sociais, entidades de trabalhadores rurais, universidades, intelectuais e entidades estudantis. Foram, também, organizadas 162 atividades nas quais o Presidente da República participou diretamente, envolvendo organizações e personalidades da sociedade civil, das quais 46 foram realizadas em Brasília e 116 nas diversas Unidades da Federação.

O Governo, por intermédio da Secretaria-Geral da Presidência da República, em conjunto com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, articulou a participação dos representantes dos Conselhos de Políticas Públicas do Governo Federal na elaboração do Plano Plurianual 2008/2011. O debate resultou nas seguintes diretrizes para orientação do processo: valorização dos canais de participação social existentes e das propostas já construídas nesses espaços (conselhos, conferências, fóruns etc); construção conjunta de prioridades entre ministérios e conselhos para elaboração do PPA; e informação a todos os participantes sobre o resultado final do processo.

O processo de diálogo estabelecido entre o Governo e os movimentos sociais tem garantido que os mais variados segmentos se expressem nos espaços públicos, condição fundamental para a consolidação da democracia participativa, garantindo, assim, o envolvimento de diferentes atores nos processos de discussão e de formulação de políticas públicas. Em 2007, os movimentos do campo, por exemplo, expressaram-se publicamente em manifestações como o Grito da Terra, a Marcha das Margaridas, entre outras. Além disso, conforme já ocorrido em anos anteriores, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf), o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), dentre outros, participaram ativamente da construção do Plano Safra 2007/2008, que teve significativo aporte de novos recursos, conforme já mencionado no Capítulo II.

O Governo fortaleceu os canais de diálogo com os movimentos populares de luta pela moradia e reforma urbana, negociando e produzindo políticas e projetos, que contribuíram para os importantes resultados da 3ª Conferência Nacional das Cidades, ocorrida de 25 a 29 de novembro de 2007, com a presença de 2.040 delegados.

Em 2007, o diálogo consistente com os movimentos sociais resultou em importantes conquistas para os trabalhadores. As centrais sindicais foram reconhecidas legalmente como representantes dos trabalhadores e passaram a ter a institucionalidade e os direitos que entidades com essa representatividade e porte necessitam para cumprir seu papel.

O Governo coordenou, por intermédio da Casa Civil e da Secretaria-Geral da Presidência da República, consultas públicas realizadas no Arquipélago de Marajó, Municípios de Salvaterra, São Sebastião, Breves, Anajás e Afuá, no Estado do Pará, que reuniram cerca de cinco mil participantes, para elaboração do Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó.

O intenso diálogo com o Movimento de Prevenção à Hanseníase (Mohan) foi importante para a elaboração e a sanção, em 2007, da Lei nº 11.520, que garante indenização às pessoas portadoras de hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios em hospitais-colônia, até 31 de dezembro de 1986.

Em 2007, acentuaram-se os esforços do Governo no que se refere a conteúdo, gestão, atenção ao interesse público, direito à informação, credibilidade, transparência e prestação de contas à sociedade. Nesse sentido, e em consonância com os anseios da sociedade e com as discussões ocorridas no I Fórum Nacional de TVs, realizado em Brasília, de 8 a 11 de maio de 2007, sobre a necessidade de instituição de uma televisão pública de âmbito nacional, o Governo criou a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), a chamada TV Pública. Além da atuação consorciada dos diversos órgãos de comunicação que atuavam nesse setor, a criação da EBC representa o atendimento a uma necessidade cultural que não era apropriada pelos sistemas estatal e privado de comunicação e que somente poderia ser executado por uma rede pública de comunicação.

A EBC será veículo relevante na consolidação democrática e na construção da identidade brasileira. Entre seus objetivos encontra-se o fomento à produção regional e à produção independente, bem como o direcionamento de suas atividades para finalidades educativas, culturais, artísticas informativas, científicas e promotoras da cidadania. Espera-se um incremento do debate público no País, fundamental à reprodução social permanente do processo democrático.

As ações de comunicação do Governo com a sociedade foram orientadas pela busca da eficiência, otimização e fortalecimento de canais de comunicação dos cidadãos e das cidadãs com o Poder Executivo Federal por meio de respostas ágeis e o amplo esclarecimento à opinião pública. No âmbito da política de regionalização dos conteúdos de comunicação, foram divulgadas ações em todas as 27 Unidades da Federação, de modo a esclarecer e informar diretamente a população beneficiada pelos programas e ações do Governo.

Em 2008, o Governo manterá os esforços de consolidação do diálogo com as entidades da sociedade civil, visando o aprimoramento do processo democrático, que leve em conta a participação efetiva da sociedade nos processos de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. Assim, por intermédio da Secretaria-Geral da Presidência da República, o Governo intensificará no mencionado exercício a articulação e difusão das experiências dos diversos canais de participação social em funcionamento – conselhos, ouvidorias, conferências, entre outros –, por meio do fortalecimento do Fórum Governamental de Participação Social e da publicação e disseminação de estudos e informações que permitam aferir o grau de participação social nas políticas públicas.

2. Diálogo Internacional

A ampliação de espaços para a participação social também marcou, no ano de 2007, os processos de negociação tanto na ONU e na Organização Mundial do Comércio, quanto no Mercosul e, a exemplo do que vem ocorrendo em outros setores do Governo, a Política

Externa vem sendo enriquecida com as contribuições da sociedade civil. Nesse sentido, o Governo, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores e da Secretaria-Geral da Presidência da República, realizou um encontro inédito, em março de 2007, no Itamaraty, com representantes de diferentes setores da sociedade civil, para debater a Política Externa brasileira. Em 2008, dois projetos pilotos prevêem a vinda de representantes das sociedades civis de países africanos e latino-americanos ao Brasil, tendo como objetivo iniciar um intercâmbio sobre programas sociais como o Bolsa Família, o Biocombustível e o Pronaf, a fim de definir futuros projetos de cooperação.

A agenda social e participativa do Mercosul tem sido alvo de especial atenção do Governo. Em janeiro de 2007, na Cúpula de Presidentes do Mercosul, o Brasil reafirmou a importância do diálogo social e da sua institucionalização no âmbito do Bloco. Na ocasião, foram entregues aos presidentes dos países membros as contribuições formuladas pela sociedade civil durante a Primeira Cúpula Social do Mercosul – realizada em Brasília, em dezembro de 2006. O livro Mercosul Social e Participativo: construindo a integração dos povos com democracia e cidadania, publicado em dezembro de 2007, sistematiza informações acerca da dimensão social da integração e faz um balanço dos avanços conquistados até o momento.

Manteve-se, em 2007, o diálogo do Governo com o Fórum Social Mundial, com participação, inclusive, na edição do evento, realizado em Nairobi, no mês de janeiro do referido ano. A exemplo das edições anteriores, o Governo montou, junto com a sociedade civil, a Casa Brasil, espaço para divulgação, reflexão e debate das políticas públicas governamentais. No âmbito dessa temática, o Governo já iniciou diálogos com a sociedade civil, com vistas à realização do próximo Fórum Social Mundial, que ocorrerá no Brasil, na cidade de Belém, em janeiro de 2009.

A participação e o diálogo sociais no âmbito internacional também foram incorporados à luta pela realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, especialmente por meio da Ação Contra a Fome e a Pobreza. Por iniciativa do Governo brasileiro, representantes da sociedade civil foram incorporados, com direito a voto, ao Conselho de Administração da Unitaïd – Fundo Internacional para a Compra de Medicamentos contra a AIDS, a Malária e a Tuberculose. Com cerca de um ano de funcionamento, o Fundo já contabiliza conquistas importantes no que diz respeito à redução, no mercado internacional, dos preços de medicamentos para o tratamento dessas enfermidades associadas às condições de pobreza extrema. O Brasil se dispôs a sediar, no primeiro semestre de 2008, a reunião do Conselho Executivo da Unitaïd. Poderá ser a primeira reunião fora de Genebra, sede do órgão. A Secretaria-Geral da Presidência da República tem buscado o diálogo com a sociedade civil brasileira e latino-americana, para que o encontro seja realizado com intensa participação social.

O Governo realizou, no ano de 2007, a segunda edição do Prêmio “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”. Instituído em 2005, para incentivar, valorizar e dar visibilidade a práticas que contribuam para os compromissos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM, o prêmio é coordenado pelo Governo Federal, por intermédio da Secretaria-Geral da Presidência da República, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e pelo Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade. A segunda edição do Prêmio foi lançada em agosto de 2007, no Palácio do Planalto, ocasião em que foi apresentado o 3º Relatório de Acompanhamento dos Objetivos do Milênio do Governo Brasileiro.

A diretriz central para a atuação do Governo na área internacional, em 2008, é a ampliação do diálogo internacional com os movimentos sociais e populares, ONGs, universidades e centros de pesquisa do Brasil e de outros países. Essa atuação deve realizar-se em torno dos seguintes eixos: integração social do Mercosul; Ação Global contra a Fome e a Pobreza e Mecanismos Inovadores de

Financiamento para o Desenvolvimento; Fórum Social Mundial; aprofundamento do intercâmbio com a sociedade civil; movimento sindical internacional; Universidade para a Paz das Nações Unidas (UPaz); e participação social na cooperação sul-sul.

3. Relações Institucionais

O relacionamento político do Governo com o Congresso Nacional obteve, em 2007, fórum institucional especial com o funcionamento do Conselho Político, previsto na Agenda de Coalizão, integrado pelos presidentes e pelos três líderes dos partidos políticos que compõem a base do Governo e pelo Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais (SRI). O processo de elaboração e execução das emendas parlamentares tem sido articulado pelo Governo, de maneira que a proposição de emendas ao Projeto de Lei do Orçamento seja orientada em consonância com as diretrizes e metas das políticas públicas governamentais.

a) Articulação Federativa

Estabeleceu-se, ao longo dos últimos anos, com Estados, Distrito Federal e Municípios uma relação baseada no diálogo, negociação e parceria, com respeito à autonomia dos Entes Federativos, visando fortalecer os laços de cooperação e articulação, pactuar políticas públicas, definir a destinação de recursos e o exercício das atividades regulares de controle e fiscalização, tendo como norte o interesse geral da sociedade.

Nesse sentido, foram desenvolvidas relevantes ações em 2007, tais como a ampliação das transferências de recursos federais para Estados, Distrito Federal e Municípios, a exemplo do aumento de 1% no valor do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), bem como o aumento das transferências diretas ao cidadão, como o Programa Bolsa Família, que ampliou a faixa etária de atendimento e aumentou o valor da transferência, em cooperação com as citadas Entidades Federativas; e a institucionalização do Comitê de Articulação Federativa (CAF), por meio do Decreto nº 6.181, de agosto de 2007, e do Protocolo de Cooperação Federativa, que pactuou uma agenda comum, para 2007 e 2008, entre o Governo e as entidades nacionais que representam os Municípios. Essa agenda contempla temas como: proposta de reforma tributária; cooperação federativa para prestação dos serviços de transporte escolar e acompanhamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); e ações de fortalecimento institucional e qualificação da gestão dos Municípios.

Ainda no referido exercício, outras importantes ações foram a implementação do Sistema de Assessoramento para Assuntos Federativos (Sasf); a regulamentação da Lei dos Consórcios Públicos, por meio do Decreto nº 6.017, de janeiro de 2007; e o apoio à formação de diversos consórcios intermunicipais no País. Também foi efetivada, em 2007, a instalação e o fortalecimento do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul; a organização do encontro de governadores da Frente Norte do Mercosul, em Belém do Pará; a inclusão de um acordo de cooperação descentralizada no marco do acordo de cooperação Brasil-Itália; e a realização do II Encontro Cooperação Descentralizada Brasil-França.

Em 2008, o fortalecimento dessa agenda federativa coloca, para o Governo Federal e para os demais Entes Federativos, cinco grandes desafios, quais sejam: a pactuação de uma agenda estratégica para as regiões metropolitanas, relativamente ao modelo de gestão e ao volume de investimentos, em especial os recursos do PAC para habitação, saneamento e mobilidade urbana; a

construção de uma política de fortalecimento institucional e de qualificação da gestão dos Municípios, no âmbito do CAF, a ser apresentada aos prefeitos eleitos no final deste exercício; a ampliação e qualificação do padrão de atendimento do Governo aos gestores estaduais e municipais, por meio da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República; a consolidação da negociação federativa, intensificando os debates, por meio de mesas federativas plenas com a presença de Estados, Distrito Federal e Municípios, sobre temas da agenda federativa; e o fortalecimento da cooperação internacional federativa.

4. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES)

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), criado pela Lei nº 10.683, de maio de 2003, é um espaço de diálogo entre sociedade e Governo, tendo como principais características a diversidade da sua composição, envolvendo trabalhadores, empresários, movimentos sociais e academia, o foco temático no desenvolvimento e o diálogo social como ferramenta para construção de consensos.

A composição ampla e diversa possibilita uma visão sistêmica sobre as questões nacionais e está na base do conceito de desenvolvimento hoje compartilhado no CDES, que envolve aspectos econômicos, sociais, políticos e ambientais. Superando visões compartimentadas de segmentos e setores sociais, os conselheiros dialogam e buscam forjar novas sínteses e consensos nas suas reuniões plenárias e em outras atividades, como os grupos de trabalho, colóquios, seminários, mesas-redondas, que têm suas agendas definidas a partir das demandas da sociedade, do Governo ou dos próprios conselheiros. Pode-se citar como exemplos do trabalho do CDES a sua contribuição para a conformação do PAC e do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), bem assim o fato de a visão de futuro proposta pela Agenda Nacional de Desenvolvimento desse Conselho ter sido incorporada como orientação estratégica para o Plano Plurianual 2008/2011.

Com o objetivo de agregar informações e perspectivas, ampliando sua capacidade de aconselhamento ao Presidente da República e o alcance dos seus debates, o CDES busca envolver nas suas atividades outras instituições públicas e organizações sociais, profissionais e dirigentes do Governo, universidades e institutos de pesquisa nacionais e internacionais. O CDES se relaciona com organismos internacionais, em cooperações bilaterais com instituições congêneres em diversos países e com o Comitê Econômico e Social da União Européia.

Filiado à Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares (Aicesis), desde 2003, o CDES assumiu a presidência dessa entidade em junho de 2007, para um mandato de dois anos. Essa Associação articula cerca de 60 instituições da Europa, África, Ásia, Oriente Médio e América Latina. Além do reconhecimento internacional, a presidência da Aicesis multiplicou a capacidade do CDES de contribuir para disseminar a prática do diálogo social para o fortalecimento da democracia e o desenvolvimento com equidade.

As perspectivas do CDES para 2008 contemplam, portanto, um eixo de atuação internacional forte que, ao tempo em que dissemina a noção de desenvolvimento com equidade, apreende os diferentes pontos de vista e reforça o esforço mundial de sustentabilidade social e ambiental.

5. Conferências Nacionais e Encontros

Uma das principais linhas de atuação do Governo tem sido a de fortalecer os canais de participação da sociedade civil na gestão

do Estado. Desde 2003, tem sido realizado um grande esforço para garantir a articulação entre os diversos setores da sociedade civil e o Governo, por meio da consolidação do diálogo e da ampliação de canais democráticos de participação na formulação de políticas públicas e de busca de consensos, desenvolvendo uma relação permanente, materializada na realização das diversas conferências e fóruns de debates. As conferências nacionais tratam de temas relevantes para a cidadania, asseguram a participação de milhares de pessoas em todas as suas etapas – municipais, estaduais e nacionais – e possuem uma estreita relação com os conselhos nacionais de políticas públicas e de direitos.

Por intermédio da Secretaria-Geral da Presidência da República e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, foram organizadas, em 2007, oficinas para o público que está diretamente envolvido com conselhos e conferências, objetivando construir um referencial de melhor aproveitamento das contribuições da sociedade civil nos vários espaços de participação social na esfera pública federal e gerar subsídios para a construção de proposta de participação social no ciclo orçamentário. Em todo o País foi desenvolvido o projeto Diálogo Social/Agenda Brasil, que se constitui em um método democrático para prestar conta das ações e políticas públicas implementadas pelos setores governamentais da administração federal, no intuito de reforçar a interlocução e o diálogo entre o Governo e a sociedade civil.

Deve ser destacada a realização, ao longo de 2007, de sete conferências temáticas nacionais:

- 3ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;
- 2ª Conferência Nacional de Política para as Mulheres;
- 13ª Conferência Nacional da Saúde;
- 3ª Conferência Nacional das Cidades;
- 7ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- 6ª Conferência Nacional da Assistência Social; e
- 3ª Conferência Nacional do Meio Ambiente.

As visitas do Presidente da República aos Estados também constituíram momentos importantes para a interlocução qualificada entre o Governo e entidades representativas da sociedade civil. Nessas ocasiões, o Governo vem colhendo importantes subsídios para implementar e aperfeiçoar seus programas e políticas públicas, ouvindo e incorporando sugestões da população diretamente beneficiada.



VII - GESTÃO DO ESTADO
E COMBATE À CORRUPÇÃO

2008

1. Eficiência na Aplicação dos Recursos Públicos

O Governo vem adotando medidas para o controle e a melhoria da qualidade dos gastos públicos, com o objetivo de otimizar a alocação de recursos em áreas estruturais e promover o crescimento do País. No contexto orçamentário, está sendo implementado, desde junho de 2007, o Programa de Eficiência do Gasto (PEG), sob a coordenação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP). O Programa, que está sendo executado no âmbito da Administração Pública Federal, identifica, propõe e divulga medidas, voltadas à eliminação do desperdício e à melhoria contínua da gestão dos processos, que promovam o aumento da eficiência do gasto público.

O montante de recursos obtido com a redução dos gastos com as despesas de consumo poderá ser destinado a investimentos que resultem no aprimoramento da eficiência dos gastos de funcionamento da máquina pública, a exemplo de obras de infra-estrutura elétrica e aquisição de equipamentos de tecnologia mais avançada, reduzindo, na etapa seguinte, as despesas com energia e manutenção, de forma a gerar um círculo virtuoso para a Administração Pública.

Ainda no âmbito da busca do aumento da eficiência, em 2007, a captação de recursos para financiamento de projetos de investimento norteou-se pela postura criteriosa com relação a novas contratações, levando em consideração, sobretudo, o novo patamar de desenvolvimento econômico alcançado pelo País, o que impôs novo relacionamento com organismos internacionais de desenvolvimento; a compatibilidade entre as propostas de financiamento e as prioridades nacionais e regionais; e a capacidade financeira e de implementação dos futuros mutuários. Essa postura foi pautada pela necessidade de alcançar maior eficiência na consecução das metas programadas de tais financiamentos, pela tentativa de reduzir os pagamentos relativos a encargos financeiros vinculados à não-utilização dos recursos programados, bem como pela maximização do valor agregado das operações, sobretudo no que diz respeito ao desenvolvimento da capacidade institucional dos proponentes e à utilização de facilidades financeiras inovadoras. Neste contexto, no âmbito da Comissão de Financiamentos Externos (Cofex) foram realizadas dezenove negociações contratuais junto aos diversos organismos internacionais, representando um montante de aproximadamente US\$ 1,3 bilhão de novos financiamentos, nos mais diversos setores, nas três esferas de Governo.

2. Informatização de Serviços – Investimento em TI

O crescente uso das tecnologias da informação (TI) e os avanços na informatização de serviços permitiram ganhos significativos em integração, segurança, rapidez, e transparência na atuação governamental. Nesse contexto, a implantação da rede governamental de comunicações, denominada Infovia Brasil, merece destaque por proporcionar ao Governo infra-estrutura de comunicação segura e confiável, que viabiliza elevada velocidade de transmissão de dados e redução de custos com telecomunicações. A Rede de fibras óticas Infovia Brasil, em operação na capital federal desde 2005, atualmente interliga 90 redes locais em diferentes prédios da administração pública federal. Em 2007, foram concluídos os estudos para expansão da rede a outros pontos do País.

No que tange à transmissão de dados, a Infovia Brasil proporcionou uma redução significativa no custo do Mbit transmitido. Em 2004, o valor mensal praticado pelos órgãos federais era em média de R\$ 1.500,00 por 1 Mbit, para conexões ponto-a-ponto. Como a Infovia oferece conexões de 1Gbit (1.000 Mbit) pelo custo mensal de R\$ 6.500,00, o valor de cada 1 Mbit caiu para

R\$ 6,50, em um ambiente de rede mais seguro e controlado pelo próprio Governo, possibilitando inclusive o uso de serviços que requerem altas velocidades de conexão, como videoconferência e espelhamento de bases de dados, entre outros.

O estabelecimento de padrões é uma das tarefas mais difíceis e estratégicas relacionadas à Tecnologia da Informação. Trata-se de trabalho de pouca visibilidade, mas de grande impacto, e por isso mereceu forte atenção do Governo. A Arquitetura *e-Ping*, que estabelece padrões de interoperabilidade, foi complementada e aperfeiçoada, com resultados importantes para projetos como a Nota Fiscal Eletrônica, o Registro de Agrotóxicos e a modernização dos sistemas de gestão administrativa, sob responsabilidade dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda. Foram criados, também, padrões para aquisição de bens de informática, que já foram usados na compra de mais de 60 mil computadores, com ganhos de economia, qualidade e agilidade em vários processos licitatórios.

O *software* público é uma realidade. Esse projeto incentiva e viabiliza o compartilhamento de *softwares* adquiridos com recursos públicos e é utilizado inclusive em programas de modernização administrativa, como o Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM). Seu portal (www.softwarepublico.gov.br) já oferece treze soluções em áreas como educação, saúde, informática, administração, geoprocessamento e telecomunicações. Mais de 12 mil pessoas em várias comunidades colaboram com o projeto, que movimenta o mercado de *software* nacional. O Sistema de Inventário do Configurador Automático e Coletor de Informações – (Cacic), por exemplo, já conta com mais de 600 prestadores de serviços cadastrados.

3. Transparência da Administração e Controle Social

O Portal da Transparência é reconhecido internacionalmente como um dos mais completos sítios em seu gênero, com informações detalhadas sobre a execução do orçamento público federal, acessível a qualquer cidadão, sem exigência de senha ou cadastro prévio. Atualizado todos os meses, e constantemente aprimorado, o Portal da Transparência abriga 584 milhões de informações, abrindo ao controle social um volume de recursos da ordem de R\$ 3,7 trilhões. Em 2007, o Portal incorporou duas novas ferramentas. Uma delas, em caráter experimental, apresenta extratos completos de dois mil convênios firmados pela União com Estados, Municípios e Organizações Não-Governamentais (ONGs) e, a outra, classifica, por atividade econômica, as empresas que receberam recursos federais. Foram lançadas, também, as Páginas de Transparência de cada Ministério e demais órgãos federais, com os extratos dos contratos celebrados, das licitações abertas, dos convênios firmados, da execução das despesas com diárias e passagens, além de outras informações. Atualmente, 49 órgãos da Administração Direta, 48 autarquias, 12 fundações, 12 empresas públicas e 18 sociedades de economia mista já têm suas Páginas de Transparência implantadas.

Em 2008, será ampliado o elenco de informações disponibilizadas nesse Portal, aprimorando o sistema de busca e as opções de consulta oferecidas. Prevê-se, também, a ampliação da divulgação e uso dessa ferramenta, promovendo a implantação das Páginas de Transparência Pública nos órgãos e entidades que ainda não dispõem desse tipo de instrumento.

Uma das prioridades do Governo é tornar cada vez mais acessível e transparente o processo de compras públicas. O sítio www.comprasnet.gov.br permite consultas diretas a editais de licitações, pregões realizados, atas de pregões e cotações eletrônicas. A sociedade pode acompanhar as sessões públicas dos pregões eletrônicos e presenciais em tempo real. A divulgação de relatórios gerenciais de compras governamentais, com informações estatísticas sobre a evolução das compras e economias

obtidas com o pregão eletrônico, é importante ferramenta no combate a fraudes e superfaturamentos. O Governo economizou com o uso do pregão eletrônico, em 2007, mais de R\$ 2,3 bilhões, calculados pela diferença entre os valores de referência (estimados) e os valores efetivamente homologados.

Foram criadas, também, trilhas de auditoria para auxiliar os órgãos de controle no combate às irregularidades nos processos licitatórios, com o uso do sistema “Tamanduá”, um *software* de mineração de dados que busca padrões fraudulentos nas aquisições de bens e contratações de serviços realizados pela Administração Pública Federal. A fim de aumentar ainda mais a segurança do Sistema Comprasnet, a autenticação de pregoeiros e ordenadores de despesa no sistema passou a ser feita por meio de Certificação Digital, aderente à Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil). No ano de 2007, foram emitidos 1.300 certificados digitais para esses agentes, totalizando cerca de 3.500 pregoeiros e ordenadores de despesa certificados no território nacional.

O próximo passo, a ser implementado neste exercício, é a melhoria dos processos de convênios. As regras quanto ao uso dos recursos públicos ficaram mais rigorosas com o Decreto nº 6.170, de 2007, que estabelece, dentre outras inovações, o chamamento público a entidades privadas sem fins lucrativos para seleção de projetos. O Portal de Convênios disponibilizará e centralizará as informações relativas a transferências voluntárias.

O Programa “Olho Vivo no Dinheiro Público” vem espalhando pelo País a cultura do exercício da cidadania. Em 2007 foram realizados 52 eventos de Educação Presencial atingindo 405 Municípios, conscientizando e orientando lideranças locais na fiscalização da administração pública. Também em 2007 foi realizado o primeiro curso a distância sobre cidadania e controle social, com o intuito de incentivar a participação no controle dos recursos públicos.

Outra ação de caráter pedagógico e de estímulo ao controle social, iniciada em 2007, foi o concurso de desenho e redação entre alunos do ensino fundamental dos Municípios participantes do Programa “Olho Vivo”. A iniciativa pretende promover no ambiente escolar a reflexão e o debate sobre a prevenção e o combate à corrupção e despertar nos estudantes o interesse pelo controle social. Mais de 110 mil crianças apresentaram trabalhos nessa primeira edição do concurso. Os vencedores deste e do Concurso de Monografias foram premiados no evento comemorativo do Dia Internacional Contra a Corrupção (9 de dezembro).

Para 2008, o Programa “Olho Vivo no Dinheiro Público” prevê as seguintes atividades: realização de 26 eventos de educação presencial, contemplando cerca de 3.200 cidadãos em 200 Municípios; formação de 3 mil cidadãos com cursos a distância sobre controle social; expansão dos concursos de redação e desenho (hoje aberto a estudantes do Ensino Fundamental) a alunos do Ensino Médio; publicação de um sítio direcionado ao público infantil, com o intuito de contribuir, desde cedo, para a formação de uma cultura de participação popular no controle dos gastos públicos; e realização de seminário nacional sobre boas práticas de controle social, além de prosseguir distribuindo manuais e cartilhas didáticas sobre o tema.

4. Produção e Disseminação de Informações

A produção e disseminação de informações para a sociedade é também fator importante para a transparência e para a formulação e implementação de políticas públicas focadas nas reais necessidades da população. Nesse sentido, em 2007, destaca-

se a realização, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), das pesquisas sobre os estabelecimentos agropecuários e a Contagem da População, entre outras. Foram levantados dados de 5.211.100 estabelecimentos agropecuários, de 30.824.140 domicílios e a Contagem da População concluiu que somos 183,9 milhões de brasileiros. Resultados preliminares do Censo Agropecuário foram divulgados, em 21 de dezembro de 2007, juntamente com os resultados definitivos da Contagem da População. Até outubro de 2008, serão divulgados, por temas, os resultados definitivos do Censo Agropecuário. Entre 2000 e 2007, a população do País aumentou em mais de 14 milhões de pessoas, o equivalente aos habitantes de um Estado do tamanho da Bahia.

Todas as grandes regiões do País apresentaram crescimento populacional em relação ao Censo 2000, mas não houve alterações no *ranking* dos mais populosos. Segundo o IBGE, o Sudeste ainda lidera, com 77,8 milhões, seguido do Nordeste (58,5 milhões), Sul (26,7 milhões), Norte (14,5 milhões) e Centro-Oeste (13,2 milhões).

O IBGE divulgou também, a “Síntese de Indicadores Sociais 2007 – Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira”, que reúne indicadores sobre a realidade social brasileira, abrangendo informações sobre saúde, aspectos demográficos, educação, trabalho e rendimento, domicílios, famílias e grupos populacionais específicos – crianças, adolescentes e jovens, mulheres e idosos – entre outros. Foi publicado também o volume “Perfil das despesas no Brasil – Indicadores Seleccionados”. Ainda em 2007, deu-se continuidade aos trabalhos realizados por meio de esforço intergovernamental para a implementação de metodologia de cálculo de linha de pobreza absoluta, baseada nos dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2002-2003, e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

O Instituto iniciou, também, o desenvolvimento do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares (SIPD) que tem como finalidade reformular a produção de pesquisas domiciliares por amostra, mantendo aqueles objetivos hoje cumpridos pela PNAD, pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME), pela POF e pela Pesquisa de Economia Informal Urbana (ECINF), agregando a investigação de novos temas ou o detalhamento de temas existentes, além do estudo de métodos estatísticos para o desenho de uma amostra mestra para o Sistema. Uma amostra mestra de setores censitários foi desenhada para atender a todas as pesquisas do SIPD e, em particular, a POF, a ser realizada em 2008/2009.

Além desses estudos e pesquisas, o IBGE divulgou, em 2007 os resultados da Pesquisa sobre as Entidades Sem Fins Lucrativos de Assistência Social (Peas), tendo como referência o ano de 2005; a publicação “Sistema de Informações e Indicadores Culturais – 2003/ 2004/2005”; os resultados do Suplemento sobre Cultura da Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2006 (Munic); e cartas sobre Hidrogeologia e Hidroquímica. Nesse mesmo exercício, foi dado prosseguimento à construção do Banco de Dados Ambientais Integrados de Recursos Naturais e à análise das informações de cunho espacial sobre a organização do território – subsídio fundamental às atividades de planejamento. Também, foi elaborado o relatório “Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS)”, no qual foram abordadas quatro dimensões: a ambiental, a social, a econômica e a institucional. Com relação à Dimensão Ambiental a novidade foi a inclusão do item “Emissões de Origem Antrópica dos Gases Associados ao Efeito Estufa”.

Para o exercício de 2008, o IBGE deverá realizar estudos sobre impactos ambientais, econômicos e sociais dos sistemas de produção de bovinos de corte no Cerrado, na Amazônia e no Pantanal, por meio de parceria com a Embrapa, além da instituição de um Programa Nacional de Estatística da Atividade da Pesca e da Aquicultura, juntamente com a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (Seap). Neste exercício, também, serão divulgados os resultados dos suplementos 2007 da PNAD sobre

Educação: “Características da educação profissional e tecnológica dos moradores de 10 anos ou mais de idade” e “Características complementares de educação e alfabetização de jovens e adultos dos moradores de 15 anos ou mais de idade”. Em 2008, deverá ser encaminhado ao Congresso um projeto de lei tratando do acesso a informações, regulamentando o Art. 5º inciso XXXIII, e o art. 37 da Constituição Federal, o que, além de constituir, recomendação das convenções internacionais, é também uma antiga reivindicação da sociedade.

5. Valorização dos Servidores

A valorização dos servidores públicos tem-se constituído o eixo central da gestão de recursos humanos no âmbito da Administração Pública Federal. Para atingir esse objetivo, o Governo adotou duas linhas prioritárias de ação: a democratização das relações de trabalho e a profissionalização dos recursos humanos. No que se refere à democratização das relações de trabalho, são inegáveis os avanços obtidos com o estabelecimento de um canal de diálogo permanente com as entidades representativas dos servidores públicos.

Em 2007, como resultado dessa política de participação e parceria, foram assinados Termos de Acordo e Compromissos e instituídos grupos de trabalho que irão promover a reestruturação de carreiras e de planos de cargos e o reajustamento de tabelas remuneratórias, propiciando-se, assim, a recuperação do poder aquisitivo dos servidores. Até o final do referido exercício, foram assinados nove Termos de Acordos e Compromissos.

Encontra-se em curso, ainda, o debate sobre a regulamentação da institucionalização da negociação coletiva, da solução de conflitos e do direito de greve no serviço público, a partir da constituição de um grupo de trabalho que conta com a representação dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão, e do Trabalho e Emprego, da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e de doze entidades nacionais representativas dos servidores públicos federais. Em 2008, será encaminhada ao Congresso a proposta de ratificação, pelo Brasil, da Convenção nº 151 da Organização Internacional do Trabalho, que trata das relações de trabalho na administração pública e dispõe sobre a proteção do direito de sindicalização e os procedimentos para determinação das condições de trabalho, liberdade sindical e negociação coletiva no âmbito do serviço público.

Quanto à profissionalização do quadro de pessoal, buscou-se, em 2007, abranger os componentes-chave do sistema de pessoal. O primeiro deles é o processo de recrutamento e seleção, com ênfase na recuperação da capacidade de previsão das necessidades de pessoal. Essa previsão está sendo feita com base no dimensionamento da força de trabalho disponível, por meio do levantamento das demandas e proposições para futuros ingressos, considerando as perspectivas de aposentadorias para os anos seguintes, a necessidade de substituição de terceirizados que executam atividades típicas de servidor e as novas estruturas administrativas criadas. Em 2007, foram autorizadas 16.139 vagas para concurso público, com destaque para as áreas de educação (4.323 vagas), previdência social (2.930), saúde (1.951) e justiça (1.339). Para o ano de 2008, está prevista a ampliação desse processo.

Foram revistas as estruturas de diversas carreiras e de tabelas de remuneração, tendo como uma das prioridades assegurar as condições necessárias, no tocante à gestão de pessoas, para implementação do PAC. Essas medidas objetivaram, especialmente, propiciar condições de atração e de retenção de pessoal qualificado. Nesse contexto, foram priorizadas as áreas sociais, de infra-

estrutura, de saúde e indigenista, bem como as de segurança pública, sistema financeiro, fiscalização, técnico-administrativa em educação, cultura, reforma agrária, docência, pesquisa em ciência e tecnologia e de outros cargos de nível superior cujas atribuições tenham impacto direto no PAC. Buscou-se o alinhamento das tabelas remuneratórias no âmbito do Poder Executivo, com adequação da relatividade entre as remunerações dos cargos e carreiras. Para a implementação dessas medidas foram investidos, em 2007, recursos da ordem de R\$ 1,2 bilhão. Para o exercício de 2008, pretende-se concluir a criação, a reestruturação e a revisão das estruturas salariais dos cargos e carreiras e dar continuidade à implementação gradual de medidas já adotadas em 2007.

Outra iniciativa importante foi o encaminhamento ao Congresso Nacional do Projeto de Lei Complementar nº 1, de 2007, que disciplina o crescimento da folha de pagamentos de pessoal para cada Poder e órgão da União, no período compreendido entre 2007 e 2016. Tal medida – necessária para auxiliar no controle dos gastos primários correntes do Governo Federal, contribui para ampliar os ganhos já obtidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, no que diz respeito ao rigor fiscal – ao mesmo tempo em que define uma trajetória de longo prazo para a despesa com pessoal, garante espaço fiscal suficiente para novas recomposições salariais e reestruturações de carreira, conferindo maior eficiência na gestão dos recursos públicos, ao promover previsibilidade para esse importante agregado de despesa.

Como subsídios à gestão de pessoal, em 2007, também foram adotadas medidas que resultaram na melhoria dos instrumentos de apresentação e divulgação de informações estatísticas e gerenciais sobre os quadros de pessoal da Administração Pública Federal e suas remunerações, bem como no aprimoramento do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape). Também, em 2007, foram obtidos resultados da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, criada em 2006, por meio do Decreto nº 5.707. Essa Política define as principais diretrizes para as ações de capacitação no Governo, dentre elas, a adoção da gestão por competências e a capacitação para o desenvolvimento gerencial e qualificação de servidores para o exercício de atividades de direção e assessoramento superior. A Escola Nacional de Administração Pública (Enap) capacitou aproximadamente 24 mil servidores, ampliou em mais de 60% a sua oferta em escala nacional de cursos gratuitos a distância e aprimorou seus cursos de aperfeiçoamento de carreiras.

6. Gestão

Em 2007, foram implementadas várias ações para a melhoria da gestão da Administração Pública Federal, com destaque para a criação da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a proposição de mudanças na legislação sobre licitações. A instituição da RFB sinaliza para o aprimoramento e a maior eficiência, eficácia e efetividade da administração tributária brasileira, notadamente por integrar e racionalizar esforços e recursos e estabelecer sinergia entre setores, unidades organizacionais, processos e equipes de trabalho. Além da melhoria do serviço prestado ao cidadão e da mencionada sinergia, a implantação da RFB representa uma significativa economia de recursos, dada a integração das ações antes executadas por duas estruturas, em dois Ministérios específicos, cada uma com uma estrutura administrativa e logística própria.

A outra iniciativa de fundamental importância para a celeridade dos processos licitatórios e economia de recursos, foi o encaminhamento pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional do Projeto de Lei nº 7.709, de 2007, que altera a Lei nº 8.666, de 1993. Trata-se de uma das ações integrantes do PAC. Entre os diversos avanços promovidos por meio do referido projeto, destacam-se a obrigatoriedade da utilização da modalidade licitatória de pregão para a aquisição de bens e serviços

considerados comuns; e o estabelecimento da possibilidade de inversão das fases em todas as modalidades de licitação. Essas duas alterações são basilares para a referida celeridade processual, para a transparência e para a economicidade das contratações públicas. Atualmente, esse Projeto de Lei está em tramitação no Senado Federal e sua aprovação constitui-se em uma das prioridades do Governo para 2008.

a) Modernização dos Instrumentos de Planejamento e Gestão

Em 2007, o planejamento governamental foi voltado para a elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2008-2011, envolvendo a definição de novas diretrizes, inclusive quanto ao seu modelo de gestão, que vem sendo aperfeiçoado ao longo dos anos, na busca da implementação do modelo de gestão por resultados no âmbito da administração pública federal.

A elaboração do PPA 2008-2011 valeu-se da experiência acumulada no planejamento governamental e de dois subsídios importantes. O primeiro refere-se aos resultados do Estudo da Dimensão Territorial do PPA, quais sejam: vinte e dois estudos prospectivos (setoriais e temáticos) no horizonte temporal de 2027; proposta de regionalização do País em duas escalas, macro e sub-regional; uma carteira de investimentos para o período 2008-2027; um modelo de simulação dos impactos sócio-econômicos de investimentos em base territorial; uma metodologia de avaliação de sustentabilidade de investimentos; e uma base de dados georreferenciada. O segundo subsídio residiu na adoção do Modelo Lógico para desenho dos programas do Plano.

O novo PPA foi estruturado no seu nível estratégico em torno de dez objetivos de Governo, que refletem as prioridades para o período 2008-2011, e permitem o seu monitoramento estratégico, com acompanhamento por meio de indicadores com metas para 2011, apurando-se a evolução de resultados sociais e econômicos agregados do Plano. A propósito, o monitoramento dos programas do PPA vem sendo consolidado pela permanente coleta, análise e sistematização das informações registradas no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (Sigplan). No que se refere às ações do PAC, o seu monitoramento será feito por meio do módulo Sispac, que permitirá o acompanhamento da execução física, orçamentária e financeira dos programas específicos, bem como de cada empreendimento realizado. Além disso, por meio desse módulo, haverá processo automatizado de autorização de empenho que possibilitará maior agilidade na sua execução.

Pelo fato de a gestão das políticas públicas ocorrer em um ambiente de permanente mudança em que a ocorrência de imprevistos pode gerar grandes prejuízos, o sistema de monitoramento das ações e dos Programas do PPA incorporará a análise de riscos, que compreenderá a identificação, análise qualitativa (natureza, relevância e impacto potencial do risco), análise quantitativa (probabilidade do risco), plano de resposta e monitoramento da sua evolução.

b) Patrimônio da União

Em 2007, deu-se início à implementação de uma nova política com foco na melhoria do atendimento ao cidadão ocupante dos imóveis da União, que dentre outras ações incluiu o acesso a serviços por meio da rede mundial de computadores – Internet. Dessa forma, as informações relativas aos ocupantes dos imóveis da União ganharam em qualidade e confiabilidade, o que causou, de imediato, aumento no número de registro das transações de transferência de utilização, com impacto direto na arrecadação de receitas patrimoniais.

A regularização fundiária tem sido uma das prioridades do Governo. No âmbito do Projeto Nossa Várzea, foi iniciado o processo de regularização fundiária em áreas de várzeas no Estado do Pará, com foco nas comunidades do arquipélago de Marajó. Para reconhecer o direito à ocupação e permitir a exploração sustentável dessas áreas pelas famílias ribeirinhas, foi instituído o Termo de Autorização de Uso. Em 2007, foram beneficiadas aproximadamente 11 mil famílias ribeirinhas da região.

A gestão patrimonial contemplou, também, a área de aquicultura e pesca. Em 2007, foi disciplinada pelas Secretarias de Patrimônio da União e de Aquicultura e Pesca a utilização de uso dos espaços físicos em águas de domínio da União para fins de aquicultura. Assim, foi viabilizada a implantação do novo modelo de desenvolvimento da aquicultura e pesca, com regras que proporcionam a revitalização dos parques aquícolas marinhos, a regularização de cerca de 1.200 maricultores e a geração de aproximadamente 6 mil empregos diretos.

Ainda no referido exercício, foi entregue o primeiro título de Concessão de Uso Especial para fins de Moradia (Cuem) a uma moradora que reside em terreno da União, desde a década de 1920, localizado no município de Parnaíba/PI. Da mesma forma, o Governo reconheceu o direito à moradia de 1,7 mil famílias residentes no Sítio Conceiçãozinha, no Município de Santos/SP, utilizando, pela primeira vez no País, a Concessão de Uso Especial coletiva.

c) Fortalecimento da Capacidade Institucional para a Gestão em Regulação

A União e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) firmaram contrato de US\$ 6,7 milhões para financiamento de um programa de fortalecimento da capacidade institucional da gestão em regulação e a criação de mecanismos para a melhoria da qualidade do sistema regulatório. O Programa será coordenado pela Casa Civil da Presidência da República e é dividido em quatro linhas de atuação: fortalecimento da capacidade de formulação e análise de políticas; melhoria e alinhamento estratégico entre políticas setoriais e processo regulatório; fortalecimento da autonomia, transparência e desempenho das agências reguladoras; e desenvolvimento de mecanismos para o exercício do controle social.

O principal objetivo do Programa é o desenvolvimento de instrumentos para a melhoria da governança regulatória, envolvendo ministérios, agências reguladoras, organismos governamentais de coordenação, agentes que participam de mercados regulados e cidadãos usuários de bens e serviços, como energia, transportes, aviação civil, telecomunicações, vigilância sanitária e saúde suplementar. O programa deve também impactar positivamente na qualidade das políticas públicas em cada setor regulado e na transparência das atividades regulatórias, na consolidação da autonomia decisória, na capacidade técnica das agências reguladoras e no aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão, monitoramento e controle social. Como consequência, o projeto deverá contribuir para a melhoria do clima de negócios no País, que se refletirá na atração de investimento, ou seja, o programa representa um importante passo para o aumento da competitividade do País.

7. Combate à Corrupção

O Governo, por intermédio da Controladoria-Geral da União (CGU), prosseguiu no decidido combate que trava contra a corrupção, tendo por base a articulação com os demais órgãos de controle e fiscalização e a crescente parceria com a sociedade na construção do controle social. Essa atuação é ainda complementada pela articulação internacional, pelas medidas de prevenção da corrupção e pelo incremento da transparência pública.

A articulação internacional decorre do entendimento de que, no mundo globalizado, a corrupção não pode ser enfrentada isoladamente, dentro das fronteiras de cada país. A ênfase nas medidas de prevenção, em lugar do foco restrito àquelas de caráter repressivo, justifica-se porque somente a punição depois de consumado o fato ilícito não tem se mostrado suficiente para impedir a repetição desse tipo de prática. O incremento da transparência pública baseia-se na convicção de que o controle social, nos regimes democráticos, é a maior garantia da integridade institucional e o melhor antídoto contra irregularidades e desvios de conduta, bem como de que essa vigilância depende diretamente das condições de transparência da atividade pública.

Destacam-se, a seguir, algumas das principais ações iniciadas ou intensificadas em 2007 no combate à corrupção, um mal que sempre enfraquece perigosamente a confiança na democracia.

a) Auditorias

O Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos atingiu inequívoco sucesso. A cada edição, 60 áreas municipais são sorteadas, de forma isenta e impessoal, com vistas à fiscalização da aplicação de recursos públicos federais. Em 2007, foram fiscalizados 180 Municípios, em três edições do Programa, fiscalizando-se recursos da ordem de R\$ 1,3 bilhão. Esse Programa foi estendido à aplicação de recursos federais pelos Estados, sendo, nessa esfera, realizadas 69 fiscalizações, englobando recursos da ordem de R\$ 6,6 bilhões. Em 2008, essa ação terá continuidade, e está prevista a realização de pelo menos mais três sorteios, que atingirá um total de mais 180 fiscalizações. Quanto aos sorteios dos Estados, a meta, para este exercício, é aprimorar o processo de seleção, e levar em conta critérios de risco e materialidade dos programas executados diretamente pelas Unidades Federativas, a fim de submetê-los à fiscalização.

Foi desenvolvido, em 2007, um amplo projeto de fiscalização de recursos federais repassados a ONGs. Nesse exercício, foram analisados cerca de 1.500 convênios. A amostra foi definida em três grupos: o primeiro é composto pelas vinte ONGs que mais receberam recursos federais no período 1999-2006; o segundo engloba cerca de cento e vinte entidades, que tenham recebido recursos cujo volume esteja situado entre R\$ 2 milhões e R\$ 10 milhões, no período 1999-2006; já o terceiro grupo reúne cerca de 180 entidades de atuação em âmbito local ou regional, que receberam recursos entre R\$ 200 mil e R\$ 2 milhões no mesmo período de oito anos. Em 2008, será concluído o processo de fiscalização iniciado em 2007 em uma amostra de 325 ONGs, com o objetivo de verificar a correta aplicação dos recursos públicos repassados a essas organizações, para a execução de projetos vinculados, sobretudo, às áreas de saúde, educação, pesquisa científica e assistência social.

As Tomadas de Contas Especiais (TCEs) analisadas pela CGU chegaram, nos últimos cinco anos, a 8.262, compreendendo o retorno potencial de R\$ 2,4 bilhões aos cofres públicos. Em 2007, até o mês de setembro, o número de TCEs foi de 1.074, com um retorno potencial de R\$ 435 milhões aos cofres públicos.

b) Apuração de Denúncias

Em 2007, consolidou-se o processo de implantação do Sistema de Correição da Administração Pública Federal, que conta com uma unidade em cada Ministério e é coordenado pela Corregedoria-Geral da União, órgão integrante da estrutura da CGU. Efeito imediato dessa iniciativa foi a intensificação do combate empreendido pelo Governo à cultura da impunidade. Em 2008, esse

Sistema deverá ser consolidado, por meio da criação de novas corregedorias seccionais em órgãos da Administração Pública Federal e da descentralização da atividade correcional, mediante a implantação de unidades regionais de correição.

Fruto da apuração de denúncias e de outras ações de controle, até o mês de novembro de 2007, as expulsões do serviço público em decorrência de processos administrativos disciplinares já chegaram ao número recorde de 394, e alcançaram agentes públicos de nível elevado na hierarquia, conforme detalhamento constante do quadro que se segue.

Quadro 12 – Punições administrativas expulsivas publicadas no Diário Oficial da União – consolidação anual – 2007

Punições	2003	2004	2005	2006	2007*	Total
Demissão	242	254	240	299	347	1382
Cassação	8	15	18	25	29	93
Destituição	14	23	14	32	18	104
Total	264	292	272	357	394	1579

Fonte: CGU.

* 2007 até novembro.

Em 2007, foram instaurados, no âmbito da CGU, 66 procedimentos administrativos disciplinares, sendo 29 Sindicâncias Patrimoniais. Vale lembrar que esse mecanismo foi implantado neste Governo, para a verificação de enriquecimento ilícito por parte de agentes públicos, nos casos de evolução patrimonial incompatível com a renda. No citado exercício, verificou-se a regularidade de 3.254 processos disciplinares; a realização de cerca de 40 inspeções em unidades de correição do Poder Executivo Federal; e a recomendação, junto aos órgãos competentes, da instauração de 409 procedimentos disciplinares.

O Programa de Capacitação em Processo Disciplinar treinou, em 2007, 1.255 servidores da Administração Pública Federal. Está prevista a capacitação de mais 800 servidores, em 2008, para compor as comissões processantes. Foi instituído, ainda, o envio sistemático, pela CGU, dos resultados das auditorias e processos administrativos disciplinares ao Ministério Público, para adoção das medidas cabíveis na esfera judicial, além da remessa ao TCU.

c) Ações de Prevenção e Capacitação

O desenvolvimento de uma metodologia de mapeamento de riscos, ajustada à realidade brasileira, está sendo realizado pelo Governo em parceria com a ONG Transparência Brasil. Em 2007, essa metodologia já foi aplicada experimentalmente nos Ministérios da Cultura, dos Transportes e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o que possibilitou a obtenção de informações que podem contribuir para o seu aperfeiçoamento. Assim, em 2008, será promovido o aperfeiçoamento dessa metodologia.

No campo da articulação internacional, em 2008 será ampliada a cooperação por meio de novas parcerias, além de concluir

projetos firmados com a embaixada do Reino Unido no Brasil e com o escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (Unodc), que têm por finalidade capacitar servidores públicos e credenciar a CGU como Centro de Excelência Internacional na área de prevenção e combate à corrupção. Será, também, concluída a 2ª etapa de avaliação do Brasil quanto à implementação da Convenção da OEA contra a corrupção. Ainda neste exercício, será dado seguimento à implementação pela Administração Pública Federal das normas contidas nas Convenções Internacionais contra a Corrupção (da ONU, OEA e OCDE), e à ampliação das ações de conscientização e divulgação dessas convenções, em especial da Convenção da OCDE entre o setor privado.

O Governo vem firmando, ainda, acordos de cooperação técnica para o desenvolvimento e aprimoramento do controle interno estadual e a melhoria da fiscalização de recursos federais destinados aos Estados. Os acordos prevêem o treinamento de servidores estaduais para aperfeiçoar as técnicas de controle interno e de prevenção e combate à corrupção. Já foram assinados acordos com os estados de Bahia, Sergipe, Espírito Santo, Alagoas, Minas Gerais e com o Distrito Federal. No âmbito municipal, o Programa de Fortalecimento da Gestão Pública vai ampliar, em 2008, o número de unidades municipais atendidas, estender e aprofundar as ações de apoio à instituição e ao desenvolvimento de órgãos de controle interno e, ainda, disponibilizar mil vagas em cursos a distância sobre temas relacionados à gestão pública.

Em consonância com as recomendações das convenções internacionais, o marco legal brasileiro na área da prevenção e combate à corrupção vem sendo aprimorado. Entre as medidas para potencializar o mencionado trabalho de prevenção e combate que estão tramitando no âmbito do Poder Legislativo, destacam-se os projetos de leis, encaminhados pelo Poder Executivo, que regulamentam o conflito de interesses (PL nº 7.528, de 2006) e que caracterizam o crime de enriquecimento ilícito (PL nº 5.363, de 2005). Em 2008, deverá também ser proposta a regulamentação, por meio de medida legislativa, da atividade de representação e intermediação de interesses (*lobby*) e o ato normativo para disciplinar a responsabilidade da pessoa jurídica envolvida em prática de ilícitos, como a corrupção e a lavagem de dinheiro, além do projeto de norma legal para proteção a denunciantes de atos de corrupção. Esta medida atende também recomendações das Convenções Internacionais de Combate à Corrupção, sobretudo a Convenção da OCDE contra o suborno de funcionários estrangeiros.

O Governo, mediante a coordenação da CGU e do Ministério da Justiça, realizou no exercício passado a 5ª Reunião Anual da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), que reuniu representantes de mais de cinquenta órgãos do Executivo e do Judiciário, além do Ministério Público e do Tribunal de Contas da União na discussão de propostas de combate à corrupção e a crimes contra o sistema financeiro nacional.

A Ouvidoria-Geral da União é incumbida de garantir aos cidadãos o direito de petição, ao ouvir e examinar o que a sociedade tem a dizer sobre procedimentos e ações dos agentes, órgãos e entidades públicas, e propor a adoção de medidas que visem a corrigir e prevenir falhas e omissões na prestação do serviço público. Nessa área, em 2007, foram criadas cinco novas unidades de ouvidoria na Administração Pública Federal, que agora conta com 138 unidades. A média anual das manifestações feitas a todas as ouvidorias da Administração Pública Federal tem sido da ordem de 1,8 milhão. Entre as várias ações nesse campo previstas para este exercício, destaca-se a realização, em oito capitais, do 3º Curso de Aperfeiçoamento em Ouvidoria Pública.

d) Combate à Lavagem de Dinheiro

No âmbito da mencionada Enccla, está sendo construído o Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro, que deverá iniciar suas atividades a partir de 2008, para desenvolver e aplicar modernas ferramentas tecnológicas e metodológicas de processamento de informações na esfera patrimonial, para a geração de provas de alta precisão no combate à corrupção. A Enccla tem como metas, em 2008, além da referida proposta de regulamentação do *lobby*, a criação de um Cadastro Nacional de pessoas naturais e jurídicas declaradas inidôneas ou proibidas de contratar com a Administração Pública Federal; a criação de cadastro público unificado de pessoas sancionadas em última instância administrativa, relevantes para o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro; e a elaboração de projeto para a realização de campanhas e programas de conscientização, prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro em âmbito nacional.

O ano de 2007 foi de grande destaque no que diz respeito à recuperação de ativos. Na esteira da tendência internacional de conferir maiores esforços ao combate e à prevenção da lavagem de dinheiro, o Governo obteve, nesse ano, a quebra de sigilo bancário de mais de cem contas mantidas em instituições financeiras no exterior. No mesmo sentido, viabilizou a manutenção do bloqueio de mais de quarenta contas no exterior, as quais eram utilizadas em grandes esquemas ilícitos investigados no Brasil. Foram apresentados resultados significativos no que diz respeito à repatriação de ativos, sendo que o grande destaque foi o caso conhecido como 'Banestado'. O Governo coordenou a repatriação de US\$ 1,6 milhão, que foram ilicitamente transmitidos para contas nos Estados Unidos e foram objetos de investigações conjuntas entre autoridades brasileiras e estadunidenses. No referido exercício, de forma inédita, foi priorizada a recuperação de ativos também em matéria civil, comercial e fiscal, a exemplo de pedidos de arresto e seqüestro de bens no exterior, como garantia de processos de execução fiscal ajuizados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Estão em curso, atualmente, mais de 650 casos, os quais visam buscar, além da quebra de sigilo bancário e bloqueio de valores no exterior, os meios probatórios necessários à persecução penal de grandes organizações criminosas envolvidas em crimes complexos, como corrupção, tráfico de drogas e de seres humanos e lavagem de dinheiro. Como forma de alavancar a repatriação de ativos, foi incluída no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronas) uma ação destinada ao corte do fluxo financeiro do crime organizado. Assim, prevê-se, em 2008, a superação de todas as médias de recuperação de ativos e bloqueios dos anos anteriores.

No mês de novembro de 2007, realizou-se a mencionada quinta edição anual da Enccla, na qual foram aprovadas, para 2008, metas com a finalidade de solucionar as questões relativas ao compartilhamento de dados cadastrais fiscais e bancários e sua diferenciação clara em relação às informações que estão legalmente sujeitas a sigilo. Além disso, espera-se atingir, em 2008, a integração do sistema de informação processual criminal das Polícias Federal e Civil, dos Ministérios Públicos, Federal e Estadual, e das Justiças Federal e Estadual. Outra meta que se pretende cumprir é a criação de mecanismos que viabilizem medidas assecuratórias de urgência em processos administrativos. A intenção é impedir que os recursos ilícitos possam se perder, minando a eficiência da punição do acusado e a capacidade do Estado de se ressarcir dos recursos indevidamente desviados. Nessa mesma esteira, deve-se mencionar a meta destinada ao aprimoramento de aplicação de sanções às pessoas jurídicas.

e) Combate aos Crimes contra a Previdência Social

A metodologia aplicada nas ações para diagnosticar e combater as fraudes contra a Previdência Social foi aperfeiçoada, em 2007.

O Governo, por intermédio do Ministério da Previdência Social, em conjunto com a Polícia Federal, o Ministério Público Federal e a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), intensificou ações para combate fraudes e outras práticas ilícitas. Em diversos Estados, foram criados Grupos de Trabalho para atuarem na forma de Forças-Tarefa Previdenciária, que são compostas por profissionais especializados em identificação de quadrilhas, grupos e pessoas que praticam crimes.

Até o mês de novembro de 2007, as Forças-Tarefa Previdenciária realizaram 41 operações, que resultaram em 217 prisões de pessoas, sendo 27 de servidores da Previdência Social, que estavam diretamente envolvidas nas fraudes. Foram cumpridos 248 Mandados de Busca e Apreensão com a finalidade de obtenção de provas quanto à materialidade e autoria dos ilícitos criminais.

8. Defesa Judicial da União

O sucesso das políticas públicas no Estado brasileiro depende de segura base jurídica na sua formulação e de adequada e oportuna defesa judicial quando questionadas em juízo, misteres a cargo da Advocacia-Geral da União (AGU). No exercício de suas funções, a AGU tem atuado de forma mais pró-ativa e preventiva na defesa dos interesses públicos administrados pela União, suas autarquias e fundações públicas. Como exemplo dessa nova postura, criou-se na AGU o Grupo Executivo de Acompanhamento do Programa de Aceleração do Crescimento (Gepac/AGU), para realizar um levantamento das pendências jurídicas e das ações judiciais que tenham como objeto os projetos do PAC e traçar as estratégias a serem seguidas no assessoramento jurídico aos órgãos do Poder Executivo e na defesa judicial perante os órgãos do Poder Judiciário.

Como fruto desse trabalho, conseguiu-se, por exemplo, a suspensão da decisão liminar que impedia a continuidade das obras da Usina Hidrelétrica de Estreito/MA; viabilizou-se a realização do Leilão de concessão de uso de sete rodovias federais, promovido pela ANTT, e a concretização da 9ª Rodada de Licitações de Gás e Petróleo da ANP. Ainda em relação ao PAC, destacam-se os resultados obtidos no Judiciário, que viabilizaram a realização e continuidade da Hidrovia Paraná-Paraguai, da Hidrelétrica de Belo Monte, do Aeroporto de Goiânia e da infra-estrutura de áudio e vídeo para os Jogos Pan-americanos, bem como a cassação de liminares que suspendiam o início das obras de integração de Bacias – Projeto São Francisco.

Nessa linha de atuação pró-ativa auxiliando a implementação de políticas públicas, destacaram-se, em 2007, algumas vitórias importantes da AGU no STF, tais como a garantia da gratuidade dos Registros Públicos de nascimento e óbito dos reconhecidamente pobres; a declaração de constitucionalidade do Estatuto do Desarmamento, com a ressalva de apenas três dispositivos; a Ação Cível Originária – ACO nº 453 contra a pretensão do Estado do Paraná de obter indenização pelo valor gasto na construção da estrada de ferro Central do Paraná, evitando o pagamento indevido de aproximadamente R\$ 20 bilhões; a declaração de constitucionalidade de questões ligadas aos contratos de Certificado de Depósito Bancário/CDBs e Recibo de Depósito Bancário prefixados/RDBs, garantindo-se estabilidade nas relações privadas envolvidas; o ajuizamento de reclamações, pela União e Funai, nos processos judiciais em que são discutidos os atos praticados pela União na demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, que atualmente se encontra demarcada, homologada e registrada no patrimônio da União; e a declaração de constitucionalidade dos juros de mora em 0,5% ao mês, no pagamento de valores devidos a servidores públicos.

As ações do Governo no âmbito da AGU terão como foco, em 2008, o aprofundamento de sua participação mais efetiva na formulação, implementação e avaliação jurídica das políticas públicas prioritárias para o Estado brasileiro, estreitando suas

relações com os demais órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; a ampliação de sua capacidade de ação pró-ativa na estruturação do Estado brasileiro, identificando ações judiciais que podem ensejar a desistência por parte da União ou de suas autarquias e fundações públicas, ou mesmo a solução do conflito mediante acordo, bem como sugerindo projetos de lei, medidas provisórias, decretos e demais atos normativos que aperfeiçoem as instituições brasileiras e tornem mais efetivos os direitos e deveres constitucionais; a prevenção de riscos jurídico-constitucionais imediatos (atuação junto ao TCU interpondo recursos e coordenando a defesa das teses jurídicas dos órgãos federais, atuação das Câmaras de Conciliação e arbitramento de controvérsias jurídicas por intermédio dos pareceres e demais manifestações dos Consultores da União) e mediatos (análise efetiva dos atos normativos produzidos pelo Governo Federal); a perenização e aprofundamento do trabalho de mediação e acordos administrativos, com a ampliação da atuação das Câmaras de Conciliação da Administração Federal da Consultoria-Geral da União, abrangendo matérias já judicializadas no âmbito do Supremo Tribunal Federal e Tribunais Superiores; a descentralização da advocacia pública consultiva e de contencioso, com o fortalecimento dos Núcleos de Assessoramento Jurídico (NAJs) e instalação de novas Procuradorias e Procuradorias-Seccionais nos Estados, no âmbito da AGU e da Procuradoria-Geral Federal; a aplicação do Projeto de Redução de Demandas do INSS, que busca reduzir em até 40% o volume de ações movidas contra a referida Autarquia, evitando-se o ajuizamento de cerca de 840 mil ações judiciais; a implantação do Sistema de Advocacia-Geral da União Eletrônica (e-AGU), o qual, além de servir de eficiente instrumento de trabalho para os Advogados da União e Procuradores Federais, funcionará como ferramenta de comunicação entre as unidades de contencioso e de consultivo, e viabilizará e uniformizará as linhas de atuação dos órgãos da AGU; e a criação do Placar Social como ferramenta de divulgação em massa, que indicará o quanto a AGU economiza e o que a sociedade ganha com suas vitórias jurídicas.

ANEXO

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Relatório Anual sobre a situação do Ministério Público no País e as
atividades do Conselho (art. 130-A, § 2º, V da Constituição)

Conselho Nacional do Ministério Público

Relatório Anual - 2007

I - APRESENTAÇÃO

A Emenda Constitucional nº 45/2004 inseriu o art. 130-A, à Constituição Federal, criando o Conselho Nacional do Ministério Público, a quem incumbiu o “controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros”. Atribuiu, ainda, ao Conselho Nacional “zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências”.

O controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros é feito pelo Plenário do Conselho Nacional, que expede atos regulamentares, recomenda providências, aprecia, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Ministério Público, recebe reclamações contra membros ou órgãos do MP, avoca processos disciplinares em curso e determina afastamento, remoção, disponibilidade ou aposentadoria, assegurada ampla defesa. Tais atos passam a constituir processos administrativos, cuja movimentação, no âmbito do Conselho, é o primeiro item deste relatório.

Com o fim de conferir maior efetividade ao texto constitucional, o Conselho Nacional editou a Resolução nº 12/2006, tendo por finalidade precípua compilar os dados relevantes ao aprimoramento da instituição ministerial, concretizando o princípio da eficiência.

Com vistas a operacionalizar os termos da Resolução, instituiu-se um formulário eletrônico para a prestação de informações, por parte do Ministério Público da União e dos Ministérios Públicos estaduais, acerca de sua estrutura administrativa, dotação/execução orçamentária e atuação funcional. O Conselho passou a dispor, assim, de um mecanismo de verificação quantitativa e de aferição do desempenho organizacional do Ministério Público, o que subsidiará o planejamento estratégico da Instituição.

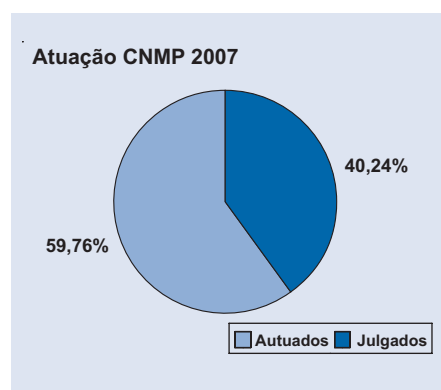
As informações relativas à atuação funcional compreendem aspectos específicos da ação do Ministério Público em defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Pode-se, assim, passar do plano mais abstrato ao mais concreto, do incomensurável ao quantificado.

II - ATUAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Em 2007, o Conselho Nacional do Ministério Público realizou 12 sessões ordinárias e 17 extraordinárias. Nestas, foram julgados 699 processos divididos em quatro classes processuais: procedimentos disciplinares, diversos, recursos e proposições.

No mesmo período, foram autuados 1.004 procedimentos/processos e restavam 568 até 30 de novembro deste ano. Ao todo, tramitaram 2.259 pelo Conselho, como mostra o quadro abaixo. A relação entre procedimentos/processos autuados e julgados foi de sete julgados para cada 10 autuados.

Atuação CNMP 2007				
Classe processual	Autuados	Julgados	Não julgados	Total
Procedimentos disciplinares	258	14	292	564
Diversos	714	614	264	1592
Recursos	15	44	7	66
Proposições	17	15	5	37
Total	1.004	699	568	2.259

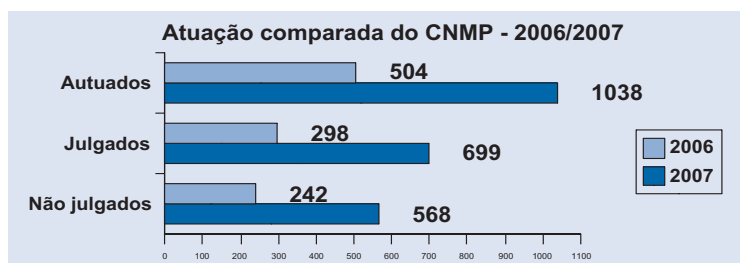


Os procedimentos disciplinares são analisados pela Corregedoria Nacional ainda em fase pré-processual. Apenas aqueles que dão origem a processos disciplinares são julgados pelo Conselho. Entende-se, assim, a pequena quantidade de julgados face aos autuados, no mesmo período.

Em 2006, houve 11 sessões ordinárias e 11 extraordinárias. Naquele ano, 1.044 processos passaram pelo CNMP. Foram 504 os autuados, 298 os julgados e restaram 242 não julgados. A relação entre autuados e julgados foi de seis julgados para cada 10 autuados.

Observa-se que em 2007 a quantidade de processos que transitaram pelo Conselho foi duas vezes maior que a 2006, acontecendo o mesmo com os julgamentos. Na mesma proporção, as 1.004 atuações de 2007 foram quase o dobro das 504 do ano anterior. O gráfico abaixo expressa a comparação.

Conclui-se que, embora tenha havido uma diferença mínima na quantidade de sessões realizadas, houve um aumento de mais de 100% na quantidade de processos julgados.



III - ATUAÇÃO FUNCIONAL

O Ministério Público é a instituição a quem a Constituição Federal de 1988 conferiu a relevante incumbência de zelar pelos interesses da coletividade, pelo regime democrático e pela observância dos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, que circundam toda a Administração Pública. Para desincumbir-se de tal tarefa, o Ministério Público atua em processos judiciais e extrajudiciais em que haja interesses sociais ou individuais indisponíveis, difusos e coletivos a legitimarem sua intervenção ou sua iniciativa.

As funções tipicamente atribuídas ao Ministério Público são as de promoção da ação penal pública, promoção da ação civil pública e de outras ações em defesa do meio ambiente, dos direitos do consumidor, das populações indígenas e do patrimônio público, bem como daquelas que visem ao efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, como o mandado de injunção, a ação de improbidade administrativa e outras. Cabe ao Ministério Público, ainda, promover a ação de inconstitucionalidade, a representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos na Constituição, a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal e a arguição de descumprimento de preceito fundamental decorrente da Constituição.

Importante atribuição conferida pela Constituição de 1988 ao Ministério Público consiste no exercício do controle externo da atividade policial, em particular, sobre as atividades de apuração das infrações penais pela autoridade policial, da repressão e prevenção criminais e das diligências investigatórias, necessárias à coleta de elementos preparatórios à instauração dos processos penais. Os objetos do controle externo são, principalmente, a ocorrência de efetiva investigação acerca das notícias de crimes recebidas pela polícia, o cumprimento das requisições ministeriais e a instauração, a tramitação de inquéritos policiais e a verificação da observância dos direitos humanos em face da atuação persecutória do Estado.

Os inquéritos policiais destinam-se a colher elementos de convicção acerca da autoria e da materialidade das infrações penais, e, embora não sejam imprescindíveis ao oferecimento da denúncia, é, normalmente, com base neles que o Ministério Público decide se deve promover a ação penal ou se, por outro lado, deve promover o arquivamento dos autos do inquérito ou das peças informativas, face à eventual inexistência de fundamentos que autorizem a propositura da ação penal.

A atuação funcional do Ministério Público compreende todas as fases do processo, inclusive aquelas anteriores à sua propositura. Para acompanhar aspectos fundamentais da atuação funcional foram utilizados indicadores que expõem as atividades tradicionalmente afetas ao MP e às novas atribuições da Carta de 1988. Ou seja, a atuação do MP como *custos legis* e como parte.

Ao todo, os sete indicadores trazem informações quantitativas sobre:

1. processos em 1º grau, 2º grau e 3º grau;
2. ADIs propostas e julgadas procedentes;
3. ações civis públicas;
4. inquéritos civis;

5. inquéritos policiais;
6. termos circunstanciados;
7. pessoas denunciadas e condenadas.

Pelo segundo ano consecutivo, o Conselho Nacional do Ministério Público reúne informações enviadas pelo Ministério Público da União e pelos Ministérios Públicos dos Estados, com o intuito de propiciar maior transparência a suas atividades administrativas, bem como de construir indicadores estratégicos para avaliação do desempenho da Instituição, nos diversos cenários em que atua. Os dados coletados permitem vislumbrar a atuação do MP como um todo, o que orientará o delineamento de estratégias de atuação, concentradas na fiscalização e salvaguarda dos princípios e interesses fundamentais da sociedade.

Os dados apresentados são de inteira responsabilidade das referidas instituições. A resposta ao questionário da Resolução nº 12/2006 permite a cada um dos ramos do Ministério Público expor seu desempenho anual, considerada a relação entre atuação funcional, dotação orçamentária e infra-estrutura administrativa existente.

Portanto, em respeito à autonomia e às especificidades de cada uma das unidades do Ministério Público, o cotejo dos resultados será feito, separadamente, comparando-se os dois períodos de apuração de resultados, os anos de 2006 e 2007.

As informações foram organizadas tendo em vista a movimentação processual – que compreende atividades relacionadas aos processos judiciais – e, igualmente, a atuação extraprocessual do Ministério Público nas áreas cível e criminal. O raciocínio geral é adaptado às peculiaridades do Ministério Público do Trabalho e ao Ministério Público Militar.

IV - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

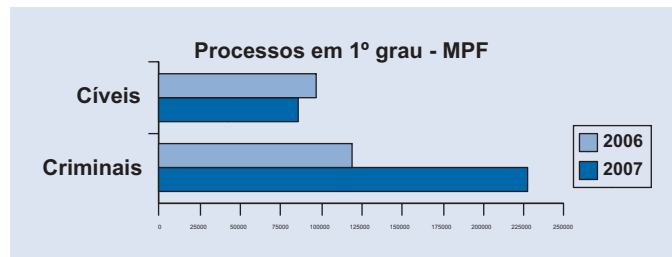
A quantidade de entradas e saídas de processos que tramitam pelo Ministério Público é um indicador possível para mensurar a movimentação processual. Os números relativos aos processos em primeiro, segundo e terceiro grau são apresentados separadamente.

PROCESSOS EM 1º GRAU

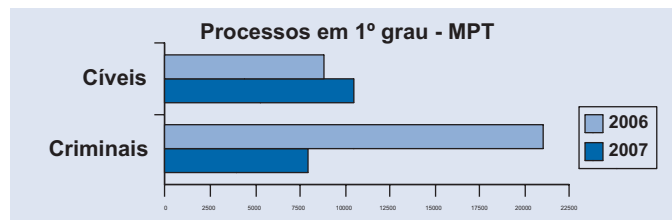
Os elementos gráficos ao lado das tabelas com os valores de cada um dos ramos do Ministério Público da União e dos Ministérios Públicos Estaduais têm como objetivo revelar as proporções entre os valores verificados em 2006 e aqueles de 2007. A barra clara mostra os resultados de 2006 e a escura os de 2007.

A expectativa é de que a barra escura seja maior que a clara, em todos os gráficos, uma vez que a tendência é a de aumento na quantidade de processos de um ano para outro. Como se verá, há casos em que o inverso ocorre. Tais situações podem estar relacionadas a problemas no preenchimento dos formulários eletrônicos, desde um simples erro de digitação até a divergência ao interpretar o lapso temporal determinado, por exemplo.

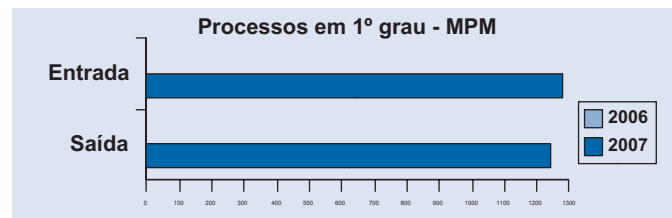
Processos em 1º grau – MPF		
	2006	2007
Cíveis	97.079	86.099
Criminais	118.531	227.595
Total	215.610	313.694



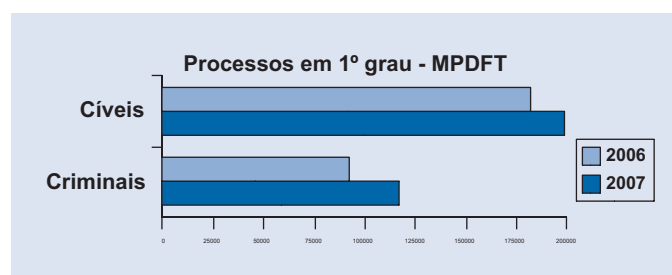
Processos em 1º grau – MPT		
	2006	2007
Entrada	8.835	10.478
Saída	20.982	7.903



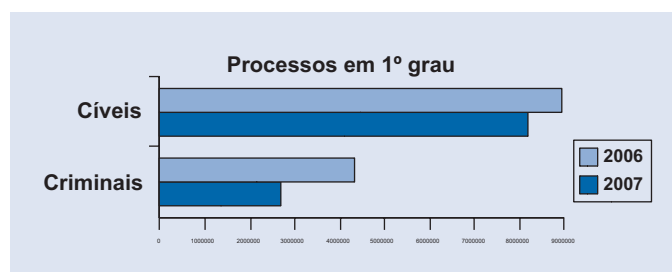
Processos em 1º grau – MPM		
	2006	2007
Entrada	-	1.281
Saída	-	1.241



Processos em 1º grau - MPDFT		
	2006	2007
Cíveis	181.662	198.873
Criminais	92.365	116.520
Total	274.027	315.393

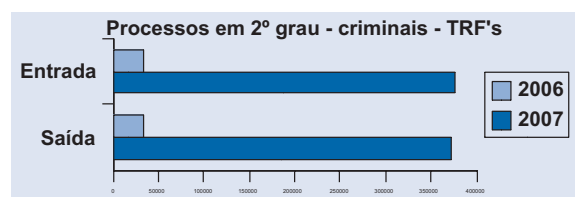
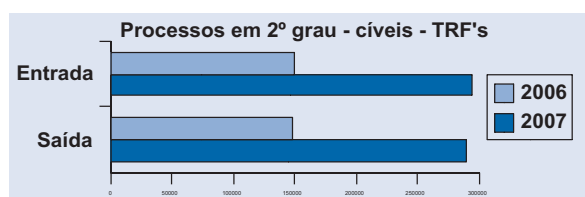


Processos em 1º grau - MPs		
	2006	2007
Cíveis	8.942.672	8.189.067
Criminais	4.311.800	2.693.145
Total	13.254.472	10.882.212

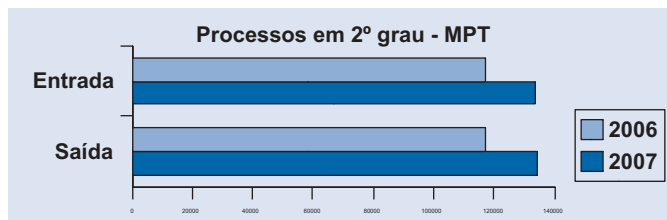


PROCESSOS EM 2º GRAU

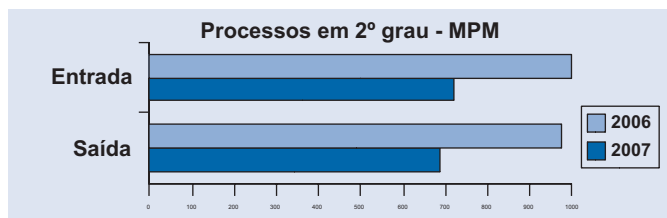
Processos em 2º grau – MPF								
	TRFs				TREs			
	Cíveis		Criminais		Cível		Criminal	
	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007
Entrada	150.338	294.735	34.361	376.708	0	0	0	0
Saída	147.726	289.206	34.084	372.612	0	0	0	0



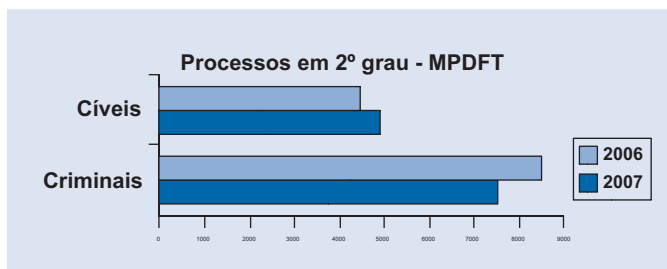
Processos em 2º grau – MPT		
	2006	2007
Entrada	117.078	133.653
Saída	117.117	134.546



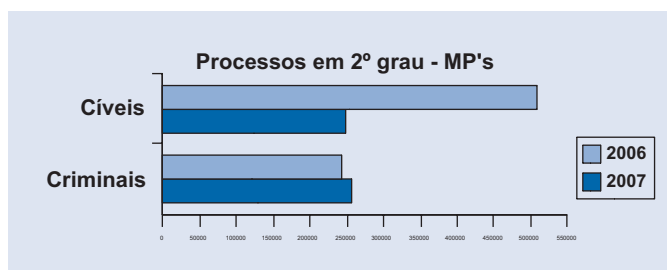
Processos em 2º grau – MPM		
	2006	2007
Entrada	996	721
Saída	977	688



Processos em 2º grau – MPDFT		
	2006	2007
Cíveis	4.476	4.912
Criminais	8.496	7.497
Total	12.972	12.409



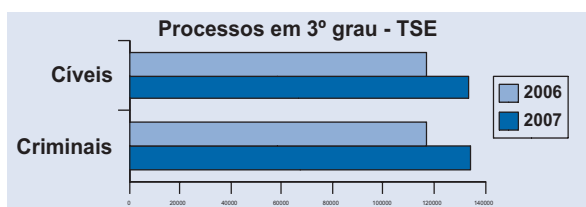
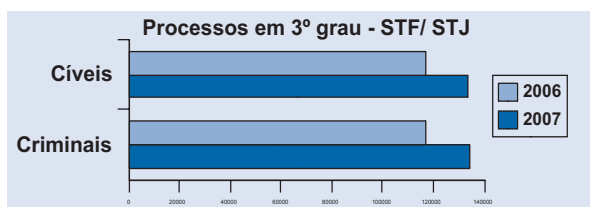
Processos em 2º grau – MPs		
	2006	2007
Cíveis	508.270	248.424
Criminais	242.785	256.977
Total	751.055	505.401



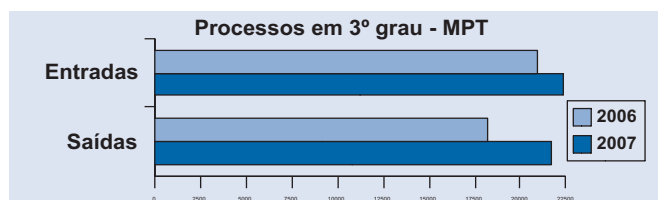
PROCESSOS EM TRIBUNAIS SUPERIORES

Processos em 3º grau – MPF								
	STF/STJ				TSE			
	Criminal		Cível		Criminal		Cível	
	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007
Entrada	33.133	42.585	28.935	34.507	0	-	4.895	2.794*
Saída	32.872	37.010	25.142	33.396	0	-	4.481	3.055*

* O MPF informou a quantidade de processos cíveis e criminais em 2007. Os dados não são comparáveis aos do período anterior.



Processos em 3º grau – MPT		
	2006	2007
Entrada	20.982	22.329
Saída	18.232	21.665



ATUAÇÃO EXTRAPROCESSUAL - ÁREA CRIMINAL

A persecução criminal divide-se, em regra, em duas fases. A primeira, de índole extraprocessual, diz respeito ao inquérito policial. Nesta fase, o Ministério Público promove diligências, requisita informações, expede notificações e acompanha os atos investigatórios junto aos organismos policiais. A segunda, de cunho processual, tem início com a propositura da ação penal. O Ministério Público possui a função institucional privativa de promover a ação penal pública, conforme o art. 129, I, da Constituição Federal. Essa privatividade só é afastada em caso de inércia do Ministério Público, no oferecimento da denúncia ou na manifestação pelo arquivamento do inquérito.

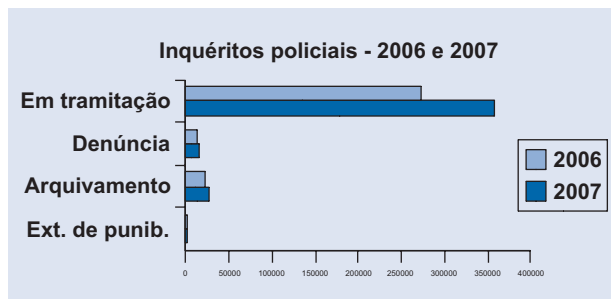
A quantidade de inquéritos policiais e de termos circunstanciados em tramitação revela parte da atuação extraprocessual do Ministério Público na área criminal.

INQUÉRITO POLICIAL

O inquérito policial é procedimento administrativo, de incumbência da polícia judiciária, cuja finalidade é a apuração da prática de infrações penais. As peças do inquérito, ao final do procedimento investigatório, são encaminhadas ao órgão ministerial, que

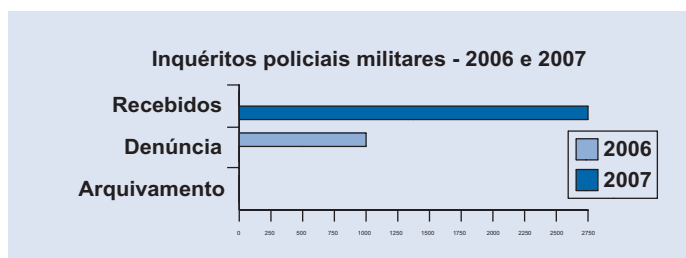
concluirá pelo oferecimento da denúncia ou pela manifestação em favor de seu arquivamento.

Nº de Inquéritos Policiais – MPF		
	2006	2007
Em tramitação	271.846	357.585
Denúncia	12.024	14.372
Arquivamento	21.538	27.721
Extinção de punibilidade	684	1.243

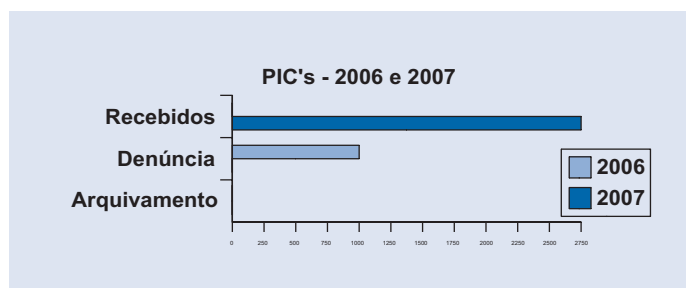


Para dimensionar a atuação do Ministério Público Militar é preciso contabilizar os Procedimentos Investigatórios Criminais (PICs) da mesma forma que se faz com os Inquéritos Policiais Militares.

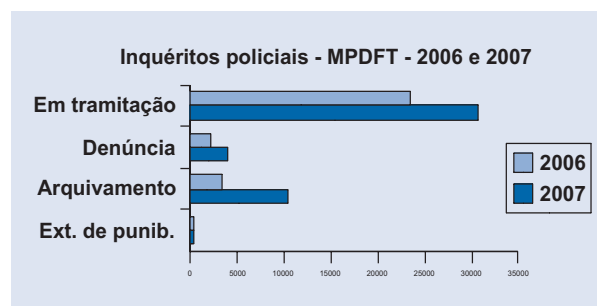
Nº de Inquéritos Policiais Militares		
	2006	2007
Recebidos	-	2.744
Denúncia	1.003	-
Arquivamento	-	1.560



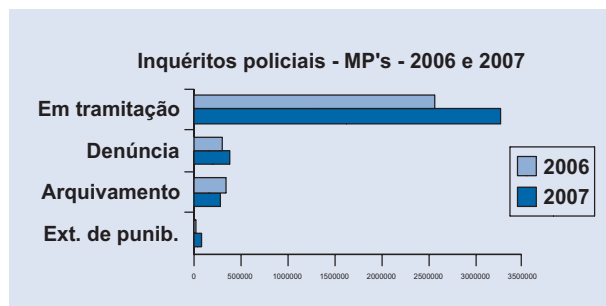
Nº de Proced Invest Crim – PIC		
	2006	2007
Autuados	492	447
Denúncias a partir de PIC's	-	-
Arquivamento	-	219



Nº de Inquéritos Policiais – MPDFT		
	2006	2007
Em tramitação	23.431	30.781
Denúncia	2.234	4.040
Arquivamento	3.422	10.307
Extinção de punibilidade	275	371



Nº de Inquéritos Policiais – MPs Estaduais		
	2006	2007
Em tramitação	2.570.993	3.262.041
Denúncia	289.513	371.069
Arquivamento	326.507	282.914
Extinção de punibilidade	8.137	75.670

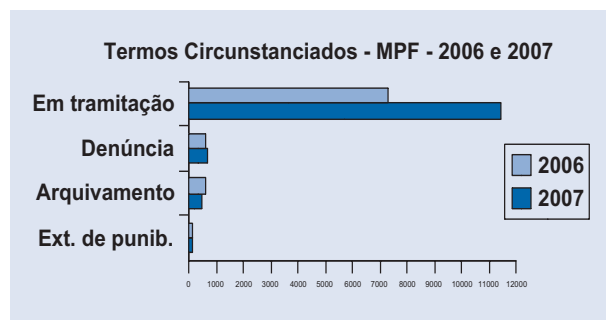


TERMO CIRCUNSTANCIADO

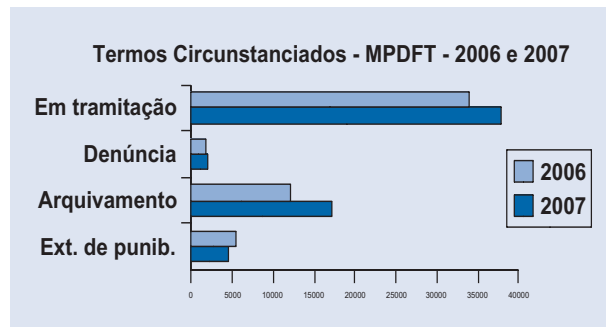
Quando alguém comete uma infração de menor potencial ofensivo, prevista na Lei nº 9.099/95, que consiste em alguma contravenção, a exemplo de exploração de jogos de azar, ou em algum crime com pena máxima igual ou inferior dois anos, como lesão corporal leve ou ameaça, o infrator é normalmente conduzido a uma Delegacia de Polícia, para a lavratura do termo circunstanciado.

O Termo Circunstanciado é o auto que narra a ocorrência de fato tido por delito de menor potencial ofensivo, identificando seus eventuais autor e vítima.

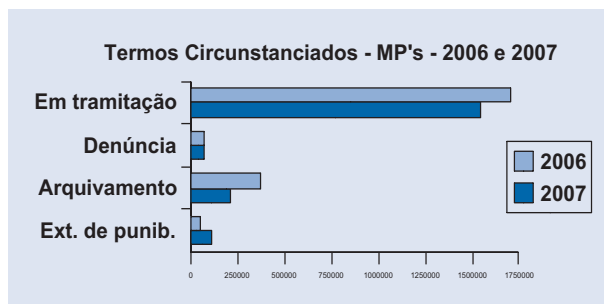
Nº de Termos Circunstanciados – MPF		
	2006	2007
Em tramitação	7.293	11.391
Denúncia	629	663
Arquivamento	583	427
Extinção de punibilidade	80	130



Nº de Termos Circunstanciados – MPDFT		
	2006	2007
Em tramitação	33.895	37.937
Denúncia	1.792	2.100
Arquivamento	12.206	17.106
Ext. de punibilidade	5.335	4.484



Nº de Termos Circunstanciados – MPs		
	2006	2007
Em tramitação	1.708.577	1.541.462
Denúncia	69.661	69.376
Arquivamento	371.893	211.929
Extinção de punibilidade	44.129	105.660



PESSOAS DENUNCIADAS

Concluindo, o órgão do Ministério Público, pela comprovação da materialidade delitiva e pela existência de indícios de autoria de uma infração penal, oferece denúncia, indicando os elementos que permitem identificar o suposto autor do fato delituoso, que passa a figurar, no processo judicial, como acusado.

No processo penal, o Ministério Público exercita o direito de ação e, ao mesmo tempo, busca um resultado justo. Assim, além de deduzir a sua pretensão punitiva, o órgão ministerial pugna pela correta aplicação das leis ao caso concreto. É por isso que o art. 385 do Código de Processo Penal confere legitimidade ao Ministério Público para pedir a absolvição do réu, caso essa medida se revele a mais justa. Ao final do processo, o Parquet se pronuncia, com imparcialidade, sobre o pedido formulado na peça inaugural, postulando pela efetiva realização da justiça.

Nº de pessoas – MPF			
	2006	2007	2006 + 2007
Denunciadas	5.555	11.262	16.817
Condenadas	888	1.171	2.059
% de condenações	15,98	10,39	12,24

Nº de pessoas – MPM			
	2006	2007	2006 + 2007
Denunciadas	-	1.202	1.202
Condenadas	-	-	-
% de condenações	-	-	-

O MPDFT não preencheu o campo sobre pessoas denunciadas e condenadas.

Nº de pessoas – MPs			
	2006	2007	2006 + 2007
Denunciadas	308.255	362.446	670.701
Condenadas	84.698	94.846	179.544
% de condenações	27,48	26,17	26,77

ATUAÇÃO EXTRAPROCESSUAL - ÁREA CÍVEL

O Ministério Público, no âmbito cível, pode atuar em duas hipóteses: como parte, quando exerce o direito de ação, ou como interveniente, quando exerce a função de fiscal da lei (*custos legis*), oferecendo parecer apontando a solução mais adequada à controvérsia, podendo a partir daí interpor recursos às instâncias superiores, ante à existência de interesse público ou social relevante na lide.

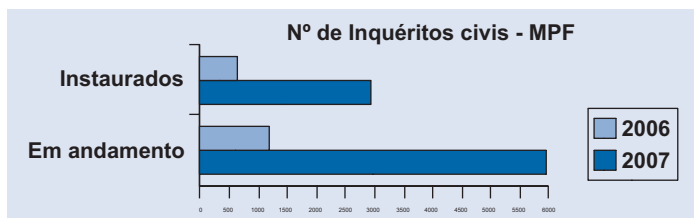
Como agente, o Ministério Público atua na tutela de interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. Nesses casos, maneja as Ações Cíveis Públicas, as Ações Cíveis Coletivas e as Ações de Improbidade Administrativa.

Como interveniente, o Ministério Público atua em diversas ocasiões processuais. Enquanto *custos legis*, atua em nome próprio, na defesa de direitos e de interesses tidos por indisponíveis para toda a sociedade. Nessas hipóteses, ao representante do Ministério Público é concedido o direito de, entre outras coisas, interpor recurso; ser intimado pessoalmente de todos os atos do processo; manifestar-se após as partes; requisitar provas e depoimentos pessoais das partes; opor exceções de impedimento e suspeição; suscitar incidente de uniformização de jurisprudência; e ter prazo em dobro para interpor recurso de qualquer decisão.

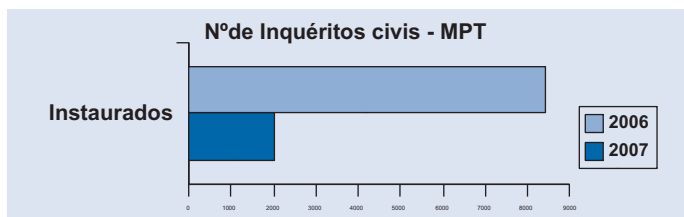
INQUÉRITO CIVIL

O inquérito civil é um procedimento administrativo preparatório, previsto na Lei nº 7.347/85. Possui cunho investigativo e tem por finalidade apurar fatos tidos como ofensivos a interesses metaindividuais, de forma a embasar a posterior propositura de Ação Civil Pública. No curso desse procedimento, que é de caráter facultativo, o membro do Ministério Público pode requisitar diligências, notificar testemunhas e adotar outras providências que permitam formar seu convencimento.

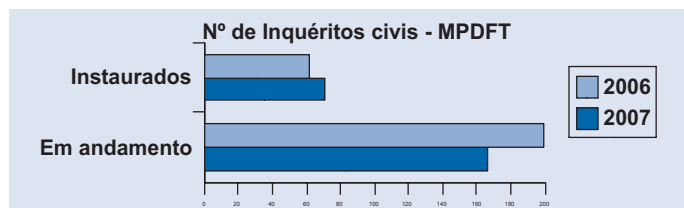
Nº de Inquéritos civis – MPF		
	2006	2007
Instaurados	640	2.942
Em andamento	1.179	5.964



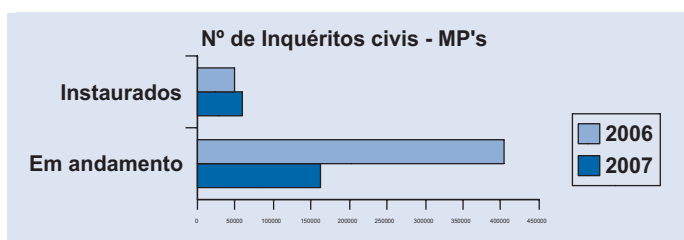
Nº de Inquéritos civis – MPT		
	2006	2007
Instaurados	8.403	2.033



Nº de Inquéritos civis – MPDFT		
	2006	2007
Instaurados	62	71
Em andamento	199	166



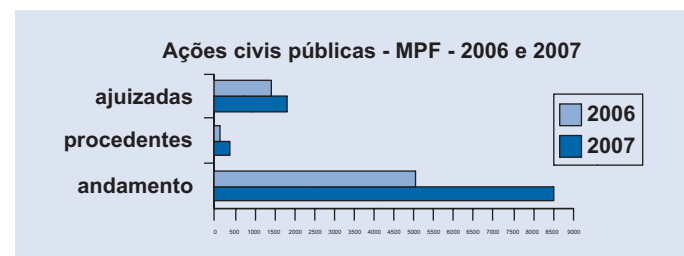
Nº de Inquéritos civis – MP's		
	2006	2007
Instaurados	48.814	57.958
Em andamento	404.073	162.800



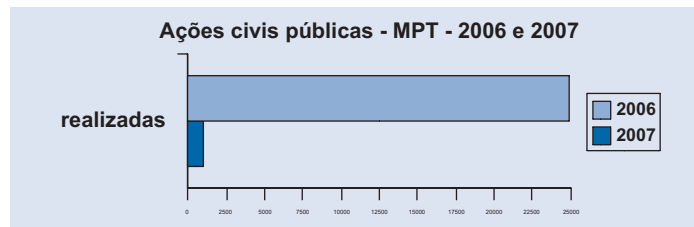
AÇÃO CIVIL PÚBLICA

A Ação Civil Pública foi instituída pela Lei nº 7.347/85 e se destina à proteção do patrimônio público e social, à defesa dos direitos transindividuais e à repressão de danos ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. Atualmente, é um dos mais modernos e democráticos instrumentos de defesa dos interesses da comunidade como grupo social. Possuem legitimidade para propor a Ação Civil Pública o Ministério Público, sendo o principal autor de tais ações, entidades estatais, autárquicas, paraestatais e associações voltadas para a tutela de interesses difusos ou coletivos.

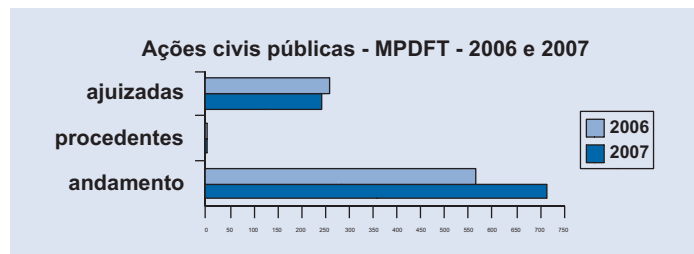
Nº de ações civis públicas – MPF		
	2006	2007
ajuizadas	1.427	1.791
judg proc	120	351
andamento	5.035	8.530



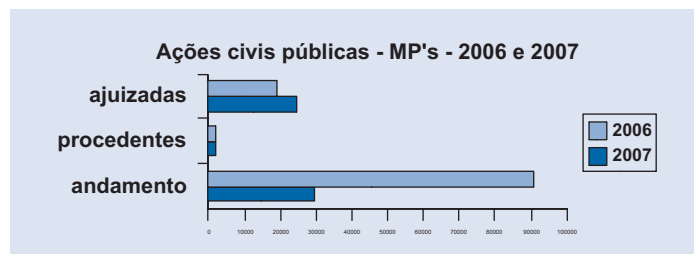
Nº de ações civis públicas – MPT		
	2006	2007
realizadas	24.951	1.012



Nº de ações civis públicas – MPDFT		
	2006	2007
ajuizadas	257	241
judg proc	0	0
andamento	566	715



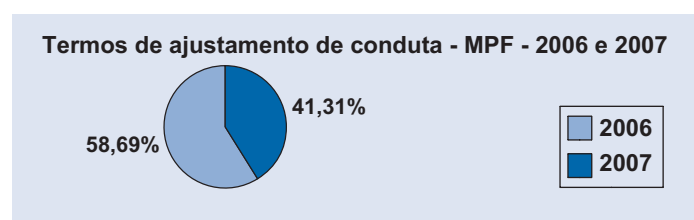
Nº de ações civis públicas – MPs		
	2006	2007
ajuizadas	18.802	24.642
judg proc	1.805	1.954
andamento	90.689	29.793



TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O Termo de Ajustamento de Conduta é um instrumento, previsto na Lei da Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/85), por meio do qual, o causador de um dano a um interesse difuso ou coletivo se obriga, por uma declaração unilateral, a reparar ou evitar a lesão a um direito ou interesse público. Com o Termo de Ajustamento de Conduta, firmado perante os órgãos públicos que possuem legitimidade para ajuizar a Ação Civil Pública, busca-se solucionar extrajudicialmente os litígios envolvendo direitos transindividuais.

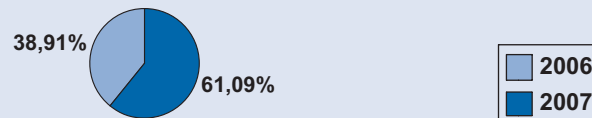
Nº de termos de ajustamento de conduta – MPF	
2006	314
2007	221



Nº de termos de ajustamento de conduta – MPT

2006	15.250
2007	23.942

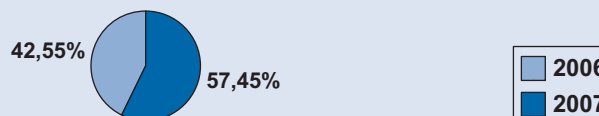
Termos de ajustamento de conduta - MPT - 2006 e 2007



Nº de termos de ajustamento de conduta firmados – MPDFT

2006	20
2007	27

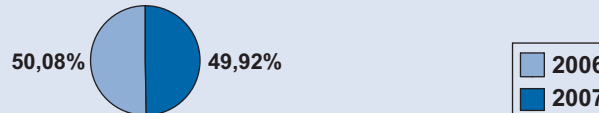
Termos de ajustamento de conduta - MPDFT - 2006 e 2007



Nº termos de ajustamento de conduta firmados – MPs

2006	17.438
2007	17.381

Termos de ajustamento de conduta - MPT - 2006 e 2007

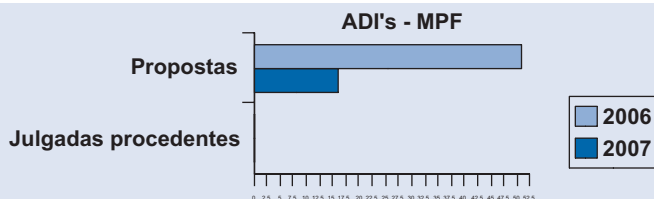


AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – ADIN

Cabe Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal com vistas a declarar a desconformidade com a Constituição Federal de lei ou ato normativo federal, estadual ou distrital (este último desde que produzido no exercício de competência equivalente à dos Estados-membros), editados posteriormente à promulgação da Constituição e que ainda estejam em vigor.

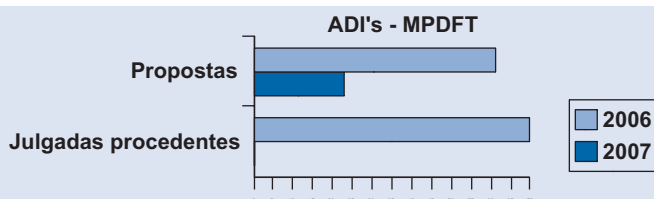
Nº de ADIs – MPF

	2006	2007
Propostas	51	16
Julgadas procedentes	0	0



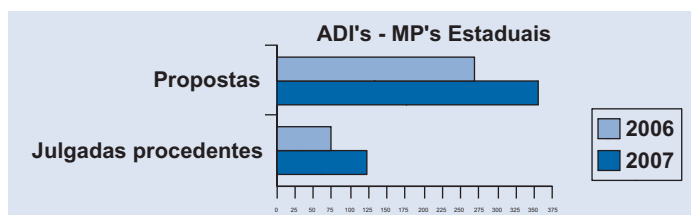
Nº de ADIs – MPDFT

	2006	2007
Propostas	61	23
Julgadas procedentes	70	0



No âmbito das unidades federativas estaduais, o Ministério Público pode ajuizar Ação Direta de Inconstitucionalidade buscando declarar a desconformidade entre lei ou ato normativo estadual ou municipal e a Constituição de cada Estado-membro.

Nº de ADIs – MPs		
	2006	2007
Propostas	268	355
Julgadas procedentes	73	123



V - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comparação dos resultados do trabalho do Conselho Nacional do Ministério Público nos anos de 2006 e 2007 mostra aumento considerável nas atividades que têm como objetivo o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros. O aumento de 100% na quantidade de processos julgados em 2007, em número pouco maior de sessões, evidencia a afirmação do Conselho como instrumento indispensável à unidade e independência do Ministério Público.

Em decorrência da resolução nº 12, do Conselho, pelo segundo ano consecutivo foram colhidos dados sobre execução orçamentária, atuação funcional e recursos humanos e tecnológicos, informados por cada um dos órgãos do Ministério Público.

O uso de dados quantitativos permite tratar objetivamente a atuação do Ministério Público, inclusive naqueles aspectos ainda polêmicos. De uma perspectiva mais abrangente, especialmente quando se tem a Instituição como essencial à função jurisdicional do Estado, dados confiáveis permitem construir indicadores adequados para enfrentar questões ainda sem resposta. Uma delas é saber em que medida as ações civis públicas contribuem para a Justiça não seja sobrecarregada com petições individuais versando sobre o mesmo tema. Ou ainda, em termos orçamentários, qual a sua contribuição para a eficiência com que o Estado administra a justiça?

Com o intuito de tornar possível responder a essas e outras indagações, o Conselho Nacional do Ministério Público determinou o preenchimento de formulário eletrônico pelo Ministério Público da União e pelos Ministérios Públicos Estaduais. O percentual de questões respondidas está indicado no quadro a seguir.

MP	Última atualização		Indicadores				
	Dados 2006	Dados 2007	Total 2006/2007	Respondido		% Respondido	
				2006	2007	2006	2007
MPF	05/12/06 18:53	17/12/2007	94	88	-	93,62	-
MPT	07/11/07 16:28	30/11/07 17:40	182	182	179	100	98,35
MPM	21/12/06 16:36	30/11/07 18:19	62	27	32	43,55	51,61
MP's	Média Estadual		69	56	63	81,16	91,3
MP/AC	29/10/07 19:37	29/11/07 14:47	69	69	68	100	98,55
MP/AL	24/04/07 13:55	04/12/07 19:55	69	44	41	63,77	59,42
MP/AM	29/05/07 11:20	07/12/07 16:39	69	46	68	66,67	98,55
MP/AP	09/08/07 10:50	30/11/07 15:46	69	49	50	71,01	72,46
MP/BA	16/10/07 16:24	11/12/07 17:55	69	59	68	85,51	98,55
MP/CE	30/07/07 08:31	30/11/07 15:21	69	54	68	78,26	98,55
MPDFT	05/12/06 14:36	30/11/07 18:55	69	63	61	91,3	88,41
MP/ES	12/12/06 15:03	30/11/07 14:13	69	45	68	65,22	98,55
MP/GO	15/12/06 15:14	03/12/07 16:11	69	56	56	81,16	81,16
MP/MA	05/12/06 15:44	29/11/07 14:17	69	58	67	84,06	97,1
MP/MG	12/12/06 14:31	03/12/07 15:34	69	66	63	95,65	91,3
MP/MS	07/12/06 18:21	30/11/07 19:00	69	69	54	100	78,26
MP/MT	07/05/07 18:22	05/12/07 12:41	69	56	62	81,16	89,86
MP/PA	10/09/07 15:27	10/12/07 16:59	69	56	57	81,16	82,61
MP/PB	05/12/06 18:48	30/11/07 15:01	69	41	54	59,42	78,26
MP/PE	19/12/06 14:33	30/11/07 19:17	69	35	26	50,72	37,68
MP/PI	22/08/07 11:58	29/11/07 14:10	69	43	58	62,32	84,06
MP/PR	04/06/07 11:06	11/12/07 16:58	69	62	44	89,86	63,77
MP/RJ	30/08/07 17:04	11/12/07 17:10	69	58	56	84,06	81,16
MP/RN	04/12/06 18:27	05/12/07 11:50	69	49	62	71,01	89,86
MP/RO	05/12/06 19:02	11/12/07 10:18	69	68	65	98,55	94,2
MP/RR	06/12/06 14:34	03/12/07 19:10	69	69	69	100	100
MP/RS	05/12/06 17:14	30/11/07 18:09	69	69	69	100	100
MP/SC	05/12/06 16:35	22/11/07 18:11	69	54	63	78,26	91,3
MP/SE	04/12/06 17:51	30/11/07 15:07	69	69	69	100	100
MP/SP	18/12/06 11:49	30/11/07 15:29	69	68	68	98,55	98,55
MP/TO	07/05/07 08:32	29/11/07 10:48	69	26	68	37,68	98,55

O número de questões manteve-se invariável para os dois anos em cotejo. A média de preenchimento teve tendência geral a aumentar, em 2007.

Uma hipótese para explicar o aumento no percentual de preenchimento é a de maior adequação dos sistemas informatizados à pesquisa requerida pelo formulário.

Com mais dados informados, originários de fontes mais seguras, obtém-se uma maior confiabilidade dos dados. Em muitos casos, os valores informados em 2007 foram significativamente superiores ou inferiores a 2006. Consideradas as melhores condições de preenchimento de 2007, pode-se inferir que os resultados deste período sejam mais representativos da atuação do Ministério Público.

Contudo, torna-se curial viabilizar-se uma padronização na “linguagem” utilizada pelos diversos sistemas utilizados no âmbito do Ministério Público. Quanto mais uniforme forem a prestação e o processamento das informações, maior será a confiabilidade dos dados coletados. Estaria aqui, a propósito, esboçado mais um objetivo estratégico para a ação do Conselho no acompanhamento da atuação do Ministério Público.

VI - COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

O Conselho Nacional do Ministério Público encerrou o período com a seguinte composição:

Presidente Antonio Fernando Barros e Silva de Souza

Corregedor Osmar Machado Fernandes

Conselheiros Ivana Auxiliadora Mendonça Santos

Nicolao Dino de Castro e Costa Neto

Diaulas Costa Ribeiro

Cláudio Barros Silva

Raimundo Nonato de Carvalho Filho

Sandro José Neis

Fernando Quadros da Silva

Paulo Freitas Barata

Francisco Ernando Uchoa Lima

Sérgio Alberto Frazão do Couto

Alberto Machado Cascais Meleiro

Presidência da República

Casa Civil

Secretaria-Geral

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Este livro foi composto na família Minion, para Textos, e
Caecilia, para títulos, e Impresso em offset sobre papel
Couchê Fosco 120g/m², em fevereiro de 2008

